

Marileide Lopes dos Santos

*Educação, assistência e sociabilidade:
o governo dos pobres em
Sabará/MG (1832-1860)*

**Belo Horizonte
2007**

Marileide Lopes dos Santos

Educação, assistência e sociabilidade:
o governo dos pobres em Sabará/MG (1832-1860)

Dissertação apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social* da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho.

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Setembro de 2007

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 28 de setembro de 2007, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG - Orientador)

Profa. Dra. Carla Simone Chamon (CEFET - MG)

Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas (UNIFESP)

Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvêa (UFMG)

Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca (UFMG) - Suplente

Dedico

*A todas as crianças que tiveram, e as
que ainda precisam lutar ardorosamente
pela vida.*

*A todas e todos que dedicaram e
dedicam parte de suas vidas para a
defesa da construção de uma vida digna
e mais humana para as crianças.*

*À Arlinda Ferreira Nascimento, minha
mãe, maior educadora que tive na vida.*

Agradecimentos

Agradeço...

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de mestrado, sem a qual não conseguiria dedicar-me a todas as atividades do mestrado.

À FAPEMIG pelo apoio ao GEPHE.

Ao prof. Marcos Cezar, as professoras Maria Cristina e Carla, obrigada por terem aceito participarem dessa etapa da minha formação.

A Carla Starling – Casa Borba Gato/IPHAN-Museu do Ouro, pelo auxílio nas “decifrações” dos documentos, atenção e informações preciosas sobre a cidade de Sabará.

Aos funcionários do APM, em especial Elma e Silvana.

Aos funcionários da Hemeroteca Assis Chateaubriand, Biblioteca da FAFICH/UFMG e Centro de Memória da Biblioteca Universitária/ UFMG.

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG.

Aos funcionários da FaE/UFMG, pela atenção, carinho:

- ✓ Na Biblioteca – Marli, Mary Dantas, Rose, Sérgio e bolsistas que sempre nos recebem com um sorriso;
- ✓ Na Secretaria do PPGE – Adriana, Francisco, Raquel, Rose, e os “meninos da Cruz Vermelha” Willian e Rafael;
- ✓ Na Secretaria do DECAE – Regina;
- ✓ Não posso deixar de agradecer, aquelas e aqueles que todos os dias preparam, salas, corredores e jardins da FaE para que possamos desenvolver nossas atividades em ambiente agradável e tranquilo.

À Ceres Leite Prado, Maria do Carmo Salgado e Suely Brito pelo apoio no francês.

À Elenice F. pelas informações sobre o Barão De Gerando.

À Juliana Ferreira de Melo e Mariana Queiroga Tabosa pela revisão do texto.

À professora Thais Nivia de Lima e Fonseca, pelo acompanhamento da formação dos bolsistas de Iniciação Científica do GEPHE, e indicações de leituras e fontes.

À Cynthia Greive Veiga, pelas questões suscitadas ao longo do curso e sugestões de referências.

Aos professores do PPGE, Ana Gomes, Bernardo Jerfferson, Eduardo Mortimer, Luiz Alberto, pelas contribuições na minha formação.

À professora Maria Cristina Soares de Gouveia, parecerista do projeto final, meu agradecimento pelas sugestões, indicações, apontamentos e diálogos para o desenvolvimento desse trabalho.

À grande família GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação - grupo de diálogo acadêmico e afetivo.

- ✓ À Fabiana da Silva Viana, Maria do Carmo Xavier (Carminha), Mônica Yumi Zinzenji pelas conversas, dicas, trocas de informações, incentivo e amizade.
- ✓ As gephianas e gephianos que participaram do início desse processo: Sandra Caldeira, Leonardo Neves, Marcus Vinícius Fonseca, Carla Chamon, Aleana Jota e Andréa Moura.
- ✓ À André Coura Rodrigues e Larissa Pinho pela paciência, carinho e apoio na Secretária do GEPHE, extensivo agora ao Gabriel.

- ✓ A turma da pós do GEPHE (2005) Aparecida(Cida), Arnaldo, Maysa, Renata, Eliane Casavara, Kelley, Magda, Marcos Campos, Paola, Eliezer, meu abraço.
- ✓ Ao Gephiano Hercules P. Santos pela paciência, auxílio e amizade.

A “turma do Luciano”: Vera Nogueira, Marcilaine Inácio, Cleide Maciel, Matheus Zica, Carolina Mafra, Ana Paula, Carolina Mostaro, Meily Linhales, Cecília Nascimento e Agda pela alegria do trabalho coletivo.

- ✓ Ainda dessa “turma” a Rita Lages, companheira de orientação do mestrado – quando poderia imaginar que um dia seria colega de orientação da minha professora de francês do pré-vestibular?! Coisas da Vida!
- ✓ À Clarice David, pelo companheirismo na orientação, pela parceria e amizade que temos construído nos percalços da vida acadêmica. Agradeço sua paciência, sua escuta e contribuição na indicação de textos e leitura da versão da dissertação, minha gratidão.

À Gephiana, amiga, irmã e afilhada Cláudia Fernanda de Oliveira, pelas indicações bibliográficas sobre o século XVIII, pela leitura dos rascunhos da dissertação, e acima de tudo pela capacidade de ouvir, acolher e pela amizade. Obrigada!

As minhas amigas de FaE e de vida Mercy Rodrigues Ligeiro e Kátia Gardênia.

As meninas da turma B (2000) do curso de Pedagogia –FaE/UFMG.

Aos colegas do mestrado e do doutorado do PPGE.

A todos(as) da Associação Comunitária da Vila Fazendinha, por entenderem, algumas ausências das reuniões, e por me substituir em muitas delas, especialmente Adeilson Ribeiro da Conceição.

A Comunidade de Santa Teresinha, pela força e por compreenderem que a (Du) estava estudando e não podia participar de muita coisa.

A todas e todos que de algum modo estiveram presentes na minha vida nessa etapa de minha formação.

A Minha FAMÍLIA, tesouro inestimável, pelos esforços, pela demonstração de carinho e torcida meu eterno agradecimento a

- ✓ minha irmã Maria Lêdes Lopes dos Santos; meu irmão Edinaldo Lopes de Souza; minha cunhada Elisangela Cabral da Silva; minhas amadas sobrinhas Gabrieli Silva de Souza e Grazielle Silva de Souza; meu amado sobrinho Helbert Silva de Souza; à Arlinda Ferreira Nascimento, minha mãe; meu pai Durval Lopes dos Santos.

Não tenho palavras para agradecer ao meu orientador Luciano Mendes de Faria Filho. Mesmo assim, quero dizer algumas. Obrigada por ter no segundo período do curso de Pedagogia, perguntado: “Você não se interessava por pesquisa?” Viu no que deu? Obrigada pela orientação, pelo respeito, pela confiança, por aceitar minhas limitações, mas, também por apontar que era possível superar muitas delas. Obrigada pelo exemplo de profissional comprometido com o que faz. Sem seu apoio seria muito mais difícil. Obrigada por tudo!

*Escrever é estar no extremo de si mesmo,
e quem está assim só
exercendo nossa nudez, a mais nua que
há, tem pudor de que outros vejam o que
deve haver de esgar, de tiques, de gestos
talhos, de pouco espetacular na torta
visão de uma alma no pleno estertor de
criar.*

João Cabral de Melo Neto

Resumo

Buscamos, nesta dissertação, identificar e compreender algumas dimensões acerca de representações relacionadas às crianças expostas, no entrelaçamento da questão da assistência com o controle da população pobre e a educação em Sabará/MG de 1832 a 1860. Na pesquisa, preocupamo-nos em explicitar a dinâmica do governo da cidade, inserido numa urbanidade do século XIX nas Minas Gerais. As fontes principais do trabalho foram as atas e correspondências da Câmara Municipal de Sabará. Para análise dessa documentação corroboraram diversos autores, com inserção no campo da história cultural, social e demografia histórica. O trabalho possibilitou evidenciar o envolvimento de diversos sujeitos em redes de sociabilidade, como esses sujeitos pensavam seus problemas e tentavam resolvê-los pelas vias da administração municipal.

Résumé

Avec cette étude on a eu le but d'identifier et de comprendre quelques dimensions a propos des représentations sur des enfants abandonnés, en proposant de voir cela dans le croisement de la question de l'assistance avec le gouvernement de la population pauvre et l'éducation à Sabará. Dans la recherche on a eu l'intention d'expliciter la dynamique du gouvernement de la ville, inséré dans une urbanité du XIXe. siècle au Minas Gerais. En ce qui concerne les documents privilégiés par le travail, on peut citer: les actes et les correspondances de la Câmara Municipal de Sabará. Pour analyser cette documentation on a mobilisé des orientations de plusieurs auteurs insérés dans le domaine de l'histoire culturelle, sociale et aussi de la démographie historique. Le travail a permis de mettre en évidence l'engagement de plusieurs sujets dans des réseaux de sociabilité, de voir comment ces sujets pensaient leurs problèmes et essayaient de les régler par les voies de l'administration municipale.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1- Roda dos expostos.....	24
Figura 2 - Mapa de Sabará	77
Quadro 1 - Ofício da Câmara Municipal de Sabará ao Conselho Geral da Província	44
Quadro 2 - <i>Mappa dos Mendigos residentes no Termo da Fidelíssima Villa do Sabará</i>	46
Tabela 1 - Lista de sócios da <i>Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição</i>	92
Tabela 2 - Parecer da <i>Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição</i>	96
Tabela 3 – Modelo de Mapa de Nascimento	131

ABREVIATURAS

APM – Arquivo Público Mineiro

MO – AMCBG - Museu do Ouro – Arquivo Museu Casa Borba Gato – Sabará, MG

CGP – Conselho Geral da Província

CPON – Cartório do Primeiro Ofício de Notas

CMS – Câmara Municipal de Sabará

CEDIC - BH- Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte

ANEXOS

Anexo 1- <i>Mappa da Comarca do Sabara</i> (1778). Autor: Jose Joaquim da Rocha	192
Anexo 2 - Carta “denunciante” enviado ao Juiz de Paz de Sabará	193
Anexo 3 - Projeto de Lei apresentado pelo Dr. Anastácio Symphronio de Abreu em benefício da Sociedade de Beneficencia das Senhoras Sabarenses.	195
Anexo 4 - Mappa dos Alumnos	196
Anexo 5 - Mapa da Província de Minas Gerais (1855).....	199
Anexo 6 - <i>Mappa Topografico da Fazenda do Jaguará e suas anexas vinculadas em beneficio de Cauza Pia Publica por decreto Regio de 4 de junho de 1787</i>	200

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: Relações camarárias em Sabará	39
1.1. Fidelíssima Sabará	39
1.2. Ação administrativa	49
1.3. Nas teias da política	55
1.4. Um vereador em busca de autonomia municipal	66
1.5. Projetos administrativos na reordenação do espaço urbano	71
Capítulo 2: Pedagogia da urbe	88
2.1. <i>A gente de boa classe</i> : Sociedade Pacificadora Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição	88
2.2. Beneficência e o espírito humanitário: os socorros públicos	102
2.3. A instrução na lide da Câmara	112
Capítulo 3: Os <i>desvalidos da sorte</i> sob os olhos da administração municipal de Sabará	124
3.1. Cuidar para não degenerar	124
3.2. Câmara sabarense e seus expostos	133
3.3. Dr. Anastácio e seus <i>illustres colegas</i> na vereação da <i>humanidade desvalida</i>	139
3.4. Preceitos para uma instituição a serviço da <i>humanidade</i>	148
3.5. Indícios para algumas trajetórias de expostos	160
Considerações	170
Fontes	175
Referências	181
Anexos	192

INTRODUÇÃO

Viver numa grande cidade implica o reconhecimento de múltiplos sinais. Trata-se de uma atividade do olhar, de uma identificação visual, de um saber adquirido, portanto.

Maria Stela M. Bresciani, 1987

Em 2002, sob a coordenação do professor Luciano Mendes de Faria Filho, iniciou-se um projeto de pesquisa que envolveria pesquisadores(as) do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – GEPHE - (FaE/UFMG). Esse grupo, inicialmente, foi composto pela professora Francisca Pereira Maciel (FaE/UFMG), pelo professor Tarcísio Mauro Vago (EEFFTO/UFMG) e por um grupo grande de bolsistas de iniciação científica, dentre os quais me encontrava. Posteriormente, passou a fazer parte do grupo a professora Thais Nivia de Lima e Fonseca.

O objetivo central do projeto era “testar” algumas hipóteses acerca do processo de escolarização e práticas educativas na cidade de Sabará/MG, nos séculos XIX e XX, pensando os sujeitos da ação educativa, envolvidos na relação da cultura escolar com outras culturas, bem como os mundos pelos quais as crianças transitavam no seu universo de relações. Dessa forma, um dos desafios do projeto era o de pensar não só a escola, mas também outros modos de socialização e tentar saber qual o impacto da escola nessas outras instituições. Mais tarde, a professora Thais Fonseca¹ enriqueceu o projeto, trazendo, para a pesquisa, o século XVIII, em que se trabalharia com uma espacialidade maior da região: a Comarca do Rio das Velhas, cuja sede localizava-se em Sabará.

A princípio, foi feito um levantamento bibliográfico sobre Sabará, e alguns encontros nessa cidade foram realizados, nos quais contamos com a presença de dois sabarenses que se dedicam à história de Sabará: Alexandre Guimarães e José Arcanjo do Couto Bouzas. Nesse processo de exploração inicial, sentimos falta de trabalhos que nos dessem base para entendermos melhor essa localidade em suas redes de sociabilidade, particularmente no século XIX. Sob a orientação do professor Luciano Mendes de Faria Filho, fiquei encarregada de fazer um levantamento sobre as instituições escolares da cidade no período de 1822 a 1889, assim como também do seu corpo docente.

¹ Projeto intitulado *Mediadores culturais e educação: processos e práticas escolares em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*.

Divulgamos o resultado inicial dessa pesquisa no *II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais* (II COPEHE-MG) em 2003². Selecionamos na época os dados até então coletados entre 1822 e 1887. Na ocasião, apresentamos algumas referências sobre professorado, instituições escolares e alunos. Nossas fontes foram principalmente mapas de professores, alunos, escolas, aulas da instrução primária e secundária da Província de Minas Gerais; atas de exames de alunos e professores; registros de provimento; termos de posse dos docentes, além de falas e relatórios de presidentes da Província.

Identificamos, naquele momento, 58 docentes, sendo 45 homens e 13 mulheres que passaram pela instrução pública. Quanto aos estabelecimentos, focamos nossa atenção no Colégio Emulação Sabarense, Colégio Feminino da Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses, Externato de Sabará e a Escola Normal. Esse levantamento permitiu-nos perceber que a rede de atendimento escolar foi gradativamente construída, envolvendo no seu processo setores diversos da sociedade, ainda que as elites locais representassem a maioria desses setores. Com os dados que tínhamos, estabelecemos alguns pontos que precisavam ser enfrentados para dar prosseguimento à pesquisa, respeitando os interesses particulares dos integrantes do projeto.

Na época, meu entusiasmo era com a perspectiva de trabalhar com o processo de aquisição da leitura e da escrita das crianças negras³ no século XIX. Entretanto, o professor Luciano, naquele momento, apresentou-me algumas questões e me convidou ampliar o meu olhar sobre Sabará. Passei um bom período, tentando definir que infância e quais histórias da infância me interessavam. Qual seria o ponto de partida, escola ou uma infância? Essa e tantas outras questões foram surgindo a medida que ia entrando em contato com a documentação – no ofício de bolsista – e também a partir das leituras e orientações.

A localização de um documento “despertaria” minha “curiosidade”. Era um ofício do diretor da Instrução Pública – Antonio José Ribeiro Bhering –, enviado ao vice-presidente da província mineira José Lopes da Silva Vianna, datado de dezesseis de agosto de 1854. Nesse

² Esse congresso ocorreu na cidade de Uberlândia/MG e foi organizado pelo NPEHE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação). Ainda em 2003, encaminhamos, com algumas modificações, esse mesmo trabalho para os Cadernos de História da Educação (Ed. UFU) como parte de um conjunto de trabalhos apresentados no referido congresso e selecionados para compor o Dossiê: história das instituições escolares I.

³ Entusiasmo marcado pela leitura do livro de Marcus Vinícius Fonseca, - *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil* - fruto de sua dissertação. O interesse, na época, decorria também das minhas atividades, no curso de Pedagogia, com ênfase, escolhida por mim, em Alfabetização, Leitura e Escrita.

ofício, o diretor Bhering informava ao vice-presidente que, na sua avaliação, de acordo com os dados apresentados pela Câmara Municipal de Sabará, Maria Vicencia Gomes do Bom Sucesso, estava “(...) nas circunstancias de obter titulo para continuar a reger a Escola particular do sexo feminino estabelecida pela Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses”. (SP 497, Nº 242, F.231, 16/08/1854). Mas o que chamou mais minha atenção era a menção a uma órfã pobre nesse estabelecimento escolar. Comecei, então, a procurar informações sobre o colégio e acabei “esbarrando” numa infância que conhecia um pouco pelas aulas de História da Educação no curso de Pedagogia; a saber, a infância exposta. A partir daí, não mais a deixei. No intuito de levantar dados sobre os expostos na cidade de Sabará, elaborei um projeto de monografia que desenvolvi nos três últimos períodos do curso de Pedagogia, sob a orientação do professor Luciano Mendes e, em julho de 2004, apresentei os resultados do trabalho⁴.

Os “rascunhos” apresentados na monografia foram frutos, principalmente, do investimento feito na pesquisa documental. Foi muito importante, nessa época, o levantamento de fontes, não só para a minha pesquisa, mas para os demais integrantes do grupo. Com esse trabalho, entrei em contato com a documentação da Câmara Municipal de Sabará, particularmente as atas das sessões da instituição. Até então, trabalhava basicamente com documentação ligada ao âmbito escolar. A intenção era levantar e confrontar o número de crianças expostas assistidas pela Câmara, pois os registros dos expostos no livro disponível, referente ao século XIX, estavam, ao que tudo indicava, incompletos⁵.

Os livros de atas exigem a leitura de ata por ata. Assim, nessa leitura, ia aos poucos conhecendo e reconhecendo problemas e tentativas de soluções para questões relacionadas à convivência em lugares onde o processo de urbanização implicava modificações nos modos de vida. Acredito que alguns dos encaminhamentos que tomou essa dissertação têm forte ligação com minha própria trajetória de vida. Na primeira vez em que pisei numa “cidade grande”, tinha por volta de meus oito anos. Belo Horizonte! Uma das primeiras sensações das quais me recordo foi a do frio, seguida do medo da imensidão das coisas. Muitos carros! Muita gente! Já tinha ouvido falar que na cidade havia umas “casas em cima das outras”, mas jamais podia imaginar a altura delas. Aos poucos fui percebendo que viver na cidade era bem diferente. Ir para a escola não era mais como em minha terra; lá o medo maior era das cobras,

⁴ Trabalho intitulado *Assistência às crianças expostas em Sabará/MG (1832-1854)*. A monografia contou com a avaliação da professora Francisca Pereira Maciel da FaE/UFMG.

⁵ Identifiquei 22 crianças assistidas pela Câmara no período proposto no projeto de monografia.

onças, do “gado brabo”; na cidade, existia medo era das pessoas. A escola era um mundo à parte com suas várias salas em único prédio.

As maiores escolas de Nova Alegria/BA tinham duas salas, sendo que, em uma dessas escolas, uma sala era para aulas e outra para a cadeia. Em Nova Alegria, o ensino era oferecido até a 4ª série, e cada série ficava numa escola. Por sua vez, as escolas ficavam umas distantes das outras. Não foram poucas as vezes em que, ao trabalhar com as atas da Câmara de Sabará, percebia muitas semelhanças com os modos de vida da população de Nova Alegria. Anacronismo? Em Nova Alegria nasci e passei parte da minha infância, trabalhando, auxiliando minha mãe, avó, irmão e irmã na “lida da roça” e principalmente da casa, mas também usando a imaginação na criação de brincadeiras e brinquedos.

A cidade trouxe, aos poucos, para minha vida sempre a sensação de fascínio e, ao mesmo tempo, de um incômodo muito grande. Incômodo gerado pela gritante exclusão social; exclusão mais gritante ainda no aspecto do acesso: à habitação digna; à escola; à saúde; à infra-estrutura urbana. Como moradora de uma área periférica de Belo Horizonte, Vila Fazendinha, acabei me envolvendo em movimentos que buscavam melhorar as condições de vida do lugar.

Apaixonada por política e pelos debates proporcionados pelos grupos de esquerda ingressei no Partido Comunista do Brasil – PCdoB, em que, na “base”, discutíamos, e ainda discutimos, os problemas da nossa Comunidade e do país, problemas os quais, em boa parte das vezes, recaíam sobre a questão da pobreza e do futuro das nossas crianças e jovens. Nos últimos seis anos, tenho atuado na Associação Comunitária dessa Vila, de cujo processo de fundação participei, e junto com meus “companheiros” e “companheiras” temos demonstrado o quanto é frutífero o trabalho coletivo. A recompensa por tanto trabalho é o fato de, a cada dia, a nossa Vila firmar-se como “a menina dos nossos olhos”.

Desse modo, os problemas atuais, principalmente aqueles que se referem aos direitos das crianças, foram importantes para o meu direcionamento para uma pesquisa na perspectiva histórica. Assim, a conjugação de minhas referências pessoais com as demandas da pesquisa influenciou o recorte feito para a investigação de que trata este texto.

Evidentemente, não foi da “noite para o dia”, nem de uma forma tão simples que se processou a problematização da pesquisa. Foram necessários vários encontros entre os pesquisadores do grupo de trabalho sobre Sabará para que desenhássemos os contornos do trabalho. Não é sem fundamento que o “nós”, ou seja, a idéia de coletivo é a essência do presente trabalho, algo que sempre acompanhou meu “jeito” e que, neste texto acadêmico, não poderia ser diferente.

Foi no processo de refinamento da pesquisa que construímos um subgrupo de discussões, o qual envolveu alguns pesquisadores do projeto que se interessavam por questões voltadas para a urbanidade, para processos de sociabilidade, como também para práticas ligadas aos processos de socialização da infância e da juventude. Sob a coordenação do professor Luciano Mendes de Faria Filho, compúnhamos o grupo: Marcus Vinícius Fonseca (doutorando na época da FE/USP, com pesquisa sobre a escolarização da criança negra no século XIX, em Minas Gerais), Carla Simone Chamon (doutoranda da FaE/UFMG), Leonardo Santos Neves (mestrando da FaE/UFMG, que desenvolvia pesquisa sobre o ensino secundário na província mineira), as bolsistas de iniciação científica Carolina Mafra de Sá, Vanessa Alexandrino Oliveira Santos, Andréa Cristina Silva Fernanda de Moura, Ana Paula Rodrigues.

Desse grupo, permaneceram no projeto: Carolina Mafra de Sá, com pesquisa sobre o Teatro de Sabará e suas estratégias educativas ao longo do século XIX e Ana Paula Rodrigues, que desenvolve trabalho sobre o jornal *O Contemporâneo*, já em fins do século XIX. No trabalho com esse jornal, o esforço tem sido o de compreender o próprio jornal como uma dimensão educativa.

Mais recentemente, duas doutorandas do GEPHE/FaE-UFMG vieram contribuir, com suas pesquisas, para o enriquecimento das discussões desenvolvidas no grupo. Marcilaine Soares Inácio, com o trabalho sobre a relação entre intelectuais, Estado e educação em Minas Gerais (1831–1840), investiga os movimentos associativos desse período, dentre os quais está o movimento da *Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição*⁶ de Sabará e as estratégias educativas utilizadas por esses movimentos. A outra doutoranda, Cecília Vieira do Nascimento, tem pesquisado trajetórias de professoras de Sabará ao longo do século XIX.

Nesse trabalho coletivo, percebemos então que era necessário fazer um estudo de modo mais panorâmico na atual fase da pesquisa do “grupo de Sabará”, e coube a mim a tarefa de dar prosseguimento à investigação mais ampla da cidade. Era preciso ir ao encontro de instâncias não escolares, mas que tiveram papel pedagógico importante na formação social, política, econômica e educacional da cidade. Dessa forma, pensamos dois pontos articuladores: a discussão da *questão urbana* e a *política administrativa* voltada para a assistência e a educação.

⁶ Optamos em manter a grafia da época no trabalho. Usamos o *itálico* para indicar, por exemplo: palavras, frases, expressões, utilizadas no período pesquisado, como também para sinalizar léxicos de autores utilizados como referência.

Com a dimensão da política administrativa, percorremos a Câmara Municipal de Sabará, na tentativa de apreender, no conjunto, seus núcleos de preocupações, mesmo sabendo que, para o tempo desta pesquisa, não seria possível fazer uma varredura minuciosa dessas questões, nem em toda a documentação referente a essa instituição. Os vereadores da Câmara, na necessidade de cumprirem obrigações legais, deixavam transparecer suas idéias sobre expostos, órfãos pobres, instrução, educação, política, urbanização, civilização; a respeito da administração. Na pesquisa, portanto, evidenciam-se as posições dos vereadores da Câmara Municipal de Sabará acerca dessas questões. A partir dos seus olhares sobre os *desvalidos*, tentamos apreender aspectos de uma sociedade mineira num dando momento de sua trajetória. É sobretudo uma Sabará oitocentista, que cotidianamente buscou enfrentar seus problemas ligados a essas questões, que buscamos identificar e analisar neste trabalho. Para isso, foi necessário abranger alguns dos espaços de sociabilidade dos vereadores.

Um vereador em particular chamou nossa atenção quanto aos seus procedimentos à frente da presidência da Câmara. Anastácio Symphronio de Abreu. Seu “estilo” de administrar o município e tratar os problemas de Sabará, a partir de 1853, possibilitou articular a dinâmica da urbanidade local com uma complexa rede do cotidiano, em que é possível acompanhar um Estado brasileiro em construção, assim como suas leis.

Nesse sentido, fizemos a tentativa de movimentar os problemas ao longo do período de 1832 a 1860, realizando, quando necessário, um diálogo com períodos anteriores e posteriores a esse recorte, com o objetivo de demarcar algumas permanências e rupturas em relação aos problemas discutidos no âmbito da Câmara. O ano de 1832 representa o marco inicial do período estudado, tendo em vista à criação da *Irmandade de Misericórdia da Comarca de Sabará*. A existência dessa instituição abriu, para o município, a perspectiva de assistir não só os enfermos empobrecidos, como crianças que eram abandonadas pelas portas de casas da região. Também essa instituição viria a congregar homens da *boa sociedade* do município, os quais se faziam presentes nos postos de destaque da administração municipal. Por sua vez, 1860, é o ano final, devido ao fim do projeto proposto, no âmbito da Câmara de Sabará, para a institucionalização da criação das crianças abandonadas.

Como a pesquisa decorre de trabalho no campo da História, é preciso situar os documentos selecionados para o trabalho. Michel de Certeau (1982), ao abordar a questão das fontes, sensibiliza nosso olhar, quando se refere aos gestos envolvidos na história no momento em que *transforma* um dado, objeto com outra lógica de organização, em *documento*, instituindo, num primeiro movimento da lide, no que o autor denominou de *distribuição cultural*. Nas suas palavras, “na realidade, ela consiste em *produzir* tais

documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”. (CERTEAU, 1982, p.81).

Todos os indícios do presente trabalho foram levantados ao longo de toda a pesquisa, o que pode ter prejudicado o processo final da escrita. Isso se justificou por vários fatores: dispersão da documentação espacial e de instituições de guarda; natureza particular das fontes; investimento temporal grande na leitura da documentação, em sua maior parte manuscrita; necessidade de se inventariar as próprias fontes.

As fontes exploradas na pesquisa constituem uma documentação que está sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM) em Belo Horizonte/MG; na Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand, na mesma cidade; na Casa Borba Gato-IPHAN/Museu do Ouro, na cidade de Sabará/MG; no acervo de microfilme da Biblioteca Nacional (consultado em parte na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG). Além disso, apresentaram-se como fontes para a investigação livros de registros de nascimentos e casamentos do Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte (CEDIC-BH). É importante ressaltar ainda o fato de que boa parte da documentação trabalhada é composta de documentação ligada à administração pública.

Da documentação sob a guarda do APM, os documentos trabalhados foram diversos, mas apresentam um ponto em comum: Sabará. No fundo da *Presidência da Província*, o foco foi a série *correspondência recebida*. Nessa série, foram consultadas as sub-séries: Sociedades musicais, políticas, literárias, filantrópicas e partidos políticos; Divisão administrativa, eclesiástica e jurídica da província (mapas de população, nascimento, casamento e óbitos); Magistratura e administração da justiça / Juiz de Paz Sabará; Magistratura e administração da justiça: Juiz Municipal de órfãos; Magistratura e administração da justiça: Juiz de Direito – Comarca Rio das Velhas (Sabará); Magistratura e administração da justiça: Juiz de Fora (Sabará); Magistratura e administração da justiça: Promotor Público; Saúde e assistência; Polícia (chefia, delegacia e subdelegacia) Sabará; Vínculo do Jaguará; Câmaras Municipais / Sabará; Compromissos de irmandades, confrarias e seminários; Estabelecimentos Pios e de Beneficência (Santa Casa e hospital): Bonfim, Campanha, Diamantina, Itabira, Mariana, Passos, Pitangui, Sabará, São João del Rei e Serro. Nesse mesmo fundo, trabalhei com a série Correspondência Expedida com as sub-séries: Inspeção de Instrução Pública e Inspeção de Saúde Instrução – Saúde; Câmaras Municipais. A última série desse fundo foi o da Documentação Interna com a sub-série Secretaria do Governo ou da Presidência Mapas e tabelas; Lançamento das posturas formadas em virtude da lei de 1.º de outubro de 1828; Décima Primeira Legislatura.

Pesquisei também em outro fundo: *Câmara Municipal de Sabará*. Nesse caso, consultei as seguintes sub-séries: Receitas e Despesas; Livro de Matrícula dos Expostos de Sabará; Câmara Municipal de Sabará. No fundo dos Mapas de População, o trabalho foi com Nossa Senhora da Conceição, Sabará. Ainda no APM, trabalhamos com vários documentos do fundo de Instrução Pública; revistas desse arquivo; leis da província mineira e Relatórios ao Conselho Geral da Província de 1828 a 1833.

Mas a maior parte da documentação da Câmara Municipal de Sabará foram as atas das sessões da Câmara e correspondências. Essa documentação encontra-se, no momento, toda microfilmada no APM. Além disso, é possível consultar seus originais na Biblioteca Municipal da Cidade de Sabará, o que às vezes é necessário porque nem sempre é possível “decifrar”, no microfilme, todas as partes dos textos. Foram esses documentos que exigiram um maior esforço, seja pelo grau de dificuldade que a escrita apresentava para a leitura, seja pela quantidade.

Esses documentos da Câmara deram-nos visibilidade à parte do cotidiano administrativo sabarense, como as demandas locais por saúde; educação; segurança e urbanização. Nesse cotidiano administrativo, a criança abandonada, os pobres, a política o Estado, também emergiam. Podemos apreender um Estado que vai se burocratizando e que tenta colocar seus cidadãos nesse caminho. Foi dessa documentação que extraímos a maior parte das referências. Esse tipo de fonte, ainda pouco explorada por nós da História da Educação, tem muito a oferecer para as nossas pesquisas.

Trabalhando com as atas da Câmara, percebemos a ausência do livro de atas que compreende o período entre o ano de 1855 e o início de 1858. Ao que tudo indica, pelo trabalho com as atas de 1858 e com as correspondências da Câmara, fatos importantes ocorreram nesse período. Ao localizar o dado o qual evidencia que o vereador Anastácio Symphronio de Abreu foi deputado provincial justamente nesse período, procuramos levantar outro tipo de fonte que pudesse nos auxiliar na compreensão desse período e da atuação desse médico. Assim, recorremos a jornais da época e decidimos fazer um recorte no *Correio Oficial de Minas*.

O *Correio Oficial de Minas* (Folha oficial do governo provincial) foi criado em conformidade com a Lei provincial N.º 791 de 20 de junho de 1856, com o Regulamento N.º 38. Sua impressão era feita pela tipografia de responsabilidade do governo provincial. Essa tipografia, criada pelo mesmo regulamento, tinha por finalidade imprimir os livros das leis mineiras, a folha oficial do governo, relatórios da presidência da província, atas, projetos, discussões da Assembléia Legislativa Provincial, assim como demais trabalhos das

repartições públicas. Particulares também podiam utilizar os serviços tipográficos. A publicação do *Correio Oficial de Minas* ocorria duas vezes por semana e apresentava, em alguns números, suplementos. A decisão de trabalhar com esse jornal relaciona-se com o fato de nele haver transcrições das atas das sessões da Assembléia Provincial, quando da atuação do vereador Anastácio Symphronio de Abreu como deputado.

Outro jornal consultado foi *O Vigilante*, jornal da *Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição*. O jornal foi criado por essa sociedade em 1832 e teve vida até 1835. Esse impresso é uma fonte riquíssima, os originais estão na sessão de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Entretanto, os pesquisadores também podem consultar o microfilme enviado pela Biblioteca Nacional, ao acervo de microfilmes da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG. Existem mais de noventa números do periódico disponíveis. O acervo sob a guarda da Biblioteca Nacional possui 49 números do ano de 1833, 38 do ano de 1834 e 6 números de 1835. No decorrer da pesquisa, localizamos outros jornais, mas, em decorrência da exigüidade do tempo, não foi possível pesquisá-los.

Na Casa Borba Gato – IPHAN/Museu do Ouro/Sabará –, fiz levantamento de inventários, entre os quais o do padre e professor Marianno de Souza Silvino foi selecionado para esse trabalho. Não posso deixar de mencionar que vários foram os documentos consultados nessa instituição. Apesar de não terem sido “utilizados” de maneira contundente, a leitura desses documentos propiciou uma visão mais alargada da cidade e de seus sujeitos.

Recorremos também à legislação mineira, às Ordenações do Reino ou Ordenações Filipinas, bem como às leis do império brasileiro. Outros documentos por nós consultados foram: os Relatórios e Falas dos Presidentes da Província de 1837 a 1860, relatos de viajantes e os livros de Zoroastro Vianna Passos (*Notícia Histórica da Santa Casa de Sabará 1787-1928, Em torno da história de Sabará* v.1 e v.2). Abram os, pois, passagem para o que nos foi possível tecer.

Há algumas décadas, a infância constituiu-se como importante temática de investigação para diferentes áreas do conhecimento, especialmente para as ciências humanas e médicas, nos campos da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Medicina, Pedagogia, Psicanálise e História. Desse modo, podemos dizer que, sobre a história da infância e/ou da criança, há uma vasta literatura de diferentes campos das ciências humanas, seja internacional, seja nacional, que buscaram apreender em diferentes tempos, espaços, em diversos segmentos sociais, econômicos, culturais, a inserção da criança na sociedade, assim como sentimentos e tratamentos a essa reservados. A produção intelectual a respeito dessa temática demonstrou

que não há só uma infância ou criança a ser pensada; elas são múltiplas e, na impossibilidade de falar de todas, é que recortamos na tentativa de apreender algumas especificidades de determinadas categorias.

Marcos Cezar Freitas e Moisés Kulmann Júnior (2002) argumentam que, “(...) no singular, a *infância* seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns às diferentes *crianças*”. Por outro lado, há o seu *inverso*, pois na medida em que se subdivide em *infâncias*, ao lidar, por exemplo, com “(...) *infância* pobre, delinqüente etc. Como contraponto, a *criança* torna-se a categoria genérica”. Ainda enfatizam os autores que, “às vezes, a expressão *infância* refere-se às crianças dos setores dominantes, quando se atribui a esses setores a primazia dos sentimentos e das práticas que caracterizam este conceito ou representação. Outras vezes, a *infância* representa as crianças pobres, objeto das políticas sociais” (FREITAS; KULMANN JÚNIOR, 2002, p.7-8). Logo, é com uma subdivisão da infância que trabalhamos neste estudo; a saber, a infância abandonada, mas que também não se refere a todos os tipos de abandono; trata-se do que poderíamos talvez denominar de uma infância enjeitada.

Nas palavras de Isabel dos Guimarães Sá, “(...) a infância no passado tem de ser associada ao facto de grande parte das populações no Ocidente poderem abandonar crianças de forma mais ou menos legal” (SÁ, 1995, p.8). Os estudos sobre esse abandono têm se avolumado e, cada vez mais, recorrido a análises que enfatizam discussões de âmbito local e regional, na tentativa de apreender as semelhanças e especificidades no quadro de abandono de crianças nos séculos passados. Um “tipo” específico de abandono, a criança exposta, acabou ganhando, gradativamente, visibilidade nas sociedades. Mas, quem é essa criança da qual estamos falando? Para o jurista José Pereira de Carvalho (1880),

Chamão-se expostos aquelles infelizes que fôrão abandonados por seus pais logo pouco depois do seu nascimento, ou para se livrarem das despesas e dos incommodos da criação e educação, ou para se pouparem à infâmia. Este uso barbaro, mas que as circunstancias tornão muitas vezes indispensavel, data do estabelecimento das sociedades civis, e todas ellas providenciárão sobre o modo de criar os infelizes fructos de um amor illegítimo (CARVALHO, 1880, p.139, nota 218).

O ato de enjeitar⁷, em portas de casas, adros de igrejas, ruas, praças públicas, lugares ermos, deixava sempre as crianças em risco de morte. O perigo das intempéries do tempo, o ataque de animais (especialmente, cães e porcos) sujeitavam as crianças fundamentalmente ao

⁷ Nas fontes trabalhadas, o termo que mais aparece é *exposto*, sendo que, algumas vezes, também aparece a palavra *enjeitado* como sua forma sinônima, conforme verificou Renato Pinto Venâncio (1999).

sofrimento. Elas, as crianças expostas, tidas como problema constante, por diversas sociedades, foi presença acentuada especialmente em centros urbanos, com destaque para países como França, Itália, Espanha e Portugal. Essas crianças fizeram, sem dúvida, parte da história da marginalização social na modernidade, a qual se viu atordoada na busca por teorias explicativas para essa prática, como também por “soluções” para algo que não se podia fazer invisível:

Parecia que o piedoso estabelecimento de se criarem á custa do publico todos os expostos, concorreria para se salvar da morte um grande numero delles, com proveito da sociedade; e que as amas, por meio do interesse, supprirão de alguma sorte a barbaridade das mãis; a experiencia, porém, tem convencido do contrario; e a combinação das listas dos que se expõem com as listas dos que se salvão da morte, faz estremecer o coração menos sensível. Parece que, á proporção que se augmentão as mesadas das amas dos expostos, se lhes diminue o amor e a caridade por estes infelizes, e que a natureza se vinga por este modo da tyrania dos pais, que abandonárão sem remorso o fructo das suas entranhas! Se o primeiro plano não produzio o effeito desejado, ainda póde decretar-se outro, que o produza (CARVALHO, 1880, p.139, nota 218).

Como se vê, o abandono de crianças constituiu uma *prática social* que marcaria profundamente o mundo ocidental. Os motivos do enjeitamento? Vários, dentre o quais, os principais são a pobreza e as uniões não consentidas, as crises econômicas, o medo da desonra e as deficiências físicas. Durante muito tempo, a criação dessas crianças ficou sob a responsabilidade de outras famílias, as quais viam, nesse ato, uma possibilidade de afirmar atos de caridade cristã. Mas à medida que o enjeitamento dessas crianças foi tomando proporções alarmantes, e em grande medida em países europeus, não mais era suficiente o auxílio familiar para atender a uma demanda crescente.

Assim, emergiram as discussões em torno da *assistência institucional* que, a partir do século XIV, ganharam fôlego. Desse modo, diversas formas de instituições foram pensadas não só para abrigar as crianças expostas, mas também a fim de assistir outros *desafortunados*. Aos poucos, instituições específicas foram sendo criadas para assistirem os enjeitados: casas, hospitais, asilos, etc. (SÁ, 1995). Encontrar uma criança nessa condição, em especial os recém-nascidos, ou crianças nos primeiros anos de vida, em condições de esfacelamento, mobilizaria a compaixão de grupos os quais levantariam a necessidade de terem locais “adequados” para receberem essas crianças. Por meio do que propunha José Pereira de Carvalho (1880), em meados do século XIX, para o Reino de Portugal, percebemos que este problema por demanda da constituição de espaços específicos para o atendimento à criança exposta fazia-se presente, por exemplo, no mundo lusitano, que muito se assemelha no que se refere às discussões sobre a mesma questão no Império Brasileiro:

Se em todas as cidades e villas do Reino se estabelecesse uma casa para a criação de leite de todos os expostos do respectivo termo, se, além das amas necessarias e sadias, houvesse um certo numero de cabras para supprirem as faltas, se um homem de probidade vigiasse cuidadosamente este estabelecimento, para providenciar tudo aquillo que occorresse, e se, finalmente, o cirurgião e o medico do partido ajudasse a natureza com os soccorros da sua arte, estou certo de que, com menos despezas do que aquella que actualmente se está fazendo se evitaria a morte de um grande numero de expostos. E quantas pessoas deixarião legados a um tão pio e tão proveitoso estabelecimento, se vissem que elle era bem administrado? (CARVALHO, 1880, p.139, nota 218).

Nas três citações que acompanhamos de Carvalho (1880), nas suas *Primeiras linhas sobre o processo orphanologico*⁸, o autor apresentou, dessa maneira, o problema da exposição de crianças. Como homem de sua época, explicitou seu ponto de vista de modo incisivo sobre a conduta daqueles e daquelas que, em algum momento da vida, por determinada situação, viram-se diante do ato de enjeitar um filho. O autor considerava essa ação uma atitude bárbara, e, como ele, outros tantos igualmente pensaram, mas nem sempre se pensou assim. Há aí um processo histórico que, paulatinamente, foi desenvolvendo a idéia de que o ato de abandonar crianças era não só condenável moralmente, mas também uma atitude desumana, um crime. Tal prática passaria, portanto, a ser considerada merecedora de recriação e punição.

Dessa maneira, o grave problema representado pelo abandono de crianças, remonta à Antigüidade e foi se estendendo por toda a Idade Média. Porém, segundo Laura de Mello e Souza (1996), a preocupação com essas crianças acentua-se sobretudo na época moderna, principalmente quando o problema da pobreza torna-se dispendioso para o Estado “(...) e a idéia de que o aumento populacional embasava a riqueza das nações tomou contornos definidos” (SOUZA, 1996, p.29).

Não bastaria, entretanto, apenas ter um local apropriado; era necessário também oferecer condições para que os “enjeitadores” mantivessem seu anonimato. Definir um local para onde se deveria encaminhar uma criança enjeitada foi um dos problemas maiores a ser enfrentado (MARCILIO, 1998). Carvalho (1880) aponta ainda para outros problemas impostos a essas crianças: os altos índices de mortalidade e as dificuldades, próprias da época, para encontrar “boas” amas.

Diante desse quadro, as crianças enjeitadas, de certo modo, mobilizaram juristas, médicos, religiosos, economistas, filósofos, filantropos, estatísticos, políticos, educadores,

⁸ O livro aqui adotado é a nona edição publicada em 1880, na cidade do Rio de Janeiro. Consta que essa edição foi revisada e atualizada até próximo à publicação, o que permite trabalhar com diversas modificações das leis ligadas à questão dos órfãos, principalmente as brasileiras.

pedagogos, pessoas envolvidas em instituições de caridade e filantrópicas, dentre outros grupos sociais, que buscaram intervir nos cuidados com esse grupo infantil, principalmente a partir do século XVIII.

Em Portugal, assim como em parte da Europa, desde a Idade Média, havia instituições que atendiam crianças expostas. Conforme estipulação das Ordenações Manuelinas⁹, a partir do século XVI, os conselhos das câmaras, passaram a financiar seu atendimento. Esses conselhos, na medida em que foram desenvolvendo essa prática de assistência, passaram a dividir o trabalho com as Casas de Misericórdia (SÁ, 1995).

Com a criação de instituições de acolhimento, as crianças enjeitadas passaram – nos lugares onde existiam –, em boa parte, a ser deixadas em rodas instaladas nesses locais, a maioria ainda bebês. Crianças com idade inferior a sete anos também eram recolhidas nesses espaços, embora em menor número e não sendo uma regra em todos os locais que as recebiam. Conforme Marcílio (1998)

A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se, na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento (MARCÍLIO, 1998).

De acordo com Russel-wood (1981), a primeira instituição a ter uma roda exclusivamente voltada para o recebimento de crianças foi o *Hospital do Espírito Santo* da cidade de Roma no ano de 1198. Daí por diante, esse tipo de objeto passaria a se difundir e, no século XV, já era freqüente em hospitais de países europeus. (RUSSEL-WOOD, 1981, p.233). Como podemos observar na imagem abaixo, as rodas eram feitas de madeira, possuíam forma cilíndrica com abertura no meio, giravam *num pino colocado sobre seu eixo vertical*. Afixadas nas paredes, as rodas eram acompanhadas, na maior parte das vezes, por

⁹ As Ordenações constituem um conjunto de leis as quais tinham por objetivo regulamentar a administração do Reino de Portugal. Conhecidas como *Ordenações do Reino*, essas leis portuguesas dispunham sobre as normas que deveriam reger o sistema “(...) do direito judiciário, administrativo, penal e civil”. A Ordenação mais antiga foi instituída pelo rei D. Afonso V por volta de 1446, denominada *Ordenações Afonsinas*. Mais de sessenta anos depois, em 1512, seriam publicadas as *Ordenações Manuelinas* por D. Manoel I. Esse código reformularia as Ordenações Afonsinas, encaminhando o direito português para a consolidação. Por último, temos as *Ordenações Filipinas*. No reinado de Felipe I, foi esse o código aprovado, e sua publicação sairia em 1603, com Felipe II no trono, e, em 1643, o código seria confirmado. As *Ordenações Filipinas* foram das ordenações as que mais perduraram no Brasil (BOTELHO; REIS, 2002, p.130). Após a independência, aos poucos as *Ordenações Filipinas* foram substituídas por leis do Império brasileiro, sendo os direitos ligados ao *direito de ordem privada* que regulava condutas quanto a *peçoas, bens e relações*, o que mais vigorou, pois, só em 1917, o Brasil teria um código civil. A longa duração das *Ordenações Filipinas* no Brasil foi superior ao período em que essas Ordenações vigoraram em Portugal (PINHO, 1957, p.7).

um sino que servia para anunciar que uma criança havia sido colocada. Ao se ouvir o sino, girava-se a roda, e a criança passava para a parte interna do estabelecimento¹⁰.



Roda dos expostos. Disponível em:
<http://fotos.sapo.pt/alemcaia/pic/00015kh/s340x255>

Para Maria Luiza Marcílio (1998), no decurso da história ocidental cristã, na qual se inclui a história brasileira, houve três fases de atendimento à infância desvalida: *fase caritativa*, *fase da filantropia científica* e a *fase do Estado de Bem-Estar Social*. A *fase caritativa*, segundo a autora, teria sido a mais longa, indo desde o Império Romano até meados do século XVIII. Nessa fase, não se teria buscado eliminar a prática da exposição de crianças. As crianças expostas constituíam-se em objetos de caridade, desvalidos, aos quais, os indivíduos, movidos pela possibilidade de recompensa celeste, davam algum tipo de auxílio.

Conforme Marcílio (1998), na *fase filantrópica científica*, que adentrou o século XX, entrou em cena as influências tecnológicas e científicas principalmente dos médicos higienistas, enquanto a *fase de Estado do Bem-Estar Social* viria à tona com a Declaração dos Direitos Universais da criança pelas Nações Unidas em 1959.

Segundo Renato Pinto Venâncio (1999), “A maioria [dos expostos] falecia antes de completar um ano sob a proteção do hospital, outros já chegavam mortos. Os elevadíssimos índices de mortalidade acabavam sendo um trágico mecanismo que viabilizava o funcionamento das instituições de assistência” (p. 99). Como destaca o autor, ao se trabalhar

¹⁰ A roda não foi um instrumento criado e pensado a partir do problema da exposição de crianças. Conforme Russel-wood (1981), a roda já era utilizada em conventos onde viviam reclusas. Nesse instrumento, eram deixados: alimentos, remédios, mensagens. Algumas vezes, crianças também eram deixadas na esperança de que as irmãs cuidassem delas (RUSSEL-WOOD, 1981, p.233).

com a história do abandono, intrinsecamente se trabalha com a história da morte, uma vez que as crianças enjeitadas tinham um curto tempo de vida nas casas de acolhimento, e, por isso mesmo, havia poucas perspectivas de vida para as que sobreviviam.

Sobre as crianças expostas precisa ser pensada também a relação entre assistência, pobreza e trabalho, de acordo com Miriam Lifchitz Moreira Leite (1996). Objetos de projetos de Estados, os expostos eram vistos em boa parte como indivíduos os quais poderia o poder governamental dispor sobre suas vidas. Um desses projetos era a crença de que a assistência e o trabalho afastariam os pobres da vadiagem e da prostituição (LEITE, 1996, p.99).

Sá (1995) lembra que idéias no período do Absolutismo e Iluminismo articulavam-se com o pensamento de que o índice cada vez maior da população de um Estado só podia beneficiá-lo, aumentando o seu bem-estar e o progresso das nações. Devido a esse pensamento, os expostos foram vistos como “colaboradores” do Estado. Vários foram os Estados que projetaram neles o desejo de povoarem diversas partes dos seus domínios, de modo a tornar o “investimento” público com a criação dessas crianças em algo *rentável*. (SÁ, 1995, p.66-67).

No Brasil, as práticas de exposição de crianças se assemelharam às vividas em países europeus. Assistidas por famílias, em sua grande maioria, aos poucos seus cuidados também passaram a contar com o auxílio de instituições. As municipalidades portuguesas, desde o século XVI, deveria se responsabilizar pela criação e educação dos enjeitados, como também as de além-mar sob o domínio luso. Em terras brasileiras, o que se viu foi longo período, para não se dizer séculos, no qual os enjeitados eram, em boa parte, assistidos por particulares ou sucumbiam à morte, tendo em vista os poucos investimentos das municipalidades na obrigação de assistir as crianças expostas, o que levava muitas crianças a circularem por diversas casas, ou mesmo pela rua, engrossando o número dos que sobreviviam da mendicidade, da prostituição e também de crimes (MARCÍLIO, 1998, p.144). Como assinala Marcílio,

(...) durante a fase da assistência caritativa, as Câmaras Municipais, responsáveis pelas crianças sem-família, foram omissas ou parciais nessa sua obrigação. Contratando diretamente os serviços de amas-de-leite mercenárias ou estabelecendo convênio com as Misericórdias, as Câmaras Municipais raramente assistiram a todas as crianças expostas em seu território (MARCÍLIO, 1998, p.144).

As relações entre as santas casas de misericórdia e as câmaras quanto ao atendimento aos expostos nem sempre se davam de forma consensual. A onerosa atividade de tratar das

crianças nos estabelecimentos, em várias partes, foi motivo que dificultou a aceitação das Misericórdias responsabilizarem-se por tamanho encargo.

Venâncio (1999), em seu trabalho sobre as duas primeiras instituições brasileiras que passaram a receber os expostos em rodas, as Santas Casas de Misericórdia de Salvador e do Rio de Janeiro, afirma que, para que ambas as instituições se responsabilizassem por esse encargo, foram necessárias negociações entre essas instituições e as Câmaras, quanto a repasses de recursos municipais e grandes doações de particulares (VENÂNCIO, 1999, p.28).

Para Minas Gerais, boa parte dos trabalhos que lidam com a questão da criança exposta tem predominância no século XVIII. Se o problema da criança exposta é, em grande parte, um problema de centros urbanos, Minas Gerais, no século XVIII, como a capitania mais urbanizada da colônia, teve também de enfrentar o problema do enjeitamento de crianças. Nesse período, “(...) a exposição de crianças cresceu (...) de forma alarmante, assumindo, no final do período, proporções catastróficas” (SOUZA, 1996, p.30).

Souza (1996) afirma que o problema da exposição se agravava com a *indefinição* para se estabelecer uma *política* de atendimento aos expostos. Irmandades, particulares, e os senados das câmaras, chegavam a auxiliar na criação dessas crianças. Porém, isso não implicava um auxílio generalizado, e muitas nem chegavam a ser registradas. Os senados de algumas câmaras tendiam muitas vezes à omissão quanto ao pagamento das amas que criavam os enjeitados sob sua responsabilidade. Por sua vez, tal omissão levava também os criadores das crianças a não as apresentarem com regularidade aos ditos senados, o que propiciava índices elevados de óbito entre essas crianças (BOCHI *apud* SOUZA, 1996, p.30-31).

Nos dizeres de Venâncio (2004, p.189),

Durante o período colonial, muitas mulheres viram-se diante da necessidade de abandonar os próprios filhos. Não é exagero afirmar que a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina, principalmente da dor compartilhada por mulheres que enfrentavam obstáculos intransponíveis ao tentar assumir e sustentar os filhos legítimos ou nascidos fora das fronteiras matrimoniais.

Ao longo das primeiras décadas do século XIX, contaria o Brasil com um aumento de casas para expostos. O problema tornarva-se mais grave nos centros urbanos e a falta de assistência a essas crianças persistia no agravamento do quadro. Marcílio (1998) destaca o caso de São Paulo, que teve índice elevado de expostos entre a população livre; de cada dez crianças que nasciam, duas eram abandonadas (MARCÍLIO, 1998, p.154). Com esse elevado número de expostos, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo fundaria a sua Roda de

Expostos em 1824, na tentativa de amenizar o problema do desamparo vivido por essas crianças¹¹.

A lei imperial de 06 de julho de 1827 tinha por objetivo estabelecer uma regularização dos recursos para a criação dos expostos. A herança daqueles que morressem sem deixar nenhum herdeiro deveria ser destinada para o cuidado dos *enjeitados*. Aliados aos legados pios, para ampliar a assistência, diversos impostos também foram criados, como também a sensibilização para o aumento das doações (VENÂNCIO, 1999). Para Venâncio, além disso, “(...) podemos afirmar que, durante os séculos XVIII e XIX, as leis e os regulamentos não diferenciavam os serviços de socorro destinados à infância carente, classificando toda criança enviada ao auxílio hospitalar na categoria dos enjeitados” (VENÂNCIO, 1999, p.36-37).

Ao longo do século XIX em Minas Gerais, o problema do abandono de crianças mereceu de administradores municipais e provinciais algum tipo de menção, seja por receio de que os *enjeitados* se tornassem um problema maior no futuro, seja por princípios humanitários e filantrópicos. Como criar, educar e preparar para o trabalho talvez tenham sido as maiores preocupações relacionadas a essas crianças. Determinado número de crianças *enjeitadas* passou pelos bancos escolares e, como algumas crianças das classes menos abastadas, os mapas escolares, por exemplo, permitem-nos levantar a presença delas em escolas. Mônica Yumi Jinzenji (2002) ao buscar na *escolarização da infância pobre*, apreender os *discursos educacionais* que circularam por Minas Gerais no período de 1825 a 1846, percebeu que, à medida que se encaminhava para a metade do século XIX, a preocupação com a *formação e a educação* das crianças abandonadas passava a ser mais enfatizada. Segundo a autora, a articulação dos discursos voltados para a escolarização das crianças das camadas mais pobres da sociedade mineira no período precisa ser relacionada também com as *práticas assistenciais* voltada para a infância abandonada, pois o estudo dessa infância “(...) pode nos ajudar a compreender a postura da sociedade e por consequência das políticas em relação à pobreza e, a partir dessa análise mais ampla, teremos uma visão mais esclarecedora do processo de escolarização da infância pobre” (JINZENJI, 2002, p.103).

No movimento de se encaminhar os expostos para o aprendizado das primeiras letras, estava também o de escolarizar as crianças pobres, bem como o investimento na propagação de valores para as famílias, principalmente as mais pobres. Uma família, com “bons sentimentos”, sabedora de suas obrigações no exercício da maternidade, da paternidade, com

¹¹ A presença de crianças expostas nas cidades não passou despercebida na literatura. Bernardo Guimarães, em *Rosaura, a enjeitada*, abordou o problema na cidade de São Paulo dos oitocentos. Joaquim Manoel de Macedo, no Rio de Janeiro, também deixou registrado a presença dos pequenos *desvalidos* na cidade em *Luneta Mágica*.

a *pátria* contribuiriam para a formação não só da província, como também para a formação de uma *nação* civilizada. Conforme Cynthia Greive Veiga (2004), no século XIX, diversos fatores corroboraram a disseminação de valores civilizados, dentre eles destacam-se os novos padrões de comportamento; o uso e a valorização da racionalidade; a influência da medicina; um novo lugar para a mulher, relacionado à aprendizagem para ser mãe e esposa pela via da racionalidade; a instituição da família nuclear como base institucional legítima para controle de condutas dos seus membros fosse adulto, jovem ou criança (VEIGA, 2004).

Diversos impressos circularam pela província mineira, propagando modos de pensamento relacionados a esses valores tidos como civilizados, difundindo por exemplo, cada vez mais quão era importante a família. Os leitores do jornal *O Vigilante*, na sessão *Variedades*, encontrariam um texto¹² em que a família recebia os maiores atributos como a grande instituição que contribuía para a *felicidade e prosperidade* dos indivíduos:

Toda a família é uma sociedade, cujos membros podem ser comparados aos ramos, que partem de um tronco commun, e que, por seu interesse, devem contribuir a manter entre si a união necessária á conservação, e a felicidade do todo, de que fazem parte. Os parentes, ou adherentes são amigos dados por a natureza, que nos recordão uma origem commun com nosco; que pintão ao nosso espirito os antepassados, cuja memória nos deve inspirar ternura, e respeito; que nos fazem lembrar que é o mesmo sangue, que corre nas nossas vèas: em fim que nos fazem sentir que o nosso bem ser exige que nos conservemos unidos com seres capazes de contribuir a nossa felicidade, interessados na nossa prosperidade, dispostos a tomar parte nos nosos prazeres, e nas nossas penas, a nos socorrer na adversidade, e a nos ajudar a reparar os golpes da fortuna (Mor. Univ. *O Vigilante*, 05/01/1833, N.º70, p.5).

A medicina, envolvida no processo de valorização da família, exerceria papel acentuado também no desenvolvimento das sociedades que se queriam civilizadas, nas quais a criança representou um dos seus grandes pontos de investimento. A medicina, assim, adquiriu uma nova posição em relação aos cuidados com a criança. Passou-se a enfatizar a amamentação, a higiene, as medidas de prevenção de doenças, tais como as contagiosas, o combate do emprego de amas-de-leite, principalmente se elas não tivessem uma vida calcada na moral e nos bons costumes. Com isso, médicos passaram a exercer uma forte influência nos cuidados a serem tidos com as crianças e na conduta familiar relacionada a elas. Segundo Venâncio (1999), no século XIX, “(...) os médicos brasileiros foram em grande parte responsáveis pela mudança de atitude diante da morte precoce: eles – por assim dizer – ‘descobriram’ e lutaram contra a mortalidade infantil”, o que, no caso dos expostos, foi fundamental para o debate em torno da preservação de suas vidas (VENÂNCIO, 1999, p.113).

¹² A única referência à autoria do texto é *Mor. Univ.* Nada mais é dito que possibilite identificar seu autor.

De acordo com Fabiana da Silva Viana (2006), as elites mineiras, políticas e intelectuais, buscaram intervir na formação das novas gerações de mineiros. Por meio de uma *desqualificação* das famílias mais pobres – gente indolente, com maus hábitos e costumes, gente de cor –, presente nos discursos das elites, projetou-se a disseminação da idéia de que era preciso dar *uma nova qualificação* às famílias pobres, a fim de que fossem orientadas quanto ao papel que *deveriam ocupar* na sociedade que se civilizava (VIANA, 2006). Para Viana,

O interesse em atribuir uma nova qualificação às famílias mineiras ligava-se a percepção de que a infância seria o momento de formação do caráter. Expostas às ameaças do mundo que as cercavam e suscetíveis às más influências, as crianças precisavam desde tenra idade aprender as virtudes e os bons hábitos. Para a formação do futuro cidadão e do adulto civilizado importava, então, orientar os pais sobre as melhores maneiras de cuidar da infância, auxiliando-os quanto ao seu desenvolvimento físico, moral e intelectual (2006, p.94).

As municipalidades, imersas nesses discursos, tentavam “resolver”, em suas vilas ou cidades, problemas que não *atestavam* os níveis de ilustração e civilização de seus munícipes. Como inventariar proposições de atendimento para as crianças sem família, numa cidade, principalmente em consonância com o olhar dos seus administradores? Como podemos perceber, a questão dos expostos não “caminhava” sozinha, vários eram os problemas que direta ou indiretamente a ela se relacionavam. Nossa opção foi adentrar na vida administrativa da Câmara Municipal de Sabará, embrenhar naquilo que ela classificava como problema para a administração do município e para o qual buscava construir estratégias a fim de alcançar uma racionalização tanto de suas medidas como dos seus munícipes.

Mas a Câmara não atuava sozinha nessa organização, mesmo porque seus integrantes foram homens que se faziam presentes em círculos de convívio, onde o entrelaçamento das relações refletia na administração do município. É assim que a presença de algumas instituições na cidade demarcou campos de atuação no direcionamento político, cultural, econômico e social local, como é o caso da *Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição* que, num curto espaço de tempo, de 1831 a 1835, congregou, no seu interior, os *homens bons* da sociedade sabarense. Esses homens influenciariam o desenvolvimento de projetos da Câmara e demarcariam um lugar na administração municipal.

É importante pensarmos que Sabará não estava isolada do movimento que ocorria na província mineira, sendo marcada pelos problemas do seu tempo, como bem nos mostra Regina Horta Duarte (1995):

(...) a sociedade mineira do século XIX se mapeou, contou seus habitantes localizando-os segundo sexo, idade, cor e profissão, pesou e mediu suas riquezas, alinhou suas ruas e estradas, buscou dominar os rios e águas, agiu para disciplinar homens e mulheres, conquistando-os para uma vida ordeira e laboriosa, fixou-se em atividades agrícolas e combateu populações incontroláveis, como os bandidos, vagabundos e índios (p.76-77).

É dentro do contexto das minas oitocentistas indicado por essa autora que a pesquisa se desenvolveu. Assim, no espaço investigado por nós, encontram-se inseridos os problemas da sociedade do século XIX, relacionados, por exemplo, às crianças expostas e órfãs pobres. A conduta futura dessas crianças era motivo de constante preocupação entre a população; era “preciso” dar-lhes um destino *útil* de modo que a sociedade, o Estado pudessem usufruir de suas atividades. É desse modo que, ao trabalhar com a questão da infância abandonada, destacamos espaços pensados para ela, assim como o envolvimento daqueles que a pensaram em suas redes de sociabilidade:

Sobre a base urbana tradicional, e numa sociedade escravista, diferentes atores políticos e sociais começavam a atuar e conceber sua atuação dentro das perspectivas da modernidade política, dos liberais, da livre expressão individual, do constitucionalismo, das noções de soberania popular e nacional e de suas formas de representatividade, enfim, na inserção como cidadãos. Dessa maneira a cidade condicionava o enredo político e cultural e, ao mesmo tempo, ia sendo transformada pelas interferências dos diferentes atores sociais e políticos. Ou seja, as concepções políticas e culturais transformavam a cena pública e não eram apenas transformadas por esta. E estes primeiros esboços de modernidade, no plano cultural e político, precedem as transformações urbanas que ocorriam décadas mais tarde (MOREL, 2005, p.165).

Dar uma “utilidade” para os que *perambulavam* de um lado para outro e evitar que outros seguissem esse “caminho” era uma das atribuições e preocupações municipais. No Código de Posturas da Câmara de Sabará, a divagação daqueles que não tinham uma ocupação, *vagabundos*, *occiozos*, passou a encontrar um obstáculo; vistos como um estorvo que poderia colocar em perigo os habitantes foi estipulado multa para quem os desse algum abrigo:

Não se consinta, que pelas povoações, e fazendas dos particulares divaguem, ou se demorem por caza dos mesmos os vagabundos, occiozos, e seguidos, ainda mesmo pessoas desconhecidas, e suspeitas, sem que produzão huma nota, ou documento, que legalize a sua identidade, a fim de obstar, que tranzintem, e formiguem pelos referidos povoados, e cazas, ou fazendas revoltosos, dezertores, espiões, i mesmo escravos fugidos, ou ladrões, que compromettão, e pertubem a tranquillidade, segurança, e prosperidade dos habitantes, que se devem proteger, e manter huma multa de dez mil reis he o minimo das penas impostas á contravenção, alem das que

especificação Leis positivas para cazos identicos (CMS – 021 Rol. 03 Gav. F – 15V, 16 1829, F. 16).¹³

Essa negatividade atribuída à passagem de indivíduos nômades, associá-los e classificá-los como *vagabundos*, *vadios*, não era uma especificidade dos legisladores municipais de Sabará. A preocupação com esse grupo se passava em outras províncias e, em Minas, tinha atenção especial. Diversas publicações, como dicionários, do século XIX, demonstram uma *rejeição* explícita por esses indivíduos, “vistos a partir do signo da falta e do seu não-ser, os nômades são os que não têm habitação fixa, não deixam traços duradouros de sua existência, não são civilizados” (DUARTE, 2002, p.37).

Nessa preocupação com aqueles classificados à margem da sociedade, os expostos mereceram olhares atentos, principalmente dos administradores. Para nossa pesquisa, o olhar principal de um administrador municipal, que idealizou um projeto que abrangesse esses problemas, foi o do Dr. Anastácio Symphonio de Abreu, médico que, na virada para a segunda metade do século XIX, aspirava à construção de uma cidade ilustrada, onde nenhuma área poderia deixar de receber atenção. Higiene, saúde, educação, economia, assistência, política eram os principais objetos de suas intervenções.

Podemos associar a imagem desse médico a uma afirmação do filósofo Neidson Rodrigues: “cada sujeito elabora um discurso sobre si mesmo, isto é, sobre o modo como se julga e como deseja ser e quer ser reconhecido idêntico, à imagem que constrói de si mesmo” (RODRIGUES, 2002, p.7). Anastácio Symphonio de Abreu, esse homem público possuía um discurso no qual buscava justificar seus comportamentos e posturas, imersas num emaranhado de situações que circundam seu fazer-se médico e político. Sem sombra de dúvida, era a medicina a instância que lhe dava suporte intelectual e financeiro. A preocupação de deixar aos outros, bem demarcada, sua posição, estendia-se ao cuidado de possuir papel com sinete de suas iniciais para emitir receitas e enviar correspondências. A medicina era fonte de legitimação dos atos que praticava; nela, buscava elementos que justificassem suas ações. Por meio de seus discursos, é possível perceber traços da sua formação que permearam o olhar lançado sobre a cidade de Sabará.

Michel Foucault, em vários momentos, demonstrou que *a medicina moderna é uma medicina social*. O autor levantou a hipótese de que, com o desenvolvimento do capitalismo, no final do século XVIII e começo do XIX, houve uma socialização do corpo como objeto de *força de produção e trabalho*, numa *passagem da medicina privada para uma medicina*

¹³ Artigo 111 do Título 2º (Polícia Rural).

coletiva (FOUCAULT, 1996, p.80). Para Foucault, no processo de formação da *medicina social*, três etapas se distinguem: *medicina de Estado*, *medicina urbana* e a *medicina da força de trabalho*.

A *medicina de Estado* teve seu desenvolvimento principalmente na Alemanha, no princípio do século XVIII. Essa medicina caminharia lado a lado com a construção do Estado Nacional alemão, em que se buscou desenvolver “(...) uma prática médica efetivamente centrada na melhoria do nível de saúde da população”. Essa *prática médica* receberia, a partir de 1764, a cunhagem de *polícia médica*¹⁴ (FOUCAULT, 1996, p.83).

Conforme Foucault (1996), na França, desenvolver-se-ia a *medicina urbana*; seu grande foco, o *desenvolvimento das estruturas urbanas*. Emergia, na segunda metade do século XVIII, a necessidade de se unificar o *poder urbano*. Aos menos nos grandes centros urbanos,urgia “(...) constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado” (FOUCAULT, 1996, p.86). O medo de revoltas nos centros urbanos da *plebe em vias de se proletarizar* indicava cada vez mais a necessidade de se *esquadrinhá-la*. Entretanto, esse medo não ficaria restrito ao povo, ele se estenderia também para as formas de aglomeração, *cemitérios*, *esgotos*, amontoados de casas, fábricas, medos e angústias, que deixavam a burguesia, principalmente, inquieta. Assim, lança-se mão do já praticado *modelo médico e político da quarentena*, com nova “roupagem”, na qual se cria métodos de vigilância, de esquadrinhamento da população para registrar todos os seus movimentos na cidade. Era preciso, portanto, conhecer o espaço urbano de modo a tomar providência contra tudo aquilo que pudesse causar doenças. A água e o ar passaram a ser elementos privilegiados das atenções do campo médico. A salubridade seria o outro grande investimento da medicina urbana. A saúde e a higiene pública transformaram-se em motores para um *controle político-científico* do meio (FOUCAULT, 1996, p.85-93).

A *medicina da força de trabalho*, ou *medicina dos pobres*, teve na Inglaterra seu melhor exemplo. Para Foucault, essa medicina foi o último *alvo* da *medicina social*. “Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres e trabalhadores foram objetos da medicalização” (FOUCAULT, 1996, p.93). Associada com a *Lei dos pobres*, essa *medicina da força de trabalho* aliaria “(...) um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas”

¹⁴ Jacques Donzelot lembra que o termo *polícia* não é empregado no “(...) sentido restritamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação” (DONZELOT, 1980, p.12).

(FOUCAULT, 1996, p.97). Foucault afirma que essa *medicina* foi justamente a que teria um futuro, por ter possibilitado a associação entre os serviços médicos aos pobres, o cuidado com a saúde da *força de trabalho* e o *esquadrinhamento geral da saúde pública* (FOUCAULT, 1996, p.97).

Com essas proposições de Michel Foucault, pudemos perceber melhor aspectos relacionados à conduta do Dr. Anastácio no campo da política, onde exerceu mandatos. Sua biografia precisa ainda de investigação mais apurada; no entanto, os dados “garimpados”, em diversos documentos, ajudaram-nos a delinear um pouco de sua vida familiar.

Mineiro de Santo Antonio do Manga, Anastácio Symphronio de Abreu fez o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Universidade Friedrich-Alexander em Erlangen/Nürnberg/ Alemanha. Em 1844, defendia sua tese *Dissertation sur un nouveau procédé pour la reclinaison - dépression de la cataracte et sur les résultats obtenus par ce procédé, à l'Institut ophthalmique de Bruxelles*. No Brasil, revalidaria seu diploma, cuja tese teria o título *Da syphilis e dos meios prophylaticos*¹⁵. Dr. Anastácio também era membro de algumas sociedades ligadas à medicina na Europa. Não sabemos ainda ao certo sua idade, mas, pelos indícios que temos, ele era um homem jovem quando chegou a Sabará.

Anastácio Symphronio de Abreu casou-se com Anna Flávia Nogueira da Gana, em nove de janeiro de 1847 – pouco tempo depois de sua chegada à cidade –, na Capella de Sant’ Anna do Arraial Velho em Sabará. As testemunhas do casamento foram Christianno Augusto Lopes de Abreu e Francisco de Paula Nogueira. Indícios apontam para a possibilidade de que essas duas testemunhas fossem parentes dos noivos. No registro do casamento¹⁶, chama a atenção o fato de não aparecer os nomes do pai e da mãe do Dr. Anastácio. A noiva era filha legítima do coronel Pedro Gomes Nogueira¹⁷ e de Felicianna Roza Barboza da Silva. (Livro Registro de Casamentos Rapozos, 1847, F. 59V).

¹⁵ Agradecimento especial ao professor José Gonçalves Gondra por ter fornecido material de suas pesquisas em que foi possível obter referências da localização da tese do Dr. Anastácio. Infelizmente, como a localização dessa tese ocorreu já no final da pesquisa, não foi possível incorporar a análise desse documento a este texto. Com toda certeza, a análise da tese do Dr. Anastácio contribuiria para compreendermos sua trajetória, as proposições desse médico, pois o documento poderia nos indicar, por exemplo, suas referências de leituras. Deixamos, assim, o trabalho com este documento para a continuidade do projeto. A referida tese encontra-se no acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Há também um exemplar da versão original na Biblioteca Nacional da Universidade de Strasbourg.

¹⁶ O livro de registro de casamento pertence à Freguesia de Rapozos, pois esse era o lugar em que o médico morava. Freguesia pouco povoada, distante apenas 2 léguas de Sabará, permitia ao médico deslocamento rápido para a cidade. É interessante notar que a escolha do local para a sua residência fixa fosse a área menos povoada e, com certeza, sem muitos dos problemas da urbana Sabará.

¹⁷ Homem muito influente na cidade de Sabará.

Novas referências familiares foram encontradas nos registros de batismo¹⁸ de Sabará, além de pequenos e preciosos dados que apontam para a circulação do Dr. Anastácio em redes familiares da cidade, por meio de batismos de crianças. O primeiro registro de filho do Dr. Anastácio e de sua esposa, Anna Flávia, vem do batismo de seu filho Simphronio¹⁹ em oratório particular na Freguesia de Raposos, em 29 de maio de 1856, pelo amigo e vice-diretor do colégio Emulação Sabarense²⁰, o padre mestre Antonio Firmino Roussim. (Livro Registro de Batismo, Sabará, 1856, F. 87V).

A identidade do pai e da mãe do Dr. Anastácio só aparece no registro de batismo da filha Maria Isabel, em vinte e oito de maio de 1859; são eles: capitão José Gonçalves de Abreu e Roza Maria de S. Felix. Na ocasião, outro amigo do Dr. Anastácio fez o batizado, o Reverendo Dr. José Gomes Baptista, e outro Tenente Coronel, Manoel dos Santos Vianna, foi convidado para ser padrinho de sua filha. Em dezessete de julho de 1860, Duarte, filho do casal Abreu, era batizado. Maria, outra filha, foi batizada em treze de março de 1862. Esse batizado merece certa atenção por algo que seguramente estava ligado às relações políticas do Dr. Anastácio. O batismo ocorreu no oratório particular da madrinha, Joaquina Claudiana de Santa Ritta, e o padrinho, desta vez, foi o conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, o qual foi representado por Eduardo José de Moura. O último documento de descendente direto do Dr. Anastácio é o registro de batismo da filha Regina, de trinta de março de 1864, em que o próprio Dr. Anastácio e sua filha Maria Felicianna foram padrinho e madrinha de Regina. (Livro Registro de Batismo, Sabará, 1859 -1864).

Essa descrição é longa, mas é necessária para apreender alguns pontos importantes das afinidades do Dr. Anastácio. O primeiro diz respeito a seu casamento. Anna Flávia Nogueira de Gana, como já foi dito, era filha de um homem influente em Sabará, Pedro Gomes Nogueira. Podemos inferir, pois, que essa união possibilitou ao Dr. Anastácio uma melhor inserção na sociedade sabarense. Seu sogro era homem com uma “base” de atuação política e

¹⁸ Os registros de casamentos e batismos são ricas fontes para a realização do projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo para Sabará. Esses documentos podem nos auxiliar na construção das redes familiares, principalmente para a construção de uma bibliografia coletiva. Alguns aspectos podem contribuir sobremaneira para o cruzamento de informações, como, por exemplo, dados sobre os professores e professoras, relações de apadrinhamento, ligações familiares e políticas. Esse tipo de documentação ainda é pouco explorado por nós, que temos como foco principal de investigação a educação escolar. Acredito que em localidades menores como Sabará é possível estabelecer um mapeamento que nos permita ampliar o nosso olhar sobre o processo de escolarização em Minas Gerais. Entretanto, o trabalho exige um conhecimento mais amplo da cidade, em especial dos seus moradores, de modo a dar inteligibilidade às diversas possibilidades de entrelaçamento das informações. Aqui, essa documentação não foi trabalhada de modo sistemático, mas a intenção é que esse trabalho seja feito posteriormente.

¹⁹ O padrinho de Simphronio foi o Tenente Coronel Theodoro Barboza da Silva e sua madrinha, Maria Josefa Nogueira. Moradora da cidade do Rio de Janeiro, não pode comparecer e foi representada pelo avô, o Coronel Pedro Gomes Nogueira.

²⁰ Colégio criado pelo Dr. Anastácio. Ver SANTOS, Marileide Lopes; FARIA FILHO, Luciano (2003).

social. Numa sociedade marcadamente imbricada com as relações familiares, certamente essa união possibilitou ao Dr. Anastácio uma maior aceitação na cidade. A partir do seu casamento, o casal passou a ser convidado, por exemplo, para batizar crianças filhas de “renomadas” famílias sabarenses, como também para ser testemunha de casamentos, ampliando seu círculo de amizades, com influências em alianças políticas. Seus compadres também eram homens com certo cabedal. Chamar o conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos para ser padrinho de sua filha, ainda que ele não estivesse presente, indicava possível reconhecimento da atuação do conselheiro na administração da província. Dr. Anastácio no exercício da presidência da Câmara de Sabará, não poupava elogios a Francisco Diogo Pereira Vasconcellos quando este último era presidente da província de Minas Gerais, provavelmente pelo fato do presidente da Província apoiar seus projetos.

Como já referendamos, médico e político eram duas atribuições que o Dr. Anastácio Symphronio de Abreu não desligava. Por meio da sua condição de médico, organizou um projeto de intervenções para a cidade de Sabará, mas que também fosse capaz de atingir a província de Minas Gerais²¹. Dr. Anastácio era, por isso mesmo, adjetivado como um sonhador, sem bom senso, um revolucionário à moda francesa, um *Mirabeau*, benemérito, inteligente, esbanjador de verbas públicas, rancoroso, progressista, esquisito, desaforado, vingativo, dentre outros.

Assim, Dr. Anastácio tentava empregar o progresso técnico, de maneira sistemática e racionalizada, em uma intervenção no campo da saúde pública, ao planejar a administração da cidade. Podemos desse modo, situar o movimento do médico, ressaltando que

o século XIX assinala para o Brasil o início de um progresso de transformação política e econômica que atinge igualmente o âmbito da medicina, inaugurando duas de suas características, que não só têm vigorado até o presente, como têm-se intensificado cada vez mais: a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médicas, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado (MACHADO *et al.*, 1978, p.155).

Essa *medicina social* desloca o fazer médico do foco da doença para a saúde, trava uma verdadeira “batalha” contra os focos das doenças. Era, pois, preciso extirpá-los da sociedade,

²¹ Em debate na Assembléia Provincial de Minas Gerais, Dr. Anastácio argumentou que havia encaminhado ao presidente da mineira, Quintiliano da Silva, em 1847 umas “(...) memorias sobre os mais vitais interesses da nossa provincia”. Trabalhos que havia dividido em três partes: (...) na primeira tratei da abolição do trafico e da colonização como natural substituição ao mesmo; segunda das vias de communicação, e vehiculos para transporte; e terceira da instrucção e educação publica”. (Correio Official de Minas, n.º56, p.4, 1857).

lutando “(...) contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem estar-físico e moral” (MACHADO *et al.*, 1978, p.155). Aliando-se ao Estado, médicos têm, no campo político, uma possibilidade de afirmar seus projetos de racionalização da prática médica, constituindo-se o que se poderia chamar de *medicina política*. Assim, concordamos com José Gonçalves Gondra (2000), quando afirma que

A construção de uma ordem civilizada nos trópicos constituiu-se em um sonho dos homens da ciência médica no Brasil do século XIX. Homens cujos olhos e ouvidos voltados para um mundo considerado civilizado recusavam-se a aceitar a vida e parte das condições do país em que viviam e no qual muitos deles haviam nascido e se formado. Homens que irmanados pelo cimento de uma razão ilustrada construíram uma sociedade científica, facultades, fundaram e dirigiram periódicos, participaram de sociedades literárias, foram escritores, discorreram a loucura e o destino dos cadáveres bem como as práticas de infanticídio, o tabagismo, o alcoolismo, a poluição, as águas, os ares, a topografia, o clima, a geografia, a química, a fisiologia e a higiene; dentre outros. Homens que se recusaram a reduzir seu campo de intervenção ao corpo do indivíduo. Homens que, autorizados pela racionalidade que lhes dava suporte, procuraram transformar a sociedade em um corpo a ser, também, objeto do olhar da aventura da razão médica (GONDRA, 2000, p.543-544).

As primeiras sessões da Câmara com novos vereadores, em 1853, foram dedicadas a uma preocupação com os *infelizes* do município. Dr. Anastácio fazia várias observações e apontava possíveis “soluções” para seus problemas. Identificar os pobres e criar um espaço para abrigar crianças *desamparadas* e expostas fez parte de uma movimentação intensa. Atrelado a isso, a preocupação com a ordenação do espaço público local, a organização da coleta de impostos e a proposta de criação de novas taxas constituíram-se em focos de interferência, o que criava atritos e divergências políticas. A insalubridade de espaços públicos demandou a necessidade de atuação frente a problemas que colocariam a saúde da população em risco. Era preciso transitar sem prejudicar a saúde, assim como qualificar estabelecimentos comerciais para funcionarem de acordo com uma lógica mais higiênica e racional. Esse conjunto de medidas permitiria um desenvolvimento local assentado em um pensamento primado pela razão.

Dr. Anastácio, vereador, e mordomo da *Irmandade de Misericórdia*, elaborou um regulamento que objetivava reger a organização do atendimento das crianças expostas e órfãs pobres do município. No seu exercício como presidente dessa câmara, intentou implantar outros projetos, como os ligados à urbanização da cidade, a organização política local e expansão da rede escolar.

Em fins da década de 1860 localizamos ainda registros da atuação do Dr. Anastácio na cidade, no exercício da medicina, e atuando como inspetor e diretor do círculo literário do

qual Sabará fazia parte, da sua presença em exames de professores e alunos da cidade, além da direção, por um tempo, do Externato da cidade. Isso demonstra que, mesmo ausente da Câmara, não abandonou dois de seus focos de trabalho: a medicina e a educação.

Não era sem razão que o Dr. Anastácio se interessou pela instrução; ela vinha cada vez mais tomando um lugar de destaque. Apontada como uma das condutoras da inserção do país no rol de nações tidas como mais civilizadas e ilustradas, a instrução era vista também como aquela que “ensinaria” os indivíduos os caminhos para a liberdade sob a égide das leis, que mostraria os *verdadeiros* caminhos da *felicidade*, felicidade que passava pelo aprendizado pedagógico, exercido pelas instituições. A Província mineira exaltava, debatia, divulgava a instrução pela necessidade de instruir cada vez mais a *mocidade*, pois, com o desenvolvimento da razão, poderia haver um combate forte para extirpar a *ignorância* da população a qual poderia levar a Província à ruína, visto que a anarquia desenvolvia-se e poderia culminar em uma revolução, motivo de grandes temores por parte das elites. Nem todos, porém, concordavam com essas idéias e viam, principalmente na instrução pública, um perigo. Desse modo, havia tensões e desavenças entre as elites intelectuais e políticas. (FARIA FILHO, 1999, p.118-119).

Nesse sentido, Maria Cristina Gouvêa (2003), em seu estudo, demonstra que, no início do século XIX, no Brasil, a educação foi pensada,

(...) como fator civilizatório capaz de garantir, mediante extensão da educação moral e instrução elementar à população livre, condições de governabilidade. Diante do quadro de instabilidade política como o início do período imperial, faz-se necessária a constituição de estratégias de ordenamento social, para o qual a educação seria um instrumento eficaz. O debate em torno da educação no Brasil e sua importância deu-se no diálogo com o contexto europeu, no qual Estados-nação investiram na educação como fator promotor da coesão nacional (p.203).

Nosso objetivo com esse trabalho foi o de identificar e compreender representações relacionadas à exposição de crianças e a preocupação com a institucionalização da assistência à criança exposta em Sabará/MG de 1832 a 1860. Nossa intenção foi, assim, estender nosso olhar pela cidade de modo a apreender projetos de ordenamento da sociedade sabarense, decorrentes de sua trajetória política e da dinâmica de redes estabelecidas em torno da questão da caridade, filantropia, da civilidade, da educação e da criança, entendendo esse processo como uma prática educativa.

Estruturamos o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, nosso olhar voltou-se para a organização administrativa da cidade. Buscamos conhecer o processo de organização da Câmara Municipal e os problemas apontados pelos seus administradores, no governo da

cidade. Qual Sabará emergia dos seus discursos? Como resolviam seus problemas? Nesse capítulo, acompanhamos o trabalho principalmente dos vereadores para administrar a cidade, sobretudo a partir da reformulação das obrigações camarárias após a Lei de 1828.

No segundo capítulo, após “andar” por Sabará, estabelecemos o foco naquilo que chamamos de *pedagogia da urbe* e apresentamos alguns movimentos na cidade, conforme a organização de formas de sociabilidade e instrução do *povo*. Aqui, a atuação dos sócios da *Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição e Irmandade de Misericórdia da Comarca de Sabará* com a administração municipal chamou nossa atenção para as redes das elites locais no direcionamento da cidade que queriam para si. A instrução foi outro elemento importante na consolidação da *pedagogia da urbe*. Queríamos sondar como a instrução era tratada por esses administradores, e o peso que se atribuía a ela para a formação da *mocidade*.

Por fim, no terceiro e último capítulo, trouxemos um recorte mais específico dentro daquilo que era visto como um problema para a cidade e que, inicialmente, havia mobilizado nosso olhar para Sabará. Procuramos evidenciar a presença dos expostos na cidade e as propostas voltadas para a sua assistência. Esperamos que, ao término do trabalho, possamos convidar todas e todos para um olhar mais reflexivo sobre essas questões.

Capítulo 1

RELAÇÕES CAMARÁRIAS EM SABARÁ

1.1. Fidelíssima Sabará

As Minas Gerais exerceram verdadeiro fascínio em viajantes, naqueles que buscavam novas aventuras, que procuravam riquezas, mas também condicionaram muitos ao sofrimento em suas eternas montanhas. Falar dessa província é falar de intensas relações no processo de construção do Brasil e de uma das suas marcas, a *diversidade regional*. O ouro descoberto em suas entranhas atraiu para a região intenso *fluxo migratório* do mesmo modo que atraiu os olhares repressivos e opressores da Metrópole. Na direção do que Caio César Boschi expressa, a ocupação de suas terras foi

(...) exemplo de ocupação espacial acelerada e assistemática, isto é, feita ao sabor dos locais onde se deram os achados de ouro, ao sabor da mineração, sem que o homem pudesse optar. O chão foi que determinou a fixação humana. As condições geológicas ou topográficas, altimétricas ou climáticas não se constituíram em obstáculos para a localização dos povoados mineiros. Ao contrário, estes se derramaram sobre as cumeadas, em lugares de difícil acesso; em decorrência, como já foi dito, não houve dimensionamento de distâncias entre eles. Nessa perspectiva, tais aglomerados desafiaram simultaneamente, de um lado, a natureza; de outro, o Estado. Àquela, eles sobrepujaram; neste, encontraram séria resistência (BOSCHI, 1986, p.29).

Conforme Zoroastro Viana Passos (1942), “(...) o baiano audaz, muito antes do paulista, já em 1555, senão antes, na viagem de penetração de Spinosa, viera aos nossos sertões do Sabará” (p.25). A *Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará* foi erigida como vila em 17 de julho do ano de 1711. O arraial de Sabará foi escolhido para ser a Vila Real dentre os demais arraiais “(...) por ser o sítio mais capaz e cômodo para ela e que como para esta se erigir era conveniente e preciso concorrerem os ditos moradores para a fábrica de igreja e casa de Câmara e cadeia, como era estilo e pertencia a todas as repúblicas” (VEIGA, 1998, v.3-4, p.685). A primeira câmara eleita tomou posse em 19 de janeiro de 1715, após confirmação do termo de ereção pelo Conselho Ultramarino em 09 de janeiro deste mesmo ano. Em 1823, receberia do governo imperial o título de *fidelíssima*. A importância da Vila podia ser percebida pelos diversos serviços, dentre os quais de fiscalização, fincados em suas terras como a Intendência e a Casa de Fundição do ouro da Comarca.

Com a Lei N.º 93 de 06 de março de 1838, a *fidelíssima* Vila foi elevada a categoria de cidade pelo então presidente da Província José Cezario de Miranda Ribeiro, ao sancionar decreto da Assembléia Legislativa Provincial²². As raízes de Sabará estão ligadas ao movimento de procura do ouro na região. Sabará firmou-se como uma importante vila e cidade do século XVIII e XIX respectivamente; firmou-se como lugar de prestígio, político, social, econômico, cultural, histórico e religioso. De acordo com Thais Nivia de Lima e Fonseca (2002), alguns dos fatores que possibilitaram essa marca estavam relacionados à condição de Sabará ter sido sede da Comarca do Rio das Velhas²³, núcleo econômico da região (fator preponderante no século XVIII), rota para acessar a Bahia e ter, em seu entorno, produção agrícola de abastecimento regional.

Destaque deve ser dado ainda à vida cultural, em que as irmandades, o teatro, as festas, marcaram a sociedade sabarense, além de a cidade ser ponto de intensa circulação de pessoas, afinal era nela que estavam instâncias administrativas da Comarca. Devemos levar em conta, conforme Caio César Boschi, que

A divisão social do trabalho, condição básica para o surgimento e a manutenção da vida urbana, no caso específico das Minas Gerais não significa riqueza. A característica ali era a pobreza. A afirmativa – por sinal, incontestável – da existência de um mercado consumidor não implica em auto-suficiência econômica. De toda forma, pode-se dizer que o abastecimento e a consolidação dos povoados estiveram estreita e diretamente vinculados ao incremento do comércio de abastecimento, da vida administrativa, artística, cultural e religiosa. Somando-se às casas, as ‘venda’, as tropas e a Igreja tornaram-se os elementos essenciais e permanente da fixação populacional (1986, p.30).

Como podemos observar no mapa²⁴ da Comarca do Sabará, a Comarca²⁵ do Rio das Velhas ocupava vasta extensão no território das Minas Gerais, sendo também uma das mais populosas. No século XVIII, chegou a ser a maior comarca da capitania, passando

²² Essa mesma lei elevava também outras vilas a categoria de cidade. Aqui se destacam: São João del Rei, Diamantina e Serro (Vila do Príncipe).

²³ O nome dado à comarca de Rio das Velhas deve-se ao fato dessa comarca e especialmente a região de Sabará, ser recortada por esse rio.

²⁴ Ver Mapa Comarca do Sabará: Anexo I

²⁵ Na divisão administrativa do império, a província correspondia à maior unidade da administração, que, por sua vez, dividia-se em comarcas, com nova subdivisão, para termos, enfim, cidades, vilas, arraiais, os quais se subdividiam em freguesias, que ainda se subdividiam em bairros. Minas Gerais teve sua primeira divisão territorial em comarcas em 1714 – Comarca de Vila Rica, Rio das Mortes (São João del Rei) e Rio das Velhas (Sabará). Posteriormente, foi desmembrada da Comarca do Rio das Velhas uma nova Comarca, a Comarca de Serro Frio. Paracatu foi a quinta comarca a ser criada. Em 1840, foram acrescentadas Paraibuna, Rio Grande, Rio Verde, Sapucaí, Jequintinhonha, São Francisco. Essas divisões foram gradativamente aumentando, surgindo de subdivisões das comarcas existentes; no ano de 1889 já existiam 64 comarcas. Verifica-se, nesse processo, uma clara evidência de facilitar a administração e o controle fiscalizatório, como também um crescente agigantamento do Estado brasileiro, na medida em que se fora burocratizando sua administração (VEIGA, 1998, v. 3-4, p.881-882).

posteriormente por desmembramentos, que reduziram significativamente sua extensão territorial. O mapa de Jose Joaquim da Rocha – *Mapa da Comarca do Sabará* - dá-nos uma dimensão dessa vasta comarca: ao sul, fazia fronteira com as Comarcas do Rio das Mortes e Vila Rica, ao norte, com a província de Pernambuco, a oeste com a província de Goiás e a leste com a Comarca de Serro Frio.

Sua sede possuía fortes traços de urbanização que vinham de um século XVIII marcado pelo *florescimento urbano*, o qual Ângela Vianna Botelho classifica como um dos traços característicos de Minas Gerais. Como ressalta a autora, em Minas,

o povoamento inicial deu origem a núcleos urbanos que iam surgindo espontaneamente, sem obedecer a qualquer traçado ou planejamento. Entretanto, esse espaço ocupado pelas levas iniciais de povoadores foi aos poucos sendo ordenado pela Coroa, por meio das Câmaras Municipais. O traçado barroco e o alinhamento das construções objetivavam a uniformidade dos arraiais e vilas, eliminando os motivos de discórdia; contudo, o convívio mais íntimo engendrou relações conflituosas. Ocupado por diversos grupos que reiteravam sua identidade e sacralizavam suas distintas hierarquias, o mundo urbano tornou-se local propício à expressão de tensões e à cristalização de preconceitos que permeavam a sociedade setecentista mineira (BOTELHO, 2004, p.309).

Sabará ficava a 14 léguas de Ouro Preto (cabeça da Comarca do Ouro Preto), 18 léguas da Vila do Bomfim (cabeça da Comarca do Pará), 40 léguas da cidade do Serro (cabeça da Comarca do Serro), 16 léguas da cidade de Mariana (cabeça da Comarca de Piracicaba), 80 léguas da vila Montes Claros de Formigas (cabeça da Comarca do Rio São Francisco), 100 léguas da cidade de Paracatu (cabeça da Comarca de Paracatu) (CMS ATA 011 Folha 216V 17/01/1851)²⁶. Sabará situava-se na parte central da Província, na região que alguns estudos têm chamado de região *Metalúrgica-Mantiqueira*²⁷, a qual “(...) constitui o núcleo minerador original da Capitania das Minas, continuou sendo a mais populosa e urbanizada região mineira ao longo do século XIX” (LIBBY, 1998, p. 43). Essa região caracterizava-se também por possuir grande poder político e econômico, pois abrigava as sedes da administração política da província (Ouro Preto) e da administração religiosa (Mariana), além de dois pontos de referência comercial (São João d’El Rei e Barbacena) (LIBBY, 1998, p. 43).

Visualizar a perspectiva da urbanidade num tom memorialístico sempre seduziu aqueles que desejam abordar a memória de uma dada localidade. O rigor teórico-

²⁶ Ver mapa da Província de Minas Gerais (1855) em anexo. Anexo 5.

²⁷ Como os de Douglas Cole Libby (1998). O autor, com *pequenas alterações*, adotou a divisão apresentada por Roberto Martins em *Grouwing in silence: the slave economy of nineteenth-century. Minas Gerais, Brazil*. Trabalho de tese apresenta à *Vanderbit University*, no ano de 1980.

metodológico das pesquisas acadêmicas, por outro lado, tem buscado explicitar, como afirma Sérgio da Mata (2002), um diálogo interdisciplinar entre historiadores, sociólogos, geógrafos e urbanistas, numa tentativa de sair desse viés memorialístico (MATA, 2002, p.13). Para o autor,

no que diz respeito aos livros e teses sobre nossos núcleos setecentistas e oitocentistas, a fase «pré-urbana» tende a ocupar um lugar secundário. Somente a partir da emancipação política, com a instalação da Câmara Municipal e do símbolo da autonomia recém-conquistada, o pelourinho, e que o historiador se sente a vontade para reconstruir a trajetória do espaço urbano. Toda a história pregressa do lugar é apresentada um tanto sumariamente. Certamente esta ausência se relaciona com o fato de que a documentação escrita sobre a cidade é, num primeiro momento e quase sempre, de caráter político-administrativo – a qual, por sua vez, só passa a ser produzida de forma contínua a partir da emancipação. Mas não parece ser menos verdadeira a impressão de que a historiografia brasileira foi e continua vítima de uma concepção segundo a qual a história do urbano em nada é tributária da história do pré-urbano (MATA, 2002, p.15).

Dentro de uma cidade, existem várias outras, nela(s) diferentes sujeitos, de diferentes seguimentos, (re)constroem, (re)significam o espaço, dão inteligibilidade à vida. Nas malhas da urbanidade, a busca por modos de vida mais racionalizados deu a tônica de muitos dos caminhos possíveis, escolhidos, seguidos pelos habitantes das *urbes*. Assim, no movimento deste trabalho, procurou-se apreender alguns dos ambientes da urbes sabarense. Fizeram-se, nesse sentido, presentes noções como a de *ilustração*, *instrução*, *civilização* e *progresso*. Essas noções, em suas próprias ambigüidades, como as daqueles que as proferiram, pensaram, almejaram, desejaram e tentaram empreendê-las, dispuseram-se com nuances, às vezes mais intensos, às vezes mais tênues. Foi nesse jogo de “tonalidades” que Sabará foi buscada num dado recorte de tempo, com um determinado tipo de suporte da memória local e regional.

O viajante inglês Richard Francis Burton, quando de sua passagem pelas terras das Minas Gerais, fez pouso na cidade de Sabará após estadia nas minas do Morro Velho na segunda metade do século XIX. Ao chegar às suas imediações, fez uma descrição que nos ajuda a visualizar os contornos sabarense, indicando, por meio do seu olhar, uma cidade oitocentista marcada por seus aspectos geográficos e por uma urbanidade característica das Minas Gerais. Dizia o viajante que

(...) Sabará é mais bonita vista de longe, quando a irregularidade aumenta a beleza. A grande mancha de casas, de um branco lácteo, com telhados vermelhos, tendo grandes quintais, jardins e pomares, com o verde carregado das laranjeiras jabuticabeiras e o verde mais claro das bananeiras estende-se pela margem inclinada de uma espécie de ‘doab’ ou ‘rincon’, onde dois rios formam um ângulo. Seu fundo majestoso é a celebrada Serra da Piedade, um bloco enorme, geralmente coroado por nuvens espessas. Para leste, esse paredão riscado de pedra eriça-se em órgãos e

agulhas, e não podemos deixar de notar sua semelhança com as serras metalíferas de São João e São José. Tínhamos de gozar por alguns dias sua imponente presença; ela começou chorando, despejando sobre nós as lágrimas em um pesado aguaceiro; do mesmo modo, os aborígenes brasileiros derramam lágrimas, quando se encontram com um amigo (BURTON, 1976, p. 352).

Essa descrição nos remete a uma Sabará de fins da década de sessenta do século XIX. Com ela, é possível refletir sobre alguns dos processos que permearam a vida de várias pessoas que buscaram, em período anterior, colocar a vila e cidade nos caminhos de uma civilidade que fosse capaz de mostrar o estado das *luzes* de seus habitantes *probos*. Algumas das características do espaço físico são bem demarcadas como de sua organização espacial.

Desde o século XVIII, o desejo em conhecer dados *empíricos* sobre a população fez-se presente no Brasil. Desejo e necessidade que, com a Independência, ganharam mais força por parte da administração do Império e da administração das províncias. Aos presidentes das províncias, desde a decretação da Lei imperial de 20 de outubro de 1823, coube a tarefa de construir censos e dados estatísticos das províncias sob suas administrações (MARTINS; LIMA; SILVA, 2002).

O ofício que apresentamos abaixo foi encaminhado pela Câmara Municipal de Sabará, em 10 de julho de 1825, ao Conselho Geral da Província. Esse documento ajuda-nos a pensar questões muito presentes nos processos históricos de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que permite indiciar algumas das preocupações que perpassariam o imaginário dos administradores locais: instrução, saúde, mendicidade, expostos. Além disso, permite-nos também estabelecer relações com as medidas tomadas na Província quanto aos *levantamentos populacionais*. Como destacam Martins, Lima e Silva (2002), “a província mineira sempre se mostrou zelosa e diligente no cumprimento das repetidas ordens oriundas do executivo e do legislativo e procurou conhecer sua população, sua produção econômica, suas escolas, os limites geográficos entre municípios e distritos, etc.” (p.1).

QUEZITOS REMETTIDOS Á CAMARA DA FIDELÍSSIMA VILLA DO SABARÁ P. ^R BEM DA DELIBERAÇÃO DO EX. ^{MO} CONSELHO DO GOVERNO, P. ^A SOBRE ELLES RESPONDER...	RESPOSTA, QUE DÁ A CAMARA AOS QUEZITOS INFRONTE DE POIS DE TER OUVIDO A TODOS OS COMMANDES DOS DISTRICTOS, E PAROCHOS DAS FREGUESIAS
O Numero de seos moradores, sexo, e estado	Habitão no Termo cessenta e cinco mil oito centos, e dezenove pessoas de todos os estados, e sexos a saber trinta e dous mil, e dezoito Cazados, e os mais solteiros, e cativos.
Quaes as enfermidades dominantes, em que idade, e sexo, e quaes as suas cauzas conhecidas	Em toda a idade são os habitantes a commettidos de hydropizias, e febre ithica; esta não tanto. As retençoens de orinas também fazem parte das queixas do Paiz, assim como em mudanças de tempo febres estacionarias, principalmente puerizes, dos quaes padece mais a escravatura. A maior parte dos Facultativos affirmão ser em razão do clima, e alguns há, que [apeverão] ser por cauzas dos alimentos.
Se ha muitos Cazamentos, tanto de livres, como de escravos.	Ha annualmente os casamentos a proporção da Povoação, tanto de livres, como de escravos.
Se há muitos Expostos, e o seu numero,	Consta que na extenção do Termo alguns há, e que os crião sem onerario algum. Os que se derão ao manifesto nesta Villa o anno próximo passado, não excederão ao numero de seis.
Se há muitos mendigos com as declaraçoens apontadas no Mapa junto, e quaes as cauzas da mendicidade, e os meios de preveni la.	Existem no Termo os mendigos apontados no Mappa junto, dos quaes huã boa parte se entregão a este modo de vida, pela relaxação dos costumes em nifesta inimizade ao trabalho. Havendo uma caza, ou estabelecimento proprio do trabalho donde fosse cada um empregado conforme as suas forças, cessaria sem duvida a maior parte destes individuos, que subcarregão a sociedade, tirando muitas vezes o bocado aquelle, que mais necessaria delle.
O estado da instrução publica, com declaração dos Mestres, do numero dos Discipulos, e seo aproveitamento.	Há nesta Villa dous Professores Publicos /a saber / o P. ^c Joaquim Theodoro de Miranda das primeiras letras, e o P. ^c Marianno de Souza Silvino de Gram. ^a O grande numero de Discipulos, que hum e outro tem, assaz justifica o credito, que merecem aos Pais de familias.O aproveitamento, que huns, e outros tem, he p. ^f todos conhecido. O primeiro tem na sua Aula cento, e quatro Discipulos; e o segundo trinta e tres. Ha outro Mestre das primeiras letras no Arraial de Santa Luzia, que he o Cap. ^m Manoel Joaquim Moreira, que nos conta vai continuando na Instrução da mocidade. Quanto ao outro, que existe no Arraial do Curreal de El Rey, que he Marcelo da Silveria Lobato, alem de não ser lá rezidente acresce não ter sufficiencia p. ^a semelhante magistério; em quem nenhum conceito formão os Pais de familia, poucos, ou nenhuns Discipulos tem.
E principalmente se os Mestres são assiduos no ensino, e cuidazos no cumprimento de seos deveres.	Na informação supra fica demonstrado, que os dous Mestres desta Villa, são cuidazos seos cumprimento de seos deveres, que bem desempenhão. O mesmo acontece ao de Santa Luzia, de quem não temos noticia em contrario

(SP PP 1/33, Cx. 227, Pac. 40, 10/07/1825).

Ainda que possamos questionar os dados acerca do índice populacional do Termo, apresentado pela Câmara, podemos trabalhar com esses dados como ponto de referência. Destacamos, nesse ofício, alguns pontos que são mais pertinentes a este trabalho. O primeiro diz respeito à questão das crianças expostas. Nesse ofício, a Câmara explicita item importante para o estudo a propósito desse grupo: a ausência de informações mais precisas sobre essas crianças, ligadas a uma prática, a da criação dos expostos por famílias que não recorriam à Câmara para pedir a contribuição pecuniária a que tinham direito para auxiliar na criação. A instrução é outro aspecto importante, tendo em vista a referência a quatro professores públicos no Termo.

Outra preocupação é a pobreza²⁸. A *relaxação dos costumes*, a aversão ao trabalho são apontadas como responsáveis pela situação da mendicidade. Para solucionar o problema, de modo a identificar o “verdadeiro necessitado” e reduzir o “peso” para a sociedade, a criação de instituição que lhes mostrasse o caminho do trabalho foi considerada como possível co-responsável para diminuir o quadro dos que viviam da prática de mendigar.

Acompanha esse ofício o *Mappa dos Mendigos residentes no Termo da Fidelíssima Villa do Sabará*. Nele, organizam-se categorias em que se classificavam os *pobres* em *robustos*, *fracos*, *arruinados de todo*. Nesse levantamento, se trabalharmos com índices mais arredondados, tem-se que: 54% eram livres, dos quais 30% eram homens, sendo que, entre homens e mulheres, teríamos 13% de *robustos*, 31% de *fracos* e 10% de *arruinados*. Dos libertos, 46% desse grupo de *mendigos*, 9% foram classificados como *robustos*, 28% como *fracos* e 9% como *arruinados*. Numa classificação geral, teríamos, assim, 19% de *mendigos arruinados*, 22% de *robustos* e a maioria, 59%, de *fracos*.

²⁸ Pobreza, riqueza são duas palavras que carregam *significados diversos*. O emprego da palavra *pobreza*, de acordo com Bronislaw Geremek, pode ser entendido no seu *uso* como indicador de “(...) estado de debilidade, de carência, de insuficiência, de privação relativamente a referências cronológicas e geográficas bem precisas”. Mas o termo *pobreza* revela também *sentimentos e atitudes* que despertam “(...) a compaixão, o medo, o desprezo, a piedade”. O autor destaca ainda o fato de que todas as sociedades, seja com maior ou menor grau de evidência, *impõe* “uma delimitação ou definição” do que viria a ser pobreza. Essas palavras, assim, possuem, em seu interior, uma convencionalidade cuja definição vem do poder decisório de instituições. (GEREMEK, 2005).

Observemos o seguinte quadro:

Pobres		Robustos	Fracos	Arruinados de todo	Totales	1504
Livres	Homens	90	278	93	461	
	Mulheres	107	181	62	350	
Libertos	Homens	84	235	76	395	
	Mulheres	56	188	54	299	
Escravos desamparados		//	//	//	//	
Sommas parciaes		337	882	285	//	
Somma total dos Mendigos mil quinhentos e quatro						

(SP PP 1/33, Cx. 227, Pac. 40, 10/07/1825).

Esses dados reforçam o que Souza (2004) chamou de *desclassificados do ouro*, grupo que, nas Minas Gerais, no século XVIII, mobilizava a atenção dos administradores coloniais e, como vemos, embrenhou-se no período imperial, como afirma a autora:

As Minas foram o espaço privilegiado da desclassificação social nos tempos coloniais, e isto se deveu tanto ao rápido afluxo populacional que lá se verificou como ao caráter específico da exploração aurífera. Nas lavras, os homens livres foram mais numerosos que em outros pontos da colônia, e, por mais paradoxal que possa parecer, entre eles se dividiu a extrema pobreza da economia mineradora. (...) Triturados por uma exploração econômica predatória e imprevidente, esmagados pelo peso enorme do fiscalismo, perseguidos por uma política normalizadora que os desejava enquadrar a todos os custos, os desclassificados proliferaram nas montanhas mineiras como em viveiro; essa pujaça extrema foi vista de duas maneiras opostas: como utilidade e como ônus (SOUZA, 2004, p.296).

A preocupação com os pobres sem *ocupação*, considerados muitas vezes como *vadios*, os receios do *perigo* que essa população poderia apresentar à *boa ordem*, decorrem, assim, de longo processo histórico. Conforme Souza (2004), nas Minas setecentistas, a presença desse contingente considerável – grupos tidos como *vadios* – motivou fiscalizações e tentativas de controle dessa população. Torná-los *úteis* foi sem dúvida uma procura constante. Nesse bojo, não só os sem *ocupação*, como também os expostos estiveram sob os olhares disciplinadores das elites.

Um dos temores da população categorizada como *vadia e ociosa* sem dúvida nenhuma era o recrutamento²⁹; não foram poucas as queixas de moradores de Sabará. A população mais

²⁹ Expressão empregada para designar a forma de ingresso de indivíduos *na tropa de primeira linha* do Exército (SALDANHA, 2004). O recrutamento gradativamente transformou-se num mecanismo de punição. Conforme Maria Odila Leite da Silva Dias, a legislação sobre o recrutamento esteve muito ligada ao *processo eleitoral*, mas ao mesmo tempo vinculava-se a demanda por *mão-de-obra dos proprietários rurais*, do mesmo modo que, os empregos *de confiança* contavam com o apoio desses proprietários para escaparem da possibilidade de serem recrutados. Desse modo, de acordo com a autora ficava uma concentração maior “(...) sobre a massa dos pequenos roceiros sem terras ou dos proprietários de pequenas posses instáveis, entre os quais forçavam

pobre precisou criar estratégias para escapar das constantes rondas no município. As estratégias iam desde se esconder a pedir atestados de pessoas *probas*, em que se constasse que o recrutável exercia alguma atividade constante.

Alguns recrutamentos foram muitas vezes contestados, assim como os procedimentos adotados nessa prática, como o relatado por um fiscal que se queixava, afirmando que um artigo do regulamento³⁰ sobre recrutamento havia sido infringido pelo tenente encarregado dessa atividade no município. Atribuía-se a ele a prisão de tropeiros que passavam por Sabará; chegava-se a cercar estradas em busca de recrutáveis, *privando aos cidadãos o livre transito dellas*. A Câmara reconhecia a *necessidade do recrutamento*, mas lastimava “(...) não haver huma ley com a qual se possa obter melhor existo sem oppressão, e vexação dos Povos, não permittindo ao executar o arbítrio aprender, e soltar a quem lhe parecer” (SP PP 1/33 Cx. 246, 13/07/848).

O *Termo da Fidelíssima Villa de Sabará*, em mapa organizado pela Secretaria de Governo, em 1830, possuía 1039 fogos³¹, sendo 617 na vila e matriz de Sabará. Das 38 povoações apresentadas, as quais faziam parte do Termo, Sabará era de longe a mais povoada, seguida do arraial e matriz de Santa Luzia, com 396 fogos (PINTO, 1897, p.20-21, RAPM). José Joaquim da Rocha apontava para a existência de 850 fogos nessa vila, em 1878, com uma população estimada em 7.656 habitantes (ROCHA, 1897, p.42)³².

As listas populacionais, organizadas pelo governo provincial, apresentam enriquecedoras referências para o entendimento da população de Sabará. Na lista de população de 1831, o Termo de Sabará contava com 14 distritos por onde se distribuía 4.139 fogos com uma população de 25.328 habitantes. Esse quadro do município estava

cooptações e procuravam angariar por violência as clientelas. Muitas vezes, os recrutamentos eram pretextos de vinganças e rixas entre vizinhos, que apelavam para as autoridades no sentido de prejudicar aqueles com os quais tinham ajustes e desforras pendentes” (Dias, 1998, p.70)

³⁰ Regina Horta Duarte (1998), em sua análise, afirma que o recrutamento em Minas, tanto quanto o policiamento, foi uma importante estratégia utilizada para a *ocupação e controle da população*. Como forma de regularizar a prática de recrutamento, em fins de 1831, Jose Ignácio do Couto Moreno, propôs um projeto em que os juizes de paz fizessem listas com a identificação de todos os *ociosos*, entre os dez e cinquenta anos, para que pessoas “industriosas” os pudessem contratar. O projeto ainda trazia uma ressalva, a qual deixava os recrutáveis praticamente impossibilitados de recusarem o trabalho que lhes fosse “solicitado”. Para Duarte (1998), isso colocaria esses indivíduos em situação *de trabalho compulsório regido por lei*. De acordo com a autora, o Conselho aprovaria pouco tempo depois (1832) uma forma mais amena dessa proposta, na qual incumbia aos juizes de paz a tarefa de organizarem lista dos ditos *vadios*, estabelecendo punição para eles (DUARTE, 1998, p.64 - 65).

³¹ Casa, domicílio, residência (BOTELHO; REIS, 2002, p.79).

³² Este trabalho: *Memoria historica da Província de Minas Geraes* foi encontrado sem a identificação de data e nome do autor. Porém, acredita-se que seja do final do século XVIII ou começo do século XIX. Com relação ao autor, o texto é atribuído a José Joaquim da Rocha, engenheiro militar, autor de algumas *cartas geográficas da Capitania mineira* (notas da redação da Revista). Souza (1996) indica 1781 como ano em que o texto viera a público (SOUZA, 1996, p.29).

inserido numa província com então 16 municípios, 134 distritos, mais de 32.000 mil fogos e 210 mil habitantes (PAIVA *et al*, [1985?], p.5). Ainda que essas listas possam não corresponder ao quadro completo de toda a província, uma vez que não foram enviadas listas de todos os distritos³³, elas podem nos dar maiores condições de conhecer a província. Em 1856, estimava a Câmara de Sabará que, no Termo, havia 50 mil habitantes divididos em 30 mil escravos e 20 mil livres, distribuídos em 13 paróquias. Por essa estimativa, a população da cidade de Sabará girava em torno de 5 mil *almas* (CMS. COR 05, 1856). Esses dados são estimativas, mas permitem explorar aspectos da estrutura social do Termo, em que, como reflexo de uma sociedade de regime escravista, demonstra-se que os escravos constituíam a base dessa estrutura, como Douglas Cole Libby (1988) sinaliza, para toda a província mineira.

Segundo a Câmara, desse total de sua população, podia-se estimar que, em relação ao estado civil, 32% dos indivíduos eram casados. Além disso, podia-se calcular, em relação à nacionalidade, que 60% da população era formada de brasileiros, sendo que, dos 40% classificados como estrangeiros, incluíam-se escravos. No quesito trabalho, 44% tiravam suas rendas da agricultura, 34% viviam de *jornais*, 16% da mineração. Os 6% restantes viviam de seus *negócios*, ofícios, empregos públicos e prestação de serviços. Nesse grupo, incluíam-se: negociantes, carpinteiro, tropeiro, sapateiro, faiscador, carreiro, pedreiro, ferreiro, alfaiate, ourives, escrivão, pescador, marceneiros, sacristão, clérigo, fabricante, cirurgiões, boticários, médicos, *capitalistas*, solicitadores, mascates, advogados, relojoeiros. Das atividades e profissões citadas, é interessante observar que não se menciona atividades desenvolvidas ou atribuídas ao universo feminino, como fiadeira, tecedeira, costureira, só para citar algumas, comuns nas listas populacionais das décadas de 30 e 40 do século XIX. Conforme Libby (1988, p.85), sem dúvida, as mulheres superavam o número de homens na atividade de *trabalhadores em tecidos*³⁴.

Esses dados nos ajudam na contextualização de problemas atribuídos a *massa* da população que vivia *de um lado para outro*, fonte das constantes investidas da administração provincial e municipal, na tentativa de controlar esse grupo. Esse aspecto pode ser ressaltado pelo grande número de pessoas, por exemplo, que viviam de *jornais*, trabalhos esporádicos, grupo com liberdade para circular por todo o Termo. Podemos daí pensar o quanto foi

³³ De acordo com Paiva *et al* [1985?] os pesquisadores, as listas remetidas ao presidente da província corresponderam a 33% dos distritos que faziam parte da província e 48% dos que efetivamente comunicaram as informações solicitadas. Na pesquisa, utilizaram, como referência, o relatório do presidente Antônio Paulino Limpo de Abreu de 1835, no qual consta que havia 410 distritos *de paz* no início dos anos 30 do século XIX.

³⁴ Sobre a inserção das mulheres em atividades que lhes propiciavam muitas vezes o sustento de si, e que passavam por um processo educativo especialmente na infância e juventude, Cláudia Fernanda de Oliveira está desenvolvendo pesquisa de mestrado na FaE/UFMG/GEPHE, sobre o universo da educação feminina na Comarca do Rio das Velhas entre 1750 e 1800.

importante, para a administração da Província e da Câmara, a organização, a construção de dados a fim de se *esquadrinhar* sua população, em que expostos e órfãos pobres tiveram uma atenção especial.

1.2. Ação administrativa

As relações cidadinas, ainda que em pequenos núcleos, e a diversidade social mineira interagiram com as formas de representação nas Câmaras e, na década de 1820, com as formas constitucionais de representação, a destacar-se a presença de comerciantes, tropeiros, artesãos e outros trabalhadores livres, que constituíram um núcleo intermediário socialmente orgânico (SILVA, 2002, p.36).

No processo administrativo de Sabará, a Câmara Municipal exerceu importante função como agência local de difusão de idéias entre os habitantes. Nela, *homens bons* atuaram, disseminando visões de mundo perante a população e entre si. Esses homens tidos como *cidadãos aptos* a elegerem e serem eleitos para ocupar cargos nas Câmaras – oriundos das elites locais – inseriram-se em diversos segmentos sociais – sociedades políticas, filantrópicas, literárias, de assistência –, como também no campo da imprensa, educação, medicina, judiciário, expandindo suas ações para múltiplos espaços.

Não se pode dissociar essa instância da administração local, da sua tradição ibérica. Desde o século XVI, os *Conselhos* regidos pelas Ordenações Filipinas eram a sede em que se ligavam demandas políticas e judiciárias *de primeira instância* da população local. A vida coletiva local tinha, nessa instância, o estabelecimento das posturas que norteariam seu cotidiano. Assim, os *Conselhos* eram responsáveis pela organização do dia-a-dia local; sob seu olhar estavam: festas – sejam de cunho religioso, ou ligadas a datas dos eventos da *Coroa portuguesa* –, o abastecimento de gêneros alimentícios. Essas instâncias deviam estabelecer os preços dos alimentos, fiscalizar seu comércio, assim como deviam resolver a progressiva demanda de questões relacionadas à *higiene e salubridade pública*. Do mesmo modo, os *Conselhos* foram espaços em que grupos locais tinham como o lugar de defesa de seus interesses (GOUVÊA, 1998). Nesse sentido, para Maria Fernanda Bicalho (1998), “(...) elementos de unidade e de continuidade entre o Reino e seus domínios, pilares da sociedade colonial portuguesa nos quatro cantos do mundo, as Câmaras Municipais foram igualmente órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos”.

Bicalho (1998) lembra algo importante para a compreensão das municipalidades. A distribuição dessas instituições *nas mais remotas regiões ultramarinas* implicava, muitas vezes, a constituição de problemas peculiares de cada região, *próprios de sua situação colonial*. Dessa maneira, as intervenções para solucioná-los, freqüentemente, exigiam políticas diferenciadas, além do estabelecimento de leis oriundas da *Metrópole*, no intento de conduzir a própria organização dessas instâncias, como também com o objetivo de interferir no aspecto da *regulação dos usos e dos costumes*.

Segundo Charles R. Boxer (2002), no império marítimo sob domínio dos portugueses, o senado da câmara³⁵, juntamente com “(...) irmandades de caridade e confrarias laicas, das quais a mais importante foi a Santa Casa da Misericórdia”, teriam ajudado a conservar a união entre colônias desse império. O estabelecimento de governos municipais portugueses regia-se desde 1504, e a parte nuclear do conselho das câmaras era composto por uma variação de 2 a 6 membros. “Conforme o tamanho e a importância do local”, contavam com juizes ordinários (dois) e o procurador, que eram possuidores de direito de voto. As câmaras contavam ainda com escrivão e tesoureiro. Os demais funcionários dessas instâncias, *subalternos*, não tinham direito a voto, além de variarem em número de acordo com as demandas das localidades (BOXER, 1992, p.286-287). Tais instituições, de acordo com José R. de Lima Lopes (2003),

(...) eram corporações e como tais dispunham do privilégio de terem seus estatutos (leis, posturas, sistema jurídico próprio, autonomia, jurisdição contenciosa por meio de juizes ordinários). Os privilégios das corporações expressavam-se na capacidade de reger os próprios negócios – dar-se regras – e de constituir os próprios órgãos. O privilégio de legislar e o de julgar faziam parte do mesmo ideal de autogoverno das corporações (LOPES, 2003, p.208).

Os estudos, com ênfase no período colonial, têm demonstrado, desse modo, o poder que essas instituições possuíam sobre a regulação do comércio e ordenação do espaço urbano. No exercício de administrar as localidades, atuaram ao lado do poder público como instrumento de defesa de interesses locais e garantidoras dos cumprimentos de projetos metropolitanos frente à população local (Notas APM Câmaras). Nesse sentido, para Cláudia Maria das Graças Chaves (2003), no processo de regular e ordenar,

(...) nem sempre as determinações das Câmaras se baseavam em um princípio jurídico estabelecido e sim no que se considerava “usos e costumes” das sociedades em benefício do “bem comum”. Assim, muitas vezes as Câmaras ultrapassavam os

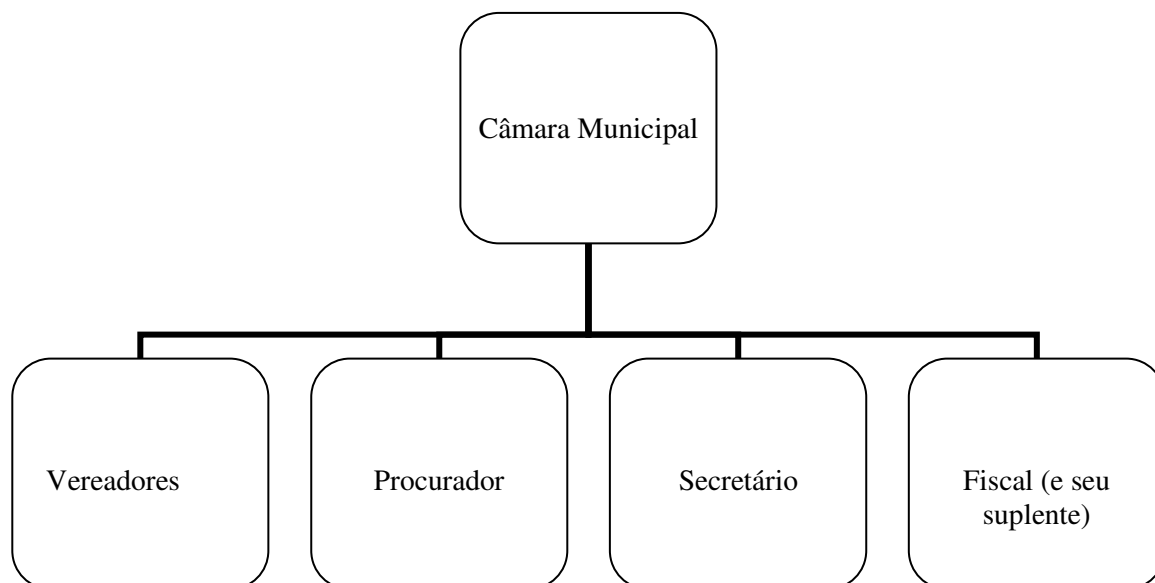
³⁵ No Brasil, esse órgão colonial foi instituído em 1549, na fundação de Salvador (BOTELHO; REIS, 2002, p.30). SALGADO (1985) indica que a data mais provável teria sido 1532 com a criação da vila de São Vicente e da instalação da câmara.

limites de suas atribuições locais e de circunstância, evidenciando, o jogo de interesses que procurava acomodar expectativas individuais e coletivas (p.106).

As câmaras municipais, assim, adentram o período imperial brasileiro com uma longa trajetória na vida política, econômica, social e administrativa. Como um dos vestígios de seu poder político, Lopes (2003) aponta a atitude de D. Pedro I que, após a dissolução da Assembléia Constituinte em 1823, submeteu as câmaras municipais brasileiras ao *projeto de constituição*, a fim de que aprovassem seu ato, *para não se passar por tirano*. Para o autor, o contato direto com essas corporações destituía, naquele momento, o papel da Assembléia na configuração do Estado brasileiro.

Com a *Constituição Política do Império do Brazil* de 1824 e centralização do poder, iniciaram-se as reformas, particularmente da administração pública e do judiciário. Nessa Constituição, deveriam existir câmaras em todas as vilas e cidades do império, tanto nas que já existiam, como nas que fossem criadas futuramente, devendo estas últimas ser responsáveis pelo *governo econômico, e municipal* das localidades. É importante dizer ainda que as câmaras ficavam subordinadas também ao controle dos Conselhos Gerais das Províncias e aos seus presidentes. Com a reforma da constituição em 1834, as câmaras passariam a se subordinar às assembleias legislativas provinciais, ficando, para a apresentação de *lei regulamentar*, o detalhamento de suas atribuições.

Quatro anos após decretação da Constituição, saía a *Lei de 1º de outubro de 1828*, dando *nova forma às Camaras Municipais* e versando sobre as atribuições dos seus empregados. Com isso, as câmaras passariam à condição de corporações administrativas, perdendo muito do seu poder político. Conforme Venâncio (1998), com a *Lei de 1828*, o campo de atuação das câmaras foi reduzido, pois, anteriormente, como abordamos, elas tinham funções mais extensas na regulação de aspectos ligados à economia, justiça, política, fiscalização, assistência, ao território, com maior autonomia de atuação. De acordo com essa lei, as câmaras teriam em seu quadro: nove vereadores, para as cidades, e sete, para as vilas, com um secretário, um procurador, um fiscal (e suplente).



Conforme Miriam Dolhnikoff (2003, 2005), a lei de 1828 foi um *golpe na autonomia* das câmaras municipais, uma vez que essa Lei foi apoiada pelos liberais, e o Senado aprovou-a sem submetê-la à discussão. Dolhnikoff atenta para o fato de que os liberais, ao defenderem a autonomia regional, não faziam necessariamente a *defesa do localismo ou do municipalismo*. Eles, ao contrário, buscaram – em favor da questão regional – *neutralizar o poder municipal*.

O fato de que, com a lei de 1828, as câmaras municipais tiveram, em sua incumbência, a administração local, fossem vilas ou cidades, colocava-as em situação difícil, uma vez que não possuíam autonomia para legislar no quesito imposto sem o aval do governo provincial. Dolhnikoff (2003) destaca que a dicotomia nesse movimento liberal que, de um lado, criou uma autoridade municipal com poder – juiz de paz com a lei de 1827 –, do outro, coibiu *os poderes das câmaras*. Com a entrada do Código de Processo Criminal e do Ato Adicional, essa dicotomia ainda permaneceria. Para a autora, os liberais

Divididos entre o anseio e o receio, optaram por uma organização municipal composta por duas instâncias: um juizado de paz com amplas atribuições judiciais e policiais e câmaras municipais com responsabilidade apenas administrativa. As assembleias provinciais criadas pelo Ato Adicional tinham um papel importante no controle das câmaras municipais ao valer-se da dependência financeira e administrativa em que estas últimas se encontravam em relação ao Legislativo da província para impor novos padrões de comportamento, de modo a submetê-las aos ritos do novo Estado (DOLHNIKOFF, 2003, p.126).

No nível administrativo, era da alçada das câmaras municipais várias atribuições: deveriam ter a guarda das rendas municipais; fazer a repartição dos termos em distritos; zelar pelo arquivo da instituição. Nomear os oficiais da casa dando-lhes os respectivos títulos, como também titular o juiz de paz, e “(...) reconhecer títulos de todos os empregados que não tiverem superiores no lugar, a quem compita esse reconhecimento, e fazê-los registrar, tomar-lhes juramento, e fazer publicar por editaes a sua posse” (Lei 1º outubro de 1828 art. 54).

Nas reuniões ao longo do ano, era atribuição das câmaras nomearem *cidadãos probos* para comporem comissões de visitas (os membros dessas comissões deveriam visitar prisões, fossem militares, civis, eclesiásticas, cárceres de conventos *dos regulares*, fossem estabelecimentos públicos), essas comissões apresentavam relatórios da situação encontrada e de possíveis medidas para solucionar os problemas na observância da constituição.

Outro encargo dessas instituições consistia na responsabilidade com as obras públicas³⁶ e, para isso, deveriam colocar em pregão as obras a serem realizadas e, quem oferecesse o menor valor pela realização da obra, seria o executor.

Os membros responsáveis pela administração municipal tinham também a incumbência de vigiar o comportamento dos funcionários, no exercício de suas atividades, para informar aos presidentes de província qualquer desvio de conduta. Dentre as obrigações das câmaras, incluía fornecimento de informações solicitadas e/ou que *julgarem precisas* a deputados e senadores, como também, avisar a administração provincial tratamentos cruéis praticados contra os escravos e apontar medidas preventivas;

Promover as eleições dos integrantes das câmaras legislativas; mandar publicar anualmente balanço das resoluções tomadas na casa; assinar os impressos da administração da província, das câmaras legislativas e dos que publicassem textos nas sessões das câmaras municipais de suas respectivas províncias, estavam também entre suas obrigações. Além disso, os membros das câmaras deveriam assinar³⁷ deliberações encaminhadas aos superiores.

No *título III* dessa lei, *Posturas Policiaes*, encontram-se as diretrizes que ocupariam, consideravelmente, o dia-a-dia das câmaras. Nesse sentido, em nossa pesquisa, contemplamos particularmente do artigo 66 ao 71.

³⁶ Se não aparecesse nenhum empreiteiro para executar a obra, ela poderia ser feita por um *jornal* (que era pago pelo dia de trabalho). “E quando as obras forem de grande importância, e alguns socios, ou empreendedores se offerecerem a fazel-as, percebendo algumas vantagens para sua idenização, enviarão as propostas aos Conselhos Geraes da Província” (Lei de 1º de outubro de 1828, art. 47).

³⁷ Esse procedimento estava dispensado quando a questão fosse de atribuição da câmara, como o cumprimento do seu código de posturas. Para isso, bastava a assinatura do presidente e do secretário (Lei de 1º de outubro de 1828, art. 64).

Falar das câmaras provoca-nos dizer também sobre os procedimentos daqueles que a elas podiam ascender pós *Constituição* de 1824. Tinham direito a voto nessas casas os que podiam nomear eleitores em suas paróquias, de acordo com a Constituição, em seus artigos 91 e 92. Em outras palavras, poderiam votar, *cidadãos*³⁸ *brasileiros*, que estivessem usufruindo seus *direitos políticos*, e estrangeiros que haviam se naturalizado. Também os maiores de vinte e cinco anos (excetuando-se aqueles que eram casados, oficiais militares tendo atingido vinte e um anos, os *bacharéis formados*, clérigos de ordens sacras), os que possuíam uma renda líquida anual acima de cem mil réis (rendas oriundas de *bens de raiz, industria, commercio, ou empregos*) tinham direito ao voto.

Podiam votar também “(...) Guardas livros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas” (Constituição Política do Império do Brasil, 1886). Desse modo, de acordo com a *Lei de 1º de outubro de 1828*, podiam ser vereadores todos os que podiam votar nas assembléias paroquiais, desde que fosse observada a residência de no mínimo um ano no Termo. Seguia-se à votação em que “(...) o votante dava pessoalmente os nomes das pessoas em quem queria votar, aos secretários das mesas paroquiais (mesas de votação), os quais formavam com ele a cédula que, depois de lida, era assinada pelo votante com uma cruz” (KINZO, 1980, p.51).

As eleições para vereadores deveriam ocorrer a cada quatro anos, em 7 de setembro, em todas as paróquias. Quinze dias antes da eleição, estavam as câmaras incumbidas de afixarem editais, em espaços públicos centrais, avisando do processo eletivo. Em domingo precedente aos quinze dias, o juiz de paz afixava, nas portas das igrejas, as listas gerais³⁹ com a identificação daqueles das paróquias, considerados *aptos* para votarem. Na falta de um juiz de paz, os párocos faziam as suas vezes.

As atividades das câmaras eram organizadas, anualmente, em quatro sessões ordinárias a cada três meses, com no mínimo seis dias de trabalho. Os presidentes dessas casas poderiam, em caso de urgência, convocar sessões extraordinárias. Após eleitos, seguia o envio dos títulos para os vereadores novatos, que deviam tomar posse em 7 de janeiro do ano seguinte, quando dariam início aos seus trabalhos, prestando o juramento:

³⁸ Ilmar Mattos (1994) lembra que a distinção entre *cidadãos* e *não cidadãos* dizia respeito não só à atribuição dos nascidos fora dos país, mas também à distinção entre ser livre e possuir propriedades, principalmente de escravos (MATTOS, 1994, p.109).

³⁹ De acordo com o artigo 6º da Lei de 1º de outubro, as pessoas, ao verificarem nessas listas que seus nomes estavam *indevidamente* incluídos ou excluído, deveriam recorrer à assembléia eleitoral, quando seus membros se reunissem. No caso de alguém ter praticado tal ato, o responsável seria multado.

Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de vereador da Câmara Municipal desta Cidade, e de promover quanto em mim couber os meios de sustentar a felicidade publica⁴⁰ (CMS ATA 013, Folha 82V, 07/01/1853).

1.3. Nas teias da política

A política estava definitivamente ligada à vida das elites locais sabarense, expressa em espaços vários. Algo que poderá nos ajudar a compreender os processos de interação dos *homens bons* em Sabará é, seguramente, os documentos oriundos do processo eleitoral para escolha dos membros da câmara. Não trabalhamos com documentação específica sobre esse assunto neste momento, mas, dentro do conjunto de documentos pesquisados, indicaremos alguns aspectos que apresentam, para a pesquisa conjunta em que temos trabalhado, a necessidade de se investir nessa problemática.

A atuação dos membros da câmara pode nos indicar redes de sociabilidade e de poder na construção do espaço coletivo dessa localidade. Refletindo sobre a atuação desses homens para o Senado da Câmara no Rio de Janeiro de 1790 a 1822, Gouvêa (1998) levanta pontos importantes para a problematização das atividades desses indivíduos, pois

sua conduta encontrava-se vinculada à permanente necessidade de realizar escolhas, de defender determinados interesses e de reivindicar determinados privilégios. Enfim, a todo instante, eles imprimiam a sua marca de variadas maneiras em todo o processo. Pensar as relações de poder então travadas a partir desse ponto de vista, potencializa a construção de uma análise mais rica e atenta tanto à dinâmica local quanto àquela mais ampla (GOUVÊA, 1998, s/p).

Assim, acompanharemos algumas contendas de alguns dos envolvidos na administração municipal de Sabará, na busca por características e aspectos administrativos desse grupo. Tomemos como referência inicial, um debate suscitado pelo vereador Manoel de Freitas Pacheco, no ano de 1831⁴¹, quando o vereador apresentou uma queixa contra seus colegas vereadores, alegando que o número de fogos do curato de Roça Grande, pertencente ao Termo de Sabará, apresentado seria na verdade maior do que aquele que de fato existia. Com essa afirmação, Manoel de Freitas Pacheco apresentou então uma proposta para que os curatos de Roça Grande e Macacos fossem extintos e anexados a outros mais próximos, pois,

⁴⁰ Juramento de vereadores, proferido nas posses. Esse juramento segue o modelo indicado no artigo 17 da *Lei de 1º de outubro de 1828*.

⁴¹ Eram vereadores: Manoel de Araujo da Cunha, Ignácio Antonio Cezar, Pedro Gomes Nogueira, Francisco Jozé dos Santos Broxado, Manoel de Freitas Pacheco, Antonio da Costa Moreira, Bento de Faria Sodré.

na sua avaliação, não tinham o número de fogos exigidos para constituírem distritos separados. Segundo o vereador, esse número maior de fogos do que o que de fato existia provava a existência de *prevaricação, e patronato*.

A princípio, essa reclamação parecia algo simples, mas aos poucos percebemos uma seqüência de atritos declaradamente abertos entre os membros do corpo administrativo municipal, instando tensões num grupo que, à primeira vista, poder-se-ia pensar homogêneo. O que estaria em disputa entre esses indivíduos? Como tratavam essas tensões? Embrenhemos nesse jogo.

No relatório da comissão⁴², encarregada de verificar a queixa do vereador Manoel de Freitas Pacheco, os vereadores apontavam para o fato de que teria o vereador diminuído *artificialmente* a população desse curato para *os fins por elle premeditados*. Segundo a comissão, o erro não havia sido *voluntário*, e era o vereador queixoso quem não respeitava as leis, não queria que o Curato de Roça Grande tivesse juiz de paz por entre seus moradores ter *homens de cor*, além de serem *faltos de instrução*. Na avaliação dos colegas, o vereador reclamante tinha tais atitudes

(...) sem se lembrar que a Constituição Política do Imperio, faz iguaes aos homens, sem outra alguma diferença, que não seja a da virtude e vicio; pr isso mesmo, que o accuzante os supoem carecidos de instrução, se fazem credores da attenção das Leis, para que entrando no conhecimento dos seos deveres, se tornem uteis a Sociedade, amigos, e bons servidores da Pátria, e da Nação. Quem avança hem tal absurdo não he observante das Leis, e nem amigo della; sabe bem a inconstitucional. O accuzante não pode negar sua opinião contraria a Ley (CMS. ATA 04, Folha 152, 16/04/1832).

Não satisfeito com a decisão dos colegas, novamente o vereador apresentou ao *Conselho da Província* sua queixa. Foram, então, os vereadores, por Portaria de 8 de novembro de 1832, convocados a responder novamente sobre as acusações anteriormente apresentadas. A reclamação foi classificada como *calunnioza e desprezível*, fundada em caprichos e interesses particulares. De acordo com os vereadores, seu colega destilava contra eles ódio, vingança e aversão por não concordarem com sua atitude

(...) quando propõem, coizas injustas, contrarias a Lei, e dispostas somente a proteger a huns, e oprimir a outros, valendose p.^a isso da sua conhecida hipocrezia, invocando o nome do bem publico, quando só tem em vista o patronato, e interesse privado, e por isso tem sempre na boca estes dois nomes, assim como tem no coração a arbitrariedade, por dispotico, por natureza, e educação, e habito, pois que estando a muitos annos na posse de lidar com feitores, e governar escravos pença,

⁴² Comissão formada pelos vereadores Bento de Faria Sodré e Jozé dos Santos Broxado.

que os vereadores accusados lhe devem obdecer como aquelles, e cumprir a risca tudo quanto he de sua vontade (CMS. ATA 05, Folha 25, 04/01/1833).

Para os vereadores, no interesse do queixoso, estava a promessa que ele havia feito de anexar o curato de Roça Grande ao distrito de Joze Corrêa, para que seu *protegido João Joze de Mello*, então juiz de paz da localidade, tivesse o *mando* aumentado, como também queria anexar o curato de Macacos ao distrito de Congonhas com a mesma intenção. O vereador, de acordo com essa avaliação, queria se aproveitar de um cargo público para proteger alguns e perseguir outros tantos. Desse modo, atribuía aos colegas *defeitos* que, segundo eles, refletiriam na verdade a sua própria pessoa.

Constava ainda, na representação do vereador, denúncias contra comportamentos de alguns colegas, como acusação ao presidente da câmara, Manoel de Araújo da Cunha. Conforme o vereador Manoel de Freitas Pacheco, o presidente da câmara manteria parentes no cargo de juiz de paz em alguns curatos de forma ilegal, incluindo o filho que fora eleito como fiscal de Sabará. Os colegas rebatiam, dizendo que, mesmo o presidente da câmara, tendo *parentes dignos dos cargos electivos*, não concorria para que fossem eleitos ou que se mantivessem nos cargos. Seu filho teria sido eleito, mas pedira escusa do cargo. Contudo, a escusa não fora aceita, nem mesmo pelo vereador que representava a queixa. Nessa situação, o filho de Manoel de Araújo da Cunha assumiu o cargo, pedindo pouco tempo depois para deixá-lo.

Nesse processo, envolveram-se declarações de vigários e pessoas *probas* da localidade; declarações que foram fortemente rebatidas pelos vereadores acusados. Podemos apreender, dessa movimentação, uma ambiência muito peculiar; assim, não podemos desconsiderar o período desse atrito. Além dos problemas pessoais, passíveis de serem percebidos, há também problemas de ordem política do âmbito das funções das câmaras; um deles relaciona-se as divisas das localidades. Com as declarações apresentadas pelos vigários, de modo a abonar a reclamação do vereador Manoel de Freitas Pacheco, entrava em cena o confronto sobre quem tinha mais legitimidade para falar sobre a questão.

Para os vereadores, não cabia aos vigários interferir numa questão que era, pela lei, atribuição da câmara. Pela Lei de 1828⁴³, era da câmara o direito de demarcar o Termo. Dos sete vereadores que estavam à frente da administração, consta o nome de quatro⁴⁴, que estariam na lista da fundação da *Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da*

⁴³ Art. 55 Título II – Funções Municipais. Lei de 1º de outubro de 1828.

⁴⁴ Vereadores Manoel de Araujo da Cunha – presidente da câmara, Ignácio Antonio Cezar, Pedro Gomes Nogueira e Antonio da Costa Moreira.

Liberdade e Constituição de julho de 1831. Aqui é importante ressaltar que o nome do vereador Manoel de Freitas Pacheco não foi encontrado na lista da época da fundação dessa Sociedade⁴⁵.

Afirmava-se ainda que os demais declarantes tinham vínculos pessoais com o vereador. Nas palavras de Marco Morel (2005) “a política não era apenas racionalmente articulada, mas fazia-se também, enquanto relação social e interpessoal, com (des)afetos e idiosincrasias, medos, raivas e ousadias” (p.227). Esse tipo de atrito nos permite pensar múltiplos interesses envolvidos na administração municipal.

Administrar o município impunha a esses homens o exercício de se manterem informados a respeito não só do que estava diretamente veiculado a sua jurisdição, como também do que ocorria no Império brasileiro e no mundo, ou, pelo menos, em parte dele. Nos seus pontos de vista, buscavam cooperar, por meio de seus projetos, com a construção da *Nação* brasileira. Nesse sentido, observamos o movimento na Câmara, tanto em relação às *perturbações* vividas no país e em outras partes do mundo, quanto à *insegurança* nos anos iniciais da década de 1830. Mais uma vez, o vereador Manoel de Freitas Pacheco toma a palavra ao propor aos colegas que a Câmara deveria encaminhar ao *Conselho Geral da Província* e do *Conselho* à Assembléia Geral (em 1831) a necessidade da criação da guarda nacional no município e província, seguindo o exemplo da Câmara de São Paulo que havia criado essa guarda.

Segundo o vereador Pacheco, esse tipo de guarda funcionaria como uma balança com o objetivo de equilibrar as forças armadas, pois, para ele, *a liberal constituição era um pacto*, ou contrato entre a *Nação e o Monarca* com o estabelecimento recíproco de obrigações. Assim, em sua opinião, as forças armadas só deveriam ser usadas *contra inimigos da boa ordem*, dos *Estados Naturais e estrangeiros*. Argumentava que tal medida era necessária, pois quem garantiria que os herdeiros do trono brasileiro herdariam as virtudes do imperador? Afinal, receava-se que os herdeiros poderiam usar a força armada para atacar os *direitos* por ambição ou por influência de *pérfidos conselheiros*.

Um dos indicativos também desses receios, colocados em debate, era o de uma possível insurreição, como a que havia ocorrido com o rei Carlos X na França, em 1830, em que Carlos X fora destronado (CMS ATA 04 – 1831 Folha 9V- 10).

⁴⁵ Esse vereador foi membro da Irmandade de Misericórdia da cidade, assim como Manoel de Araújo da Cunha e Pedro Gomes Nogueira. Não podemos descartar a possibilidade dos demais também terem sido membros dessa instituição.

Aliás, o receio de uma *insurreição* perdurou durante muito tempo. Esse receio levava a Câmara a tomar medidas, tais como pedir destacamento de polícia para a cidade, visando impor respeito *aos desordeiros*, e, ao mesmo tempo, servir de garantia da ordem pública, e da *segurança particular*, especialmente pelo aumento no número de escravos – pertencentes a companhias Inglesas de mineração do Morro Velho e Cuiabá. O trânsito desses escravos pelos *subúrbios* da cidade gerava sérias inquietações nos administradores. Esse desejo de ter na cidade um destacamento policial teve do governo da província a resposta de que nem a capital Ouro Preto possuía praças suficientes, não sendo possível atendê-los (SP PP 1/33 Cx. 246, 13/04/1848).

O medo de uma *insurreição* exhibe um dos problemas e receios da administração e das elites locais: a presença de escravos nos espaços públicos de Sabará. O ajuntamento desse grupo amedrontava e inspirava desconfianças. Essa é uma das poucas referências que fala abertamente do incômodo que se sentia com a presença dos escravos quando se achavam juntos. Eles são silenciados na documentação trabalhada. Quando aparecem, são vistos como um perigo eminente e que precisavam de vigilância constante. Havia punição prevista no Código de posturas, para quem permitisse, em seus estabelecimentos comerciais, a presença de escravos por muito tempo, ou que jogassem. Punidos eram aqueles que vendessem, para os escravos, qualquer coisa fora do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, a não ser remédios para algum doente. A punição se estendia ainda para os que permitissem o uso dos estabelecimentos por escravos para fins de diversão como dançar e cantar.

Se a presença das elites locais na vida administrativa era uma prática que dava maior legitimidade as ações desses grupos, isso não significava que era fácil organizar o processo da administração do município. Compor o quadro de vereadores não era tão fácil. Além dos vários elementos impeditivos para o exercício dessa função, muitos, depois de eleitos, não aceitavam o cargo, outros alegavam problemas de saúde, outros ainda queriam continuar desempenhando outras atividades.

Temos por exemplo o caso do padre e professor Mariano de Souza Silvino⁴⁶ que recebeu o quarto maior número de votos (665) em outubro de 1832⁴⁷. Nessa posição, estava

⁴⁶ Esse padre merecerá, ainda nesta pesquisa, atenção maior.

⁴⁷ Indicamos aqui os vinte mais votados, já que, em decorrência de problemas, houve a necessidade de se passar aos seguintes em votação, para preencher o número de sete: Capitão Mor Manoel de Araujo da Cunha (784 votos); Coronel Pedro Gomes Nogueira (716); Capitão Joze de Oliveira Campos (705); Padre Marianno de Souza Silvino (665); Sargento Mor Francisco Joze dos Santos Broxado (562); Capitão Mor Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco (546); João Teixeira da Fonseca Vasconcellos (440); Capitão Mor Ignacio Antonio Cezar (389); Sargento Mor Manoel de Freitas Pacheco (374); Capitão Joze de Souza Vianna (364); Coronel Manoel Antonio Pacheco (345); Capitão Hilario Mendes da Cunha Jardim (331); Capitão Bento de Faria Sodré (295); Capitão Bento Rodrigues de Moura e Castro (292); Manoel Alves de Macedo (277); Capitão Antonio Vaz

eleito para a Câmara, porém, sua condição de professor público – de gramática latina – colocava-o em situação complicada, porque, pela legislação, não poderia assumir o cargo. Talvez, como medida “compensatória”, nesse mesmo período, foi indicado para juiz de paz, cargo que recusou, alegando que preferiria ser vereador. Tanto ele quanto alguns colegas, não desistiram do caso. Mariano de Souza Silvino não assumiu o cargo de vereador, mas obteve autorização do governo provincial para que, em dias não prejudiciais ao exercício de professor, nos finais de semana e feriados, pudesse desempenhar tal atividade.

Denúncias de erros na contagem de votos, interferências nas eleições, aparecem também nas contendas políticas. Em 1841, vereadores contestavam a representação de Francisco de Paula Coutinho, segundo a qual houvera irregularidades na contagem de votos para vereadores da câmara. Argumentava esses vereadores ser improcedente tal representação, ainda mais em relação à idéia de expulsão de dois vereadores dos mais votados. Para os vereadores, a representação apresentada não merecia consideração, pois “(...) quando muito poderia dizer-se outro fosse o queixo, e não este descoberto testa de ferro, que pelo seo estado de indigência, nehuã parte toma negocios publicos” (SP PP 1/33 – Cx 238, Pac. 13, 23/01/1841). A representação, assim, foi indeferida, numa clara desclassificação do requerente, demarcando a quem se devia o controle e prestígio para ocupar os cargos.

Em sete de janeiro de 1850, vereadores encaminharam ao vice-presidente da província – o sabarense Manoel Antonio Pacheco (Barão de Sabará) – reclamação em que constava um problema que vinham há alguns meses enfrentando. Com a ausência de alguns vereadores, a câmara seguia com os trabalhos, embora apresentasse um quadro defasado de membros. Além do fato de os seguintes em número de votação não poderem assumir, ao se chamar um dos mais votados na seqüência, como suplente, o Dr. Anastácio Symphronio de Abreu, que já havia sido convocando anteriormente como suplente e ter já juramentado, recusava-se a novamente assumir essa função. O médico alegava que não tomaria mais assento na qualidade de suplente. Assim, os membros da câmara solicitavam ao vice-presidente uma solução para a situação que, segundo eles, viesse servir *para que em cazos semelhantes lhe possa servir de regra a decisão*.

Esse fato pode estar na base de um dos conflitos que envolveriam o médico Anastácio Symphronio de Abreu em 1856, quando este assumiria a função de deputado provincial. Podemos pensar também que o médico não queria mais ser suplente por não ter respaldo para

da Silva (274); Coronel Jacinto Pinto Teixeira (272); Tenente Coronel Antonio Martins da Costa (256); Tenente Coronel Antonio da Costa Moreira (251); Sargento Mor Joaquim Joze dos Santos Brochado (229). Dentre esses vinte, estavam seis dos vereadores que haviam composto a câmara da eleição anterior.

apresentar propostas e ter legitimidade na casa. Isso ocorria nas eleições de 1852, momento em que dr. Anastácio foi o mais votado e pôde assumir a presidência da Câmara.

No campo eleitoral, a atuação dos presidentes de província, como muito já se falou (BASTOS, 1996; LEAL, 1975; MATTOS, 1994), direcionava muitas vezes o processo eleitoral, seja no âmbito das eleições municipais para vereadores, seja no espaço das eleições para deputados, ou para senadores, nas assembleias provinciais e gerais. Mas, de acordo com Dolhnikoff (2003), o viés intervencionista não se dava de modo distante das elites envolvidas nas eleições, em que “(...) o presidente dependia de negociações com a elite regional. Essa manipulação exigia o acesso às clientelas dos fazendeiros que compunham o grosso dos votantes nas eleições, assim como a capacidade de fraudar urnas e qualificação dos votantes nas diversas localidades. Sem um acordo com pelo menos parte da elite regional o presidente não teria os meios para tanto” (DOLHNIKOFF, 2003, p.120).

A autora ressalta ainda o fato da relevância da qualificação nos trâmites do processo eleitoral. A qualificação, considerada como *etapa estratégica*, na qual o resultado das eleições poderia se dar através, por exemplo, da influência exercida sobre os votantes. Para Dolhnikoff, “(...) a principal lei eleitoral posterior ao Regresso, a lei promulgada em 1846, não retirava dos poderes locais o controle sobre a Junta de Qualificação” (2003, p.120).

No âmbito local, o juiz de paz também não ficava de fora desse *clube* municipal. Se havia problemas com a composição dos vereadores, maiores eram os problemas com esse cargo, pois os pedidos de *escusas* eram freqüentes. Podemos perceber, nesse sentido, que, por outro lado, pode não ter sido uma unanimidade a vontade de ser um juiz de paz. No ano de 1837, muitos dos indicados pediram *escusas* por vários motivos; dentre os quais, encontram-se motivos por doença ou por já terem, os indicados, exercido o cargo num período anterior. Muitos professores eram nomeados para essa função, mas pediam dispensas constantemente. Eles alegavam problemas de saúde, como é o caso do professor João da Silva de Oliveira, que apresentou um atestado de enfermidades, as quais o impediria de exercer a função de juiz de paz de Morro Vermelho, cargo para o qual havia sido convocado. Foi mandado chamar o imediato em votos; entretanto, alguns vereadores eram contrários a essa decisão, já que desconfiavam dos argumentos do professor.

Dolhnikoff (2003) indica o papel importante exercido pelos juízes de paz – cargo ocupado, na maioria das vezes, por homens das elites locais. No processo eleitoral, esses juízes eram responsáveis por presidir a Junta de Qualificação. “Como tem sido fartamente apontado pela historiografia o juiz de paz era homem de confiança dos grandes proprietários,

quando o cargo não era exercido pelos próprios” (DOLHNIKOFF, 2003, p.120). Segundo a autora,

A revisão conservadora que se empenhara em retirar boa parte das atribuições dos juízes de paz, no que concernia às práticas judiciais e às funções de polícia, transferindo-as para agentes nomeados pelo governo central, não impediu que fosse mantido o controle que estes exerciam sobre o processo eleitoral (DOLHNIKOFF, 2003, p.120).

Em 1841, a Câmara indicava nomes para juiz municipal. Alegava que não estava sugerindo nomes de advogados “(...) por ter experiencia mostrado, que todos recuzão este serviço pela implicancia de procuratorios nos diversos pleitos, que corem em Juízo” (SP PP 1/33 Cx. 238, Pac. 18, 1841).

Nas teias da política, tanto podem ser arrolados vínculos com função fiscalizatória das câmaras, quanto pode-se perceber a segurança pública entrelaçada com o poder judiciário, segurança que deveria manter tudo e todos nos rumos de uma sociedade ordeira. Mas vários foram os momentos, em que emergiam fatores que colocavam sob alerta o corpo legislativo e policial. As rondas pela vila de Sabará, particularmente em seus subúrbios, e pelo seu município durante o dia e à noite, em determinados períodos, fizeram-se de modo mais intensivo, especialmente em momentos de conflitos, como em 1833⁴⁸ e em 1842⁴⁹.

De modo geral, nas correspondências dos juízes era atribuída ao povo sabarense uma característica de ordeiro e cumpridor das leis. No entanto, em períodos de acirrados debates políticos, a movimentação de determinados grupos deixam transparecer que, entre esse *povo*, havia sempre alguns dispostos a colocar em prova essa “boa ordem”. Nesses momentos de tensão e conflito, determinados grupos passam a ser vistos como oferecedores de perigo para a “tranqüilidade pública”. Se a possibilidade de perigo para o grupo dominante fosse posta, uma das primeiras medidas era intensificar a vigilância a espaços públicos e de pessoas consideradas perigosas. Essa vigilância teve, no período regencial, uma força maior.

Exemplo disso são os reflexos dos movimentos *anarchistas* da Corte que chegavam ao município, os quais, segundo o juiz da Comarca, teriam aumentado o *exaltamento* de determinados “(...) indivíduos que procurão transtornar a marcha regular dos q. desejão o bem da Patria” na vila de Sabará, naqueles tempos, com a finalidade de propagar a *intriga* e *discordia*. Além da *desunião*, os movimentos anarquistas disseminariam, entre a *gente rude*, idéias de que as medidas tomadas pelas *autoridades* em relação ao grupo seriam *providencias*,

⁴⁸ Sedição de Ouro Preto.

⁴⁹ Revolução de 1842.

as quais oprimiriam suas liberdades. O juiz afirmava ainda que esses *individuos* não possuíam opinião, eram pessoas *licenciosas*, com pouco *sizo* e, como não tinham muito o que perder, tentavam melhorar de fortuna *por huma nova Ordem de Cousas, que talvez ainda esperão*. Assinalava também para o envolvimento de jovens de *boas famílias* nos “movimentos anarquistas”, os quais considerava como *moços inespertos* que, agradados pela *libertinagem*, viam-se com condições para tomarem decisão sobre qualquer coisa de modo categórico.

Conforme o juiz, o *movimento* apenas lhe estava exigindo uma *vigilância*. Por outro lado, ao fazer esse relato, o juiz nos fornece algumas pistas de atitudes de moradores na observância desse *movimento*. Foi por meio de denúncia que este grupo de “pessoas perigosas” foi “descoberto”, através de uma correspondência⁵⁰ colocada em baixo da porta da residência do juiz. Esse tipo de folha avulsa, a qual podemos considerar como *folha incendiária*, na análise de Marco Morel (2005), pode nos ajudar na

(...) compreensão de diversos pontos que envolvem a construção da ordem nacional brasileira: a dimensão e alcance dos debates entre diversas faixas da população, o conteúdo destas discussões para a demarcação das culturas políticas em transformação e, sobretudo, a percepção de que um conjunto ampliado de protagonistas envolvia-se nestes embates que, direta ou indiretamente, serviam de referência para decisões políticas e reformulações institucionais. Estavam em jogo instrumentos de combate político e, também, aspirações de ampliação dos direitos de cidadania. (MOREL, 2005, p.229-230).

Antes da denúncia explícita na correspondência, o juiz relatava que já verificava atividade suspeita de um comerciante – Jose Ribeiro do Valle (chamado Baiano Livre) – e observava que ele tinha uma loja de fazenda; apresentava *conduta Jezuitica*; vendia fazendas com valores abaixo do valor; tinha *liberalidade* com *certas gentes*; permitia ajuntamento em sua casa, composto principalmente de *certa classe* em que concorriam escravos, os quais o tratavam *com muita philantropia*⁵¹.

Diante dessa constatação, passou o juiz a vigiar as atitudes dos freqüentadores da casa desse comerciante, de maneira a identificá-los e, em caso de serem *desconhecidos*, solicitar seus respectivos *passaportes*, na tentativa de saber os motivos que os traziam a Sabará. A afronta para o juiz estava em um dos fatos: na medida em que o comerciante observava que não se havia adotado alguma medida de repreensão, passou a declarar abertamente suas

⁵⁰ Ver Anexo 2.

⁵¹ Souza (1997) ressalta que, no período colonial, era em espaços como *vendas e lojas comestíveis*, que, sobretudo pessoas mais pobres, encontravam-se para cantar, beber e dançar. Esses espaços, de acordo com a autora foram objetos de intervenções muitas vezes rígidas, tomadas pelos administradores da capitania. Como podemos perceber na fala do juiz de direito, os olhos do poder judiciário andavam atentos com a movimentação de pessoas em estabelecimentos, que podemos dizer: possuíam uma dimensão mais pública e, ao mesmo tempo, “perigosa” particularmente para o período regencial.

idéias, propagando, em todos os lugares por onde circulava, que não temia o juiz que observava seus passos.

Para o juiz, esse comerciante contava com o apoio de *consócios*, mas que não apareciam, com exceção de Valeriano Manso dos Reis Costa⁵², tido como presunçoso possuidor de *genio altivo*, tudo resultado de sua *má educação*. Além de Valeriano, havia surgido na vila um *forasteiro*, Fidelis Antonio Baptista, do qual se informou o juiz sobre seu passaporte, verificando que Fidelis possuía visto do juiz de paz de Campanha e de juízes de diferentes localidades. Esse *forasteiro*, quando indagado dos motivos de sua presença na cidade, alegou que aguardava um irmão, que viria do Serro Frio, precisando ficar na vila por uns três dias. Após esse tempo estipulado, retornou à presença do juiz, dizendo que precisava permanecer por mais uns oito dias, mas o juiz negou-lhe tal pedido. Apesar da recusa do juiz em lhe conceder mais dias na Vila, o dito Fidelis, com o apoio de José Ribeiro do Valle e Valeriano Manso dos Reis Costa, andara pelas ruas de Sabará, passando-se por pessoa que não estava em seu *juízo perfeito*, *pregando idéias perigosas*.

A presença de Fidelis ofereceria perigo à vila, pois proferia *discursos insolentes, anarchicos e incendiarios*, além de, fator importante, não apresentar uma ocupação na forma da lei. O desenrolar do caso mostra uma seqüência de situações permeada de tensões. O *forasteiro* negou-se a sair e Sabará, “pedindo” que o prendesse; afinal, seria esse o seu desejo. Fidelis teria alegado que tinha informações suficientes sobre os habitantes sabarenses, podendo identificar os *corcundas e chumbos*, o que lhe permitiria *abrir os olhos dos mineiros civilizados*, mas que desconheciam o poder e vantagens que possuíam.

De acordo com o juiz, Fidelis teve ainda o “atrevimento” de levantar-se contra o imperador Pedro II, incentivando uma revolução, chamando-o de *Pedro Panaca*. Contrariando às ordens do juiz, o *forasteiro*, após o novo prazo estipulado, acabou sendo preso por suas “atitudes”. Contudo, na prisão, não deu “tranqüilidade” ao magistrado, uma vez que, segundo o próprio juiz, da cadeia levantava a voz contra os *cidadãos* da vila, falando de suas vidas. (SP PP 1/18 Cx.173 Doc.16, 25/01/1832).

Ainda desse caso de divergência política, é possível perceber o movimento, na vila, das discussões políticas que perpassava o Brasil, sinalizando para movimentação de grupos divergentes que encontravam meios de apontarem suas idéias. A rua tornou-se um espaço para receber esses grupos. Como referenda o juiz, eles, os *anarchistas*, andavam pelas ruas da vila a cantarolar idéias contrárias à “boa ordem”, exigindo do judiciário pedido de reforço da

⁵² Valeriano Manso dos Reis Costa, foi sócio da *Sociedade Pacificadora* e da *Irmandade de Misericórdia*.

Guarda Nacional nas ruas. Se considerarmos esse grupo como “partido político”, podemos associar a esse debate, seguindo observação de Morel (2005), quando diz que:

Um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes. Tais agrupamentos eram identificados por rótulos ou nomeações, pejorativos ou não (MOREL, 2005, p.67).

O teatro da cidade é outro espaço que merece atenção, porque mantém ligação com esse grupo de “anarquistas” e *republicanos*. No relato do juiz de paz, na época da denúncia, que informava a existência de um *club de Republicanos* na Vila, consta que, procurado pelo empresário do teatro, este o havia dito que realizaria uma peça *em beneficio* próprio. “Desconfiado”, pois vinha observando certo *exaltamento* pela vila, “(...) prevendo o perigo desse tipo de reunião”, o juiz solicitou a presença da Guarda Nacional na parte externa e interna do teatro a fim de evitar situações *desagradáveis*. (SP PP 1/18 Cx.173 Doc.16, 25/01/1832).

Corria a notícia de que a peça teria como finalidade mobilizar o grupo de Ribeiro do Valle, e que esse grupo oferecia uma *merenda* aos participantes, devendo todos comparecer armados, para juntos gritarem *viva a Republica*. O evento não aconteceu no dia marcado, pois o juiz encontrou uma maneira de adiá-lo, segundo o que ele mesmo afirmava, devido à transladação do *Senhor dos Passos*, que fora promovida no lugar, uma vez que a seca abatia a região. (SP PP 1/18 Cx.173 Doc.16, 25/01/1832).

A peça, conforme o juiz, ocorreu posteriormente, mas “sem alarde”, com a presença de “poucos”. Analisando a importância do teatro na vida política da Corte, Morel (2005) afirma que, na ausência de espaços na cidade para reunião de pessoas, esse estabelecimento passou a abrigar manifestações das mais diversas. O teatro é construído como “(...) lugar de sociabilidade criador de mais um entre os diferentes níveis de espaços públicos”. De acordo com o autor, aos poucos, o teatro foi se transformando num “(...) canal da expressão de diferentes vontades coletivas”. Para Morel, “(...) muitas vezes indiferentes à peça teatral representada, os espectadores podiam chamar mais atenção do que os atores no palco. O público, pela força de suas vozes, gestos e palavras de ordem, tornava-se ator político, sujeito histórico.” (2005, p.233). Morel ainda aponta para o fato de o teatro, no seu interior, ter vivido *conflitos e disputas políticas*. Nesse sentido, podemos dizer que o teatro de Sabará exerceu uma função importante como *lugar de sociabilidade* e também de formação pública.

A carta denunciante ao qual o juiz de paz se referia, ao que nos parece, foi produzida por alguém detentor de conhecimentos acerca do momento político do Império e, certo de sua posição, não concordava com o sistema instituído no país, mas também não admitia uma *revolução*, principalmente uma que pusesse fim à escravidão, com receio de que aqui ocorresse um movimento semelhante àquele que ocorreu no Haiti. A *democracia* era uma *diva celeste*; porém, não poderia vir à tona por meio de uma *insurreição*. É importante levar em conta que a *tranqüilidade pública*, tão propagada, não ocorria do mesmo modo como é descrita em sua maior parte. As formas de denúncia também são outros elementos de reflexão.

A situação que acompanhamos evidencia como a circulação de pessoas e dos fluxos de informações levava, para o município, questões debatidas no país. O grupo dos “denunciados” ao tomar posição política contrária a vigente no país, afrontava indivíduos das elites locais, que incomodados com a propagação de idéias de liberdade de escravos e de “direitos políticos”, além do grande medo de uma revolução, buscavam combater seus adversários com palavras, vigilância e ações repressivas. Tudo isso conjugado ao período regencial “(...) grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais” nos permite inferir que, em Sabará, houve “batalhas” no campo do debate político da época num constante e intenso processo de construção de identidade política. (MOREL, 2005).

1. 4 Um vereador em busca de autonomia municipal

Muitos dos membros da Câmara de Sabará assumiram o cargo de deputados provinciais. Nesse “ofício”, procuraram “beneficiar” seu município com medidas para elevar, principalmente, a atuação política e econômica. Como dissemos na introdução do trabalho, o Dr. Anastácio Symphronio de Abreu assumiria papel relevante nos embates políticos ao atuar na Assembléia Provincial Mineira na sua 11ª legislatura (1856/1857), momento em que explicitou a permanente tensão entre as instâncias de administração municipal e provincial. Desse modo, abarcaremos suas atividades nesse tensionamento, na medida em que suas referências, como administrador municipal balizaram sua atuação.

Nessa legislatura, o foco são as sessões do ano de 1857, por ter, nesse ano, ocorrido, nas sessões da Assembléia Provincial, fortes debates ligados à administração da província mineira relacionadas, de modo especial, à cidade de Sabará e a condutas de pessoas influentes da Comarca do Rio das Velhas e da Província. Com esses debates, percebemos as disputas

das elites regionais, no campo da administração da província, elites não homogêneas que se aproximam e se distanciam no campo político. Em disputa a autonomia das câmaras municipais, atribuições das assembleias províncias, a lei e o sistema político brasileiro.

Afirmava Dr. Anastácio fazer “grande esforço”, *diariamente*, para continuar vivendo na *sociedade*, tal qual era a sociedade existente no país. Se não fosse por seus *esforços*, há muito teria partido para as *solidões da nossa terra*. Na sua avaliação, lá não encontraria *injustiças*, nem *agressões dos concidadãos*, porque estaria essas *solidões* livres ainda desse tipo de coisa. A sociedade do país era para ele formada por uma civilização pela metade, a qual chamava de *meia civilização*, que o deixava “acabrunhado” e “desgostoso”, provocando-lhe muitas vezes o desejo de *viver mesmo com as feras*, habitantes das selvas, pois poderia admirar o que possuíam de mais notável: *a franqueza, e a lealdade* no comportamento. Mesmo assim não partia. Concluía dizendo:

(...) uma vez que me acho nesta sociedade que por todos os lados se resente da nossa defeituosa civilização; nesta sociedade em que são necessarias transformações repugnantes, e quasi diarias para se supportar sem se afflignir essa serie de desconchavos, as contradicções, que muitas vezes são vivas provas contra o nosso character e sentimentos, que mais devemos estimar; nesta sociedade, em que o menor dos seus inconvenientes é o egoismo, forçoso é resiguar-me para não molestar-me, tanto quanto em outras circunstancias devia com as injustiças, e vingança dos homens, as mais das vezes filhas do rancor, producto da inveja, de interesses reprovados, ou da sua inferioridade (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n°56, p.1, 27/05/1857).

Ao chegar para o 2º e último ano na Assembleia Legislativa Provincial, em 1857, após já ter ocorrido a abertura dos trabalhos daquele ano, o Dr. Anastácio foi escolhido pelo Presidente da casa para substituir um colega⁵³ na Comissão⁵⁴ de *Propostas e Representações das Câmaras*. Até aí, nada demais, pois tudo transcorria de forma “tranqüila”. Na sessão de 04 de maio, compareceram 24 deputados. Na ordem do dia, dentre outras pontos, estava um requerimento do Dr. Anastácio e um discurso seu. O requerimento que apresentou foi o estopim para desencadear um debate que perduraria durante as sessões daquele ano.

Apresentou, naquela ocasião, o então deputado Dr. Anastácio seu requerimento ao Presidente da Assembleia. Afirmava que não se achava na casa, no dia 28 de abril, data da abertura dos trabalhos da Assembleia naquele ano, quando o presidente da província,

⁵³ Eugenio Celso Nogueira (Dr.) pediu para sair dessa comissão por considerar que estava sobrecarregado, ocupando outras comissões e por já está a Assembleia com maior número de deputados.

⁵⁴ As comissões eram divididas em: 1ª e 2ª de Fazenda, Fazenda Municipal, Propostas e Representações das Câmaras, Estatística, Instrução Pública, Pontes e Estradas, Negócios Eclesiásticos, Força Pública, Redação, Saúde Pública.

Herculano Ferreira Penna⁵⁵ leu o *relatório* e, como esse texto ainda não havia sido distribuído, ignorava-se seu conteúdo. Desejou o Dr. Anastácio então esclarecer algumas dúvidas e submeteu, assim, um requerimento em que exigia da presidência da província *algumas informações* para que pudesse fazer *juízo acerca dos negócios da Província*. Dizia *deixar claro* que, caso as respostas da presidência viessem abonar a administração do Conselheiro Herculano Ferreira Penna na condução eficaz da administração na *atenção das precisões dos mineiros*, render-lhe-ia agradecimentos; em caso contrário, far-lhe-ia sentir os males do seu governo. Essa atitude causou verdadeiro tumulto, com deputados falando ao mesmo tempo, concordando ou não. Pode-se dizer que muitos ficaram espantados com a fala do médico.

Diante dessa “confusão” o Dr. Anastácio, repreendia o comportamento dos deputados, dizendo:

Srs. é tempo da assembléia provincial tomar a posição que lhe compele. Ella é destinada a concorrer poderosamente para a felicidade dos povos, por isso que nos reunimos aqui para cuidar da sua felicidade; ella é uma das guardas avançadas do systema constitucional representativo; ella deve advertir aquellas a quem estão incumbidos os negócios do paiz o cumprimento dos seus deveres quando tendão a abusar da sua posição (CORREIRO OFFICIAL DE MINAS, 1857, N.º 37, p.3).

A partir dessa afirmação, o Dr. Anastácio, diziam os colegas, era um médico que se encontrava só, com esses pensamentos. A tais dizeres Dr. Anastácio rebatia, afirmando ter ao seu lado colegas, que, como ele, ansiavam que as leis fossem bem executadas, que visassem a prosperidade. O médico dizia ainda que, tanto ele, quanto os colegas esperavam que os administradores tivessem cuidado na direção dos negócios a eles confiados e que não permitissem ocorrer o que acontecia com os administradores *birrentos* e marcados por conduta de *parcialidade* nas suas decisões. Desse modo, na sua avaliação, o problema não estava nas leis que o país tinha, pois, de um modo geral, seriam elas boas; o problema estaria, sim, naqueles que executavam as leis.

Entre os deputados, ouvia-se de alguns que havia na província *clamor geral contra a administração* de Herculano Ferreira Penna; isso, em decorrência do que, ironicamente, dizia-se ser a *sua maneira de proceder e a sua proverbial finura*. Evidentemente, essas falas não

⁵⁵ Herculano Ferreira Penna assumiu a Província de Minas Gerais pela primeira vez em 18 de abril de 1842 como vice-presidente, substituindo o presidente Carlos Carneiro de Campos futuro visconde de Caravellas, permanecendo por um mês, sendo substituído pelo presidente Bernardo Jacintho da Veiga. Em 1856 volta agora como presidente da província na 28ª presidência, permanecendo de 02/02/1856 a 30/06/1857, quando sai para assumir sua vaga no Senado. O Dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz o substitui no período de 01/07/1856 como vice-presidente. Na 29ª presidência quem assume é Carlos Carneiro de Campos de 12/11/1857 a 30/04/1857. (IGLESIAS, 1958).

correspondiam a todos os deputados. Muitos foram os que entraram nas discussões, tanto para se defender, quanto para defender o Presidente da Província, já que, nas denúncias, vários foram arrolados como seus auxiliares nas *intervenções* nas eleições, ou em condutas tidas como irregulares na administração da província. Para os que apoiavam Herculano Penna, dizia o deputado eleito pelo distrito de Paraybuna – José Feliciano Dias Gouveia –, que, do ponto da província de onde vinha, a maioria se mostrava satisfeita com a administração do presidente. Para ele, apenas alguns *descontentes* com o resultado das eleições diziam que o presidente havia interferido nesse resultado. Seria, por assim dizer, sentimentos de *derrotados*. Argumentava ainda que as eleições *passadas* foram as mais tranquilas, tranqüilidade inspirada na *neutralidade, tino e prudência* do presidente.

Dr. Anastácio demonstrava ser um conhecedor de muitos dos assuntos das administrações das províncias, como também de várias localidades mineiras. Percebe-se que ele vinha fazendo um movimento de articulação com outros “descontentes” com o estado administrativo da província mineira, ao mesmo tempo em que buscava estabelecer articulações políticas. Denunciava, por exemplo, demissões e restituições em cargos de acordo com promessas de se conseguir eleitores a favor da administração do presidente da província, Herculano Penna.

Mas de onde vinham esses atritos? Em outubro de 1855, era enviado, pela Câmara de Sabará, um ofício, ao Marques do Paraná, de felicitações pelas mudanças feitas para as eleições, contidas na nova lei de 19 de setembro daquele ano⁵⁶. Dizia-se, na correspondência, existir limitações na lei, mas se podia comemorar alguma coisa, uma vez que os distritos eleitorais seriam representados na Assembléia Provincial, “(...) o que até agora se tornava impossível, e por isso os diversos interesses de muitos nunca aparecião, e, portanto não é para admirar, que nunca fossem atendidos” (CMS COR 05, F. 57V, 09/10/1855). Conforme Dolhnikoff (2003)

O voto distrital introduzido pela lei dos círculos de 1855 viria a reforçar a capacidade dos poderes locais de determinar os resultados eleitorais. A magistratura, os delegados e os presidentes, considerados os principais instrumentos da centralização, pouco podiam fazer se não contassem com o apoio daqueles que controlavam as juntas de qualificação e os distritos. Nem candidatos poderiam ser, pois a mesma lei de 1855 estabelecia a inelegibilidade daqueles que ocupassem esses cargos públicos. Assim, intervir nas eleições pressupunha negociar com aqueles que as controlavam (p.120).

⁵⁶ Lei imperial n. 842 de 19/09/1855. Minas Gerais ficou na ocasião com vinte distritos eleitorais. Cada distrito deveria eleger 1 deputado para a Assembléia Geral e 2 deputados para a Assembléia Provincial. Na legislação anterior, a eleição para deputado dava-se por todo o eleitorado da província em listas completas.

Ainda conforme a autora,

(...) a intervenção do presidente no processo eleitoral não obedecia apenas aos interesses do governo geral. As disputas entre as facções locais levavam cada uma delas a buscar a aliança com o presidente para vencer seus opositores. Se isso garantia a influência do representante do governo central, por outro lado, condicionava essa influência à negociação em torno de um acordo que interessasse a ambas as partes. Portanto, não se pode falar em manipulação unilateral das eleições pelo governo central através do presidente da província. Este era obrigado a estabelecer com os grupos dominantes na região alianças e negociações (DOLHNIKOFF, 2003, p.121).

Se para fazer interferência no processo eleitoral, o presidente precisava negociar com grupos locais, nas eleições de 1856, para a escolha de um deputado por distrito para a Assembléia Geral, realizou-se, no círculo de Sabará, uma intensa movimentação de dois grupos. De um lado, o grupo que apoiava o magistrado e senador Luiz Antonio Barbosa e, do outro, o grupo dos *syphronianos*, apoiadores do presidente da Câmara e deputado provincial Dr. Anastácio. Nesse campo de batalha, jornais, *pingas fogo*, “bate-bocas”, foram armas utilizadas. Do resultado dessas eleições do 3º círculo (Sabará), dos 114 eleitores, 110 compareceram à votação, com 1 suplente, totalizando 111 eleitores. O Conselheiro Luiz Antonio Barbosa obteve 58 votos, Dr. Anastácio Symphronio de Abreu obteve 52, e o Dr. Antonio da Fonseca Vianna obteve 1 voto. Foram suplentes: o Dr. Modestino Carlos da Rocha Franco, com 71 votos, o Reverendo José Augusto Ferreira da Silva, com 31 votos e o Coronel Joaquim Camillo da Motta, com 9 votos. A pequena diferença de votos entre Luiz Antonio Barbosa e Anastácio Symphronio de Abreu indica que a disputa foi acirrada.

Desde que assumira a administração da Câmara em 1853, reclamava o Dr. Anastácio das dificuldades para se administrar a cidade. Mais ainda, reclamava do comportamento dos presidentes da província, além dos deputados provinciais. Para ele, a demora para responder os ofícios e pedidos da casa acabava prejudicando os interesses gerais da população. E assim, com essas queixas, se dirigia aos colegas

(...) nossa disfelicidade chega para tudo: – até para que sejam collocados em os primeiros lugares das administraçoens publicas, homens que estão aquem das ideias, e espiricto da actualidade, homens que alem de roceiros não tem os conhecimentos precisos para as urgenceãs do movimento, que terá o mundo depois de alguns annos a esta parte” (CMS ATA 013, F. 168V, 07/07/1853).

Não poucas às vezes, esse médico, na condição de vereador, ou deputado, adotava claras condutas que expressavam, como afirma Dolhnikoff (2003), *perspectiva claramente civilizatória*. A observação do Dr. Anastácio sobre boa parte dos políticos da época era

extremamente negativa e os desqualificava nessa função. Por outro lado, Dr. Anastácio se colocava como um agente capaz de desempenhar todas as atividades ligadas ao ramo da política. Em seus discursos, propunha que a política dos *países mais civilizados* merecia ser espelhada, de modo a tirar os municípios, as províncias e o país da condição de *meia civilização*.

Miriam Dolhnikoff (2005) afirma que

Os deputados provinciais viam-se como uma elite letrada a quem cabia conduzir as elites locais nos trâmites do funcionamento do Estado. Os vereadores relutavam em adotar os padrões institucionais estabelecidos e com frequência seus orçamentos e posturas eram recusados por se mostrarem impraticáveis (p.204).

Talvez pudéssemos também acrescentar que, entre essa *elite letrada* dos deputados provinciais, fazia-se presente tantos outros vereadores, também letrados, que viam, em seus colegas, atos e atitudes “bárbaras”, de “atraso”. Para essa parte do grupo, havia colegas que precisavam se civilizar; precisavam adquirir hábitos de urbanidade e civilidade.

Para o Dr. Anastácio, poucos eram aqueles que possuíam “condições” para assumir responsabilidades concernentes à administração pública. Essas condições recaíam constantemente em observações de julgamento e desqualificação dos que, no seu ponto de vista, tinham atitudes, comportamentos *atrasados*; eram frutos da *meia civilização* em que viviam. Civilização⁵⁷ medida e avaliada, pelo Dr. Anastácio, pelos gestos, modos de falar, de se dirigir ao outro, de expor idéias, pela capacidade argumentativa, pelo autocontrole, pelo pensar/desejar/buscar o progresso. Nos diálogos do Dr. Anastácio, temos apreendido que não só a medicina fez parte do seu processo de formação, mas também os aspectos que muitas vezes atribui como regras de comportamento, de civilidade, de civilização. Esses aspectos expõem a sua vontade de aliar suas discussões políticas ao seu pensamento médico, de modo a legitimar seus saberes.

1. 5 Projetos administrativos na reordenação do espaço urbano

⁵⁷ A noção de civilização aparece várias vezes nos documentos. Observamos que, em boa parte, ela se refere a aspectos ligados ao desenvolvimento do *progresso* daquela sociedade, muitas vezes se espelhando em outras referências denominadas por essa sociedade como *civilizadas*.

Falta d'água; construção de cemitérios; órfãos pobres; *criação e tratamento dos expostos*; escravos; vadios; *pobres intermitentes*; *carestia*; fome; miséria; falta de verbas; doenças; caridade; filantropia; *humanidade*; câmara municipal; leis; território; política; posturas municipais; impostos; polícia; cadeia; partido *desorganizador*; segurança pública; indústria; malha do correio; abastecimento; saúde; higiene; sociedades; *instrução pública*; aulas e escolas; professores; irmandades, *Te –Deum*; procissões; festas. Tais palavras e expressões fazem parte do léxico presente em discursos identificados ao longo da pesquisa de que trata este texto, e, por meio desse léxico, podemos identificar questões do cotidiano de Sabará, em busca de transformações no seu espaço e dos que nela habitavam. Como afirma Raymon Willians

De uma vivência das cidades nasceu uma vivência do futuro. Numa crise da experiência metropolitana, as histórias sobre o futuro sofreram uma mudança qualitativa. Havia modelos tradicionais para esse tipo de projeção. Em todas as literaturas conhecidas, sempre houve uma terra além da morte: um paraíso ou um inferno. Nos séculos de explorações e viagens, novas sociedades foram descobertas, vistas como promessas ou como alertas, em novas terras: em muitos casos, ilhas; muitas vezes, a ilha feliz, ela própria um elemento que dá forma ao mito. Mas, dentro da experiência metropolitana, esses modelos, ainda que muito utilizados, terminaram sendo transformados. O homem não atingia seu destino, nem descobria seu lugar ditoso: ele descobria, no orgulho ou no erro, sua própria capacidade de realizar uma transformação coletiva de si próprio e de seu mundo (WILLIAMS, 1989, p.366).

Se as câmaras, por um lado, perderam muitas de suas atribuições, não se pode negar que foram instâncias que tiveram papel fundamental na delimitação dos espaços, nos constantes processos de urbanização. Podemos dizer que a crescente necessidade de instruir o outro em diversos níveis, no desenvolvimento de maneiras mais urbanas no convívio, como cuidar do embelezamento das casas, das portas, não jogar águas fétidas na rua, saber lidar com o corpo administrativo – como ao encaminhar ofícios, pedidos – numa demarcação cada vez maior do espaço público e privado, faziam parte do cotidiano das câmaras municipais.

Como forma de regular a vida cotidiana local, os códigos de posturas exerceram funções pedagógicas e constituíram-se em norteadores para a prática administrativa das Câmaras. A constante necessidade de se verificar seu cumprimento fazia parte das tarefas de juízes, vereadores, subdelegados, fiscais e inspetores de quarteirão. A fiscalização do cumprimento desses códigos era uma rotina diária desses profissionais, muitas vezes marcada por tensões, num conflito entre costumes arraigados na vida das pessoas e a busca por enquadrá-las dentro de uma legislação.

A elaboração das *Posturas* municipais estava prevista no título III das *Posturas Policias* art. 66. da Lei de 1º de Outubro de 1828. Seguindo essa recomendação, as posturas da então Vila do Sabará tiveram novo código instituído em vinte e dois de julho de 1829, *Posturas Policiaes da Camara Municipal da Fidelíssima Villa do Sabará, para nella, e seo Termo serem observadas, em cumprimento da Carta de Ley do 1º de Outubro*. Nesse sentido, em que medida podemos refletir acerca dos códigos de posturas e questões urbanas? Como esses códigos buscaram ajustar, regular, conduzir processos de vivência? Se observarmos o Artigo 66, perceberemos que esse artigo se refere praticamente a condutas para aqueles que vivem em espaços já urbanizados e/ou em processo de se urbanizar. Como teria ocorrido essa tentativa de inserir a população em modelos de urbanidade?

Nesse ordenamento, a preocupação com os espaços de uso coletivo manifesta-se nas ações voltadas para a estética, a urbanística, a higiene⁵⁸ e na necessidade de planejamento de ruas, praças, edificações, de modo a permitir uma harmonia que também fosse capaz de agradar aos olhos. Pensar os usos coletivos dos espaços implicava também a preocupação com as epidemias, com doenças contagiosas, pois tais problemas não estavam fora da fiscalização das administrações nesse processo de urbanidade.

Se se pensava nos espaços para o uso de uma coletividade, isso não implicava o seu uso livre, visto que havia outra preocupação que dizia respeito à conduta dos indivíduos os quais nesses espaços circulavam. Em outras palavras existia uma preocupação com a circulação de alguns indivíduos, como escravos, *gentes de cor, vadios*. Era igualmente atribuição das Câmaras exercerem controle “(...) sobre as vozerias nas ruas em horas de silencio, injurias, e obscenidades contra a moral publica”, conforme o § 4º da Lei de 1º de outubro. No parágrafo § 3º, são explicitadas também outras preocupações, como “cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, de animaes ferozes, ou damnados, e daquelles, que, correndo, podem incommodar os habitantes, providencias para acautelar, e atalhar os incêndios” (Lei de 1º de Outubro de 1828).

Com base no código de posturas, aumentaram-se as formalidades para realizar interferências no espaço urbano, assim como as proibições de práticas de benefício particular em ambientes públicos. Para se manter a “segurança, elegância, e regularidade dos edifícios, ruas da Villa e Arraiaes”, ao se construir novos *predios*, era preciso obter licença para tal, na qual se encontrariam as instruções para o alinhamento da obra (Art. 2.º das Posturas

⁵⁸ No período colonial, os Físicos Mor tinham, a seus cuidados, a salubridade pública, que ficou a cargo das câmaras no império. Tanto o cargo de Físico-Mor, quanto o de Cirurgião Mor foram extintos em 1831 (BOTELHO; REIS, 2002, p.246).

Policiais). Desse modo, o *asseio externo dos edifícios, e a limpeza das ruas* eram *deveres policiais*.

No art. 6.º das *Posturas*, todos os moradores, tanto da Vila, quanto dos arraiais, estavam incumbidos de manter limpas suas *testadas* continuamente, não deixando, nas ruas ou becos, lixo, animais mortos, águas sujas, *immundices*. Também não eram permitidas telhas das beiradas das casas e muros emborcadas, e todos os moradores deviam ainda cair as frentes das casas e muros. Enfim, era necessário manter as externalidades limpas e em boas condições para circulação da população. A constante necessidade de calçar as ruas e retirar daí as águas fétidas, construir calçadas, encanar água potável, coibir a livre circulação de animais, como porcos e cães, cair as casas, além, é claro, de melhorar o acesso à vila/cidade e a outras localidades, consertando pontes e estradas; a busca por uma escolarização de sua *mocidade*, tudo isso nos mostra múltiplas possibilidades para se pensar a vida urbana em Minas Gerais.

Em fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, no ano de 1846, o presidente da província, Quintiliano José da Silva, num tópico cujo título era *municipalidade*, apresentou um quadro do município de Sabará, com informações encaminhadas por sua câmara de vereadores. No levantamento apresentado, o município tinha como atividades produtivas a exploração de: “(...) ouro, ferro, taboado, assucar, aguardente, rapaduras, vinagre, farinha de mandioca, farinha de milho, polvilho, toucinho, tabaco, todos os cereaes (algum trigo), salitre, solla, couros miudos, peixe” (SILVA, 1846, p.41). Integrava essa produção a confecção de *tecidos grossos de algodão, lãa, mantas e esteiras de junco*, sabão de coco, azeite, louça mais rústica e *imagens de pedra*⁵⁹. Foi relatado também a existência do mármore em grande quantidade na cidade.

Em *Sete Alagoas*, distrito do município, apontou-se para descobertas de minas de cobre, chumbo e prata, mas que *estavam abandonadas*.

Os terrenos são irregulares, mais montanhosos que planos, cobertos ainda em grande parte por matas, onde se encontrarão todas as madeiras de lei, e os campos mui próprios para a criação dos gados de toda especie. As raças existentes do gado vaccum, cavallar, muar, [lanígero] são as ordinarias, e todas prosperão igualmente (SILVA, 1846, p.41).

Os recursos existiam, contudo, na avaliação, o aproveitamento não se dava da melhor forma. Para os vereadores, era preciso melhorar as vias de acesso ao município, como as

⁵⁹ “(...) de uma perfeição admirável”. (SILVA, 1846, p.41).

estradas e pontes; aumentar a mão-de-obra; estabelecer o uso de *machinas* de maneira a suprir a falta de braços para o trabalho; ter uma polícia sempre *vigilante* para combater a presença e aumento de *vadios e ociosos*. Com esse conjunto de medidas, para os vereadores, seria possível um melhor *aproveitamento* das riquezas municipais.

Outros fatores da avaliação do estado do município dizem respeito à saúde e à instrução. A água não causava maiores transtornos porque era tida como abundante e potável, utilizada tanto para consumo doméstico, como na mineração e em *máquinas utilizadas no termo*. Se as águas estavam boas, a saúde se apresentava como tal, uma vez que, na descrição, no município não havia doenças endêmicas, com exceção do bócio em determinadas localidades. Fora isso, as moléstias mais constantes eram as febres *intermitentes*.

Existiam ainda no município, para manter a saúde dos munícipes, dois médicos, que haviam se apresentado à câmara, três médicos ingleses e alguns cirurgiões. Sobre a instrução pública, afirmavam os vereadores que ela não era *florescente*, mas também não estava *de toda abandonada*. Todavia, a *moral religiosa* possuía um quadro que a “prejudicava” pela falta de párocos e capelães em algumas paróquias e capelas (SILVA, 1846, p.41).

A avaliação encaminhada para o presidente da província pelos vereadores, de certo modo, apresenta um quadro da avaliação dos sujeitos envolvidos no cotidiano da cidade de sua administração. Se, por um lado, dá a ver um ponto de vista, por outro, possibilita-nos apreender algumas pistas para o entendimento de processos inerentes à vida na cidade, tais como: saúde, economia, instrução, costumes, representações de determinado segmento social. É possível apreender ainda indicadores da materialidade da vida urbana local.

(...) Nossa primeira visita foi ao Largo da Cadeia, ou do Rosário. No centro da praça, sobre quatro degraus de pedra, fica o velho pelourinho (BURTON, 1976, p.355).

(...) ao norte, em uma elevação, fica a Igreja do Rosário, uma grande carcaça de pedra, inacabada. A oeste, a casa de três pavimentos de um aristocrata local, o Barão de Sabará (...) Sua rival, o palacete do Barão de Catas Altas, na Rua Direita. (...) Ao sul, fica um prédio pretensioso e antigo, de pedra-sabão embaixo e adobe em cima, tendo na frente uma sacada, apoiada em quatro colunas de madeira. O sino e as armas imperiais em cima mostram que se trata da Municipalidade; as feias janelas gradeadas embaixo mostram que se trata da cadeia (BURTON, 1976, p.355).

Em uma elevação atrás, vê-se a Igreja do Carmo, tendo em sua frente os carneiros, separados do templo; a fachada é ornamentada com esteatita esculpida pelo Aleijadinho. Ao norte, está a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. (...) Perto, fica a Igreja das Mercês (...) Os outros templos são: o de São Francisco, (...) Igrejinha de Santa Rita, na Rua Direita; a de Nossa Senhora do Ó, e o Hospital e Convento de São Francisco de Assis, em uma elevação ao norte (BURTON, 1976, p. 355).

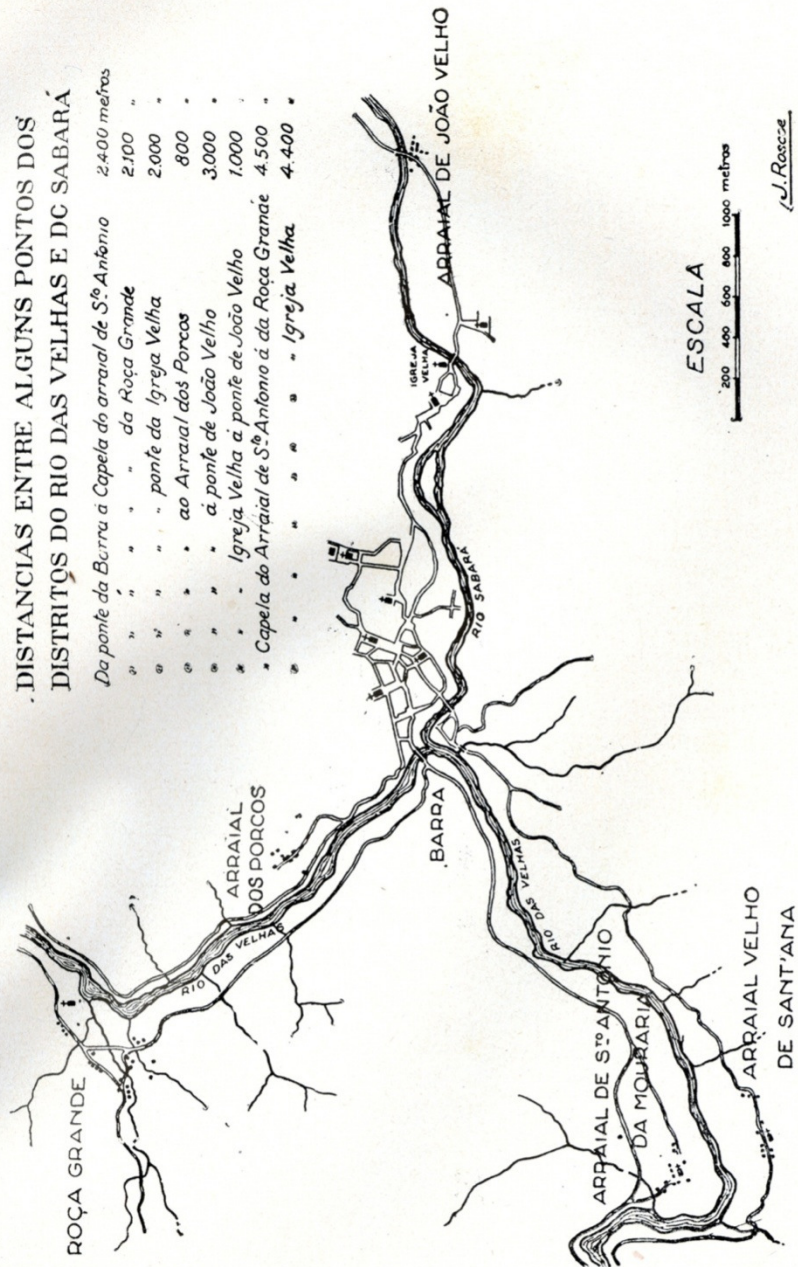
No mapa a seguir de J. Roscoe, temos uma “vista” panorâmica de Sabará. Burton, na segunda observação sobre a paisagem de Sabará, dizia que o *cenário era a Suíça*. Para esse viajante, “no primeiro plano, um terreno nivelado e verde, com uma única e majestosa árvore; o rio afasta-se, para a direita, fazendo uma curva graciosa, expondo a encosta na qual está situada a cidade, cujas muitas torres contam o orgulho e a piedade da antiga população” (1976 p.354). A descrição que melhor se aproxima do mapa de Roscoe é talvez a de Burton, em 1867, visão posterior ao período discutido, mas que nos ajuda na compreensão do que foi organizar a administração de Sabará, de modo que a visão do outro sobre a cidade pudesse ser a de um povo *ordeiro* e cujas *luzes* refletiam nessa organização:

A pitoresca cidade é a habitual povoação de mineradores, comprida e estreita. Passou da taipa à pedra e à argamassa. Dentro em pouco será de mármore. Estende-se por cerca de uma milha, de leste para oeste, com vários rodeios e desvios. É toda calçada, e o calçamento não é pior que o de costume. É dividida na parte velha, ou oriental, chamada Igreja Grande, e em outra parte, chamada Barra. As duas têm seis praças, vinte e duas ruas e nove travessas (BURTON, 1976, p.354).

Dois rios – das Velhas e Sabará – marcaram profundamente a organização do modo de vida dos sabarenses; foram responsáveis por lutas entres a população e a força da natureza; faziam-se, quase que cotidianamente, levantamentos de hipóteses possíveis para minorar os problemas advindos, principalmente, das cheias desses rios. A cidade, por ser recortada por uma malha fluvial grande, precisava, incessantemente, ficar alerta para que seus habitantes se mantivessem ligados às diversas povoações, freguesias, distritos, vilas e municípios da vasta Comarca do Rio das Velhas. Desse modo, os consertos das pontes consumiam parte considerável dos recursos municipais devido a sua constante manutenção, além de ocuparem boa parte dos trabalhos dos vereadores, fiscais, juízes.

Seja como vila, seja como cidade, o Rio Sabará, foi responsável por muitos debates na Câmara. A mudança do seu leito, desde a década de 1830, ocupava parte considerável das atenções dos vereadores como também dos moradores. Nos períodos chuvosos, o rio transformava a vida local, pois arrastava tudo que encontrava pela frente:

(...) Do Carmo, tem-se uma ampla vista do Ribeirão de Sabará, que mais acima, toma o nome de Macaúbas. (...) Para além do ribeirão, fica a inevitável Casa Grande, ampla, branca e fechada. A ‘Mina Emily’ é uma elevação vermelha de forma irregular, esburacada e escavada em procura de ouro, enquanto a ‘Mina do Capão’ fica escondida pelo sopé de um morro. As casas da rua-estrada têm grandes quintais, que se estendem até o ribeirão, embaixo (BURTON, 1976, p.355).



Onde se vê claramente onde foram as Minas do Rio das Velhas e as do Sabara-bussit até onde veio, em sua segunda viagem, A. de Sá

Figura 1 - Fonte: (ROSCOE, J. In.: PASSOS, 1942, p.6).

O presidente da Câmara, Pedro Gomes Nogueira, alertava, em 1836, para o problema de já ter sido discutido, na casa, a mudança do leito do rio que há muito *destruía os edifícios* da rua da Lagoa. Com a falta de recursos municipais, tentou-se obter verbas por meio de subscrições e descontos no pagamento dos foros, com os moradores, mas não se obteve os resultados esperados por esse vereador. Pedro Gomes Nogueira considerava ser talvez um dos motivos do atraso na obra da mudança do leito do rio o fato da população ter enfrentado um ano de fome, o que dificultou o pagamento dos foros (CMS. ATA. 06. 05/05/1836, Folha 189 e 189V).

Dizia o vereador Manoel de Freitas Pacheco que “(...) se algum dia se poser em prática [a mudança do leito do rio Sabará], será huma obra louvável, e honroza; por quanto aferfeçoará a Villa, dando lhe lugar a huma boa rua com cazas de huma parte e outra, athe a Matriz, formando huma povoação lustroza, e formoza” (CMS. ATA. 07, 15/11/1836, Folha 64v). Ainda na década de 1850, a mudança do leito do Rio Sabará continuaria na pauta, e com intervenções parciais ao longo do rio.

As estradas de Sabará já foram testemunhas de muitas notícias, alegrias, desencontros, dores, esperança, violência, riquezas, sonhos, vida e morte. Por elas, passaram bandeirantes, escravos, gente simples, *vadios*, *mendingos*, figuras *illustres*, crianças enjeitas. Tropas fizeram delas espaço de lutas, demonstrando seu poderio. Recrutados, presos, escravos por elas transitaram acorrentados uns aos outros; sentiram, literalmente, na pele seu pó e lama passo após passo.

Mas essas estradas também foram obras de intervenções, no sentido de deixar as viagens menos enfadonhas e cansativas. Pedia-se aos proprietários de terras que, por onde seguissem seus traçados, plantassem árvores frutíferas ao longo do percurso a fim de possibilitar, ao viajante, sombra e alimento. Em seus caminhos, o cantar dos carros, puxados pelos bois, levavam e traziam alimentos, ouro, ferro, madeira, em estradas sinuosas, empoeiradas, lamacentas, em percursos imprevistos. Caminheiros, tropeiros e cavaleiros por elas conduziram parte da história das minas gerais, gente simples que deu a ver hábitos de uma população que se construiu e construiu a província mineira.

Ao ler os relatórios dos presidentes da província mineira, vê-se claramente a exposição dos problemas relacionados ao estado das estradas mineiras. Entretanto, acompanhar o cotidiano de câmaras é conhecer de perto os relatos constantes dos problemas que as estradas ocasionavam à população local. Além da questão econômica, o dia-a-dia das pessoas era prejudicado pela conservação inadequada dessas vias. Plantas impróprias, chuvas, falta de rubrica, que fosse suficiente para mantê-las, acabava impossibilitando muitas vezes o

transporte, por exemplo, de alimentos de consumo interno, o que causava graves problemas de abastecimento. Um conjunto de fatores, assim, contribuía para que as condições das estradas fossem precárias, além da fiscalização inadequada, realizada tanto por fiscais, quanto por subdelegados (SP PP 1/33 Cx.246, 17/01/1848).

A importância das estradas estava intimamente relacionada à questão dos transportes. Dolhnikoff (2003), ao analisar a atuação dos presidentes de província, aponta para a questão dos transportes como elemento de relevância nos orçamentos. A autora indica que, em Pernambuco, Rio Grande do Sul e em São Paulo, é perceptível a importância do investimento no setor de transporte *como estratégia de crescimento econômico*:

Para os presidentes, como representantes do governo central, as estradas se tornavam essenciais, na medida em que delas dependiam a atividade econômica e também a capacidade de fazer chegar aos mais distantes pontos de sua autoridade. Enquanto para as elites regionais o investimento em transporte era prioritário diante da necessidade garantir o escoamento barato e eficiente de sua produção. Da mesma forma, também era por razões política. Os deputados provinciais dependiam de uma rede viária eficiente para tornar viável o controle sobre as dispersas localidades da província (DOLHNIKOFF, 2003, p.122).

A situação do Município no ano de 1855 foi apresentada ao presidente da província, muito baseada nos pontos de vista do Dr. Anastácio, para quem o *atraso* de muitas coisas no município (12 freguesias, 18 distritos) existia em decorrência da falta de vias de comunicação para escoamento da produção e para livre circulação do comércio. Isso vinha acarretando mais *miséria*, pois o que chegava a cidade *mal chegava para os filhos mais ativos que tinha medíocre fortuna*; os demais iam se sustentando *nas bordas da miséria*.

Como assinala Dolhnikoff (2003), a questão das estradas era essencial, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Em torno dos problemas ligados às estradas, percebemos uma tensão entre os representantes da municipalidade e província, explicitada principalmente na aprovação ou não dos pedidos encaminhados à assembléia provincial. Questão vivenciada diariamente pelas câmaras, nos relatórios dos fiscais de Sabará, dos presidentes das câmaras, tratava-se de um problema que se pode dizer crônico. A cada temporada de chuvas, as estradas e pontes ficavam em situação calamitosa. Assim, constantemente parte considerável das receitas municipais era destinada ao conserto das mesmas, uma vez que nem todas as obras eram contempladas pelas rendas provinciais. Como Burton descreveu, era “(...) difícil construir estradas carroçáveis naquele sobe-e-desce de argila dura. Mesmo as mulas não acham fácil caminhar, e a velocidade é de três milhas por hora” (BURTON, 1976, p.352).

Em 1858, a Câmara informava ao Presidente da Província a situação do município quanto às estradas e pontes de sua jurisdição. O município contava então com quatro estradas públicas, que, partindo de Sabará, iam para: Ribeiro Manso (que ligava a cidade à capital da província); Bicas (que ligava Sabará com a cidade de Pitangui); Córrego das Lages (responsável pela conexão com a cidade de Santa Luzia); Cuiabá (responsável pela ligação com a vila do Caeté). Advertia ainda a Câmara para o péssimo estado de todas essas estradas, e que os custos para sua manutenção seriam elevados. A câmara indicava para abertura de nova estrada de ligação com a capital Ouro Preto, de maneira que se tivesse o tempo encurtado no trajeto. Essa nova estrada seria construída num terreno mais sólido, para oferecer maior agilidade e segurança. O acesso à Santa Luzia também pedia nova estrada.

As pontes, por sua vez, correspondiam ao número de quinze: Pequena e May Domingas (sobre o Rio Sabará); Ponte Grande, Ponte de Rapozos, Santa Rita, (essas três últimas sobre o Rio das Velhas); Ribeiro da Onça; Ponte Arrudas; Jacaré e Bicas (sobre o Rio Paraopeba); Mamede; Ribeirão de Santa Rita; Ribeiro Manso; Ribeiro do Prata; Brumado; Córrego das Lages; Ponteados (sobre o Rio das Velhas). Os valores para as reformas também eram elevados. Alertavam ao Presidente da Província para a necessidade de se refazer quatro pontes: pequena, do matadouro, May Domingas e do João Velho sobre o Rio Sabará. Havia, segundo o comunicado da Câmara, também a necessidade de se construir pontes sobre os rios das Velhas e Paraopeba, pois, mesmo que fossem construídas barcas para a travessia, isso não resolveria o problema do trânsito (CMS COR 004, 27/12/1858, Folhas 31V-32V).

Ligados diretamente à questão das estradas e pontes, consideramos que os correios foram outro fator de constante aprendizado, paciência, indisposição, atrito, insatisfação, entre a municipalidade e a administração provincial. No início de 1831, o vereador Pedro Gomes Nogueira apontava a necessidade, em decorrência do aumento do comércio, de modificar a forma que até então regia o correio local, uma vez que o sistema vigente não atendia mais às demandas dos sabarenses. O vereador apresentou, assim, a proposta – para ser encaminhada ao Conselho da Província – de se criar uma malha dos correios que fosse capaz de ligar diretamente a Villa à Corte, pois, como o trajeto vigente passava primeiro pela capital da província, Ouro Preto, tinha-se um aumento de 6 dias na viagem⁶⁰ no percurso. Passando o correio a ir diretamente para a Corte, gastar-se-iam 18 dias para completar o transporte da correspondência.⁶¹

⁶⁰ Segundo o vereador, levavam-se, para ir de Sabará a Ouro Preto, três dias para ir e três para voltar.

⁶¹ Sobre a questão da expansão da malha dos correios em Minas Gerais no século XIX ver RODARTE (1999).

Na proposta, o argumento apontado era o de que, em decorrência do aumento do comércio, havia a necessidade de se contar com um correio mais ágil, que, futuramente, pudesse ser ampliado. Nessa proposta, também se buscava melhorar a comunicação com a capital, Ouro Preto. Não podemos desconsiderar que, nesse momento, a preocupação do vereador Pedro Gomes Nogueira com os atritos que vinham ocorrendo na Corte. Vale ressaltar que o vereador viria a fazer parte da sociedade política e filantrópica de Sabará, organizada naquele ano (CMS ATA 04 – 1830 Folhas. 8 V e 9).

Em 1848, os vereadores reclamavam das novas datas estabelecidas pela agência do correio provincial, porque não atendiam à demanda da população. As datas de chegada e partida do correio não permitiam que a correspondência fosse despachada a tempo; desse modo, os moradores ficavam por longo tempo sem os serviços dos correios.

Ao longo da nossa pesquisa, percebemos que esse problema continuou sem uma solução plausível. Em 1850, a câmara encaminhava novamente o pedido de 1848 para mudança da data de chegada e partida do correio, pois o primeiro pedido não havia sido aceito pelo administrador geral dos correios da capital. O novo pedido endossava o primeiro e justificava a posição da câmara diante dos prejuízos para a justiça, o comércio e a administração.

A preocupação com a malha de estradas e com a ampliação da rede de correios motivou diversos encaminhamentos de propostas às presidências da província e à assembléia legislativa. A comunicação apresentava-se como fundamental para se inserir num mundo em que a circulação de mercadorias e de pessoas tornava-se necessária para o desenvolvimento local. Logo, era preciso encurtar o tempo por meio de uma maior racionalização dos serviços públicos. Aumentar o fluxo de pessoas, correspondências, mercadorias, ligar-se à Corte, à capital da província de modo mais eficiente e rápido mostraria, assim, uma Sabará que pretendia manter-se como pólo de referência em seu termo e nas minas gerais.

A cadeia de Sabará mereceria um capítulo a parte. Localizava-se no núcleo urbano, e isso causou, durante décadas, o desejo de retirá-la do local onde estava instalada. Seu estado, sempre apontado, como precário, era motivo de constante reclamação. Uma das melhores descrições da cadeia vem do ano de 1851. Trata-se de uma descrição dos vereadores da câmara quando encaminharam um parecer acerca do estado da cadeia do município ao presidente da província, José Ricardo de Sá Rego.

O estado da Cadeia não pode ser pior; elle he hum epigrama a nossa civilização, e huma sátira á Constituição do Imperio. V. Ex. tem occasião de conhecer por si mesmo, alem do que se deprehende do parecer, que tem á honra de apresentar a V.

Ex.cia. A Camara de Sabará confiada no zello, e sabedoria, com que V. Ex.cia administra os negócios desta Província, e bem certa, de que V. Ex.cia não se negará a concorrer para a segura repressão dos perturbadores da publica tranqüilidade, que todavia não devem em vida ser sepultados em Cadeias, que mais são a imagem do inferno, que prisoens, espera, que V. Ex.cia designará para o concerto desta Caza, que recebe os presos deste, e de muitos outros Municípios, huã quantia, que em sua sabedoria julgar conveniente (SP PP 1/33 Cx.249, Pac. 02, 20/02/1851).

O desejo de mudar a cadeia se esbarrava na falta de recursos para tal empreendimento, sendo, de tempos em tempos, após infundáveis pedidos, recebia a Câmara uma verba provincial para reformas urgentes. Nesse quadro de precariedade, a alimentação dos “presos pobres” dependia, muitas vezes, da *caridade* da população para que os presos não morressem de fome. A Câmara em vários ofícios denunciava as autoridades provinciais o estado de miserabilidade da dita cadeia, como dos que ali estavam detidos.

A Comissão de Visitas da Câmara constituída pelos cidadãos: Antonio Pereira da Fonseca, Eugenio Ricardo Varela, Francisco Lopes Martins, João Alves dos Santos, em 1835, denunciava o péssimo estado da cadeia. Para a Comissão a cadeia estava em condições *subhumanas*, em estado de calamidade. Avaliavam os vereadores, que era importante corrigir os criminosos; porém, era preciso fazer isso *com humanidade*. (CMS. ATA. 06, Folha 80V-81, 22/01/1835).

O Art. 2º da lei provincial n. 134 de 16 de março de 1839 obrigava as câmaras a construírem, às suas custas, casa para suas sessões, para as sessões dos conselhos de jurados, e cadeias seguras. Nesse sentido, o Art. 1º da Lei n. 189 de 06 de abril de 1840 determinava que em cada comarca, em lugar designado pelo governo, deveria haver uma cadeia com as *commodidades* recomendadas pela constituição do império.

No núcleo urbano de Sabará, abrigavam-se duas construções problemáticas, uma já referida, a cadeia, e, a outra, o matadouro. Essa última construção foi motivo de longos debates. A necessidade de retirá-la do local era apontada como fundamental, uma vez que seu espaço já se mostrava insuficiente para suprir as necessidades locais de abrigo e abatimento de animais, de conservação e distribuição das carnes.

Em 1851, um vereador fez uma indicação para que a Câmara mandasse fazer um *telheiro* dentro do curral, onde era costume ficarem as reses que se mataria para o consumo da cidade. O vereador solicitou também que a Câmara mandasse colocar água dentro do mesmo curral, a fim de não sofrerem os animais com a sede e fome, segundo ele todos sabiam que os animais a serem abatidos para semana entravam no curral nas sextas-feiras e chegavam a permanecer no local até a quarta-feira da semana seguinte.

Com essa indicação, criou-se comissão de dois vereadores para se buscar, nas imediações, da cidade um local adequado para mudança do matadouro. Essa comissão, após percorrer o leito do rio Sabará, encontrou um local, em uma *bella praia*, que se mostrava propício para um matadouro, com água vinda de um rego, sombra no período da tarde, possibilidade de construir bancada maior para esfolar as reses. Era um local, enfim, com melhores condições sanitárias, ainda que apresentasse, por outro lado, o inconveniente de, nos períodos chuvosos, e de cheia do rio, as águas seguirem em direção à praia. Assim, seria necessário criar um caminho alternativo para o transporte da carne.

Passados alguns anos, com nova câmara em 1853 e a presença do Dr. Anastácio na presidência, reiniciaram-se as discussões em torno desse problema. Com liberdade de atuação, conferida pelos colegas vereadores, o presidente da casa tomou medidas para colocar em prática a mudança. Seis meses depois da posse, o matadouro achava-se em construção e fazia parte, alguns anos depois, de embates na Assembléia Legislativa Provincial.

De acordo com o Dr. Anastácio, o matadouro reclamava por cuidados urgentes, “(...) não só debaixo do ponto de vista da *humanidade*, mas ainda do lado da salubridade publica”; (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º64, p.2, 1857). No discurso que proferiu na Assembléia Legislativa, para rebater acusações contra essa construção, o Dr. Anastácio alegava que a obra se justificava pela importância da alimentação na saúde da população. O médico alertava os colegas para o fato de que

(...) nos paizes civilizados o governo intervem immediatamente na fiscalização de todos os objectos de que se servem os seus governados para subsistencia, até mesmo sobre bebidas, e por isso em taes paizes, existem a respeito regras publicas para ser pó todos observadas, e que ninguem as infringe impunemente; (...) nesses paizes existem preceitos hygienicos, que sao conhecidos debaixo do nome de hygiene publica; (...) que entre nós as municipalidades tem como um dos seus primeiros deveres curarem da salubridade publica, e que em muitos logares desta provincia, como a cidade de Sabará, fazendo a carne base da alimentação, não podia a camara municipal daquela cidade olhar com indiferença o modo deshumano e barbaro, a que erão expostas as rezes durante 8 dias (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º64, p.2, 1857).

Os problemas⁶² do matadouro, relatados pelo Dr. Anastácio, são, em certa medida, os mesmos problemas relatados pelo presidente da Câmara, Barão de Curvello, em mandato

⁶² De acordo com os relatos dos dois presidentes da Câmara, Dr. Anastácio e o Barão de Curvello, o matadouro não oferecia as mínimas condições de uso. O relato do Dr. Anastácio oferece dados mais pormenorizados. A prática classificada de *desumana e bárbara*, segundo ele, existia em decorrência das condições a que os animais eram submetidos. O matadouro tinha quatro *arruinadas paredes*, e os animais ficavam sob chuva ou sol, sem alimentação adequada; chegavam a ficar com a *barriga pregada nos espinhaço*, além de apresentar o pelo *arrepiaado*. A lama, no período chuvoso, impedia as reses de se deitarem e, para completar o quadro, seriam

anterior. O que difere é a argumentação desse médico, embasado em preceitos higiênicos, alicerçados em *paizes civilizados*.

Mas o grande problema estava na ordem dos custos. O assunto chegou à Assembléia, via representação da Câmara, para que fosse consignado pelos cofres provinciais 13:137\$960 que o presidente da casa, Dr. Anastácio Symphronio de Abreu, havia gasto com a conclusão das obras do novo matadouro, pois o orçamento foi insuficiente. O gasto, que ficou extremamente acima do orçamento inicial, era da ordem *de 600\$ a 1:200\$600 pela primeira vez, e pela segunda de 3:000\$* (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º36, p.4, 1857).

O deputado redator da 2ª Comissão de Fazenda apresentou o parecer da representação referente ao pedido da Câmara, solicitado devido aos valores que o presidente da Casa havia gasto com as obras do matadouro, para os responsáveis pelos cofres provinciais. A solicitação foi taxativamente negada. A posição da comissão foi a de que a Assembléia não havia sido consultada sobre a construção dessa obra realizada com verba do governo provincial. Como a obra era projeto da Câmara, então era de responsabilidade municipal. Cabia ao presidente da câmara esperar a instituição ter condições de arrecadar o dinheiro para lhe passar. Além disso, afirmava-se que a Assembléia não poderia abrir um precedente, mandando pagar obras municipais sem a autorização de seus membros. Afirmava-se ainda que a comissão não entendia qual era necessidade de a Câmara mandar fazer um matadouro tão caro, se era possível construir outro menos oneroso. Nesse sentido, Dolhnikoff (2005) nos ajuda a pensar que esse debate na Assembléia pode estar ligado a um processo de educação e de disciplinamento das práticas e atribuições das câmaras. Além disso, para a autora,

O governo provincial foi o organismo preferencial para a sujeição dos potentados locais, primeiro, ao exercer o papel de árbitro dos constantes conflitos envolvendo as municipalidades, segundo, por ser o responsável pelas decisões sobre investimentos, papel reforçado pelo fato de que as leis referentes aos municípios não estavam sujeitas ao veto do presidente. Para submeter e controlar as estruturas de poder local e disciplinar seus potentados, a elite dirigente dependeu das Assembléias Provinciais, que paulatina e progressivamente esvaziaram as atribuições das Câmaras dos municípios, enquanto se esforçavam para, concomitantemente, enquadrá-las nos trâmites burocráticos estabelecidos pelo Império, tanto em questões de forma como de conteúdo legal (DOLHNIKOFF, 2005, p.205).

No século XIX, mudanças ocorreram não só na estrutura de organização do Estado, mas também no cotidiano das pessoas. Uma delas teve muita repercussão; diz respeito à mudança de um hábito enraizado na vida das pessoas: sepultar seus mortos nos templos.

alguns animais, já sem forças, encaminhados para o abate, “(...) eram mais cadáveres para serem enterrados, do que para servirem de alimento aos homens” (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º64, p.2, 1857).

Sabará não foi diferente de outras localidades brasileiras que tiveram de enfrentar esse problema.

Essa questão demandou constante manifestação, como, por exemplo, a tentativa de implantar a legislação, conforme o estipulado no código de posturas que proibia o enterramento de corpos nos templos. Reclamações vindas de paróquias, freguesias, distritos, enfim, dos envolvidos no processo de enterramento demandavam constantes negociações por parte do corpo administrativo. Prova disso é a sessão da Câmara de 16 de dezembro de 1831, em que o presidente expunha a reclamação dos fabriqueiros que apontavam para o fato de não darem conta de cumprir o prazo estipulado para construir os cemitérios⁶³.

Considerado como um problema de saúde pública pelos administradores da cidade, e pelos médicos, os cemitérios foram protagonistas de verdadeiros embates. O presidente das Minas Gerais, Francisco José de Souza Soares d'Andrea, afirmava que era “(...) contra a decencia que os templos sejam depositos de cadavares, e repugnante entrar em uma igreja para fazer oração ou cumprir com outros deveres da nossa religião, e ter de sofrer os efeitos da podridão, ou sahir dali para se não expôr a um contágio” (ANDREA, 1843, p. 9).

Para o presidente, mesmo enfrentando dificuldade para se construir cemitérios em determinados lugares, como nas povoações maiores e em locais de difícil acesso, sempre havia a possibilidade de “(...) escolher alguns lugares em que os mortos não possam ser prejudiciaes aos vivos, e ahi cercar terrenos, levantar catacumbas, cavar jazidos bem construídos, e deixar ainda campo para sepulturas ordinarias” (ANDREA, 1843, p.10).

Com esse projeto, os municípios poderiam usufruir das rendas oriundas desses estabelecimentos, podendo ainda ter, nos seus interiores, espaços para as irmandades enterrarem seus irmãos, para as famílias mais abastadas construírem seus jazigos – considerados por elas como elemento de distinção. Ainda de acordo com o representante maior da administração provincial, as instruções relativas aos cemitérios, estavam contempladas em leis e posturas. Logo, devia-se, por isso, fazê-las cumprir sem aceitar qualquer consideração.

A busca por um ordenamento da vida urbana esbarrava ao que os indícios indicam para problemas com a mineração nos arredores, e dentro da cidade. As posturas municipais proibiam tais práticas, sendo que, em 1850, foram aprovados novos acréscimos às posturas, propostos pela Câmara, para esses problemas e outros enfrentados na cidade, ligados, por exemplo, à questão da higiene. Tentava-se ordenar algo que era fonte constante de

⁶³ A proibição passaria a vigorar a partir de janeiro de 1831.

reclamações: o não cumprimento de posturas do município, tendo em vista manutenção de costumes os quais resistiam às imposições legais. Essas novas posturas previam punições, multa, prisão para os infratores. Com tais punições, tentava a Câmara ordenar o espaço do comércio, as atividades mineratórias, os ofícios mecânicos, a acessibilidade ao espaço das ruas. A Câmara tentava ainda, com isso, promover a livre circulação, sem que as pessoas tivessem que desviar de couros secando, de buracos provocados pela mineração, de animais, como cães e porcos, transitando pelas ruas.

Ao final desse percurso, qual a avaliação que os vereadores faziam do seu município? Em ofício enviado no ano de 1855 a Presidência da Província, os vereadores faziam o seguinte balanço: devido à mineração, alguns estabelecimentos progrediam; os detentores de maiores fortunas possuíam os maiores estabelecimentos, produziam mais; desse modo, conseguiam firmar contratos mais vantajosos e lucrativos com as companhias mineradoras: os maiores consumidores de secos e molhados. O futuro para os pequenos comerciantes somente se via no desenvolvimento das vias de acesso à cidade e ao município. (CMS.COR.005, 05/03/1855).

Ainda de acordo com os vereadores, município possuía em seu interior 38 lojas; 36 armazéns; 11 boticas; 460 tabernas; 131 fazendas; 180 engenhos (115 movidos à água, 58 movidos por bois – voltados para produção de derivados da cana e farinha de mandioca); 7 destinados à serragem de madeira (movidos à água). Tinha, na indústria da mineração, particulares e empresas, como Companhias do Morro Velho e do Capão – ambas inglesas e as mais importantes. O ouro em pó era o produto de exportação, responsável pela maior atividade do comércio da mineração; o comércio de víveres, *ativos e vigorosos*, funcionava como *reservatórios* para as empresas de mineração do município e da região, principalmente os distritos de Rapozos, Congonhas e Sabará. (CMS.COR.005, 05/03/1855).

Calculava-se que o município, assim, importava mais do que exportava, aumentando-se, pois, os preços e conseqüentemente a fome e a miséria. Na ocasião, ponderavam sobre o problema da mineração, uma vez que, segundo a Câmara, essa atividade beneficiava os estabelecimentos comerciais do município, mas seu lado cruel se mostraria. Considerava-se a mineração um fato passageiro. Somado a isso, a atividade mineradora deixaria um rastro de destruição; o solo ficaria infértil para a agricultura, a qual, esta sim, deveria ser incentivada.

Poderíamos ter tomado outros tantos caminhos para falar de aspectos ligados à administração da cidade de Sabará. Diante da imensa quantidade de fontes que diziam respeito a essa questão, foi difícil fazer recortes, mas optamos por discorrer sobre os problemas que mais emergiam nas “falas” dos administradores municipais.

Ao finalizar esse capítulo, podemos afirmar que nossos olhos despertaram para a cidade e, por meio desse despertar, esperamos ter condições, no futuro, de aprofundarmos nosso conhecimento sobre essa localidade, lançando-nos em busca de outros aspectos. Ao finalizar esse capítulo, podemos dizer, assim, que, em Sabará, seus administradores buscaram, ao longo do período da nossa pesquisa, construir para si e em si um imaginário, uma idéia do que seria uma cidade ilustrada. Para isso, precisavam lutar contra a realidade vivida. Educar a população para hábitos, costumes e normas novas implicava em lutar contra modos de vidas cunhados na tradição.

As constantes necessidades de reiterar as normas dos códigos de posturas demonstram também que a população não se deixava intimidar diante desses códigos, e talvez a palavra tensão seja capaz de expressar as relações envolvidas entre três grupos que se interligavam: a população, a administração municipal e provincial. Tensão essa que podia ser percebida na construção de uma pedagogia da urbe, da qual trataremos no próximo capítulo.

Capítulo 2: PEDAGOGIA DA URBE

Durante minha estada em Sabará, vi os principais moradores da Vila; acheios de uma polidez perfeita, modos distintos, boa aparência; mas pareceram-me menos afetuosos que os de Tijuco. Não é raro encontrar-se em Sabará homens que receberam instrução e que sabem o latim; e uma missa, a que assisti, provou-me que não há aqui menos gosto pela música que nas outras partes da Província de Minas. Os homens de uma certa classe são bem trajados, e notei mesmo que os empregados da Intendência se vestem com mais cuidado e asseio que os nossos funcionários. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 77).

2.1 Manter a ordem da urbe: a Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição

Não poderíamos “passar” por Sabará sem falar de algumas das organizações que fizeram parte da estrutura social local. Menos ainda, poderíamos deixar de lado o levantamento de aspectos ligados à instrução, no sentido de observar como ela era tratada pela administração municipal. Nessa seção, falaremos sobre questões relacionadas a dimensões da *esfera pública* (MOREL, 2005) que acreditamos serem elementos para pensarmos as várias facetas envolvidas na estrutura social dessa cidade.

A Câmara de Sabará, no início da década de 30 do século XIX, preocupava-se com a retirada dos sepultamentos dos templos religiosos, em empregar *jornaleiros* na agricultura, em discutir problemas ligados ao Vínculo do Jaguará, com a fiscalização dos professores públicos, com o fato do Imperador e da Imperatriz “marcharem” para a província mineira, com a falta de escolas no Termo, com os preços elevados dos alimentos. Mas com certeza o receio com os atritos políticos que vinha acontecendo na Corte do país, envolvendo a figura de D. Pedro I era visto como uma das grandes questões do momento.

A Câmara recebeu um ofício da sede da província informando que o Imperador e a Imperatriz estavam a caminho das Minas Gerais e que passariam pelos termos de Barbacena, São João, São Jozé, Queluz, Ouro Preto, Mariana, Sabará e Caeté. Enviado em 13 de dezembro 1830, esse ofício foi lido na sessão de 07 de janeiro de 1831 e recomendava: “(...) sendo de esperar, que os Povos respectivos aproveitem à oportunidade de manifestarem o amor, e adesão que Consagrão a Suas Magestades Imperiaes, dando todas as demonstrações de regozijo, que são proprias do respeito, e acatamento...”. Sem muito alarde, a Câmara

informa ter tomado as providências necessárias para o conserto de estradas e pontes que se encontravam em péssimo estado e garante a *abastança da terra* e a hospedagem para os imperadores. (CMS ATA 04, Folha 5 - 07/01/1831).

Pela segunda vez nas Minas Gerais, D. Pedro I dirigiu-se a vila de Sabará. Como as demais partes do império, Minas acompanhava e vivia a tensão das turbulências do período, devido atritos, principalmente, entre brasileiros e portugueses na Corte. Não sendo tão bem recebido quanto da sua primeira viagem à Província em 1822, D. Pedro I amargou olhares descontentes e uma acolhida declaradamente formal. Conforme Francisco Iglesias (1978, p.391) “(...) se de uma viagem [o Imperador] voltou com energia e disposição para grandes empreendimentos, mais brasileiro que nunca, desta volta abatido, certo de que seu papel foi já representado, nada mais lhe cabendo fazer”.

De acordo com Passos (1942), o Imperador em sua passagem por Sabará, ao ser recebido no teatro da vila, dentre as questões de ordem, que lhe davam “vivas”, teria ouvido um grito que em nada enaltecia a figura do maior representante da nação: a de que *vivas* a este, só enquanto fosse *constitucional*. Esse grito teria partido de um dos vereadores da Câmara Sabarense – Pedro Gomes Nogueira. É justamente este vereador, que, poucos meses depois, encabeçaria o movimento de criação em Sabará de uma sociedade política, com os princípios norteadores das sociedades da Corte.

Para Vlamir Silva (2002), as elites exerceram um papel importante e atuaram de maneira pedagógica na elaboração das políticas dominantes. A sociedade mineira teve, no período regencial, uma atuação onde as idéias liberais, especialmente a partir de 1820, dominavam seus ideários. Com o objetivo de constituir a hegemonia da proposta liberal, as elites liberais construíram estratégias tendo em vista desenvolver condições para lidarem com a oposição entre monarquia e república, no esforço de desconstruir o referencial simbólico do Imperador. Essas elites estavam compostas, em grande parte, por magistrados, padres e intelectuais, como Bernardo Pereira de Vasconcelos (magistrado, proprietário de escravos, formado em Coimbra), Teófilo Otoni, José Pedro de Carvalho, Manoel Inácio de Sousa (magistrado, proprietário, intelectual), Batista Caetano de Almeida (comerciante, advogado autodidata), Padre José Campo de Melo, Antônio Marinho, Padre José Custódio Dias (proprietário, comerciante, autodidata, pardo) e Padre José Antônio Ribeiro Bhering.

Para Silva (2002), a imprensa dos periódicos entra nesse campo político desempenhando importante papel na consolidação das propostas políticas dessas elites liberais que, por meio de uma rede de distribuição de seus impressos e de leitores, tentaram incutir na consciência da população suas idéias. Como mais da metade da população se constituía de

peessoas que não sabiam ler nem escrever, havia a necessidade de ampliar a divulgação de seus ideais liberais e de formar uma consciência pública, a partir da criação de estratégias como: leituras em público, construção de livrarias públicas – em Ouro Preto, Campanha, São João Del Rei - entre outras.

Um ofício que “chegava” à Câmara de Sabará solicitava a aprovação, através do *acto Municipal*, da criação de uma *Sociedade*, informando os motivos de sua criação e trazendo uma relação de seus sócios. O ofício afirmava que não se podia desconsiderar a existência de *fracção do partido desorganizador*, a qual rondava a Província e o Império, porque isso poderia levar até mesmo a uma *revolução intestina*, ou a uma *guerra civil, como tem acontecido na França* (CMS ATA 04. 27/06/1831, F. 47). Tendo isso considerado, propunham a organização de uma sociedade que defenderia a liberdade e a constituição, pois, para os *cidadãos* que criavam essa *Sociedade*, a *pátria* era o bem maior, sendo importante evitar a propagação do *gênio do mal*, representado principalmente no medo de uma revolução, pela Comarca e Província. Asseguravam os sócios da Sociedade

que a Cauza do Brasil he justa, e bem fundada, util, e glorioza para os seos habitantes; que o seo estado político já não pode retrogradar contra a ordem natural das couzas, contra o Direito das gentes, e contra a Justiça Universal de todos os Povos do Mundo; que os seos titulos claros, manifestos não podem ser destruidos por cavilozos inimigos com manobras ocultas, e ambiciozas, e que finalmente os ataques descoberto das forças injustas devem ser repellidos por a força superior da justiça, do brio, e do pundonor dos filhos da Pátria, anhelando rivalizar em sentimentos de patriotismo com todos os bons Cidadãos, que tem aciozamente trabalhado a firmar a ventura do Brasil, tomam o acordo de se reunirem em huma sociedade pacificadora, cuja organização tende por transcendente motivo o bem estar da Pátria. (CMS ATA 04, 27/06/1831, Folha 47).

A fundação da *Sociedade Pacificadora* deu-se, assim, num momento de efervescência que culminou com o fim do primeiro reinado, período de grandes tensões. A criação dessa Sociedade se fez num total envolvimento com a Câmara municipal, e os interesses políticos de ambas convergiam, na maior parte das vezes, para uma mesma direção.

Com a chegada de correspondências da presidência da Província mineira, em junho de 1831, alertando para a existência de partidos desorganizadores, os quais conjuravam “(...) contra a ordem publica para levar a execução seos infernais projectos”, deveria a Câmara empregar os meios necessários para manter o sossego publico. Dessa maneira, iniciou-se um

processo na Câmara para buscar soluções que visavam desarticular tais partidos, devendo Sabará, por isso, assumir posição de alerta⁶⁴ (CMS ATA 04, 1831).

A presidência da Província advertiu que também havia recebido cartas indicando a existência de partido o qual objetivava libertar os escravos, tendo em vista *a insurreição da escravatura* – é possível imaginar a repercussão provocada por uma notícia dessas, numa sociedade marcadamente escravocrata.

Uma das medidas tomadas pela Câmara sabarense foi a de orientar os juízes de paz dos distritos para a manutenção enérgica do *sossego publico*. O vereador Pedro Gomes Nogueira apresentou à Câmara indicação para que seus funcionários observassem, com muita acuidade, as posturas municipais, de modo a coibir qualquer tipo de manifestação, especialmente de escravos, evitando assim a aglomeração de pessoas em espaços públicos, como nas ruas e tabernas. Apresentou-se ainda a proposta de criação da guarda municipal (para garantir a segurança das pessoas e propriedades), além de colocar iluminação nos lugares de maior concentração do povo. (CMS ATA 04, 1831).

Outro vereador apresenta mais uma indicação, com o enaltecimento da *data jubilosa* de 7 de abril de 1831⁶⁵, ressaltando que os vereadores não podiam ficar como *mudos expectadores*, devendo informar a Assembléia Legislativa seu apoio às alterações na constituição, necessárias ao enfrentamento da situação política do país. Nessa ocasião, foi criada uma comissão para elaborar uma proposta de segurança, considerando o que vinha acontecendo em outras províncias - um vereador ofereceu o nº 120 do *Diário Fluminense*, que possuía um edital da Câmara do Rio de Janeiro, para auxiliar a comissão na elaboração da proposta. (CMS ATA 04. 1831).

É nesse contexto que emerge, em 1831, a *Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição*, pouco mais de um mês depois da fundação da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, ocorrida em maio do mesmo ano. Dizendo-se munidos de um “espírito patriótico”, os sócios da *Sociedade Pacificadora* da cidade de Sabará assim divulgavam os motivos que os levaram a formar a Sociedade:

Quando a Pátria pareceo ameaçada p^t frações Anárquicas, que tendião a destruir a maquina Social e forma de Governo, que garante as nossas Liberdade; quando parecia que huma fria indiferença era um crime, ou antes huma conivencia com o crime, e quando parecia que o Sabará, ou suas Autoridades nada sentião da comoção

⁶⁴ Como trabalhamos no capítulo 1 item 1.3. *nas teias da política*, o movimento de “anarquistas” na cidade foi uma grande preocupação para indivíduos das elites locais.

⁶⁵ Abdicação de D. Pedro I.

geral do Brazil, que p^r huma p^{te} ardia em patriotismo formando Socied.^{es} Patrióticas, grandes baluartes da Liberd.^e bem entendida, por outra parte o Spirito da dizordem e das facçoens ameaçavão a ordem e tranquillid.^e Publica, pondo em pratica todos os ardiz proprios de seos horriveis fins; foi nestas circumstancias Snr que muitos Sabarenses possuidos de hum verdadeiro patriotismo, e ardendo em desejos de Sacrificar pela cauza publica suas pessoas, bens, trabalhos, e luzes, tratarão de se unir para assim tornar mais efficazes os seos meios; Combinão-se então, convidão-se huns dos outros mostrão seos concordes desejos, e se congratulão p.^r seos uniformes sentim.^{tos} formão em consequência o plano de huma Socied.^e Patriotica a exemplo de outros lugares do Brazil, e dizem a huma voz, unamo-nos, formemos hum corpo de ordem, auxiliemos o Governo, e façamos huma Socied.^e de Cidadãos probos para [opormos] hum barreira invencível ás tentativas da anarquia e dos malvados: a este grito os amantes da Pátria e da publica tranquillid.^e a alistarem-se cheios do maior entoziasmo (SP PP 1/7, Cx 01 10/08/1831).

Com esse “espírito” e calcada em alicerces dessa Sociedade Defensora do Rio de Janeiro que estão apresentadas muitas das medidas de “segurança” tomadas para a vila de Sabará. Na direção do que Guimarães (2001) propõe, vemos que:

empulhando a bandeira liberal, na defesa do civismo e dos interesses da coletividade, os fundadores da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro orientaram suas ações para coibir a agitação do chamado ‘populacho’ – onde se incluíam mestiços, libertos e escravos, segmentos atingidos mais duramente pela crise econômica, que o país vinha atravessando desde o final do Primeiro Reinado. (GUIMARÃES, 2001, p. 110).

Conforme os membros da *Sociedade Pacificadora* de Sabará, não bastava só os atributos e o *honroso* título de *Pacificadora, Defensora da Liberdade e da Constituição*, pois seus sentimentos de *Spirito de Patriotismo* eram muito mais amplos e tinham a eles agregados os sentimentos dos *meios Philantropicos*.

A tabela a seguir tem como referência a que foi enviada ao presidente da província de Minas Gerais. Nela temos especificados os homens que *atenderam o chamado da patria* para a defesa da *Nação* e que, de modo *pacífico*, organizaram-se em uma sociedade colocando em evidência seus projetos políticos.

Tabela 1

NOMES	ATIVIDADE ECONÔMICA
1. Antonio Avelino da Silva Denis	Tabelião
2. Antonio Caetano de Azeredo Coutinho	Negociante
3. Antonio Carlito Antunes de Souza	Exercício de seu posto
4. Antonio Carlos Ferreira Ruas (P.M. ¹)	Exercício de seu posto
5. Antonio da Costa Moreira (Tenente Coronel)	Negociante
6. Antonio Gomes Baptista	Escrivão das [forsas]

7. Antonio Joze de Sam Paio	Cobrador
8. Antonio Joze Dias Ribeiro	Musico
9. Antonio Manoel Coutinho	Escrivão da Provedoria
10. Antonio Pereira da Fonseca (Tenente Ajudante)	Exercício do seu posto
11. Antonio Vaz da Silva (Tenente)	Negociante
12. Antonio Vaz da Silva Junior	Negociante
13. Bento Rodrigues de Moura e Castro (Capitão)	Negociante
14. Bernardino Joze Coutinho	Escre. ^m da [Sevr ^{ia}]
15. Camillo de Lelis Martins da Costa (Capitão)	Tesoureiro da Intendência
16. Camillo Izidoro da Costa Vianna	Procurador
17. Carlos Antonio da Silva (Padre)	Capelão da Sé
18. Carlos Joze de Azevedo	Negociante
19. Custodio Amancio de Magalhães	Negociante
20. Eduardo Joze de Moura	Negociante
21. Francisco Xavier Barboza	Negociante
22. Francisco Androneis Ribeiro – Reverendo	Veze de suas Ordens
23. Francisco Barboza Manso	Negociante
24. Francisco de Paula Araújo (Capitão)	Negociante
25. Francisco Martins Marques	Negociante
26. Francisco Paes Rebello Horta	[Efer. ^m] da Intendência
27. Ignacio Antonio Cezar (Capitão – Mor)	Negociante
28. Jacinto Pinto Teixeira (Coronel)	Exercício de seu Posto
29. Jerônimo Joze da Silva Guimarães	Negociante
30. João da Silva Cardoso	Negociante
31. João Joaquim Pereira	Negociante
32. João Joze da Motta	Of. ^{cl} da Secr. ^a da Just. ^a
33. Joaquim Joze de Meirelles Freire	Negociante
34. Joaquim Theodoro de Miranda (Padre)	Professor de Primeiras Letras
35. Joze [Linhaens] de Araujo Flores (Padre)	Veze de suas Ordens
36. Joze Agostinho de [Passos] (Padre)	Veze de suas Ordens
37. Joze Caetano Monteiro (L. M. ^f)	Exercício de seu posto
38. Joze de Freitas Pacheco	Escrivão da Receita e Despesa
39. Joze Filippe [Benicio] (Ajudante)	Exercício de seu posto
40. Joze João Fernandez da Silva (Tenente)	Negociante
41. Joze Maria Vieira de Moraes Godinho – Reverendo	Veze de suas Ordens
42. Joze Ricardo Vaz	Negociante
43. Joze Rodrigues Mariannno (Tenente Coronel)	Negociante

44. Joze Severianno Coutinho Rangel	[Seq. Do insacador]
45. Joze Simplicio Guimaraens	Negociante
46. Lourenço de Assis Pereira da Cunha	Medico
47. Manoel Antonio Pacheco (Capitão)	Negociante
48. Manoel Joze Gomes Rebello (L. M. ^r)	Exercício de seu posto
49. Manoel Nunes da Silva Coelho	Guarda Livros
50. Marcello Antonio Lobato	Negociante
51. Marianno de Souza Silvino (Reverendo)	Professor de Latim
52. Maximiano Augusto Pinto (Tenente)	Mineiro
53. Pedro Gomes Nogueira	Negociante
54. Quintiliano da Silveira Lobato	Oficial da Intendência
55. Rafael Vaz da Silva	Negociante
56. Sebastião da Roxa Brandão	Negociante
57. Theotônio Roque Fernandes (Tenente)	Advogado
58. Tristão Olimpio de Paula Araujo Manso	Negociante
59. Valeriano Manso dos Reis Costa	Negociante
60. Vicente Pereira de Castro	Negociante

(CMS ATA 04. 27/06/1831; SP PP 1/7 Cx. 01 Pac. 03, 31/07/1831,)⁶⁶

Vemos que, quanto à atividade econômica que desempenhavam os sócios da *Sociedade Pacificadora*, os *negociantes* somavam mais de 48%; os cargos ligados a administração contavam 20%; eram militares 11,66%; padres 8,33%⁶⁷; professores 3,33%; e o restante, 5%. Se fizéssemos uma minuciosa investigação sobre a vida de cada um desses homens citados acima, de modo a construir uma *biografia coletiva*, certamente teríamos um rico quadro para a análise da *finis floris* das elites dirigentes sabarenenses.

Os sessenta nomes referidos nessa tabela, constam de uma lista⁶⁸, encaminhada à presidência da província mineira, de pessoas que se achavam associados à *Sociedade*

⁶⁶ Essa lista foi organizada em ordem alfabética para facilitar a consulta. Indicamos também que tomamos aqui as listas do ano de criação da Sociedade. Ao longo de sua existência, houve um fluxo de associados que entraram e saíram do seu quadro, como a entrada de duas mulheres em 1833. Para o presente trabalho não conseguimos organizar os dados dispersos desse fluxo, mas pretendemos realizar esse levantamento para ter uma inteligibilidade maior dessa Sociedade.

⁶⁷ Computamos os Padres Marianno de Souza Silvino e Joaquim Theodoro de Miranda como professores.

⁶⁸ Há outra lista encaminhada à Câmara Municipal de Sabará em junho de 1831. Essa lista possui 47 nomes, dos quais constatei que pelo menos três deles não constam na lista junto com os 60 nomes. Alguns desses nomes encaminhados não conferem com o da lista maior, podendo ser que tenha ocorrido de não se colocarem todos os nomes das pessoas - mas poderia ser também que se tratasse realmente de outro indivíduo. Assim, além do número maior de integrantes, essa lista apresenta nomes como Antonio Joze da Silva Vaz, Francisco de Assis Martins da Costa João Evangelista Amado, o que a difere da outra lista.

*Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição*⁶⁹ da vila de Sabará. Essa lista, por sua vez, foi responsável por fundar, na ocasião, a *Irmandade de Misericórdia da Comarca do Sabará*.

(...) nutrimos a agradável convicção de que as Sociedades Patrióticas são barreiras insurmontáveis aos assaltos do despotismo: ellas vão progredindo, e estreitando as relações por toda a superfície do Imperio; e tanto basta para reduzir o bando restaurador ao pequeno circullo de suas nocturnas, e clandestinas reuniões. (SPPDLC, O VIGILANTE, n° 70, p.3, 05/01/1833).

Nada mais legitimador desse processo de constituição de uma sociedade política do que a organização dos estatutos, bússola desse grupo. Organizado em seis títulos, o estatuto⁷⁰ possui vinte artigos. No primeiro título, com seus 5 artigos, temos a seguinte estrutura: os “cargos” eram divididos em presidência, vice-presidência, dois secretariados, um tesoureiro e um escrivão. Para ser um sócio da *Sociedade Pacificadora*, era preciso receber o aval da instituição, ser cidadão brasileiro, em gozo dos seus *direitos*. Caso um estrangeiro quisesse se associar, poderia receber diploma de sócio honorário, devendo *concorrer com alguma prestação attendível* que beneficiasse a sociedade, mas não teria direito a voto.

Da caixa, é o subtítulo do segundo título, com 8 artigos. Para se manter, a *Sociedade Pacificadora*, constituiria um fundo, com recursos de cota dos sócios e outras rubricas advindas de do trabalho da própria Sociedade. Aliando a necessidade com o “sentimento de filantropia”, a *Sociedade Pacificadora* deveria contratar um Contínuo – *preferido o chefe de huma familia pobre* – o qual teria como atribuição o cuidado da casa utilizada para as sessões e a responsabilidade pelos despachos da Sociedade.

É no título terceiro, no décimo quarto artigo, que as finalidades da Sociedade encontram-se definidas. A *Sociedade Pacificadora* encaminhou um ofício ao Presidente da Província mineira, tido como um *parecer*, antes de concluir o próprio estatuto. Esse *parecer* serviria como base para construção dos estatutos dessa Sociedade. Organizamos abaixo as finalidades da Sociedade em forma de tabela, que descreve o *parecer* e os seus estatutos, de modo a estabelecer-se uma comparação entre eles.

⁶⁹ Marcilaine Soares Inácio – FaE/UFMG desenvolve sua tese relacionando o Estado, intelectuais e educação em Minas Gerais no período regencial. Nesse trabalho, a pesquisadora trabalha com várias sociedades de instrução, políticas e filantrópicas do período, dentre as quais a Sociedade Pacificadora de Sabará.

⁷⁰ Foram organizados também o regimento interno, que não conseguimos localizar.

Tabela 2

PARECER	ESTATUTOS
1.º Proteger e defender a segurança publica p. ^r todos os meios ao seo alcance de seos Sócios inclusive com as Armas q. ^{do} a necessid. ^e assim o exija, indo sempre d'acordo com o Governo e Auctorid. ^{es} .	§ 1.º Promover estabelecimentos de caridade, e Instrucção Publica.
2.º Obrar Philantropicam. ^e , vellando sobre os meios de instrução Publica, e Carid. ^e .	§ 2.º Velar sobre a economia interior destes, e da Sociedade.
3.º Vellar sobre a sua economia interior.	§ 3.º Coadjurar a Segurança Nacional, e individual por conselhos, persuazoens, e representaçoens as Authoridades, ao Poder Executivo, e Legislativo, e pelas armas nas oscilaçoens Políticas, insurreição intestina, e invasão inimiga.

(SP PP 1/7 Cx 01 1831)

Nos estatutos, na coluna da direita, percebemos que os parágrafos possuem uma melhor redação e que, talvez, não tenham tido outro objetivo a não ser o de organizarem melhor o texto. Por outro lado, é possível que tenham ponderado estrategicamente a manutenção da *segurança* pública, primeiro fim da sociedade, como algo direcionador ou, até mesmo, como algo limitador, de muitas de suas atividades.

Ao colocar o segundo parágrafo do parecer como o primeiro nos estatutos, a *Sociedade Pacificadora* direcionava suas atenções a aspectos fundamentais para Sabará naquele período, como a assistência e a instrução⁷¹, e fortalecia e ampliava seu campo de atuação, como veremos mais adiante.

O quarto título versa sobre o armamento dos sócios. São três os artigos que orientam as medidas a serem tomadas para os sócios estarem sempre prontos quando o *socego publico* se visse *pertubado*. Para a melhor defesa desse “sossego público”, quando da criação da Guarda Nacional, todos os seus sócios deveriam se alistar nessa Guarda, como de fato identificamos que os fizeram vários sócios.⁷²

⁷¹ Sobre a instrução, não levantamos dados específicos na documentação trabalhada. Mas pela situação em que ao mesmo tempo se colocavam alguns sócios da Sociedade Pacificadora e alguns vereadores, tivemos indicativos de que as discussões na Câmara da época tinham ligação com discussões proferidas dentro da referida sociedade. Também as leituras do jornal *O Vigilante* apontam para essa questão.

⁷² Nas listas da Guarda Nacional que acessamos verificamos a presença de muitos dos sócios da Sociedade Pacificadora. Essas listas têm nos ajudado a identificar, além dos nomes e cargos exercidos por seus integrantes, suas idades, suas ocupações e seus locais de moradia.

Os sócios da *Sociedade Pacificadora* com esse duplo pertencimento tiveram ainda mais legitimados seus atos, além do amplo *prestígio social* que adquiriam. Conforme Flávio Henrique Dias Saldanha (2002)

A Guarda Nacional foi instituída pelos liberais durante a Regência, momento notabilizado pela presença de brasileiros no comando do aparelho administrativo estatal, bem como por conturbadas agitações políticas entendidas como sintomas de agitação da ordem pelas elites dirigentes. Após a sua criação, a milícia cívica progressivamente constituiu-se em símbolo nacional que procurava traduzir uma imagem para o Brasil como nação independente, e particularmente em sua face mais imediatista, garantir a pacificação e a manutenção da ordem. (SALDANHA, 2002, p. 12)

Finalizando, o quinto estatuto refere-se a um elemento de *distinção* dos sócios: o diploma, confeccionado em excelente papel e impresso com espaço para os acréscimos de dados individuais, como assim o recebeu João Joaquim Pereira:

APPARECENDO pouco tempo depois do Memoravel Sette d´Abril motivos vehementes para recar o perigo da Patria; quarenta e oito Cidadãos da Villa do Sabará, levados do Santo amor patriotico, e a firme intenção de tudo sacrificar para manter a Ordem, e evitar a anarquia, e seus conseqüentes horrores: assentarão entre si formar uma sociedade com o titulo de PACIFICADORA, FILANTROPICA, E DEFENSORA DA LIBERDADE E CONSTITUIÇÃO, com effeito formarão de accordo com o Governo, e Authoridades, e cujos fins forão statuidos na conformidade de seos títulos. Esta Sociedade, tendo progredido sempre no sentido, que adoptara, e já muito augmentada no numero de seus Sócios; deliberou que á cada um dos seus Fundadores se passasse um Diploma com tal declaração; e em reconhecimento do patriotismo, virtudes cívicas, e mais qualidades, que adornão a pessoa do Sr. João Joaquim Pereira dos seus Fundadores: esta sociedade por tanto rota a todas as Sociedades do Imperio, que trabalham para os mesmos fins, o recebem em seu grêmio, e o tratem como bom Cidadão, que goza das prerogativas, e vantagens concedidas aos Membros das Associações patrioticas: a fim de se esclarecer, e adquirir maior copia de conhecimentos. E para seu titulo se lhe passou o presente Diploma assignado pelo Presidente, subscripto pelo 1.º Secretario, e sellado com o sinete da Sociedade e Eu o 1.º Secretario acima assignado á sobrescrevi em Sessão de 6 de Maio de 1832, Vindecimo da Independência, e do Imperio, e Segundo da Regeneração. (PP 1/7 – Cx 01 Pac.13, 06/05/1832).

Encerrando as *disposições geraes*, no sexto título, temos dois artigos. Destes, o primeiro (o décimo nono) trata sobre a publicidade e publicação dos atos e das sessões abertas.

No cumprimento desse artigo, adquirem seus membros uma tipografia, onde seria impresso, a partir de 1832, *O Vigilante: Jornal da Sociedade Pacificadora*⁷³. Esse jornal seria impresso duas vezes por semana, às quartas e aos sábados. Seus exemplares poderiam ser

⁷³ Sobre esse jornal, como também sobre a Sociedade Pacificadora de Sabará, ver a dissertação de Luciano da Silva Moreira (2006).

adquiridos tanto de modo avulso (\$80 rs), como também através de assinaturas trimestrais (2\$000 rs) ou anuais (8\$000 rs). As assinaturas poderiam ser feitas na loja do sócio Francisco Xavier Barboza⁷⁴. Nesse jornal publicavam-se os atos da *Sociedade Pacificadora*, da *Irmandade de Misericórdia*, da Câmara sabarense, as cartas dos leitores, os artigos de outras sociedades e algumas leis. A *Sociedade Pacificadora* entraria em 1835 com sérios problemas financeiros para manter o periódico, em decorrência da redução do número de assinantes e dos custos da impressão, passando a publicar o jornal apenas uma vez por semana.

Com uma epígrafe de Volney⁷⁵, que tentava explicitar os ideais da Sociedade, enaltecendo a conjugação de forças e a união como responsáveis por tornarem os indivíduos invencíveis, o jornal, através de seu redator Coronel Pedro Gomes Nogueira⁷⁶, foi uma importante via para debates políticos da época.

A fim de cuidar dos interesses dos *cidadãos*, a *Sociedade Pacificadora* não hesitava em propor medidas que convergissem com seus ideais. Ela solicitou à Câmara, por exemplo, o encaminhamento de um pedido ao governo da província para conservar o juiz de direito da comarca, José Gaspar dos Santos Lima, no momento em que havia a possibilidade dele ser transferido - por cinco votos a um, os vereadores decidiram que não deveriam recorrer ao governo para tal solicitação, tendo em vista o art. 153⁷⁷ da Constituição, que autorizava o governo a transferir os juizes.

O pedido da *Sociedade Pacificadora* faz atentar para o fato de que não podemos generalizar quando falamos das estreitas relações entre a Câmara e essa Sociedade. Para além dos interesses, digamos mais coletivos, haviam aqueles interesses relacionados a cada grupo. Mesmo o vereador Manoel de Freitas Pacheco apresentando proposta para ajudar na argumentação que favorecia a permanência do juiz, os demais vereadores não a aceitaram.

Para o vereador Manoel de Freitas Pacheco, a permanência desse juiz se justificava pelo fato de os juizes anteriores terem “denegrado” a imagem de Sabará, além de terem deixado *padeecer* a Comarca da falta de administradores da justiça de *responsabilidade*. Os

⁷⁴ Conforme Moreira (2006, p.127), *O Vigilante*, em um ano, mudou sete vezes de vendedor, terminando por terem vendidos seus exemplares na própria tipografia.

⁷⁵ Conde de Volney, Constantin François de Chasseboeuf. Francês (1757-1820), historiador, filósofo, lingüista, especialista em línguas orientais, etnógrafo, geógrafo. Sua obra mais conhecida é *Les ruines, ou méditation sur les révolutions des empires* (1791). Inicialmente a epígrafe era: “Unis eu faisceau vous serez invisibles, pris séparément vous serez brises comme des roeaux.” A partir do número 103 houve um acréscimo no início dessa epígrafe com “voilà lês effets de l union:”.

⁷⁶ Pedro Gomes Nogueira, alguns anos depois, adquiriria a tipografia da Sociedade Pacificadora, conduzindo para sua residência na Rua da Ponte Pequena, dando-lhe o nome de *Tipografia de Nogueira*. A tipografia na época do Vigilante ficava na *Rua atraz do Rozario*. (CMS ATA 08, F. 175V, 10/10/1840).

⁷⁷ O fato dos juizes de direito serem perpétuos, não implicava dizer que estes não pudessem ser transferidos de um lugar para outro, em qualquer época e modo, *que a Lei determinar*. (Constituição 1824, título 6º, art. 153).

juizes anteriores, segundo ele, cuidavam dos seus interesses ao ponto da Vila ser apelidada de *centro do Caramuismo*. (CMS ATA 06- Folha, 59, 59 V – 13/10/1834).

Nesse sentido, a perspectiva da proposição de Morel (2005) nos convida a

perceber que as associações não são sempre unifuncionais, mas que podem cumprir simultaneamente várias funções sociais. Isto é, trata-se de considerar as associações como multifuncionais. As dimensões econômica, filantrópica, pedagógica, corporativa, política e cultural podem encontrar-se imbricadas numa mesma instituição. Entretanto, algumas referências marcam as especificidades de tais agrupamentos. (MOREL, 2005, p. 221).

A propagação pelo Termo e Província das sociedades e as relações estabelecidas entre elas, podem ser identificadas pelas correspondências enviadas para publicação em vários jornais e nos ofícios dirigidos às câmaras. Além da *Pacificadora* de Sabará, o termo foi responsável, no mesmo período, do que foi possível identificar, pela existência de duas outras sociedades. Uma ficava no distrito de Santa Luzia, possuía 160 membros e tinha como objetivo *defender a Liberdade, a Constituição e a Pátria* e auxiliar as autoridades constituídas, já que elas não possuíam força armada local que pudesse ser solicitada *em ocasião de perigo*. (CMS ATA 04, Folha 47, 27/06/1831). E a outra, a *Sociedade Philantropica Anti Restauradora* de Santa Quitéria.

Inspirada nos sentimentos e no espírito *patriótico* e/ou em sentimentos de *compaixão, piedade, filantrópicos*, outros segmentos passaram a despertar as preocupações dos sócios; como a cadeia de Sabará e a situação dos presos que lá viviam, e o hospital de caridade. Foram vários os ofícios encaminhados ao governo provincial, como também aos administradores da Câmara. Pior do que a situação da cadeia eram as condições dos presos, que, segundo a Sociedade, encontravam-se em situação de *indigência*, pois além dos *infelizes* estarem isolados e privados dos direitos previstos em lei, também se achavam em constante luta contra o pior mal de todos, a fome, que a Sociedade tentava amenizar fornecendo alimentos aos ditos presos. A Sociedade, diante da ausência de verbas para o sustento dos presos pobres, socorria-os, mas não deixava de se queixar ao governo da Província, solicitando providências.

Não sabemos se chegaram a fazer semelhante ao que propôs Lucia Maria Paschoal Guimarães (2002), em se tratando da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro que, inspirada em Jeremy Bentham⁷⁸, pretendia construir uma *‘casa de correção’* modelo e promover rondas pela cidade. Não podemos descartar que como havia estreita relação entre os membros da

⁷⁸ “Jeremy Bentham, moralista e legislador inglês do século XVIII”. Autor de *Lê Panopticon*, de 1787. (MOREL, 2005, p. 50).

Sociedade e os da Câmara, os pedidos para aumentar às rondas nas ruas, poderiam ter origem nessa ligação entre as duas associações (GUIMARÃES, 2001, p. 111).

Em 27 de março de 1833, a *Sociedade Pacificadora* enviava à Câmara um ofício que, lhe constando *por vozes espalhadas* e também pelo periódico *Grito do Povo*, alertava os vereadores para tomarem as devidas providências a fim de evitar os efeitos da *torrente de males*, advinda da Sedição de Ouro Preto. Esse ofício diziam ainda para que não se reconhecesse o governo de Manoel Soares do Couto, ali instalado.

Alguns vereadores, talvez receosos com a decisão que pudessem tomar, demoravam declarar abertamente se reconheciam ou não o governo de Manuel Soares do Couto. Tais vereadores decidem nomear uma comissão para discutir o caso, a qual decide aceitar os argumentos da Câmara de Ouro Preto, que afirmavam a legalidade da posse do novo vice-presidente, por ela estar prevista em lei de 1823.

Após uma série de ponderações, essa comissão avaliou que deveria aceitar o novo governo, e que deveria deixar a Regência decidir o que fazer sobre esse conflito. Tal decisão foi rebatida de modo veemente por um vereador⁷⁹, que chamou a tenção dos colegas para assumirem uma postura que mantivesse a segurança pública. Ressaltou ainda que a Câmara deveria tomar suas medidas, publicar editais, a fim de recusar o governo *ilegal*, visto que o que ocorrera em Ouro Preto foram *fatais delírios* com *criminozas exigencias*. Para pressionar ainda mais os vereadores, vários *cidadãos*⁸⁰ encaminharam um abaixo-assinado pedindo que a Câmara não aceitasse o novo governo.

Mas foram dois ofícios encaminhados pelo vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcellos, com a mesma data de 05 de abril de 1833, dizendo da restauração do governo *da legalidade* em São João del Rei, que movimentou os vereadores. O primeiro ofício nomeava o vereador da Câmara, Coronel Jacinto Pinto Teixeira, como comandante da Legião do Município, e a ela solicitava que lhe desse posse e o reconhecesse no cargo. No segundo ofício, Bernardo Pereira de Vasconcellos explicava a Câmara o que ocorrera em Ouro Preto e pedia o apoio da casa, como também de que ela mantivesse a ordem no lugar. Esses dois ofícios tiveram o efeito de acabar com os temores da Câmara, que então decide reconhecer a legalidade do cargo de vice-presidente de Bernardo Pereira de Vasconcellos.

O que se sucede a esse fato são dias de apreensão, com o pedido de 200 praças para manter a *tranqüilidade pública*. Os dois governos, o de Manoel Soares do Couto e o de Bernardo Pereira de Vasconcellos, enviavam ordens para execução da Câmara. Como ela não

⁷⁹ Bento Rodrigues de Moura e Castro, também membro da Sociedade Pacificadora.

⁸⁰ Vários dos que assinaram o abaixo-assinado eram sócios da Sociedade Pacificadora.

reconhece o governo de Manoel Soares do Couto apoiado pela *Sociedade Pacificadora*, *cidadãos mais ilustres* e Guarda Nacional, firma-se ao lado do presidente Manoel de Mello e Souza e do vice Bernardo Pereira de Vasconcelos. Durante um bom tempo haveriam “resquícios” dessa sedição (C.f. IGLÉSIAS, 1978; VEIGA, 1998; SILVA, 2002).

Recuperando novamente o poder da *legalidade*, com Manoel de Mello e Souza e Bernardo Pereira de Vasconcelos, restabelecida a *ordem*, ficaram os *sediciosos* submetidos a repreensões por toda a província. Derrotados, acusados como *creminozos de leza Nação*, muitos se viram nas cadeias da província.

A cadeia de Sabará, objeto de constantes reclamações por conta de suas péssimas condições, via-se cheia de *presos sediciosos*. Em junho de 1833, o Fiscal da vila de Sabará⁸¹, enviava um ofício ao presidente Manoel Ignácio d’Mello Souza informando que em Sabará havia uma *agitação* por conta dos referidos presos sediciosos.

Conforme o Fiscal, os *melhores cidadãos* da vila andavam em *continua agitação* por conta da permanência de presos *de tanta importância*⁸² na vila. Essa agitação era motivada pelo fato de que, num momento ou noutro, os presos poderiam fugir, tanto pela pouca segurança da cadeia, quanto por estarem eles defendidos pelos *poucos* advogados existentes, os quais, juntamente com *juizes*, estavam a favor dos sediciosos, *estigmatizados na opinião publica por carammurus encobertos*. O Fiscal da vila de Sabará alertava ainda para os gastos que os cofres públicos despediam diariamente para manter quase 20 praças e também os oficiais da Guarda Nacional. Para o fiscal, a vila de Sabará estava *contaminada de carammurus* e a impunidade os mantinha *ativos*. Urgia, assim, uma *devassa* para que fosse merecida a *confiança dos Liberais amigos do Trono Constitucional*. (SP PP 1/33 Cx. 230 Pac. 46, 27/06/1833).

Ainda no “caldeirão” inicial dos acontecimentos, a *Sociedade Pacificadora* viu seus *esforços em prol da Ordem, da Liberdade, e da Ley* recompensados ao receber um ofício do vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos – da legalidade – durante sua estada em São João del Rei:

Foi inexplicavel o prazer em todos os Membros desta patriotica Associação, a certeza da instalação do Governo Legal da Provincia, persuadindo-se assim, q. será restabellecida a Ordem na Provincia, e sua Salva a Honra Mineira gravemente ferida pelos acontecienos accorridos na Capital da Provincia, mas q. felismente tem sido, como era de esperar execrados por um Povo inteiro, q. por tantos títulos

⁸¹ Joaquim Joze de Meirelles Freire, sócio da Sociedade Pacificadora, negociante, futuro vereador e futuro barão de Curvello.

⁸² Como Francisco de Mello Franco.

tem o mais pleno Direito ao Nome de illustrado, e a posse de uma Civilização liberal e franca.

Esta Sociedade, Ex.^{mo} Senhor, vai perante o Governo da Provincia respeitozamente, protestar, q. ella será firmissima em continuar a fazer tudo quanto esteja ao seu alcance para merecer a Approvação do Governo de S. M. I e C. assim como de V. Ex.^{sa} e de todos os Brasileiros dignos deste nome, q. só dezejão a Prosperidade da Patria, e que conhecendo, q. sem Ley ella não pode realizar-se estão promptos á todos os sacrificios, si a Patria os exigir. (SP PP 1/7 Cx 01 Pac.36, 16/04/1833).

Os estudos de Wernet (1978), Silva (2002), Morel (2005) e Moreira (2006) mostram a importância das sociedades para a vida social e política brasileira, assim como seu aumento considerável no período regencial. Essas sociedades exerceram papéis importantes nas transformações dos espaços públicos, intervindo muitas vezes em suas administrações.

Percebemos a intensa movimentação da *Sociedade Pacificadora, Philantropica, Defensora da Liberdade e Constituição* por instâncias públicas em Sabará, seja com a criação de jornal, seja intervindo na administração da cidade com relação às condições de sua cadeia e seus presos. Essa Sociedade comungava não só dos princípios orientadores desse tipo de sociedade política, mas como propõe Moreira (2006)

Consideramos que seu papel na vida política não se resumiu à transmissão das decisões tomadas na Corte, mas que foram fundamentais no processo de constituição de um espaço público. As sociedades políticas, literárias e filantrópicas que se desenvolveram em Minas Gerais representam locais de sociabilidade instituídos para práticas como a difusão das luzes, a filantropia e, sobretudo, a organização política dos sujeitos (MOREIRA, 2006, p.15-16).

Os últimos registros que localizamos sobre a *Sociedade Pacificadora* decorrem do ano de 1835. A partir desse período os membros dessa sociedade são identificados em duas instituições: a *Irmandade de Misericórdia* e a Câmara Municipal de Sabará; além de outras instâncias, como a jurídica.

2.2 Socorrer a *classe desvalida*: um atestado de urbanidade

Retornemos ao primeiro parágrafo das finalidades da *Sociedade Pacificadora* que fala em *promover estabelecimentos de caridade, instrucção publica*. Uma das hipóteses para a interpretação desse parágrafo é a de que nele não estão postos somente os interesses políticos

dessa Sociedade, mais também está presente uma influência da Ordem Terceira do Carmo⁸³ de Sabará. Isso porque muitos de seus membros já vinham de uma longa caminhada na Ordem Terceira e no movimento em prol da implantação do hospital da cidade.

As Ordens Terceiras eram (...) *associações pias que se preocupavam, fundamentalmente, com a perfeição da vida cristã de seus membros*; além disso, elas eram constituídas pelas elites que possuíam uma (...) *composição de seu quadro social mais sofisticado* (BOSCHI, 1986, p. 19-20).

Diante dos problemas pelo quais passava há muitos anos, da necessidade de impulsionar a tão esperada *Casa Pia* para socorro dos enfermos *desvalidos*, do ir e vir de ofícios, entre Câmara de Sabará, governo provincial, Ordem Terceira e governo imperial, os membros da *Sociedade Pacificadora* viram - na ocasião de fundação da sociedade - a possibilidade de alargar seu espírito *associativo*. Tal espírito viria a aumentar significativamente seu *status* social. Desse modo, essa Sociedade se coloca como aquela que poderia congregiar forças para coordenar a transformação da *Casa Pia* em *Casa e Hospital de Misericórdia*. Como já dissemos, um dos primeiros atos foi filiar todos os seus membros na *Irmandade*, num duplo pertencimento e numa maior influência política e social.

Por que uma misericórdia? Conforme Russel-Wood (1981) diversas foram as irmandades leigas, fundadas *além mar*, que se inspiraram nas matrizes portuguesas. Dessas, a *Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia*⁸⁴, ou simplesmente, a *Irmandade de Misericórdia*, a qual tinha como objetivo maior prestar socorro *espiritual e material aos necessitados*. (RUSSEL-WOOD, 1981, p.XIV; p. 2) para o autor seria a mais importante. Nesse sentido, as irmandades de misericórdia desempenharam papel importante no atendimento da população *desprovida da sorte*, assistindo a pobres, presos, órfãos e enfermos:

⁸³ De acordo com Caio César BOSCHI (1986), esse tipo de irmandade, no seu processo de constituição e organização em Minas Gerais, extrapolou suas funções espirituais tornando-se "(...) responsáveis diretas pelas diretrizes da nova ordem social que se instalava e, a exemplo dos templos e capelas que construíram, elas espelharam o contexto social de que participavam. Nesse sentido, precederam ao Estado e à própria Igreja, enquanto instituições. Quanto ao primeiro, quando a máquina administrativa chegou, de há muito as irmandades floresciam. Quando as primeiras vilas forma criadas por Antônio de Albuquerque, em 1711, a presença e a atuação delas já eram incontestáveis. À época, Sabará possuía pelo menos três irmandades: a de Santa Quitéria, a de Santo Antônio do Bom Retiro e a do Santíssimo Sacramento. São João del-Rei, as de Nossa Senhora do rosário e do Santíssimo Sacramento. Mariana e Vila Rica, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos." (BOSCHI, 1986, p. 23).

⁸⁴ Instituída em 1498 em Portugal, *segundo a tradição os fundadores foram um grupo de leigos e um frade trinitário*". A rainha D. Leonor de Lancastre, aprovou e o rei D. Manuel I, seu irmão, confirmou essa irmandade. (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 2). Essa não foi a primeira Misericórdia, de acordo com RUSSEL-WOOD, em Florença - Itália, fundou-se no século XIII a *Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia*.

Eu a Rainha⁸⁵, Faço saber aos que este Meu Alvará virem, que sendo-Me presente por parte de Antonio de Abreu Guimarães a determinada resolução em que está de estabelecer nas terras, que possui no Estado do Brasil, Comarca de Sabará, as fundações seguintes, que vem a ser:

Hum Siminário no sitio do Jagoára, para instrucção de Meninos pobres; outro para educação de Donzellas necessitadas: Hum Hospital, em Sitio proprio, competente para a cura do mal de S. Lazaro que naquelle continente vae grassando:

Hum subsidio annual para a cura de outras enfermidades, que não sejam contagiosas, na Villa de Sabará; e hum rendimento perpetuo para as contradictas do Recolhimento do Rego junto a Lisboa; offerecendo para fundo a competencia, e adiantamento as vastas e úteis possessões que tem naquella comarca, denominadas Jaogára, vargem cumprida, Mocambo, Riacho d'Anta, Pau de Cheiro, Forquilha, Mello, Barra do Rio Mello com Engenhos, fabricas, Casas, Escravos, gados e creações alem de muits legoas de terras mineraes de que se tem extrahido, e pode extrahir, mais ouro: porpondose dividir o producto, e liquido rendimento do dito fundo em cinco partes eguaes; reservando huma para dispor della livremente em vida, ou por sua morte; applicando outra desde já para o sobredito rendimento das convertidas do Rego, destinando as outras trez, para tirando-se dellas oito centos mil reis annualmente para o sobredito dos enfermos de molestias não contagiosas, em umas cazas nobres, que o suppicante possui, e destina para este fim na Villa do Sabará, todo o remanecente se empregue nas referidas fundações, e sua perpetua subsistência.⁸⁶ (*Apud* PASSOS, 1929, p. 55-56).

Provavelmente muitos dos associados da *Sociedade Pacificadora* tinham conhecimento do alvará acima citado. Se eles tinham o mapa topográfico que a Rainha mandara fazer para dar inteligibilidade das possessões de Antonio de Abreu Guimarães⁸⁷, não sabemos, mas vivendo na região dessas terras e participando das várias instâncias da administração da Comarca, provavelmente dimensionavam o impacto na região, caso as medidas prescritas no alvará viessem a se efetivar. Evidentemente, o problema com um hospital para assentir os mais pobres não vinha de imediato das atividades da *Sociedade Pacificadora*, como podemos acompanhar na fala do vereador Francisco Joze dos Santos Broxado⁸⁸ (CMS ATA 04, Folhas 60/60V, 07/07/1831):

Cumprindo a Camara o promover o bem estar do Municipio, que representa, quanto estiver ao seo alcance, na orbita de suas attribuições, e tendo nós solicitado dos competentes poderes alguns bens a prol dos nossos representados, não sei porque fatalidade não temos obtido o desejado fim dos nossos votos.

Estará talvez essa gloria reservado para nossos Sucessores, tendo então o devido [impecilio] as propostas, que temos dirigido: mas apareça o bem, e nesse mesmo tempo exultarão nossos corações, e bem pagos seremos pela felicidade de nossos Considãos, que só unicamente anelamos. (Francisco Joze dos Santos Brochado (CMS ATA 04, Folhas 60/60V, 07/07/1831).

⁸⁵ D. Maria I. (PASSOS, 1929, p. 55-56).

⁸⁶ Alvará de 27/09/1787.

⁸⁷ Capitão Antonio Abreu Guimarães, português, cavaleiro professo da Ordem de Cristo que fez verdadeira fortuna no Brasil na Comarca do Sabará. Retornou ao país natal, onde antes de morrer deixou seus bens repartidos em cinco partes. Ver em anexo Mata Topográfico. Anexo 6.

⁸⁸ Membro da Sociedade Pacificadora.

O vereador propunha mais uma vez que a Câmara encaminhasse a proposta com urgência, tendo em vista a necessidade de reformas no Vínculo do Jaguará:

donde deve dimanar o Subsidio para a sustentação do Hospital, que pela falta de socorros só existe em nome. Que achando se vago o Hospicio / no meu pençar Caza Nacional / pelo falecimento do ultimo leigo, que o occupava, e offerecendo essa Caza com pequenos reparos proporcoens vantajozas aos enfermos, e até com extenção capaz, quando assim convenha para se lhe agregar a da criação dos expostos, se faça a mudança do Hospital para elle, ficando em rendimento a caza, em que se acha fundado, que de todos não serve p.^a semelhante fim. Que ao mesmo tempo se declare Caza de Mizericordia, e se estabeleção estatutos para o seo regimem. Sala da Camara Municipal 7 de Julho de 1831. Francisco Joze dos Santos Brochado (CMS ATA 04, Folhas 60/60V, 07/07/1831).

Os *Estatutos da Irmandade de Mizericordia da Comarca de Sabará* foram estruturados em 26 artigos, divididos em três partes. A primeira parte ditava sobre a organização da instituição e de sua administração, e comportava 12 artigos. Em seu primeiro artigo apresentava já a mudança em seu nome:

A Caza de Charidade estabelecida na Villa de Sabará com a denominação de Hospital será convertida em Casa, e Hospital de Mizericordia, tendo Irmandade própria com predicamento, e vantagens, que competem por Direito a semelhantes Instituiçoens (Apud PASSOS, 1929, p. 104).

Sua administração estava incumbida a um presidente⁸⁹, juntamente com doze integrantes (mordomos⁹⁰) eleitos anualmente por membros da irmandade, moradores da vila de Sabará, e também por outros membros, moradores de outras localidades que se encontrassem no local, na época da eleição.

O médico do partido da Câmara, o qual já possuía a incumbência de cuidar dos enfermos do hospital, passava também a ser responsável pelos enfermos da Santa Casa. Seguindo sugestão do mordomo José Severiano Coutinho Rangel, a *Irmandade de*

⁸⁹ Cabia ao presidente, de acordo com o art. 5, coordenar os trabalhos e *manter a ordem*. Achando necessário, poderia fazer uma convocação de sessão extraordinária tanto a partir da sua *deliberação* quanto a partir do atendimento ao pedido de qualquer membro da mesa. Competia-lhe, também, expedir correspondências da instituição, no período entre as sessões podia admitir novos membros e deliberar sobre assuntos que não dependiam de decisão da mesa administrativa, devendo posteriormente relatar para a mesma suas decisões. (Apud PASSOS, 1929).

⁹⁰ Regidos pelo art. 6 dos estatutos da sociedade, era de responsabilidade dos *mordomos* alternarem entre si mensalmente visitas ao *hospital* e informar ao tesoureiro as necessidades da *Casa*. Deveriam também observar o tratamento dado aos enfermos, suas condições de vestimenta, as instalações das enfermarias, e ver se doentes e serventes *cumpriam suas obrigações*. Para auxiliar na parte financeira, dentre suas atribuições, estava a de pedir *esmolas* para a *Casa* e de informar ao presidente da mesa o trabalho desenvolvido, para esse ser relatado à mesa administrativa. (Apud PASSOS, 1929).

Misericórdia adotou inicialmente o regimento interno da Santa Casa de São João d’El Rei, considerando seu estatuto, até que fosse criado um regimento⁹¹ próprio.

O primeiro presidente de ambas as instituições - *Sociedade Pacificadora* e a *Irmandade de Misericórdia* – foi o Padre Mestre Mariano de Souza Silvino, que teve papel importante na consolidação dos trabalhos da Santa Casa, estando quase doze anos à frente da *Irmandade*. Também tido como *pai dos pobres* e homem de *altíssima qualidade*, seu círculo de atuação e sociabilidade incluía a imprensa - com a tipografia da *Sociedade Pacificadora* - a Câmara, a instrução (professor de Gramática Latina), o juizado de órfãos, a Santa Casa e a Igreja.⁹²

Desde o início de sua criação, a *Santa Casa de Sabará* passou por sérias dificuldades financeiras, por isso, não assumiu o atendimento aos expostos, se responsabilizando somente pelo atendimento dos doentes pauperizados. Essas dificuldades não foram exclusividade sua, pois a maior parte das instituições, tanto em Minas, quanto no restante do Brasil, passaram por penúrias para manter minimamente seu atendimento básico.

Nos relatórios dos presidentes da província mineira, o que se percebe são instituições que viviam numa eterna “corda bamba”, tentando se equilibrar sobre finanças frágeis:

De quatro Estabelecimentos pios, que devião fundar-se na Comarca do Rio das Velhas, e para cuja manutenção forão consignadas rendas pelo Instituidor do Vinculo do Jagoára, apenas se pôde erigir um Hospital na Villa de Sabará em um predio, que para elle fora destinado. Esta Casa tem passado por diversas alternativas; faltando-lhe inteiramente o subsidio de 800\$ réis annuaes, com que devia contribuir o Vinculo, cuja administração empeorou de dia em dia, uma Sociedade Philantropica, tomando-a debaixo de sua protecção, e dando-lhe estatutos, conseguio que ella se pozesse em melhor estado por meio de subscrições promovidas entre seus Membros, e outras pessoas, o que ainda continua. Pelos estatutos forão creados Pedidores; o producto das esmolas, que elles recebem, constitue a mais segura, e é tambem, com os legados pios não cumpridos, quasi a única renda do Estabelecimento, que se orça em 400\$ a 500\$ réis. O Hospital é assistido pelo Medico do partido da Camara; tem commodo para 16 enfermos, e nos tres annos passados forão aí recebidos 119, dos quaes succumbirão 16, e curarão-se 95. (PINTO, 1837, XVIII, XIX).

⁹¹ A comissão responsável por confeccionar o regimento foi formada por: Mariano de Souza Silvino, José Severiano Coutinho Rangel e Bento Rodrigues de Moura e Castro.

⁹² Faleceu em 1844. Em seu epitáfio demonstraram assim as homenagens:

Ei-lo! Quem hé? Silvino, Pae dos pobres.
Oh! Seo nome gravado em nossos peitos
Viverá immortal, qual vive o Homem
Grande em virtude, grande por seos feitos!
Aos pobres esta Caza abrio piedozo,
Em seo peito aninhou sempre a Virtude,
Goza no Céu o premio merecido,
Dorme tranquilo, em paz, no ataúde.
(VIANA, 1929, p. 21).

Trataremos mais adiante sobre o padre. Ele reconheceu em seu testamento que, *por fragilidade*, havia tido dez filhos, dos quais havia exposto alguns.

Antonio da Costa Pinto, avaliava que, das casas de caridade existentes nas províncias de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Diamantina, Campanha e São João d' El Rei⁹³, apenas a última vinha conseguindo desenvolvimento favorável. Na fala deste presidente, um dos graves problemas relacionados às doenças era o fato desta atingir tanto aqueles que levavam *uma vida licenciosa* quanto o *homem laborioso e honesto*, chefe de família, que doente deveria ser merecedor da proteção da sociedade, uma vez sendo integrante dela. Conforme Antonio da Costa Pinto, fazia-se necessário investir nos estabelecimentos de assistência ao pobre honesto e trabalhador a exemplo de outros países. Afirma que ,

“(…) nos países civilizados a philantropia, e a humanidade costuma levantar asilos, e Casas de Caridade, aonde se offerecem socorros publicos ás numerosas victimas da doença, e da miseria, que são ahi recebidas. A Sociedade interessa inquestionavelmente, que a semelhantes estabelecimentos, quando bem dirigidos, se orthogue proteção eficaz, e valiosa. (PINTO, 1837, p. XVI).

A fala do presidente se aproxima do que defendia o Barão De Gerando⁹⁴ (1990), quando este tratava da necessidade das instituições públicas para assistência dos pobres quando na doença, velhice e abandono. Para De Gerando (1990), a sociedade deveria assistir de formar consciente ao homem honesto e laborioso de modo que assim se estaria valorizando não só a vida humana como também àqueles incumbidos dessa assistência (DE GERANDO, 1990).

Para que as instituições desse gênero, na província mineira, pudessem prestar socorros de modo mais eficiente, seria necessário, de acordo com o presidente Antonio da Costa Pinto, examinar as contas dessas casas e a elaboração de leis as quais “(...) fulmine[m] graves penas pecuniarias contra os Provedores das Capellas, e Mesas administrativas, que no cumprimento de seus deveres mostrarem ommissão, ou negligencia” (PINTO, 1837) e permitam melhor execução de suas atividades. Conforme o presidente, os problemas das instituições de caridade da província decorriam de três aspectos principais:

1º pela falta de dotação, que lhes assegure um rendimento certo. 2º por serem ainda regidas por regulamentos defeituosos, e de nenhuma sorte acomodados as circunstancias actuaes. 3º por cometter-se sua administração á corpos collectivos,

⁹³ Provimento de 16 de outubro de 1816. No balanço do presidente, a Casa de Caridade de São João del Rei começou seus trabalhos com poucos recursos, mas foi gradativamente construindo uma boa dotação. Na época possuiu aos seus cuidados a criação de 31 expostos.

⁹⁴ O filósofo Joseph-Marie de Gerando, (1772-1842) realizou o trabalho *Le visiteur du pauvre* a propósito de concurso lançado pela *Academie de Lyons* (França), publicado em 1820, onde discorre sua visão de como deveria se dar a assistência pública aos que classificava como “verdadeiros pobres” .

que poucas veses se reúnem, e annualmente se renovão, donde resulta, que geralmente não tomam interesse pelos encargos de que se incumbem, nem lhes sobra tempo para se informarem dos negócios, que lhes são concernentes. (PINTO, 1837, p. XIX).

Pela Lei de 1º de outubro de 1828, artigo 69, as câmaras concorreriam para o “(...) estabelecimento e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e a adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido” (Lei do 1º de outubro de 1828). Em Sabará, como em tantas outras localidades, a Câmara mantinha médico do partido e assistia aos expostos que a ela eram entregues.

O presidente Luiz Antonio Barboza (1852), em sua fala à Assembléia Provincial, chamava atenção para o problema da Santa Casa de Sabará e para a necessidade do emprego de recursos do Vínculo do Jaguará em instituições para que elas não viessem a *definhar*. Novamente, a instituição de caridade na província merecedora de elogios foi a Santa Casa de Misericórdia de São João d’ El Rei, devido ao estado *muito animador* e por suas rendas terem aumentado, aumentaram consideravelmente ao longo de uma década. Essa instituição tratou, em 1851, de 232 doentes e proveu a criação de 13 expostos. E ainda possuía alguns projetos novos como a criação de um recolhimento para as órfãs pobres, que, na fala do presidente, serviria para abrigá-las das *seduções da devassidão, a que as expõe o abandono e a miseria*: “A Santa Caza de Misericodia de S. João d’ El-Rei é um exemplo vivo do que pode o zelo perseverante, a probidade e o fervor religioso quando se reúnem em uma administração” (BARBOZA, 1852 p. 12).

Nos vários relatórios de presidentes da Província, estes descreviam as doenças mais freqüentes nas Minas Gerais. Sabará na maior parte das vezes aparecia com um estado sanitário classificado como bom. Isso não significava que o município não tinha problemas com as doenças como relatavam os vereadores por diversas vezes. Em 1856 estavam presentes nos relatórios da Câmara que haviam aparecido sarampo e coqueluche, mas sem muita gravidade; as *bexigas* apareciam com algum intervalo, tendo havido um surto em 1842 e 1843. As doenças mais comuns eram a sífilis e as *hydroperias*. Nas mudanças de estação, hepatites (muitas eram crônicas), gastroenterites, reumatismos, bronquite e diarreias eram comuns.

Nesse mesmo relatório, dirigido à presidência da província em 09 de janeiro de 1856, a Câmara apontava para outro problema, que se apresentava para os vereadores como pior do que as doenças. Esse problema era relativo ao número elevado de *desclassificados*:

Atribuindo quasi que exclusivamente, as moléstias, que nos affligem, a influencia do clima as variaçoens athenos phisicas, a vícios d'alimentação, e ao abuso de bebidas espirituosas, e outros estimulantes, nem um meio pode a Camara indicar, que o bom emprego dos meio higiênicos, e uma vigilante policia medica, cousas estas que jamais se oblterão para a numerozissima classe baixa da Sociedade, sem a criação de cazas de correcção, que evitem a ociosidade, a [crápula] a mendicidade, as moléstias, e os crimes. (CMS. COR 005, F. 86V-87, 09/01/1856).

A citação acima, a partir do que levantamos e da análise do seu discurso, pode ter sido feita pelo Dr. Anastácio. Dizemos dessa possibilidade, por não constar no livro de registros da Câmara por quem realmente foi escrita essa redação, visto que o papel do secretário é de apenas registrar o texto.

Mais uma vez foi possível perceber a participação do Dr. Anastácio em avaliações do município, agora com relação ao estado sanitário e às ligações com a *Irmandade de Misericórdia*. Os primeiros registros desse médico, em relação ao exercício da medicina, datam de 14 de janeiro de 1847, pouco tempo depois de sua chegada à cidade de Sabará. Tratava-se de uma correspondência encaminhada ao presidente da província, Quintiliano José da Silva⁹⁵, em cumprimento a um ofício deste. Na época, os dois médicos da cidade, Anastácio Symphronio de Abreu e Silvério Augusto de Araújo Vianna, apresentavam um quadro da saúde do município - no caso, sobre a varíola e o emprego do *pus vaccínico* como forma de vacina.

O Dr. Anastácio aproveitou a oportunidade de relatar a situação das vacinas⁹⁶ para fazer uma reflexão do problema. Ele levanta a hipótese de que a ineficiência das vacinas poderia estar associada ao fato delas chegarem a província de Minas já alteradas: “Algumas veses fui passear no Instituto – Vaccinico do Rio de Janeiro, e lá vi o como se arranja o pus nas laminas. – Deixam cair em uma das laminas, algumas gottas do pus Vaccinico, e immediatamente ajustar a outra lamina, e depois involvennas em uma de Chumbo” (PP 1/26 CX. 01, 14/01/1847, Pac. 89).

⁹⁵ Este presidente apresentou em seu relatório de 1846, proposta para se construir um centro na província para se produzir o *pus vacínico*, em decorrência de sua decomposição rápida. Assim, ampliando a distribuição para toda Província. Na ocasião havia ocorrido em duas localidades surto da varíola, com mortes em Vila Januaria, e São Romão (SILVA, 1846).

⁹⁶ Relata que havia vacinado 19 pessoas entre adultos e crianças, e nenhuma havia dado vesícula como se era de esperar para que se formasse uma *vaccina*, que apenas três meninos apresentaram varicelas “ou falsa vaccina”. Seguiu sua exposição alertando para o fato de que tanto na cidade como fora dela, “(...) alguns chefes de famílias, que vaccinam os seus todas as occasiões que por aqui aparece vaccina, e raramente obtem que uma ou outra pessoa tenha uma visicula, e isto depois de reiteradas tentativas. Daqui vem, que muitos já deixaram de procurar este meio, que único, até hoje, tem salvado tantas vidas, e guardado, exemplos destas deformidades repusivas, [milheiros] de semblantes”. (PP 1/26 CX. 01, 14/01/1847, Pac. 89).

Conforme sua exposição, apesar desse procedimento ser o mais adequado para o transporte da vacina para lugares distantes, no Brasil dever-se-ia ter uma modificação nessa prática, pois ela era mais adequada nos países frios como os da Europa (PP 1/26 CX. 01, 14/01/1847, Pacotilha 89). Diante disso, traz a sugestão: “(...) para obviar este inconveniente, eu proponho para que se deixasse seccar sufficiente o pus em uma das laminas, para depois ajustar-se a outra i envolve-las na de chumbo. Pode ser que eu esteja enganado, mas é todavia uma pequena experiencia, que nada custa”. (PP 1/26 CX. 01, 14/01/1847, Pac. 89).

Para o Dr. Anastácio era ainda relevante considerar a experiência de um médico inglês que desenvolvera uma técnica para a produção da vacina utilizando-se de vacas. Para ele, essa experiência deveria animar “(...) um ensaio, em que nem-um inconveniente enxergo, e por este meio poderemos ter vaccina de boa qualidade” (PP 1/26 CX. 01, 14/01/1847, Pac. 89).

Na exposição à Assembléia Legislativa, em 1847, o presidente Quintiliano José da Silva apresentou um panorama do quadro de saúde pública da província. Para o presidente, a Província com o clima privilegiado não vinha favorecendo o desenvolvimento e a proliferação de doenças endêmicas, entretanto, mereciam atenção as *febres intermitentes* e as *elephantiasis*. Para tanto, o presidente indicava aos deputados a leitura do texto produzido pelo médico Francisco de Paula Candido sobre a elefantíase. Sua preocupação justificava-se pela grande ocorrência, no sul da província, dessa moléstia.

Nesse quadro de saúde pública, o problema das bexigas merecia também atenção devido a ocorrência de casos na província – como os de dezembro de 1846 havia ocorrido casos em Alagoa Santa e em outros pontos da Comarca do Rio das Velhas.

Quintiliano José da Silva enfatizava ainda que dos ofícios recebidos em resposta aos encaminhamentos em 1846, sobre o estado sanitário da Província, destacava do Dr. Anastácio. Sua proposta chamou a atenção e o então presidente a encaminhou ao governo provincial. Afirmava Quintiliano:

Dou entrada em meu relatório a este extracto, por que por elle podem os homens da arte, e os amigos da humanidade por meio da discussão, e de prudente experiencias chegar ao conhecimento da verdade, sendo em todo caso sempre dignos de louvor os esforços de nosso illustrado patricio, o referido dr. Symphronio. (SILVA, 1847).

Consideramos que é a partir desse período que o Dr. Anastácio Synphronio de Abreu passou a circular pelo município de Sabará dando início a uma rede de sociabilidade que o possibilitaria, alguns anos depois, de gerir a câmara municipal da cidade e obter uma vaga na

Assembléia Legislativa Provincial. A construção de sua trajetória a princípio deu-se como médico que não deixava de lançar um olhar atento ao cotidiano da cidade.

Para uma cidade que tinha *formas de sociabilidade institucionalizada*, conforme apresenta Morel (2005), Anastácio Symphronio de Abreu inseriu-se na *Irmandade de Misericórdia da Comarca de Sabará*⁹⁷. O primeiro registro de sua participação assumindo uma função dentro da *Irmandade* está datado de 2 de julho de 1848, durante o processo de eleição da *Irmandade*.

Mais uma vez o Barão de Sabará era reeleito como presidente e o Dr. Anastácio aparece, então, como um dos mordomos eleitos⁹⁸. Logo sua presença passa a ser evidenciada ocupando comissões, como foi o caso da criada para revisar os estatutos da *Irmandade de Misericórdia*. Em 1849, ocuparia a presidência da *Irmandade* na sessão de 18 de julho.

O Dr. Anastácio, que não perdia suas referências médicas, propunha que viessem do Rio de Janeiro duzentas bixas⁹⁹, inicialmente oriundas da Europa, para servirem à Santa Casa, podendo elas serem alugadas pelos pacientes para tratamento em suas casas. Em março de 1849, esse médico oferecia clorofórmio e aparelho para uso dos pacientes que fizessem alguma cirurgia na Santa Casa. Nessa mesma época, ele solicitava ao médico da Santa Casa que fizessem um levantamento estatístico dos pacientes lá tratados; se nesse levantamento fosse observado a existência de algum caso *extraordinário*, que merecesse a publicação em jornais, deveria dar-se a ele publicidade, pois isso poderia ser útil à ciência (Apud PASSOS, 1929, p.130).

Era preciso, ainda, fazer-se presente em outros espaços procurados pelos doentes: as boticas; estabelecimento merecedor de maiores vigilâncias, principalmente, higiênicas. A pedido do Dr. Anastácio, em forma de requerimento à Câmara, foi nomeada uma comissão para visitar as boticas da cidade de Sabará. Essa comissão com os dois médicos mais afamados do município, a saber, os Drs. Anastácio e Silvério Augusto de Araújo Viana¹⁰⁰.

⁹⁷ Apesar da intensa procura não foi ainda possível localizar a totalidade das atas dessa irmandade. As informações que se referem a ela foram obtidas através do livro de Zoroastro Vianna Passos – Notícia Histórica da Santa Casa de Sabará (1787/1928), editado em 1929, atas publicadas no jornal *O Vigilante* e a documentação da Câmara de Sabará.

⁹⁸ Os outros mordomos eleitos foram: Antonio José dos Santos Lessa, Dr. Francisco, Dr. Assis Lopes Mendes Ribeiro, José Severiano Coutinho Rangel, Antonio Francisco de Souza Gandra, Dr. José Lopes da Silva Vianna (estabeleceria com o Dr. Anastácio alguns atritos), Theotonio Rodrigues Dourado, Antonio Gomes Baptista Junior, Brigadeiro Jacintho Pinto Teixeira, Silverio Pereira da Fonseca, Eduardo José de Moura, Bernardino José de Aquino. Após sorteio por ter empatado com outro irmão da irmandade em número de votos, Francisco de Assis Lopes Mendes Ribeiro foi sorteado para exercer a função de vice-presidente da irmandade (PASSOS, 1929, p.130).

⁹⁹ Provavelmente referia-se às sanguessugas, pois elas eram utilizadas para a sangria. (BOTELHO; REIS, 2002).

¹⁰⁰ Esse médico ainda merece, por parte dos pesquisadores de Sabará, um olhar mais atento. Ele era membro de uma família das elites locais, defendeu sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nos anos 30 dos

Deveriam fazer parte das atividades dessa comissão realizar visitas duas vezes ao ano. Com a regularidade dessas incursões, esperava-se manter um padrão na qualidade dos produtos, de modo que, na pedagogia da urbe, todos fossem instruídos em procedimentos mais higiênicos.

2.3. A instrução na lide da Câmara

Diante de ofício enviado pelo presidente da província, João Joze Lopes Mendes Ribeiro, e seguindo a determinação do Conselho do Geral da Província, datado de 7 de janeiro de 1828, a Câmara encaminhou à administração provincial informações sobre o estado da instrução do termo.

A deliberação do Conselho decorria da proposta do conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que havia levantado a necessidade de se conhecer o estado da instrução na província mineira, a fim de se tomarem as medidas pertinentes para seu melhoramento.

O ofício que o presidente da província encaminhou às câmaras municipais instava-lhes o prescrito em alguns artigos da lei criada a partir da proposta do deputado geral Bernardo Pereira de Vasconcelos. No primeiro artigo, deveriam as câmaras informar às localidades onde as escolas estavam instaladas, quais as escolas lá existentes, indicando seu número, quantas se fazia necessário criar em seus respectivos termos e quais escolas deveriam ser abolidas em observância à Lei de 15 de outubro de 1827 e à Resolução de 15 de novembro do mesmo ano.

De acordo com o segundo artigo da lei, as câmaras deveriam emitir um parecer indicativo da criação de Escolas de Meninas em vilas e cidades do termo. No terceiro artigo, as câmaras precisavam encaminhar uma avaliação declarando quanto cada professor deveria receber, levando em conta as condições de vida de cada lugar.

Para finalizar a parte referente às câmaras, o artigo sétimo recomendava que essas instituições tivessem cuidado e que lançassem muita atenção às inspeções nas escolas, de

oitocentos. Foi vereador, membro da Irmandade de Misericórdia, professor público, delegado, dentre outras atividades que desenvolveu. Localizamos registros desse médico até início da década de 1870, quando este ainda estava envolvido em atividades ligadas a área da educação. Suas relações com Dr. Anastácio, não eram das mais amistosas, ao ponto de terem problemas com as aulas que ele lecionava na cadeira de francês, esta anexada ao Colégio Emulação Sabarense, criado e dirigido pelo Dr. Anastácio, o qual sempre chamava sua atuação como professor. Além desse problema, em sessão da Assembléia Provincial em 1857, veio dizer o Dr. Anastácio que seu colega médico, quando no exercício de sua função de delegado de Sabará, não demonstrou a “firmeza que o cargo exigia”.

modo a informar qualquer “anormalidade” ocorrida às autoridades provinciais (SALES, 2005, p. 71-72).

De acordo com os vereadores, Antonio da Costa Moreira, Antonio Joaquim da Cunha, Bento de Faria Sodré, Francisco José dos Santos Broxado, havia duas escolas de primeiras letras no Termo de Sabará; uma na vila de Sabará e outra em Curral de El Rey, sendo por isso imperativo fundar novos estabelecimentos de primeiras letras em alguns arraiais devido o número elevado da população.

A escola para meninas não era vista naquele momento como uma necessidade, pois, de acordo com esse grupo de vereadores, havia um *costume inalteravel dos pais de familia* de darem instrução em suas próprias residências.

No tocante ao artigo sobre os rendimentos dos professores, fora estipulado para a vila de Sabará o pagamento de 350 mil réis; em Santa Luzia, 300 mil réis e nos demais arraiais (Curral d’El Rey, Santa Quitéria, Matheos Leme, Matheos Leme, Mathozinhos, Alogoa Santa), 200 mil réis (SP/PP 1/33, Cx. 227, 15/03/1828).

Conhecedores da Constituição de 1824, das leis de 15 de outubro de 1827¹⁰¹ e de 1º de outubro de 1828, os vereadores sabarenses, Bento de Faria Sodré, Francisco José dos Santos Broxado, Ignácio Antonio Cezar, Manoel de Araujo da Cunha, Manoel de Freitas Pacheco, Pedro Gomes Nogueira, em fins dos anos 20 dos oitocentos, viam-se distantes do que previa a legislação sobre a instrução pública. Estando diante da não efetivação da lei, eles não titubearam em reivindicar a implantação da instrução primária em várias localidades do Termo.

O ofício dirigido ao presidente da província mineira, João Joze Lopes Mendes Ribeiro, no ano de 1829, solicitava que ele levasse ao imperador a demanda por escolas apresentada. O corpo de vereadores avaliava estarem:

privadas do favor da Ley algumas Povoaçãoens, e Arraiaes deste Termo, em que abunda mocidade apta, e carecida de instruçoens primarias = Taes são Congonhas de Sabará – Rapozos – Santo Antonio do Rio acima – Rio das Pedras - Mathozinhos – Lagoa Santa – Capela da Piedade – Tacaoarusú de cima, e Taboleiro Grande; chegando ao numero da mocidade precizada de instruccão a 700 pelo menos. (SP PP 1/33, Cx.228, Pac. 18, 13/10/1829)

Os vereadores demonstravam estar amargurados e ignoravam o porquê dessas povoações terem sido *esquecidas*, porque não foram contempladas com cadeiras de primeiras

¹⁰¹ Essa lei ordena a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugares com maior índice populacional.

letras, inclusive de meninas¹⁰², mesmo tendo preenchido os requisitos necessários para que isso ocorresse¹⁰³. Eles defendiam ainda, a instrução como elemento essencial para formar sua *mocidade*, pois sem ela *nada pode ser o individuo*. Essa instrução seria também fundamental para que a sociedade usufruísse dos seus *benefícios*. Desse modo, solicitavam que se mandasse

(...) crear nos pontos mencionados Aulas de 1.^{as} letras. D'umas taes creações pode algum dia o publico colher sazonados fructos, e resultados felizes podem compensar a despeza da Nação. Podem-se formar homens, que pelo andar dos tempos sirvão de columnas, e sustentáculos da mesma Nação. (SP PP 1/33, Cx. 228, Pac. 18, 13/10/1829).

Por outro lado, na visão desse grupo de vereadores, a ausência de instrução atrelada à *falta de educação* poderia conduzir à *ignorância* que, passada de família em família, transformaria a *mocidade* numa *geração rude, inepta*. Assim sendo, estaria aberto o caminho para a *desordem*, e para o *vergonhoso vicio* de corromper a sociedade. A instrução, então, torna-se importante para constituir uma sociedade que cada vez mais tinha o desejo de se aproximar das *nações cultas*.

Em outro ofício¹⁰⁴, também endereçado ao Imperador, os vereadores tentavam sensibilizar as autoridades, da necessidade de criação de escolas de instrução primária, principalmente na vila de Sabará, prevista na lei¹⁰⁵. Argumentavam os vereadores que esse pedido se justificava, em decorrência do aumento progressivo da população e opulência do Termo de Sabará e da Comarca do Rio das Velhas ansiava facilitar á *mocidade*, que desejava dedicar a brilhante carreira das Letras condições de acesso a instrução. (SP PP 1/33, Cx. 228, Pac. 23, 14/10/1829).

Conforme os vereadores, as dificuldades enfrentadas por aqueles que “desejavam” freqüentar as aulas não eram poucas, tendo em vista o tempo gasto nos longos percursos até a escola por indivíduos que não moravam nas localidades onde havia as aulas. Se isso já dificultava a instrução dos mais abastados, deixava ainda mais *na obscuridade os que nascerão em menos valia da fortuna*.

¹⁰² Por Resolução do Conselho do Governo a cadeira de Instrução Primária para meninas fora criada a 27 de março de 1828, poucos dias depois que vereadores encaminharam o ofício falando que não havia necessidade da mesma.

¹⁰³ Lei imperial. O art. 1º determinava que nas localidades mais populosas (vilas e cidades), haveria escolas de primeiras letras, que fossem necessárias. Preenchendo essas condições, poderia também erigir escolas para meninas, caso *os presidentes em conselho* dessem por necessário um estabelecimento para esse público.

¹⁰⁴ Nesse ofício não há menção ao presidente da província. Sua data apresenta apenas um dia de diferença do ofício que tratamos anteriormente. Entretanto, ele também pode ter sido encaminhado para que o presidente da província o entregasse, juntamente com o outro, ao Imperador.

¹⁰⁵ §.º 32 do artigo 179 da Constituição do Império.

Com o objetivo de sanar parte dos problemas do Termo e até mesmo da Comarca, os vereadores sugeriram aos que quisessem dedicar-se à *carreira das Letras* a possibilidade de fundar, na vila de Sabará, uma Cadeira de Estudos Preparatórios para as Ciências Jurídicas. Essa cadeira serviria para preparar os alunos de tal modo que tivessem condições para se matricularem *em qual quer Academia Nacional*. Reforçavam os vereadores que

(...) por quanto a Camara está intimamente convencida que Vossa Magestade Imperial como Protector Disvelado da liberdade Brasileira faz consistir a Gloria do seo Trono Constitucional na illustração de seos fieis súbditos, que lhe sem contradição a baze, e a segurança da fructura prosperidade deste florente Imperio, de baixo das vistas regenradas do Melhor dos Principes, espera que esta representação, e supplica fundada na justiça, e na razão há de ser por Vossa Magestade Imperial acolhida com benignidade, e deffirida favoravelmente. (SP PP 1/33, Cx.228, Pac. 23, 14/10/1829).

Em ambos os ofícios, a idéia de instruir um maior número de crianças e jovens está posta de maneira clara, mas essas questões não diziam respeito apenas ao âmbito local. A necessidade de instruir a *gente miúda* impõe-se como algo de fundamental importância. O medo de que a *ignorância* pudesse levar essa gente a cometer, por exemplo, desordens, leva à busca de colocar em prática o projeto de instruí-la minimamente, num movimento que também almejava a construção da nação que se intentava instaurar. Nesse sentido, conforme Faria Filho (2000):

a instrução possibilitaria arremontar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidade da governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente mas, também, dotar esse Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado. (FARIA FILHO, 2000, p. 137).

Para esse autor é importante considerar que a instrução para a *gente miúda* não objetivava possibilitá-la alcançar os níveis da instrução secundária e superior, eminentemente voltados para as elites. Instruir os pobres, livres ou brancos relacionava-se à possibilidade da aquisição de instrumentos básicos para a leitura, a escrita e para a matemática (FARIA FILHO, 2000, 136).

Se, em 1828, os vereadores avaliavam que não era necessário criar uma cadeira de instrução primária para meninas em Sabará, como já referimos, um ano após, esta cadeira foi

criada. Quatro anos após a criação da cadeira, o Fiscal da Vila, Manoel Joze Gomes Rebello, apresentava que ela ainda se encontrava vaga. O Fiscal não conseguia compreender os motivos desse não provimento e indagava-se por que ninguém aparecia para ocupar o cargo. Será que tal situação era em decorrência da lei exigir exames para o exercício do magistério? Ou seria outro motivo? Com essa dúvida, o Fiscal pedia aos vereadores que lhe permitisse fazer uma *pequena reflexão*:

Achando se deliberado, que nesta Villa exista huma Escola de 1.^{as} letras para meninas, não tem aparecido alguém, que per o Provimento ou seja p^r a Lei exigisse exame p^a ser Mestra ou pr algum outro motivo, que não descubro. Aparece finalmente a Lei novissima a este respeito, que desonerando as Mestras de semelhante onus, exige, que para serem providas apresentem attestado da Municipalidade. Logo que chegou ao meo conhecimento esta ley lancei os olhos pela Villa e achei, que em Dona Maria Anna da Assumpção viuva do Cap.m Ant.o dos Santos Pereira existião as qualidades necessarias para semelhante fim, e que particularmente tem exercitado com geral aplauso. Consultei a sua vontade, e achando a disposta a exercitar em publico semelhante Emprego, assim o manifesto a V. S.a para darem o compet.e attestado no cazo, de, como eu acharem, que desempenhará tão importante lugar. (CMS ATA 05, Folha, 02 - 15/10/1832).

Tal *reflexão* foi aprovada¹⁰⁶ e indicada para envio como proposta à presidência da província, de acordo com o artigo 2º da lei de 06 de junho de 1832, visto que a *Mestra* indicada tinha *todas as qualidades*.

Essa peregrinação com a cadeira pública para meninas só seria de fato solucionada com o provimento da professora, em 28 de março de 1835 com portaria de 16 de setembro de 1836. Nesse processo de implantação da cadeira, podemos chegar à deduzir a confluência de pelo menos duas questões de ordem: a inserção de meninas na escola pública e a entrada de mulheres como regentes de aulas públicas¹⁰⁷. Dizemos “deduzir”, porque, como nos disse Eliane Marta Teixeira LOPES, “(...) é delicada e difícil de ser captada e apreendida a trama que vai se tecendo, que vai sendo tecida em torno da educação da mulher, da formação da professora, em Minas Gerais no século XIX. Os diferentes fios que compõem essa trama precisam ser buscados.” (LOPES, 2003, p. 55).

¹⁰⁶ Não foi de imediato que a cadeira de primeiras letras para as meninas começou a funcionar. Após a aprovação do nome da professora, passou-se a enfrentar o problema com o exame da professora que, como era viúva, não poderia se dirigir sozinha até a cidade de Ouro Preto para prestar o exame. “(...) deliberou a Camara representar ao Ex^{mo} Presidente a necessidade de ser provida a Cadeira de Meninas desta Villa para a qual tinha a precisa idoneidade D. Marianna Anna da Assumpção, que talvez não tenha solicitado pela impossibilidade de ir á Capital, quando perante o Delegado pode fazer o seo exame, como [ordenara] o Vr Presidente.” (CMS. ATA.06, 10/07/1835, Folha 118).

¹⁰⁷ Cecília Vieira Nascimento vem desenvolvendo em seu doutorado na FaE/UFMG uma tese sobre as trajetórias de professoras em Sabará no século XIX.

Não é nossa intenção nesse trabalho buscar reconstituir fio por fio dessa trama, mas podemos apontar para alguns elementos que a compõem. Através da declaração dos vereadores de 1828 e do Fiscal Manoel Joze Gomes Rebello, é possível constatar a prática, pelo menos nas famílias mais abastadas, da instrução das meninas em suas próprias casas. Dessa maneira, justifica-se o Fiscal, em seu relatório, da importância da criação de uma cadeira de Primeiras Letras exclusiva para o *sexo feminino* na vila de Sabará.

Outro movimento ao qual se ligou a atuação da Câmara referente a instrução foi a relação estabelecida com os professores. Não foram poucos os professores que passaram pelas cadeiras da Câmara de Sabará ao longo do século XIX, muitos deles exercendo atividades relacionadas à administração escolar, relações essas que merecem um investimento em pesquisas. Apontaremos a seguir algumas dessas relações.

Se os vereadores e outros funcionários ligados à administração municipal demandavam por escolas, professores também se movimentavam nessa mesma direção. Como foi o caso do professor Victor [Renault], professor¹⁰⁸ particular da vila de Sabará nos anos de 1835. Ele que, por ensinar *a mocidade com publica aceitação* e por possuir *sempre* uma *regular* conduta, solicitava à Câmara o atestado de suas qualidades junto ao presidente da província. Essas qualidades atestadas deveriam estar acompanhadas por pedido da instituição na qual se observasse a necessidade de criação de uma escola de *terceiro grau*. Argumentos aceitos, a Câmara aprova a solicitação e decide fazer o pedido de criação da escola (CMS ATA 06, Folha 122, 11/07/1835).

Não sabemos quais eram as intenções reais desse professor, se queria apenas garantir uma fonte segura para o exercício do seu trabalho¹⁰⁹ ou se queria dotar a Vila de uma cadeira desse nível de instrução devido necessidade de instruir a *mocidade* - ou por ambos os aspectos.

O pedido desse professor ajuda-nos a refletir sobre as possíveis vias do processo de ampliação do atendimento escolar construída numa intensa rede de negociação e relações múltiplas. A circulação de pedidos para a criação de cadeiras de primeiras letras mobilizava uma série de junções e não foram poucos os que tentaram conquistar uma escola para suas localidades. Mesmo sem terem dados precisos de suas populações, juízes de paz, vereadores, fiscais e delegados, empulharam a bandeira da *reconhecida necessidade* da instrução primária

¹⁰⁸ Dava lições de francês e matemática.

¹⁰⁹ Nesse período não foram poucas as reclamações dos vereadores de que a região passava por sérias dificuldades com os altos índices, por exemplo, dos gêneros alimentícios.

e algumas palavras não mais se veriam ausentes das administrações municipais tais como *alumnos*, professores, aulas e escolas.

Mas não eram só as cadeiras de primeiras letras que preocupavam a Câmara. Em 1840 indicava o vereador Joze Lopes da Silva Vianna que a Câmara deveria encaminhar à Assembléia Legislativa Provincial um pedido de estabelecimento das aulas na cidade de Sabará. Ele fazia ver que a Lei provincial n.º 60, que autorizava a criação de aulas de gramática latina, francês, filosofia, retórica, geografia e história nas comarcas não possuidoras de colégios públicos ou particulares, não havia sido contemplada, na cidade de Sabará nem em nenhuma outra vila da comarca. O vereador acreditava que talvez um dos motivos tenha sido o fato de quando da promulgação da lei havia *em hum canto da Comarca o Colégio da Serra do Caraça*, que estava fechado a tempos e sem *esperança* de que fosse reaberto *tão cedo*. Dessa forma, estava “a mocidade deste Município privada do beneficio outorgado pela citada Lei” (CMS ATA 08 Folha 129V-130, 13/11/1840).

A necessidade de constituir uma rede mais ampla de escolas não caminhava necessariamente como o proposto. As dificuldades financeiras que atingiam outros setores, como já tratado aqui, atingiam também o processo de instrução.

Em correspondência encaminhada ao vice-presidente da província, comendador Jose Pedro Dias de Carvalho em 1848, os vereadores de Sabará apresentavam um sério problema com a manutenção de uma escola de primeiras letras no distrito de Congonhas do Sabará. A presidência da província alegava não poder custear a escola e sugeria à câmara que providenciasse, junto à população, subscrição para que essa escola continuasse funcionando. Como era ressaltado pela Câmara, os resultados com subscrições não tinham muito efeito entre a população, sendo um dos motivos do *cansaço* do povo com contribuições e subscrições:

Foi presente a Camara Municipal desta Cidade o Officio de V. Ex.^{cia}, datado de 21 de Fevereiro próximo passado, no qual communica, que achando-se João Vaz de Mello Junior provido legalmente na Cadeira de 1º gráo de instrucção primaria de Congonhas de Sabará, e tendo de rege-la conforme o mettodo adoptado na Escola Normal d’essa Cidade, e que por ser muito dispendiozos os utensis e arranjos para a mencionada Cadeira e o estado actual dos Cofres Públicos não permittindo que estas dispezas sejam feitas por elles, e vista a utilidade que resulta ao Publico deste mettodo de instrucção primaria, a Camara promova huma Subscrição. A Camara tomando em consideração fará o que poder para ter effeito tão util estabelecimneot, podendo desde já informar a V. Ex.^{cia} que muito pouco poderá obter pela subscrição, por ter promovido outras também de grande utilidade, e não ter optido quaze nada, por estar o povo cançado pelas contribuiçoens, e Subscriçoens. (SP PP 1/33, Cx. 246, Pac. 18, 10/03/1848).

No âmbito da administração provincial, o presidente da província Antonio da Costa Pinto em sua fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial, em 1837, demonstrava que a província mineira era vasta e pouco habitada. Para solucionar o problema vinha defender o entrelaçamento entre a *ilustração*, a ocupação da população em *trabalhos úteis* e as *casas de caridade*, que seriam os meios que levariam a província à conservar a *saúde pública* e à aumentar a longevidade, levando ao aumento progressivo da população.

O Presidente dizia ainda que era preciso investir na *reforma dos costumes*, o que demandava tempo, mas *que haveríamos de conseguir a pouco a pouco*. Para ele, as leis executariam essas medidas que, *se fossem pontualmente executadas*, levariam a província a ter os mais *vantajosos resultados*. A luta seria árdua para combater os efeitos *terríveis* que a *immoralidade* provocava. Era preciso conhecer bem as causas dessa *immoralidade* para que fossem dominadas com todo *sucesso*, colocando a província nos caminhos do desenvolvimento (PINTO, 1837, p. XV).

Em busca do entendimento dessa proposição do presidente Antonio da Costa Pinto, concordamos que

depois da Independência, a afirmação do Estado e a construção da Nação estavam intimamente relacionadas à capacidade de fazer valer, no Império Brasileiro, o império da lei. Na perspectiva iluminista abraçada por intelectuais e políticos mineiros, esta questão estava diretamente relacionada à escolarização da população pobre e livre. Assim no legislativo, na imprensa e em diversas outras instâncias sociais, discutia-se a necessidade de educar e instruir o povo para garantir a ordem social. (INÁCIO [et al.], 2006, p.8).

Levamos também em conta que pode se encontrar na fala do presidente Antonio da Costa Pinto temores que há muito tempo atemorizavam os administradores da província: o medo do nomadismo, dos levantes e das insurreições. E ainda consideramos o período de intensos debates no âmbito político, tanto provincial quanto do império, conforme afirma Regina Horta Duarte (1995):

a partir das discussões em torno do controle de uma população inquieta e heterogênea, de homens que se distribuíam incontrolavelmente por um território imenso e praticamente desconhecido, delineia-se a força do discurso conservador, no qual se relacionavam as instituições descentralizadas da Regência às imagens de anarquia política e social e de ineficácia administrativa. Numa sociedade carente de hierarquia e organização, estariam sendo favorecidos os trajetos imprevisíveis e desordenados de mestiços, vadios e negros fugidos ou libertos. (DUARTE, 1995, p. 43).

Tendo escolas, como fiscalizá-las? Era preciso aprender. Esse processo de aprendizagem demandava desses homens públicos constantes interlocuções com os administradores provinciais. Em 1831, os vereadores queriam, por exemplo, orientação de como procederiam para averiguar o *bom trabalho* do professor de gramática latina¹¹⁰ da vila - Padre Mariano de Souza Silvino¹¹¹ - e o adiantamento dos alunos.

Nesse processo de fiscalização, os relatórios dos fiscais eram essenciais, pois eram através deles que os vereadores ficavam informados da situação de instrução do Termo. Os relatórios dos fiscais do distrito da Lapa informavam que mesmo tendo *1:600 almas* não existia nenhuma escola no local; os do distrito de Santa Quitéria traziam a notícia de existir duas escolas, uma pública e outra particular, tendo a pública mais de 30 alunos de ambos os sexos, e a particular com 10 alunos; e no arraial de Lagoa Santa, com uma escola publica, o fiscal relatava que o professor havia dado conta das dificuldades enfrentadas por alguns alunos e que não tinham papel para utilizar nas lições.

Como já abordamos, a movimentação política no ano de 1831 foi intensa e havia a preocupação com a existência de *partidos desorganizadores* na vila de Sabará, o que levou os membros da Câmara, provavelmente influenciada pelas discussões da *Sociedade Pacificadora*, a tomarem algumas medidas de *prevenção* contra uma possível *revolução*, como a criação da Guarda Municipal.

No que diz respeito às escolas, o vereador Pedro Gomes Nogueira, atribulado com a repercussão das *faiscas* e dos *desarticuladores*, apresentou uma proposta a qual versava sobre a aquisição de exemplares da Constituição do Império. Segundo ele, os pais de alunos de escolas públicas e particulares de famílias abastadas e das que não fossem *reconhecidamente pobres*, deveriam ser *obrigados* a ter um exemplar da Constituição para a admissão nas escolas. Os professores deveriam também ser obrigados a transcreverem artigos da Constituição *para servirem de tractados*, de modo que os alunos aprendessem as *doutrinas constitucionaes* e tivessem melhor entendimento do Código de Posturas do município.

¹¹⁰ A cadeira de Latim foi criada pela provisão da Mesa da Consciência de 23 de setembro de 1780. Saint-Hilaire, da sua passagem por Sabará assim falava sobre o professor de latim que ali encontrou: "(...) entre as pessoas que vi em Sabará posso citar o professor de gramática latina, aí destacado em virtude da lei que determina que cada cabeça de comarca tenha um professor de latim pago pelo governo. O professor de Sabará era um homem bem educado, formado pela Universidade de Coimbra. Além do seu curso de latim, lecionava filosofia racional e moral, no que era pago pelos seus alunos; ele teve a bondade de ler para mim sua aula inicial" (SAINT – HILAIRE, 1974, p. 77). O autor ainda fala que o discurso proferido pelo professor era carregado de eloquência e que agradecia demasiadamente a acolhida recebida dos sabarenses. Não tivemos ainda condições de descobrir o nome desse professor.

¹¹¹ Esse professor, nomeado por portaria de 28 de fevereiro de 1822, ficaria no exercício do magistério até sua morte em 1844, quando seria substituído por Francisco de Paula Rocha. Lembramos que Marianno de Souza Silvino foi presidente da Sociedade Pacificadora Philantropica Defensora da Liberdade e Constituição e da Irmandade de Misericórdia de Sabará.

Proposta aprovada passou os fiscais do município a fiscalizarem o seu cumprimento, como demonstra o fiscal da vila de Sabará, Francisco Vitorino da Costa Vianna, em uma de suas inspeções: As “(...) Escolas desta villa vão progredindo, e o Mestre publico prosegue com zelo na instrução da mocidade, fazendo que se leâ a Constituição do Imperio” (CMS ATA 06, Folha 21, 18/07/1834).

Alguns anos depois, o Fiscal Caetano Jozé [Coutinho] da Fonseca acrescentava mais um item para a fiscalização, o relativo a alterações no código de posturas do município. Em suas palavras, “na Escola publica de 1^{as} Letras se tem observado a recommendação da Ill. Camara com a leitura da Constituição do Imperio, e perssuadido que convirá, que também os alummos se devem instruir na Reforma a pouco publicada nesta Villa, tenciono exigir se do respectivo Professor, quando obtenha a vossa aprovação” (CMS ATA 06, Folha, 55V - 13/10/1834).

Uma comissão da Câmara, no ano de 1832, formada por três vereadores (Ignácio Antonio Cezar, Pedro Gomes Nogueira, Bento de Faria Sodré), apresentou seu parecer sobre procedimentos que deveriam nortear a avaliação dos exames escolares. Em quatro artigos expunham que:

A Comissão encarregada de emmittir o seo parecer sobre os exames dos alumnos da Aula de 2^{as} letras, tempo e forma da quelles, he do voto seguinte.

Art.o 1.º, Que os sobre ditos exames se fação nas epocas marcadas p.^a os dos 1.^{as} Letras, e com a mesma publicid.^e e formulas, que entre huma e outra Aula forem compatíveis.

Art.o 2.º, Que p.^a semelhantes exames nomeie esta Camara huã Comissão de dous, ou tres Cidadãos assim Seculares instruídos em latim, e Gramática como de [Eclesiásticos].

Art.o 3.º, Que a Comissão faça construir p.^f hum dos alumnos os pontos que lhe parecer ao pé da letra, e fora della, ou vice versa, procedendo a regencia das oraçoens, que forem vertidas inteirando a das partes, que tiverem occultas / sendo figuradas / e levando a total perfeição, bem entendido, que a Construção deverá ser feita digo ser dos livros pelos quais ja tenha o estudante passado.

Art.o 4.º, Que [errar] argumentar atrazados, muito principalmente sintaxe, gastando com estes exercicios as oras destinada p.^a a doutrina a doutrina das Aulas, participará a Comissão o resultado de sua incumbencia, de forma, que se conheça o adiantamento dos indivíduos occupados a instrução, e quaes os que se distinguem nella, e para este conhecim.^o he justo, que não seja só hum o que desempenhe as funções deste art.o e do 3.º, não se esquecendo de fazer destinar nomes, conjugar verbos, e ordenar algumas oraçoens pela activa, e passiva com as mesmas partes. (CMS ATA 04, Folhas 179V e 180, 13/07/1832).

Se por um lado os vereadores cobravam dos fiscais atenções na observância das leis, não ficavam esses isentos também de enviarem informações aos delegados do círculo

literário. Nessa relação entre vereador, fiscal e delegado do círculo, temos ainda a figura dos juízes de paz. A ligação entre esses indivíduos amplia, ainda mais, nosso olhar para a constituição da rede de estruturação de escolarização nas suas dimensões legais e política. A demora em retornar os questionamentos, por parte dos fiscais, e a falta de mapas que auxiliassem no trabalho, eram colocadas como sérios obstáculos na prestação de informações pelos vereadores.

A Câmara tornava-se elemento essencial para o trabalho dos delegados do círculo literário. A ela se recorria para averiguar o cumprimento da legislação escolar, como estava previsto na Lei de nº 13, de março de 1835. No artigo trigésimo primeiro, as câmaras municipais podiam solicitar aos delegados dos círculos literários que fizessem vistas às escolas do município.

No Regulamento de nº 3, de 22 de abril de 1835, no capítulo nono *Da inspecção das Escolas pelas Camaras Municipaes* cabiam às Câmaras:

Art. 75.º As Camaras Municipaes exercerão a inspecção das Escolas de primeiras Letras, que a Lei lhes incumbem por si, ou por seus Delegados, e Visitadores, que se dirigirão pelos Regulamentos, que lhes elles derem.

Art. 76.º Os Professores são obrigados à fornecer às Camaras Municipaes todos os esclarecimentos, que ellas exigirem sobre o ensino da Mocidade nas respectivas Escolas.

Art. 77.º As Camaras Municipaes communicarão aos Delagados, quando o entenderem conveniente o estado das Escolas de seus Municipios, o seu juizo sobre os Professores, e as providencias, que julgarem necessarias para o bem da instrucção primária.

Igual participação farão ao Governo da Provincia. (Regulamento nº3 de 22 de abril de 1835).

Toda essa legislação provincial dava norte ao artigo 70 da Lei de 1º de outubro de 1828, a qual imputava às câmaras municipais o encargo da fiscalização das escolas de primeiras letras. No código de posturas do artigo 32, determinava a Câmara:

para se tornar efficaz a inspecção das escolas de primeiras letras cumpre que os Fiscaes se encarreguem de velar sobre este importante ramo da administração da Camara, e lhe proponhão os melhoramentos, de que he susceptivel, a fim de auxiliar quanto estiver ao seo alcance a prosperidade, e augmento destes estabelecimentos, e que afiacem o desenvolvimento rapido da instrucção primaria (CMS – 021 Rol. 03 Gav. F – 6V, 1829).

Essa discussão dos vereadores leva-nos a perceber elementos importantes da concepção do papel da instrução para o *progresso* do Termo. Podemos apreender o conhecimento dos sujeitos envolvidos no processo de administrar o município, a noção sobre suas obrigações legais, como era feita a inspeção das escolas de primeiras letras e qual o

direito previsto na constituição imperial acerca da instrução primária. É possível ainda identificar qual a melhor posição para se fazer ouvir e para ser atendido nos direitos direcionados aos que viam como possibilidade o *desenvolvimento*.

A menção desses vereadores nos possibilitou ainda apreender o movimento das discussões existentes na Câmara que perpassou todo o período estudado. Sem dúvida, a temática da instrução não passou despercebida pelos administradores locais, ainda que em alguns períodos ela não tenha sido enfaticamente abordada. No combate à *ignorância*, esses vereadores queriam se firmar em princípios ilustrados, vistos nos modelos das *gentes mais distintas*, a fim de administrar o município, seja pelas obrigações legais, seja pelo interesse em aumentar a *civilização dos povos* e o aumento do amor à *Nação*.

Acreditamos que a atuação da Câmara foi relevante para o processo de escolarização de Sabará. A instrução pública foi, para esses vereadores, motivo de constante aprendizado. Foi preciso conhecer, aprender e discutir sobre algo que exigia, cada vez mais, a atenção do corpo administrativo.

Se tivéssemos acesso a produções de alunos da época, poderíamos confrontar, por exemplo, se dentre as atividades escolares desenvolvidas continham preceitos e orientações dessa instituição, tais como estava previsto no código de posturas em 1829:

Artigo 33. Desde já se exortão os Pais de famílias abastados a dar a a seos filhos exemplares da constituição do Imperio; para serem lidos nas Escolas, sempre os Professores julgarem conveniente, a fim de que os alumnos passando aos primeiros elementos da sciencias se tenham de idade tenra imbuído nas theses do Cathecismo Político da Nação, de que hum dia formarão parte interessante, e fundada sobre o conhecimento de direitos a manter, e deveres a cumprir direitos, e deveres, que formão o espírito Nacional é qualificação o caracter honrado do Cidadão Brasileiro. (CMS – 021 Rol. 03 Gav. F – 5, 1829).

Como veremos no próximo capítulo, dentro da dimensão da instrução primária estava um segmento da sociedade que merecia os olhares dos administradores municipais, cuja atribuição e trajetória vinha desde os tempos de colônia: a responsabilidade com órfãos pobres e especialmente com os expostos. No mesmo artigo 70 da Lei de 1º de outubro de 1828, que se incumbia da inspeção das escolas primárias, estava posto que essas escolas também precisavam ser responsáveis pela *educação, e destino dos orphãos pobres, em cujo numero entram os expostos*.

Capítulo 3

OS DESVALIDOS DA SORTE SOB OS OLHOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SABARÁ

3. 1 – Cuidar para não degenerar

O viajante Saint-Hilaire (1978), na sua passagem por Minas Gerais entre 1816 e 1822, afirmou que dentre as obrigações das câmaras, uma das mais onerosas era o cuidado com as crianças expostas (SAINT-HILAIRE, 1978, p.219). O autor traz para nós a visibilidade dessa problemática entre a população mineira no século XIX. Como a Câmara Municipal de Sabará lidava com essa questão? Os expostos eram de fato problema? Neste terceiro capítulo, acompanharemos as considerações feitas pelos vereadores da Câmara em relação aos seus expostos e as medidas propostas para a institucionalização dessa categoria.

Os expostos, como uma das atribuições das câmaras, não eram foco de preocupação somente dessa instituição. Da mesma forma, os governos provinciais, em maior ou menor grau, introduziam em suas agendas a necessidade de assistir as crianças e jovens inseridos nessa condição. Sentimentos de caridade? De filantropia? Medo de que pudessem revoltar-se contra a “pátria” que não os “acolheram”? É difícil pensar em uma só dessas questões, pois muitas vezes esses sentimentos aparecem de forma ambígua. Dever de cristãos; dever humanitário; responsabilidade da sociedade *ativa*; recompensas, necessidade do Estado.

Nessas interfaces, junta-se o fato de que diversos interessados nessa questão se agregaram, formando sociedades com orientações diversas, centradas especialmente na questão religiosa e filantrópica no intento de ordenar a vida de crianças *desvalidas*, do pobre, de desvalidos, de enfermos *indigentes*. Desse processo não se dissocia a problemática da constituição: da família nuclear; dos Estados; e do desejo de formar uma sociedade alicerçada na moral e na *ilustração*.

Francisco J. C. Falcon (1989), ao tratar do Iluminismo, aguça nossa atenção para aspectos pragmáticos desse movimento, que buscava, além de difundir idéias, colocar em prática *ações* que modificassem *a realidade existente*. O autor reuniu essas práticas em quatro grandes pontos: *pedagogia, tolerância, humanitarismo e utilitarismo* (FALCON, 1989, p.66) Detenhamo-nos aqui aos três primeiros tópicos. A *pedagogia* constituiria, para o autor, numa

verdadeira força motriz de propagação dos pensamentos iluministas. Nesse sentido, conforme Franco Cambi (1999), a *pedagogia do iluminismo*

De Locke a Diderot, de Condillac a Rousseau, de Genovesi a Kant, de Basedow a Pestalozzi (ao primeiro Pestalozzi) toma corpo na Europa uma nova pedagogia teoricamente mais livre, socialmente mais ativa, praticamente mais articulada e eficaz, construída segundo modelos ideais novos (burgueses: dar vida a um sujeito-indivíduo e recolocá-lo, construtiva e ao mesmo tempo criticamente, na sociedade) e orientada sobretudo para fins sociais e civis (CAMBI, 1999, p. 330).

A *tolerância* seria, de acordo com o Iluminismo, envolvida por uma associação com uma obrigação *moral*, ligada estruturalmente à razão humana. O *humanitarismo*, no seu viés de *humanidade*, abrigaria no seu interior a crença na força do “(...) sistema das leis e no poder legislador como capazes de assegurar a virtude e a felicidade dos homens”. Esse sistema, se construído em bases da racionalidade, seria justo e, desse modo, refletir-se-ia na promoção do *bem-estar* de todos (FALCON, 1989, p.68). Sobre essa ótica, as punições a crimes, por exemplo, deveriam cada vez mais se livrar de atos de tortura; as prisões precisavam ser mais humanas; era preciso “(...) fazer da prisão um lugar mais voltado para a educação do que para a punição” (FALCON, 1989, p.69). Duas outras noções, dentro do sentimento de *humanidade*, teriam, de acordo com Falcon (1989), merecido especial atenção dos iluministas: filantropia e beneficência.

Na filantropia, estaria intrínseca a capacidade de exprimir atitudes e sentimentos de amor a todos os seres humanos, que conforme Falcon, se respaldaria nos “(..) sofrimentos e necessidades” do outro (FALCON, 1989, p. 70). Assim, a pobreza, o abandono, a fome, a mendicidade, o desempregado passariam por uma releitura no caráter da assistência. Como afirma o filósofo e filantropo Barão de Gerando (1999), nas primeiras décadas do século XIX, “a infortuna é uma grande, difícil e passageira educação. A riqueza é uma grande responsabilidade. A virtude aparece, guiada pela piedade a educação encontra um guia; a responsabilidade se converte em mérito” (DE GERANDO, 1999, p.6)¹¹².

E a beneficência? Fazer o bem. Colocar em prática o *sentimento humanitário* e também a *atitude filantrópica* (FALCON, 1989, p.76). Criar estabelecimentos para cuidar de: crianças abandonadas, idosos, doentes e desempregados, observando, para isso, a *verdadeira indigência* merecedora desses “benefícios”. E nessa direção, estaria a afirmação de De Gerando de que *dar é amar*, e *receber* consistia em *aprender a amar* (DE GERANDO, 1999,

¹¹² Tradução livre. “L’ infortune est une grande, difficile et passagère éducation. La richesse est une grande responsabilité. La vertu apparaît, guidée par la pitié; l’ éducation trouve un guide; la responsabilité se convertit en mérite” (DE GERANDO, 1990, p.6).

p.6). Mas também não podemos nos esquecer que nessas práticas há uma *ambigüidade ou ambivalência*, pois, “(...) ao lado das intenções conscientes ditadas pelo sentimento filantrópico, perpassam objetivos menos explícitos ou conscientes, mas não menos reais: o controle, a ordem, a disciplina, os novos saberes, um novo conceito de trabalho” (FALCON, 1989, p.78).

Em estreita relação com o conjunto de *desafortunados*, está a presença das Santas Casas, tanto da parte legal como do próprio imaginário social e religioso das instâncias de assistência. Desse modo, em Minas, essas instituições exerceram papel importante; ainda que não oferecessem atendimento para todos, indicavam alguma perspectiva de socorro. Ao estudar, as “falas” e relatórios de presidentes da província mineira, acompanhamos estreitas articulações entre saúde pública, santas casas e cuidados com expostos.

Em “fala” dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, na abertura da sessão ordinária de 1843, o presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa, no subtítulo *Expostos*, afirmava que, ao procurar informações a respeito desse grupo, ficara sabendo que pouco se fazia na província por eles. Considerava, portanto, que não havia, na província, administração como se exigia para tal situação que se observava em outras localidades. Para o presidente,

He este hum ramo importante, a que he preciso prover, dando existencia a huma casa de expostos na Capital, e regulando o modo, por que devem ser recebidos, tratados por toda parte. Talvez se não tenha sentido a necessidade de providencias á este respeito, que podendo ser prova de grande moralidade tambem o pode ser da pouca importancia dada a essas fraquezas (ANDREA, 1843, p.66).

Outros presidentes haviam se manifestado sobre essa questão. Em relatório encaminhado ao Conselho Geral da Província, em 1830, o presidente Marechal José Manoel de Almeida constatava: *não ha cazas de meninos orphãos*, destacando que existia apenas um estabelecimento que recebia órfãos, o *Recolhimento de Macaúbas*, o qual era administrado pela *Repartição Eclesiastica*. José Manoel de Almeida não perdeu a oportunidade de lastimar a situação difícil que as santas casas e os hospitais de caridade da província passavam. Nesse mesmo documento, afirmava: “tendo a Lei incumbido as Câmaras o cuidado dos expostos, convem providenciar amplamente, estabelecendo Cazas d’Officinas, para serem admitidos a ellas, depois de creados” (ALMEIDA, 1830, F.6).

Dois anos depois, o Presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza, em relatório ao referido Conselho, apontava para problemas como a questão da saúde pública que, segundo ele, era *objecto de primeira solitudine entre as Nações Civilizadas*. No bojo das discussões

sobre saúde pública, cotada como um elemento de demonstração de civilidade, vinha outro assunto que também poderia enquadrar-se nessa perspectiva, o cuidado com os expostos. Ressaltava que: “não temos uma só Caza de criação d’Expostos, e ainda que algumas Camaras tenham mostrado algum zelo a este respeito, abandonados depois á miseria, e sem que se cure de sua educação social, deixão de ser Cidadãos uteis” (SOUZA, 01/12/1832 F. 5 – APM - OR PERI 0012 Séc. XIX).

Era preciso educar socialmente esses *desafortunados da sorte*, dar-lhes uma utilidade. É então proposto pelo Presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza que, em decorrência da falta de artífices para execução de determinadas atividades, fossem os expostos encaminhados a algum ofício:

Tambem me parece conveniente, visto a falta, que sentimos de Artistas, que os Expostos, depois de tocarem a idade de sete annos, em que deixarão de ser socorridos pelas Camaras, se confiem a Mestres, ou directores de Officinas, que se responsabilisem pelo ensino, fazendo-os aprender a ler e escrever obrigando-se aquelles reciprocamente a lhes prestarem serviços em remuneração por um praso razoavel (SOUZA, 01/12/1832 Folha 5 – APM - OR PERI 0012 Séc. XIX).

A justificativa de que era necessário cuidar da *educação social* dos expostos, de modo que poderiam suprir a falta de mão-de-obra para ofícios, pode também ter outro viés: evitar que, após os sete anos, e fora do olhar da administração, viessem a aumentar o quadro daqueles classificados como sem ocupação, como afirmava o presidente:

A falta de braços pela cessação do trafico da escravatura, faz sentir a urgente necessidade de se obrigar ao trabalho grande numero de vadios, que divagão pelas grandes e pequenas povoações e é mister o maior cuidado na policia urbana, e rustica, para que os Artistas, e Jornaleiros, não o seão só em nome (SOUZA, 01/12/1832 Folha 8 – APM - OR PERI 0012 Séc. XIX).

Ao evidenciar a ausência de casas que abrigassem expostos e órfãos pobres, de modo geral, mesmo na tentativa de adequar-se a uma legislação, percebemos que esse assunto não passava despercebido. Um dos grandes problemas estava não só no fato de criar as crianças até a idade de 7 anos, mas sobretudo o que fazer com aqueles que a ela ultrapassavam. Era necessário torná-los de alguma forma “proveitosos” para a sociedade.

O presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza apontava para outro aspecto, que deve ser levado em consideração: a preparação de expostos em algum ofício não se deveria restringir ao aprendizado do ofício, como, por exemplo, sapateiro. Recomendava-se que essas crianças tivessem, nessa formação, o aprendizado de duas ferramentas importantes para uma província que queria ampliar seu nível de instrução: a aquisição da leitura e da escrita.

Observamos que, nos dois relatórios, após tratarem da questão dos expostos e órfãos pobres, vem à tona a questão dos vadios. Era preciso torná-los úteis, como também evitar que cada um deles se tornasse mais um no conjunto dos classificados como vadios. Com a questão da falta de mão de obra escrava, impulsionou-se, ao mesmo tempo, esse movimento de preparação de crianças expostas para o trabalho.

Preparar os expostos para o trabalho era também motivo de discussões no Império. Irma Rizzini (2004), ao tratar da questão do ensino profissional voltado para meninos expostos e/ou pobres, argumenta que, nas primeiras décadas do século XIX, vivia-se no Brasil momento de disseminação do modelo das casas voltadas para o ensino de algum ofício (RIZZINI, 2004, p.158). Para a autora, “o ensino de ofícios no Brasil adquiriu no século XIX um novo sentido, com a constituição do Estado nacional, deixando de ser exclusivo ao ambiente doméstico e às poucas corporações de ofícios instaladas” (RIZZINI, 2002, p.160).

Por outro lado, à medida que atividades relativas aos ofícios mecânicos eram vinculadas à condição de escravo, os praticantes desses ofícios teriam sofrido um processo de discriminação:

Compreender as relações mantidas entre setores públicos e privados das cidades, com suas instituições de ensino de ofícios, é uma das estratégias para explicar a manutenção ou fechamento de tais instituições. O disciplinamento das classes populares, a partir da educação de suas crianças também foi um objetivo importante destas instituições que não pode ser ignorado. A ‘innoculação íntima do amor ao trabalho’ é um mote que aparece insistentemente nos regulamentos dos asilos e nos escritos dos seus defensores. A obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade dos costumes constituem objetivos importantes dos orfanatos para desvalidos (RIZZINI, 2004, p.163).

Podemos estabelecer paralelos com o discurso do presidente Marechal José Manoel de Almeida, quando, na Assembléia, chamava a atenção para a necessidade de se criar casas de correção, pois “é mui necessario o estabelecimento de cazas de correccão, para chamar á regularidade, e trabalhe os imensuraveis individuos, que se abandonão aos vicios, e á ociosidade, e faze-los proveitosos á Sociedade” (ALMEIDA, 05/12/1830 F. 7 – APM - OR PERI 0012 Séc. XIX).

Mas, para estabelecer tais casas, necessário era conhecer essa população, torná-la legível. Para o presidente Francisco José de Souza Soares d’Andrea, era preciso tomar medidas para o *tratamento dos filhos do erro*. Porém, o desconhecimento dessa *classe de infelizes* dificultava medidas “mais eficazes”. Alegando que não pudera solicitar a tempo informações adequadas para que se identificasse a situação dos municípios mineiros no

tratamento dos expostos, elogiava a atuação da Santa Casa de São João del Rei; por *desvelo*, tinha *mais profícuas medidas* no atendimento dos seus expostos:

observo que desde o ano de 1836 tem as leis provinciais consignado ás câmaras municipaes diversas quantias para tratamento de expostos, sendo o total até o fim do anno financeiro de 1843 a 1844 23:326\$, e posto que esta assembléa esteja mais habilitada para na tomada de contas verificar se taes consignações tem sido devidamente applicadas, eu tambem trato de exigir pela minha parte os precisos esclarecimentos sobre este objecto, certamente mui digno dos desvellos do governo (ANDREA, 1843, p.9).

Como parte da organização das estatísticas provinciais, com base em legislação¹¹³ do ano 1834, as Assembléias Legislativas de cada província tinham a incumbência de organizar suas estatísticas. Em Minas Gerais, a Lei n.º 46 de 1836 buscava, assim, colocar ordem em seus dados estatísticos (BOTELHO, 1998).

1836 e 1837 foram anos em que a administração provincial buscou localizar e conhecer a situação dos seus órfãos, expostos e órfãos pobres. Não podemos deixar de mencionar que essa busca por dados populacionais estava ligada a uma amplitude maior, pois os demais habitantes também foram objetos de mapeamento. Nesse processo, os juizes de paz viram-se diante de constantes ordens para executarem levantamentos da população – expostos, órfãos – que precisava ser “cuidada” pelo Estado.

Foram freqüentes as reclamações desses homens para cumprirem tais tarefas. O não envio das relações de expostos e órfãos por esses juizes parece ser um indício de que essas relações apresentam possíveis obstáculos enfrentados pelos juizes no cumprimento das ordens. Um desses obstáculos, talvez, tenha sido a não declaração da existência principalmente dos expostos entre as famílias. Outro fator seria a vasta extensão do território mineiro, o que dificultava as diligências, sobretudo na área rural.

Uma Comissão municipal, encarregada pela Câmara de Sabará para observar o cumprimento de portaria provincial do ano de 1836, constatou que, no município, a situação dos órfãos pobres e dos expostos não era das melhores. Segundo os membros da Comissão, as providências da lei não eram suficientes para resolver o problema. O maior empecilho apontado pela Comissão recaía mais uma vez sobre a ausência de auxílios financeiros, a qual, no caso dos órfãos pobres, inibia as pessoas no ensino de algum ofício a esses órfãos, uma vez que queriam receber pagamento para correspondente trabalho. A Comissão apresentava ainda a informação de que, mesmo os órfãos que possuíam bens, encontravam às vezes problemas para conseguirem um tutor que se responsabilizasse por sua educação, o que exigia do juiz

¹¹³ Lei n.º 38 de 03 de outubro de 1834 e Ato Adicional também do mesmo ano (BOTELHO, 1998, p.38).

dos órfãos medidas legais para obrigar alguns tutores a exercerem essa responsabilidade (CMS ATA 07 Folha 70 e 70V, 30/12/1836).

Além da observação dessa Comissão, o próprio juiz dos órfãos da época, Francisco de Paula Pereira, apresentava também suas queixas ao presidente da província – Antonio da Costa Pinto. O juiz tentava mostrar ao Presidente que a dificuldade para completar o mapeamento dos órfãos e expostos decorria de muitos problemas, como a falta de informações dos juízes de paz e a ausência de uma instituição que acolhesse os mais pobres. Com isso, a criação desses *desvalidos*, cada vez mais, tornava-se difícil. Alguns dos mais velhos sobreviviam pela “proteção” de fazendeiros para quem trabalhavam (PP 1/18 CX. 271, 30/12/1836, Pac. 42). Na ocasião, o juiz enviou dois mapas com levantamento dos órfãos do termo da Vila de Sabará. Um desses mapas correspondia aos órfãos que possuíam algum recurso (herança). Nesse mapa, identificava-se: filiação, tutores, curadores e a especificação dos valores dos bens com seus respectivos rendimentos. Os registros dos órfãos correspondiam ao período de 1818 a 1836.

No início de 1837, o juiz dos órfãos, Francisco de Paula Pereira, encaminhou ao presidente da província mineira o registro do *Mappa dos Órfãos* do termo de Sabará que possuíam pouco ou nenhum recurso financeiro. Indicava o juiz que os registros não eram completos, pois não havia recebido todos os mapas dos juízes de paz (PP 1/18 CX. 271, 25/01/1837, Pac. 44).

A organização do mapa¹¹⁴ permitiu que observássemos que, no que diz respeito aos órfãos pobres, seguia-se, de certo modo, a orientação do Livro I das Ordenações Filipinas, § 16¹¹⁵, título 88. No mapa, consta o registro de 80 “processos” de um total de 214 órfãos. Nesses “processos”, é possível identificar (74%) de nomes dos pais e mães, (24%) com o nome da mãe; os (2%) restantes dividem-se com informação do nome do pai ou nenhuma referência aos progenitores.

Dos órfãos apresentados, identificamos algumas atividades desenvolvidas por eles, que provavelmente garantiam a sobrevivência da maioria. 11 órfãos eram aprendizes de primeiras letras, dentre os quais, uma menina. O órfão que possuía 200\$000 réis aprendia latim, e os demais órfãos (meninos) exerciam o ofício de caixeiro, tropeiro, faisgador, jornaleiro, caminheiro, ferreiro, alfaiate, carpinteiro; ou trabalhavam na lavoura. Dos que

¹¹⁴ A divisão do mapa desses órfãos seguia a seguinte organização: *nomes dos orfaos; nomes dos paiz; nomes dos tutores; nomes dos mestres; officios a que se applicão; valor dos bens; observaçoens.*

¹¹⁵ Os órfãos filhos de oficiais mecânicos deveriam ser encaminhados para aprenderem os ofícios de seus pais, “ou outros, para que mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos, segundo sua disposição e inclinação”. Dever-se-ia fazer contratos públicos com os mestres, os quais, por sua vez, deveriam, em determinado tempo, ensinar-lhes o ofício. Tendo algum bem, caberia empregá-lo no serviço dos mestres (Ord. Livro I).

viviam de *lavoura*, há a possibilidade de que viviam em “melhores” condições, porque alguns possuíam uma pequena *rocinha*, além de um ou dois escravos. Dependiam da lavoura também alguns órfãos com suas mães, que viviam *agregados* em fazendas, vivendo em casas de capim.

Dos 80 processos, há menção aos *poucos bens* dos órfãos. Esses bens são informados em cinco processos. Para os demais, ou indica o juiz que não tinham *nemhum* recurso, ou simplesmente não é indicada nenhuma referência, do que podemos deduzir ter essa ausência de informação raízes na falta de registros atualizados no juizado.

Na coluna que tinha por objetivo indicar os nomes de *mestres* dos órfãos, foram registrados apenas quatro mestres. Desses, três eram professores de primeiras letras (2 padres), e o outro, mestre ferreiro. Na coluna das *observações*, percebemos que a maioria dos órfãos estava em companhia de algum familiar (mãe, tio, tia, avó, avô, madrinha, padrinho), principalmente as meninas. Outros viviam *por esmola* em alguma casa, ou eram *criados por caridade* em decorrência da extrema pobreza.

No levantamento de dados sobre a população, os *mapas dos nascimentos* entram como relevantes instrumentos de conhecimento populacional. Esses *mapas* eram enviados às paróquias e, com base neles, eram organizados novos mapas em nível provincial. A organização da estrutura seguia o modelo abaixo.

Fonte: SP PP 3/1 Cx. 13 Pac. 09, 15/03/1843

CONDIÇÕES, QUALIDADES, E SEXOS		BRANCOS		LIVRES				ESCRAVOS				SOMA	OBSERVAÇÕES
				Pardos		Pretos		Pardos		Pretos			
		Machos	Fêmeas	Machos	Fêmeas	Machos	Fêmeas	Machos	Fêmeas	Machos	Fêmeas		
Baptizados	Legítimos												
	Illegítimos												
	Expostos												
Por baptisar	Legítimos												
	Illegítimos												
	Expostos												
Soma													

116

116 “Mappa dos nascimentos, que tiverão lugar na província de minas geraes durante o ano de 1843, organizado em virtude da lei provincial n.º 46, do regulamento n.8.º” (SP PP 3/1 cX 13 Pac. 09, 15/03/1844).

Além dos dados estatísticos, esses mapas oferecem dados importantes de representações da condição de nascimento das crianças. Os estudos de Silvia Maria Jardim Brügger (2000) e Vanda Lúcia Praxedes (2003) demonstram que, para Minas Gerais, a questão dos nascimentos de crianças fora dos laços matrimoniais submetidos às bênçãos da Igreja foi significativa, principalmente se levarmos em conta o fato de que, em Minas, a mobilidade *espacial* e, em alguma medida, *social*, propiciou uniões sem que houvesse casamentos, influenciadas em muito por dificuldades com o custeio e a organização de documentação para se casar, exigidos pela Igreja.

Tivemos acesso a quatro mapas provinciais de nascimentos, que seguiam modelo apresentado anteriormente. O primeiro é de março de 1844. Do total de 175 paróquias mineiras, foram enviados à administração provincial os mapas de 70, correspondendo a 40%. Por esses mapas provinciais, é possível afirmar que nasceram, no ano de 1843, nas 70 paróquias, 11.911 crianças. Dessas, 179 foram expostas, correspondendo a pouco mais de 1,5% dos nascimentos. Dos 179 expostos, 159 foram batizados, e 20 ainda estavam por batizar. Dos demais nascimentos, 58,5% receberam a classificação de legítimos, e 40% de ilegítimos.

Dois outros mapas referem-se aos nascimentos no ano de 1844. O primeiro apresentado pela Secretaria do Governo é do ano de 1846. Das paróquias da Província, 110 (63,6%) enviaram seus dados. Foram registrados 8.889 nascimentos, dos quais foi exposto 1% das crianças. Dos nascimentos, 67% foram classificados como legítimos e 32%, de ilegítimos.

O outro mapa, de 1846, com o mesmo número de paróquias, apresenta acréscimo considerável. De 8.889 nascimentos registrados no mapa anterior, elevava-se para a cifra de 18.571. O número de crianças expostas registrado aumentava de 101 para 221. Embora com esse aumento, proporcionalmente o percentual não sofria variação significativa, ficando na casa de 1,2%¹¹⁷. Os legítimos, assim, comporiam 66,1% e os ilegítimos, 32,7%. O último mapa corresponde ao período de 1º de julho de 1850 a 30 de junho de 1851. Do total de 23.332 nascimentos em 141 paróquias¹¹⁸, 130 crianças passaram pela exposição, 0,56% dos nascidos. Nesses mapas, verificamos que a maior parte dos expostos correspondia à categoria de *pardos livres e machos*.

¹¹⁷ Não sabemos ao certo qual dos mapas está mais corretos. Essa variação nos índices de nascimento pode ter ocorrido por vários motivos.

¹¹⁸ Na observação, não foram computados os dados de 53 paróquias. Desse total, 37 paróquias não enviaram os mapas de nascimento à presidência da Província, e 18 apresentaram dados referentes ao ano civil e não ao período proposto.

Buscando uma ponte com o que se tem estudado sobre Sabará, verificamos que, Vanda Lúcia Praxedes (2003), em suas pesquisas sobre ilegitimidade na Comarca do Rio das Velhas, encontrou, nos registros de batismo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, de 1776 a 1782, percentuais sobre a exposição de crianças que pode nos auxiliar na comparação dos mapas da Província. A autora trabalhou com quatro categorias nos registros de batismo: legítimos, ilegítimos, expostos, escravos adultos. Com essas categorias, buscou levantar o índice de batismo de cada uma. Conforme Praxedes, 44% dos registros localizados eram de filhos legítimos, 47% de ilegítimos, 5 % de expostos e 4% de escravos adultos (PRAXEDES, 2003, p.101).

Localizamos também um mapa para a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Sabará referente ao primeiro trimestre do ano de 1838. Nele, foram registrados 97 nascimentos de crianças. Desse total, 62,9% de filhos legítimos, 28,9% de ilegítimos. O restante, 8,2%, correspondeu a crianças expostas (MP 11 Pac.22, Doc.3, 1838).

Os índices referentes aos nascimentos classificados como legítimos e ilegítimos da Província, relacionados com os da cidade de Sabará do ano 1838, embora com diferença de seis anos entre esse mapa e os da Província, não apresentam grandes variações. O índice maior de expostos na cidade, apesar de corresponder a um curtíssimo período, assinala para a possibilidade de possuir Sabará uma população mais concentrada no seu núcleo urbano, além da densidade demográfica da própria Comarca. No caso da Província, os índices ficam diluídos ao calcularmos a porcentagem.

Com essas indicações, quisemos sinalizar que os expostos fizeram parte das estatísticas das províncias, e que o levantamento desses dados pode fornecer, para os estudos sobre a criança abandonada no século XIX, importantes referências para a compreensão da sua história.

3.2. Câmara sabarense e seus expostos

Participando-vos que no dia 25 do pp junho mandei matricular huma, Exposta, cuja creação se acha encarrregada a Antonio João, residente nesta Cidade, informo-vos com prazer não só que aquella exposta já recebeo o Sacramento do Baptismo, como que está saudável, e bem assim os outros Expostos (CMS ATA 011 Folha 95V 13/07/1849).

Como abordamos no capítulo 1, a Câmara de Sabará, no ano 1825, ao encaminhar respostas a quesitos sobre a situação do termo ao Conselho Geral da Província, indicava para a existência de expostos criados sem receberem auxílio financeiro da instituição, e de serem poucos os que estavam sob seus cuidados. Dependentes dos auxílios públicos, ou caritativo e/ou filantrópico de parte da sociedade, o fato é que o enjeitamento de crianças se fazia presente. Impossível conhecer os registros exatos do período aqui proposto, seja por perda de documentação, seja por falta de registros na época. Trabalharemos, pois, com aquilo que foi possível localizar.

Na Lei de 1º de outubro de 1828¹¹⁹, Título III, *Posturas Policiais*, os artigos 69, 70, e o Título IV, *Aplicação das Rendas*, artigo 76, especificavam as obrigações legais das câmaras para o atendimento da população menos abastada da sociedade. Sobre os expostos, não era novidade, para essas instituições, a obrigação para com eles, como tem demonstrado, para Minas Gerais, no período colonial, trabalhos como os de Souza (1996), Venâncio (1998) e Praxedes (2003).

Com a Lei de 1º de outubro de 1828, novos códigos de posturas foram organizados para os municípios cumprirem suas determinações. Encontramos, nas Posturas de Sabará, quatro artigos que se referiam diretamente a crianças, dois dos quais tratamos ao discutirmos a instrução. Outros dois eram especialmente voltados para as crianças expostas e órfãs pobres. O artigo 30 versava especificamente sobre essas crianças. Em sua redação, acompanhamos a posição dos dirigentes da Câmara em relação à questão do abandono e da assistência, que nas suas palavras era: “huma das mais úteis attribuições da camara he sem duvida a creação dos Expostos, e a educação, e destino dos Orfãos pobres, esta porção da humanidade desvalida” (CMS – 021 Rol. 03 Gav. F – 5 / 1829 F.6). Nesse artigo, a Câmara informava ainda as providências que vinha tomando para conseguir uma instituição capaz de abrigar as crianças expostas e órfãs pobres do município. Para os vereadores, essas crianças deveriam ser assistidas por uma casa de caridade, que já se havia solicitado ao Governo Geral da Província.

¹¹⁹ “Art. 69. Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e a adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido” (Lei do 1º de outubro de 1828).

“Art.70. Terão inspecção sobre as Escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos orphãos pobres, em cujo numero entrão os Expostos; e quando estes Estabelecimentos e os de Caridade, de que o artigo 69, se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma Cidade ou Villa á outras autoridades individuaes, ou collectivas, as Câmaras auxiliarão sempre quando estiver de sua parte para a prosperidade, e augmento dos sobreditos estabelecimentos” (Lei do 1º de outubro de 1828).

Art. 76. Não podendo prover a todos os objectos de suas attribuições, preferirão aquelles, que forem mais urgentes; e nas Cidades, ou Villas, aonde não houverem Casas de Mizericordia, attentarão principalmente na creação dos Expostos, sua educação, e dos mais orphãos pobres, e desamparados. (Lei do 1º de outubro de 1828).

Nessa solicitação ao Conselho, os vereadores pediam sua intermediação junto ao Imperador, para que fossem tomadas providências quanto à ausência da aplicação dos recursos previstos no Vínculo do Jaguará na criação de uma casa de misericórdia, a fim de que nela fosse colocada uma roda para receber os expostos:

Que lhe seja permitido a prerogativa de collocar ali huma roda para receber expostos com a necessária ama secca, que os tracte em quanto a Camara convenientemente, e como está determinado cuida de sua educação física entregando-os á amas, que os aleitem visto que o Edifício não tem capacidade para nelle se crearem (SP PP 1/33 CX. 228, Pac. 10 – 13/05/1829).

Observam os vereadores¹²⁰ que o instituidor Antonio de Abreu Guimarães havia destinado¹²¹ 800 mil réis anuais, a serem retirados das rendas do Vínculo do Jaguará, para a criação de uma casa pia onde se curasse enfermidades não contagiosas. De acordo com os vereadores, esses recursos, até aquele momento não haviam se efetivado. Assim, a Câmara requeria que, na referida casa, a qual já se encontrava com o nome de *Hospital*, fosse-lhe atribuído o nome de *Casa de Misericórdia* para que essa instituição usufrísse dos *benefícios* que essas casas de caridade tinham direito. Incluía-se, nessa solicitação, pedido para que o estabelecimento tivesse irmandade própria com empregados e mordomos, que pudessem nomear pedidores em toda a Comarca do Rio das Velhas. Os vereadores queriam além disso, beneficiar a Casa de Misericórdia com os legados pios da Comarca, seguindo os artigos 2º e 3º do Decreto de 6 de novembro de 1827 (SP PP 1/33 CX. 228, Pac. 10 – 13/05/1829).

Para dar maior ênfase às suas proposições, e até legitimidade, os vereadores ressaltavam ser de *summa importância* a assistência aos expostos, bem como afirmavam que nas, *Nações cultas*, os expostos recebiam maior atenção. Associar cuidados com os expostos, bem como aos órfãos pobres a lugares *cultos e civilizados* era prática recorrente. Para os vereadores, essa assistência serviria para atestar o nível de civilização da “boa gente” sabarense.

A vontade e necessidade de muitos administradores, seja no município, seja na província, para que houvesse uma expansão das instituições de ofícios para as crianças maiores, conviveram lado a lado com dificuldades para a instalação de casas para aqueles que ainda não haviam completados os sete anos de idade. Podemos observar algumas dessas dificuldades, de criação de instituições de abrigo para crianças menores de sete anos, no

¹²⁰ Em 1831, quatro desses vereadores participariam da fundação da *Irmandade de Misericórdia* como também da *Sociedade Pacificadora Philantrópica e Defensora da Liberdade e Constituição*.

¹²¹ A casa de caridade deveria ser administrada pela da Ordem Terceira do Carmo de Sabará.

discurso do vereador Francisco Joze dos Santos Brochado, quando lamentava a falta de decisão do governo provincial para a solicitação da câmara de Sabará.

Entre outras propostas, que pendem a decisão Superior, he, a que fizéssemos subir em cumprimento do que nos incumbe o art.º 69 da Ley do 1º de 8bro de 1828 quanto a estabelecimentos de caridade para o alivio da humanidade afflicta, e socorro da innocencia abandonada. Temos minorado a desgraça dos expostos, pelos meios, que nos cabem, mas sua sorte pode ser melhorada. Outro tanto não podemos dizer da humanidade no leito das dores, que apesar dos nossos esforços, e de caridoza instituição do Capitão Antonio Abreu de Guimaraens, que fundou nesta Villa um Hospital para o curativo dos pobres enfermos, sofre e sofrerá, se não instarmos pelo que mais de uma vez havermos representado (CMS ATA 04, Folhas 60/60V, 07/07/1831).

Na mesma sessão em que os vereadores cobravam uma decisão do governo provincial quanto à constituição do local para asilar as crianças expostas, uma Comissão de vereadores¹²², encarregada de examinar as contas do procurador municipal, chamava a atenção do procurador do município para o fato de terem estranhado a ausência de registro de receitas com as licenças obtidas e pagas nos diferentes distritos e, principalmente, a falta de qualquer pagamento feito para a criação dos expostos:

He também muito notável não aparecer na despeza da mesma conta pagamento algum que se fizesse p.^f conta da creação, e tractamento dos expostos, tendo esta Camara determinado [que] se fizesse mensalmente, e recommendado a urgente vigilância, que deve haver na existência dos mesmos expostos.

A vista do ponderado, a Comissão he de parecer, que se faça ver ao Procurador a obrigação q.^c tem de dar com receita, ou despeza qual quer quantia, que em cada hum trimestre receber, ou despender, assim como de cumprir com exactidão, quanto se tem determinado, e recommendado, respeito ao bem [ser] dos expostos (CMS ATA 04, Folha 59, 07/07/1831).

A busca de adequação à legislação¹²³ foi recorrente nos discursos dos vereadores. Apesar das leis sobre a regulamentação do atendimento de expostos e órfãos pobres, na prática, conviviam-se com uma estrutura de assistência que não era capaz de atender a

¹²² A comissão foi composta pelos vereadores: Manoel de Freitas Pacheco e Francisco Joze dos Santos Brochado.

¹²³ Venâncio (1999) organizou quadro sobre a legislação promulgada no Brasil que dispõe sobre expostos, e/ou que os mencionam do período de 1815 a 1889. Esse quadro nos auxilia porque apresenta, de modo mais sintetizado, as leis sobre as crianças enjeitadas na periodização desse corpo legal. Segundo o autor, seis medidas legais foram tomadas com o objetivo de dispor sobre *rendas para instituições* (Carta Régia de 14 de dezembro de 1815, Decisão de 23 de maio de 1821, Lei de 06 de julho de 1831, Decisão de 04 de junho de 1845 e lei de 01 de janeiro de 1871). De acordo com Venâncio, três medidas tiveram como objetivo tratar sobre a *liberdade dos expostos negros* (Provisão de 26 de junho de 1815, Provisão de 23 de fevereiro de 1823, Lei de 11 de abril de 1846). Ainda sobre os expostos negros, a Decisão de 14 de dezembro de 1815 e a Lei de 28 de setembro de 1871 dispunham sobre a *assistência* a essas crianças; no âmbito municipal, a Lei de 01 de outubro de 1828 traz artigos sobre a assistência às crianças expostas. Finalmente, existe uma lei, a Lei de 11 de março de 1830, que tinha o objetivo de dispor sobre a obrigatoriedade de se vacinar as crianças expostas (VENÂNCIO, 1999, p.37, quadro II).

demanda. No Código de posturas da Câmara de Sabará, no artigo 31, mesclam-se os cuidados com expostos, órfãos pobres, indigentes e mendigos. Além disso, consta, nesse artigo, menções à *conveniente* instrução de expostos e de órfãos pobres, à assistência à saúde da população pobre (CMS – 021 Rol. 03 Gav. F – 5 1829 F. 6 e 6V).

Como o juiz dos órfãos do município, Francisco de Paula Pereira, sinalizava, além da ausência de casas “próprias” para a criação das crianças expostas, esbarrava-se ainda na dificuldade para encontrar pessoas que fossem responsáveis pelos cuidados e pela educação dessas crianças. Um dos motivos para tal dificuldade era o baixo valor oferecido a quem se responsabilizasse pela criação das crianças abandonadas. Esse problema levou o vereador Antonio da Costa Moreira a propor, em 1837, aumento da cota para criação das crianças sob a responsabilidade da Câmara. De acordo com o vereador, a experiência já os havia mostrado que com a cota mensal de *hum mil e duzentos reis*, não era possível retribuir o trabalho dos criadores. Além disso, os baixos valores da cota originavam outros problemas, como a dificuldade para encontrar *creadores zelozos*. A consequência disso, segundo o vereador, era a *decadência* da *classe desvalida*. Para o vereador, as crianças expostas tinham, por parte dos *Sábios Legisladores*, total desvelo, o que não se refletia no dia-a-dia de seu tratamento (CMS ATA 07, Folhas 98 - 98 V, 13/01/1837). Tendo em vista esses problemas, os vereadores solicitavam que a Câmara deveria pedir à Assembléia Provincial o reajuste dos valores pagos. Dever-se-ia passar a cota mensal para três mil réis até que as crianças atingissem a idade de sete anos.

Queria o vereador Antonio da Costa Moreira que a Câmara ficasse autorizada pela Assembléia a acordar com os administradores da *Caza de Caridade* da Vila, a fim de que, naquela instituição, fossem de fato as crianças expostas do município assistidas. Desse modo, os vereadores poderiam destinar o mesmo valor pela criação individual do exposto para a instituição, respeitando a cota anual de duzentos mil réis.

Em sessão de abertura dos trabalhos da Câmara (1838), o presidente da casa, Francisco Joze dos Santos Broxado, retornou ao problema dos baixos estipêndios pagos aos que criavam crianças expostas. Na apresentação do seu relatório, lamentava que o problema estivesse ainda dependendo de decisão provincial. As dificuldades locais para se criarem as crianças expostas foram por esse vereador explicitadas em caso concreto, no qual chamava a atenção dos demais vereadores para que atentassem a gravidade da situação:

(...) a três dias se expôs hum innocente em caza do Secretario, o qual participando ao Procurador para o receber, este se escuzou faze lo pela continuada experiencia de não haver ama, que receba pelo diminuto preço de mil e duzentos reis por mez sendo

lhe por isso preciso de ter dado diversas q.^{tas} de sua bolça; e reconhecendo com effeito a pequenez da quantia arbitrada para a creação de hum exposto, que tanto incomodo, e despeza traz, sendo esse talvez o principal motivo de perecerem quase todos, espero que sobre este poderozo objecto tomeis alguma providencia ainda que provisória perante a Assembleia Legislativa Provincial (CMS ATA 07, Folha 189, 19/04/1838)¹²⁴.

Perante essa exposição, deliberou a Câmara que a matéria exigia de fato urgência, e a cota de mil e duzentos réis não correspondia *ao trabalho, e despeza; que semelhantes expostos fazem*. Diante da pendência perante a Assembléia, os veradores resolviam elevar a cota mensal¹²⁵ a três mil reis. Ficou ainda deliberada a necessidade de se procurar *boas amas* para cuidarem das crianças. A remuneração pela criação dos expostos merecia também uma fiscalização mais atenta. Os criadores, para receberem a cota mensal, precisariam portar uma *nota ou attestado do Fiscal*, no qual constasse *bom tratamento* oferecido às crianças (CMS ATA 07 F.191 19/04/1838).¹²⁶

As comissões de visitas também não deixavam de manifestar suas observações sobre o problema com os expostos. Ao visitar os estabelecimentos públicos do município, como fazia a *Comissão*¹²⁷ de 1851, enfatizavam e lamentavam que as crianças expostas ainda não eram recebidas na Santa Casa, embora conseguissem cuidar dos *desgraçados doentes* de modo perfeito, mesmo com pouco recurso.

Se o fator custeio era um grande problema, a quantas andavam as despesas com os expostos? Tanto os orçamentos, quanto as despesas das câmaras municipais precisavam ser aprovadas pelas assembleias legislativas provinciais. Nas referidas contas, observamos os orçamentos previstos pela Câmara para os cuidados com seus expostos. Lembramos que o ano financeiro das referidas contas correspondia ao período do 1º de outubro de um ano ao último dia do mês de setembro do outro ano. Portanto, não havia correspondência entre o ano financeiro e o ano civil, mas, sim, entre o ano financeiro e um ano administrativo.

¹²⁴ Como argumenta Sá (1995), “o abandono requeria, antes de mais, informação: saber como abandonar a criança e onde; quais os objectos mais adequados a deixar com esta; as melhores horas para a abandonar e a melhor forma de tornar a criança identificável” (p.44). Conforme a autora, nesse sentido, são construídas verdadeiras redes de cumplicidade e de informação mais amplas, principalmente entre as mulheres. Desse modo, o abandono de crianças envolveria uma rede de mediação social (SÁ, 1995, p.43).

¹²⁵ A Câmara foi autorizada pela Assembléia a elevar a cota *até a quantia de três mil reis* mensal pela Lei Mineira n.º 117 de 11/03/1839.

¹²⁶ Em 1850, aparece um sub-tópico, *Expostos*, no relatório do presidente da Câmara. Nesse sub-tópico, é descrita, de modo sucinto, a situação dos expostos a cargo da Câmara.

¹²⁷ Comissão formada por: Antonio Thomaz de Araujo; Felicio Augusto Cezar; Jose Severiano Coutinho Rangel e Luiz Antonio de Gouvea.

A Resolução n.º 53 de 1836¹²⁸ aprovou as despesas das câmaras municipais para o ano administrativo que se seguia. A Câmara de Sabará orçara suas despesas em 3:880\$000 (três contos, oitocentos e oitenta mil réis) (RESOLUÇÃO n. 53, art. 13º, LIVRO LEI MINEIRA, 1836, Tomo II ,parte 1.ª Folha 6, p.53). Os valores orçados foram para a iluminação pública, a limpeza da cadeia, obras públicas, despesas eventuais e 60\$000 réis anuais para a criação dos expostos. Esses valores para criação dos enjeitados, como discutimos anteriormente, os próprios vereadores consideravam como insuficientes para cuidar minimamente das crianças a cargo dos criadores. De 1837 a 1846, passou-se a conta anual para duzentos mil réis, confirmada pela Lei Mineira n.º 117, de 11 de março de 1839. Passaram-se mais alguns anos sem nenhum reajuste, quando, em 1847, o valor orçado passaria para trezentos mil réis¹²⁹.

A exceção nesses orçamentos ocorreu no orçamento de 1.º de Outubro de 1852 ao último dia de Setembro de 1853. Na ocasião, a Câmara teve de incluir no orçamento um acréscimo de 129\$600 réis para pagamento a Antonio Candido da Silva Guimarães, herdeiro e testamenteiro do Major José Simplicio Guimarães, pela criação de dois expostos. É a partir do orçamento para o ano administrativo seguinte, ou seja, de 1854 para 1855, que ocorre um salto dos valores para os cuidados com expostos. Nesse ano administrativo, foram incluídos 300\$000 mil réis na cota destinada aos enjeitados, com um acréscimo de 1:000\$000 de réis para a compra da casa para os Expostos. Esse valor permaneceria acima desse patamar até o ano de 1859. O que ocasionou esse aumento? É o que tentaremos analisar.

3. 3 Dr. Anastácio e seus illustres colegas na vereação da humanidade desvalida

Como tratamos no capítulo 1, a Câmara expôs que, em 1825, haveria, no município, 1504 *mendigos*. O vereador Dr. Anastácio Symphronio de Abreu, ao assumir a presidência da Câmara em 1853, habitava no município de Sabará há aproximadamente sete anos. Temos vários indícios de que esse vereador, naquela ocasião, possuía amplos conhecimentos do

¹²⁸ As contas da Câmara de Sabará dos anos financeiros de 1832 a 1836 foram aprovadas em 1837. Foi apresentado o montante da receita e despesa nesse período (RESOLUÇÃO n. 76, art. 18º, LIVRO LEI MINEIRA, 1837, Tomo 3.º, parte 1.ª F.5).

¹²⁹ Nem sempre os valores foram aumentando. Em 1849, houve redução de sessenta mil réis, permanecendo 240\$000 mil réis a cota anual. Tal redução, entretanto, também ocorreu em outras despesas, como nos valores destinados às obras públicas – maior despesa da Câmara. Essa redução provavelmente tem ligação com os desmembramentos do termo de Sabará, o que implicava redução das receitas, como também da responsabilidade com algumas despesas, como aquelas que envolviam os expostos. Assim, até 1854, seria a cota de 240\$000 mil réis para a criação dos expostos, o que dava aos que criavam essas crianças o direito a três mil réis mensais.

quadro social da população sabarense. Esse conhecimento decorria em boa parte de sua movimentação no exercício da sua profissão de médico, o que o levava a circular pelo Termo e pela Comarca, do mesmo modo que se movimentava em viagens para outras localidades da província mineira e da Corte. Essa circulação, na nossa avaliação, possibilitou a esse médico condições para o desenvolvimento de projetos voltados para o cuidado e ordenamento dos *desvalidos* em Sabará. Teria visto número elevado de *pobres* “sem ocupação”? Crianças *perambulavam* pelo município? Existindo Santa Casa, por que essa instituição não era responsável pelos expostos como as instituições desse tipo de outros lugares, como a do Rio de Janeiro e de a São João del Rei, por exemplo?

Tentaremos explicitar algumas das idéias desse médico à frente da presidência da Câmara. Médico com formação em universidade européia, com idéias e projeto, possivelmente o Dr. Anastácio via em Sabará a possibilidade de colocar em prática sua profissão, seus princípios e atitudes e filantrópicas, como também idéias políticas. Em seus projetos, estava a necessidade de unir a Santa Casa, a Câmara, as Ordens leigas e a “boa sociedade” em torno da assistência, tanto aos expostos, quanto aos órfãos pobres, e do controle da mendicidade. O Dr. Anastácio sabia dos problemas que envolviam a criação das crianças expostas e, no bojo dessas questões, afirmava:

Indico que se pessa a Administração da Santa Caza para permittir, que em huma das sallas debaixo do Hospital se faça commodo para ahi serem recebidas as creanças recém nascidas pobres, e mesmo aquellas menores de sete anos, que vagarem pelas ruas da Cidade, sendo estas, e as que forem crescendo, sujeitos a hum trabalho proporcional a edade nas forças de cada hua, sendo necessario, para obter este fim, huma ou mais pessoas de edonidade para zellarem sobre a educação destas creaturas ennocentes digo creaturas desvalidas, ficando saida d'ellas ao cuidado do Sen^r Medico do partido: esta caza creara em seo budget huma cotta para as despezas destes adhiventes a S. Caza que trimestralmente será entregue a administração da Santa Caza (CMS ATA 013, Folha 89 V, 10/01/1853).

Já era notório que vereadores e membros de várias comissões de visitas se ressentissem com o fato da Santa Casa da cidade não receber em suas dependências os expostos do município. Como já tratamos neste capítulo, várias reclamações foram apresentadas aos presidentes da província mineira sem, no entanto, maiores resultados. Se, de um lado, alguns presidentes da província ressaltavam a necessidade de investir na assistência aos expostos, por outro, essa necessidade não correspondia a valores financeiros. O que acompanhamos nos relatórios e discursos dos presidentes são constatações de que as Santas

Casas passavam por sérios problemas financeiros, com exceção da administração financeira *proveitosa* da Santa Casa de São João del Rei, a qual cuidava de crianças enjeitadas¹³⁰.

Já fizemos referências ao fato de que os administradores da Capitania, como os administradores da Província de Minas Gerais, tinham grande receio dos classificados como *vadios, pobres sem ocupação*, dentre outras denominações. A Câmara, por diversas vezes, demonstrara seu “descontentamento” com esses grupos. Fazia parte dos projetos do Dr. Anastácio “investimento” na atenção da Câmara com essa população. Ao mesmo tempo em que pedia a administração da Santa Casa que cedesse cômodo para cuidar das crianças desvalidas do município, corria para a outra ponta, pois era preciso identificar, classificar, conhecer, rastrear os pobres que habitavam no município. Assim, a Câmara solicitava ao juiz de paz que apresentasse “(...) huma relação circunstanciada dos pobres, contendo 1º se tem ou não habitação sua propria, e no cazo afirmativo donde é ella situada 2º A idade se é ou não cazado, se tem ou não filhos, e o estado de saude de cada hum 3º se tem alguma pequena agencia” (CMS ATA 013, , Folha 89V, 10/01/1853). Essa relação dos pobres, solicitada pelo Dr. Anastácio, tem nos aproximado do trabalho desenvolvido pelo filósofo Barão Joseph-Marie De Gerando publicado nos anos vinte do século XIX, na França. Afirmava o Barão De Gerando (1990) haver grave erro, quase que universal, que confundia a falsa indigência com a verdadeira. Essa “confusão”, na sua visão, levava ao emprego inadequado dos recursos destinados aos socorros à pobreza e a um mau *funesto*, o de fazer com que as pessoas chamadas a socorrer desenvolvessem o sentimento da dúvida e hesitassem em ajudar. Para combater esse “erro”, o filósofo criou uma espécie de “tratado” para auxiliar nessa tarefa, com a formulação de um método que consistia na visita domiciliar aos pobres. Com esse método, esperava De Gerando demonstrar a necessidade de construir uma parceria entre a *beneficência pública* e a *caridade privada*.

Nas suas orientações, propunha aos *visitadores* dos domicílios levantar dados sobre os membros da família: a idade, o sexo, o estado de saúde, as condições físicas, a moradia. Também deveriam fazer averiguação sobre os parentes, de modo a identificar aspectos da

¹³⁰ A parceria entre a Câmara de São João del Rei e a Santa Casa foi autorizada pelo governo provincial em 1831. A partir de 1832, a Santa Casa passou a se responsabilizar pela criação e educação dos expostos, com o auxílio financeiro da administração municipal. A Câmara destinava 600\$000 mil réis anuais à Santa Casa por esse trabalho, valor superior aos recursos destinados pelas demais câmaras da província para aos cuidados das crianças expostas (RESENDE, 1999). Brügger (2002) observa que, após a instalação da Roda dos expostos na Santa Casa, houve um declínio no número de crianças enjeitadas. A autora levanta a hipótese, baseada em argumentação de Venâncio (1999), de que a roda poderia inibir a prática de enjeitar por condicionar a entrega da criança aos cuidados de uma instituição, de modo que isso dificultaria algum possível contato com a criança. Segundo Brügger, “parece que, ao menos em São João Del Rei, esta suposição se fez realidade, uma vez que, a partir da década de 1830, os enjeitamentos declinam de maneira acentuada” (2002, p.56).

conduta moral e financeira de todos (DE GERANDO, 1990, p.18-19). Afirmava ainda De Gerando (1990) que havia *três causas da indigência real*: a incapacidade para o trabalho, sua pouca oferta ou sua ausência.

Identificar os pobres “sem ocupação” era importante, mas era fundamental encontrar uma “solução” para o problema dos *desafortunados* do município. Lamentava o Dr. Anastácio que dez meses depois do seu pedido, do arrolamento dos pobres, não tinha ainda a relação dessas pessoas. Na avaliação do Dr. Anastácio a dificuldade para se ter essa lista dos pobres, guardava ligação com a demora dos Inspectores de Quarteirão para fazer o trabalho. Lembrava que essa questão era “(...) um assumpto sobre o qual deve esta caza envidar tão bem os seus esforços (CMS ATA 013, Folha 197 V, 07/10/1853).

Esses “esforços” para identificar, de modo especial, os que viviam da mendicidade refletiram-se na avaliação da Comissão de Legislação e Posturas¹³¹ apresentada aos demais colegas. Essa Comissão resumiria, em seu parecer, após receber do juiz de paz da cidade o *mappa dos pobres* residentes em Sabará¹³², a constatação de que o número dos “pobres sem ocupação” estava *muito aquém do numero de mendigos que infestam as ruas da Cidade*. A Comissão expunha que o juiz de paz não apresentava os dados exatos por falta de responsabilidade dos inspectores, os quais, na avaliação, ou “(...) não comprehendão pela mór parte sua exigência, ou como suppõe a Comissão, omissos não se ocupão do principal dever que a Ley impõe de conhecer todos os habitantes de seus Quarteirões, as suas occupações, e modos de vida” (CMS ATA 013, Folha 205V, 24/11/1853).

Para a Comissão, era necessário tomar uma medida para *vedar a immoralidade*, por conta do “(...) grande numero de mendigos importunos, que cobertos de andrajos vagam pelas ruas, dando escandaloso espetaculo, huma parte está em estado de se empregar utilmente em beneficio seu, e da Sociedade”. Os vereadores asseveravam que esses *mendigos* estavam entregues a total e *sórdida negligencia*, mantinham hábitos para o exercício desse *infame modo de vida*. Atribuía também aos *mendigos* a prática de unirem-se “(...) aos verdadeiros necessitados, nos dias em que a caridade publica tem por costume socorrer o verdadeiro pobre, roubando-lhes dest' arte o pão esmolado com amargura” (CMS ATA 013, Folhas 205V, 206, 24/11/1853) Conforme os vereadores, urgia então que a Câmara

possuida dos sentimentos, que a tem constantemente animando de promover o bem do Municipio entregue a seus desvellos, lance suas vistas sobre estes mendigos, promovendo hum meio de socorrer o verdadeiro necessitado, e cohibir o vicioso e

¹³¹ Vereadores Maximinianno Augusto Pinto e José Antonio de Assis Marinho.

¹³² Não foi possível até o momento localizar esse mapa.

indolente. Como porem conseguir este meio? Criando uma casa de azylo e correção em ponto adoptado as circunstancias do Paiz, á que sejam recolhidos os pobres mendigos de ambos os sexos, e os vadios, que os imitão (CMS ATA 013, Folha 206, 24/11/1853).

Perante críticas que a administração vinha recebendo por conta de seus projeto de intervenções na cidade, e já prevendo outras tantas, justificava as medidas propostas, especialmente a da casa de asilo, alegando que muitos poderiam ser aqueles que dissessem *não é isso ainda para o Sabará*, idéia que classificava como “perniciosa” e “retrograda”, que teria como fim *esmorear, e esfriar o zello da Camara pelo bem do Paiz*. Mas tinham a convicção de que

Huma Casa de azylo, e correção, por hora, em ponto pequeno não poderá importar em somma tão consideravel que torne impossivel o fundar-se: Hum Predio qual quer ainda collocado nas extremidades da Povoação, que tinha algumas acomodaçoens, e em que se possão ir praticando aquellas, que a necessidade mostrar, indispensaveis, poderá adquirir, por comprar ou arrendamento; e crear o asylo á que dará Regulamentos adequados, confiando sua administração a Pessôas que possão bem rege-lo, obrigando os reclusos a trabalhos compatíveis com a suas capacidades; sendo para esperar-se que o producto destes trabalhos unidos a uma boa e (dinamica) administração, venhão, se não logo, pelo menos muito em breve suprir a mór parte das despesas (CMS ATA 013, Folhas 206, 206V, 24/11/1853).

De acordo com a Comissão de Legislação e Posturas, além de conseguir uma casa para “corrigir” esses males, era preciso que se tomassem outras medidas para evitar o problema da mendicidade. Diagnosticada como grande responsável pela *indoleência, e enfermidades da classe minima da população, a aguardente* mereceria vigilância especial. Desejava a Comissão que o imposto sobre esse produto fosse *exclusivamente applicado para* a finalidade de “correção” dos mendigos. Porém, para esse projeto, precisavam da aprovação da Assembléia. Prevendo ação negativa por parte dos deputados provinciais e a impossibilidade imediata da Câmara prover uma casa daquela natureza, a Comissão apresentou uma medida alternativa. Deveria a Câmara proibir os mendigos de pedirem esmolas pelas ruas, com exceção dos que possuíssem um atestado do pároco, no qual constasse a afirmação da *conducta e indigencia*, e uma avaliação do Médico do Partido, na qual deveria constar a declaração de ser portador de limitações físicas que impossibilitasse o trabalha. Além disso, deveriam portar autorização para esmolar emitida pelo juiz de paz ou delegado (CMS ATA 013, Folhas 206v, 207, 07/10/1853) .

Bronislaw Geremek (1995) nos ajuda na compreensão dessas discussões na Câmara, remetendo-nos ao processo de *centralização do sistema hospitalar e da assistência aos pobres*, no final do século XIV, na Itália, quando “(...) o poder civil toma o controlo dos

estabelecimentos hospitalares onde, doravante, será suposto asilar os mendigos. Para tal, é criada uma comissão incumbida de proceder ao levantamento da situação urbana, recenseando os mendigos e os pobres doentes que irião ocupar os hospitais” (GEREMEK, 1995, p.242). Segundo Geremek, em toda essa sistematização, a Igreja atuaria ativamente nas *formas tradicionais de beneficência e no plano das experiências assistenciais renovadoras*. Como exemplo de prática renovada da assistência, Geremek cita o projeto de Girolamo Miani, *nobre veneziano*, que, por volta de 1530, elaborou um regulamento para um orfanato em Veneza, no qual

proibia terminantemente a mendicidade; a educação das crianças comportava, a par das lições de bons costumes e dos preceitos da fé católica, uma formação nos ofícios manuais assegurada por mestres artesãos convidados para essas casas. A qualificação profissional assim adquirida devia assegurar aos pupilos do orfanato a possibilidade de, no futuro, se sustentarem pelo trabalho (GEREMEK, 1995, p.243).

Geremek observa ainda que, no percurso de renovação, filiaram-se diversas *congregações beneficentes* as quais

(...) conscientes da necessidade de reorganizar a assistência aos pobres e criar instituições especializadas, nomeiam inspectores paroquiais encarregados de fazer o recenseamento dos pobres e examinar as condições de vida dos miseráveis. Mas esta florescente actividade caritativa acaba por ter um paradoxal desenlace: a mendicidade é uma chaga social a extirpar e, como tal, proibida (GEREMEK, 1995, p.243).

Esses princípios acabariam por provocar *hostilidades* contra o conjunto dessa população, reforçadas por apoio papal, o que influenciaria toda a *Europa católica*. A idéia das *casas de trabalho* emerge como uma grande possibilidade para coibir e controlar mendigos e pobres. Essa política de acabar com a *mendicidade* e também adotar *o trabalho obrigatório* foi reconhecida como necessidade desde o século XVI, política apoiada pelo papado, que, diante da “necessidade” de *sanear Roma*, viu, nesse entrelaçamento a possibilidade de uma solução eficaz, assumindo, de acordo com Geremek, “(...) diferentes feições, determinadas pelo contexto social e cultural em que é aplicada” (GEREMEK, 1995, p.256). Em sua análise, o autor afirma que

Face à tétrica realidade das ‘casas de correcção’ e ‘de trabalho’, não podem tais divisas deixar de causar-nos grande assombro. Não obstante, elas são bem reveladoras das tendências de evolução da moderna política social e dos princípios que se vão impondo na consciência colectiva. A ‘concentração’ dos mendigos e a reclusão dos pobres ligam-se intrínseca e simultaneamente com a ostensiva afirmação do *ethos* do trabalho nos países que então enveredam pela via do

desenvolvimento capitalista e com a evolução da doutrina penal; a privação da liberdade e a coerção pelo trabalho, indiferencialmente dirigidas contra os fora-da-lei e contra os miseráveis condenados ao desemprego, entrelaçam-se na política de reeducação (GEREMEK, 1995, p.251).

Entendemos que essas questões, ligadas à mendicidade, a pobreza, e aos modos de identificação dos que “mereciam” de fato a assistência, perpassa, por longo processo, o estabelecimento de estratégias que viessem “tranqüilizar” a “boa sociedade”. A proposta dos vereadores em 1853, ao que tudo indica, não foi levada até o fim, mas a discussão da problemática relacionada aos *desclassificados* estivera na ordem das preocupações da administração municipal. Talvez possa nos ajudar a compreender o quadro dos denominados “sem ocupação” na cidade, a observação que o viajante Richard Francis Burton afirmou em 1867. De acordo com Burton, a cidade

Mostra mais vadios, especialmente perto da ‘Ponte do Convento’ – uma vadiagem muito apreciada no Brasil, nos lugares onde se vêem lavanderias, pretas e pardas – do que o visitante de Londres verá durante os seis dias da semana; e, se se perguntar a algum deles: ‘Por que fica aqui o dia inteiro sem fazer nada?’, ele responderá, se dignar de responder: ‘Porque não arranjo trabalho’, isto é, ‘porque não tenho coisa melhor para fazer’ (BURTON, 1976, p.357).

Voltemos nossa atenção para o projeto com os expostos e órfãos pobres apresentados pelo Dr. Anastácio. Em que consistia esse projeto? O *Regulamento para os Expostos do Município de Sabará*¹³³ foi apresentado pelo Dr. Anastácio logo no início da administração que, juntamente com os demais vereadores, assumia. Não sabemos a quanto tempo o Dr. Anastácio e os demais vereadores vinham “gestando” esse projeto, ou se fizeram uso dessa proposta no processo eleitoral que colocou esse grupo à frente da Câmara. Mas o pedido feito a *Irmandade de Misericórdia* não nos parece ser uma simples medida da Câmara. Dr. Anastácio já era mordomo da *Irmandade* desde 1848, bem como outros vereadores e o secretário da Câmara Luiz Cassiano Martins Pereira.

Levantamos a possibilidade de, mais uma vez, haver ligação entre propostas da Câmara e a Santa Casa. Em 1850, já andava pelas sessões da *Irmandade de Misericórdia* a idéia de conseguir a vinda de quatro irmãs de caridade da Europa para essa instituição. Em 1851, os mordomos Dr. Anastácio e Francisco de Assis Lopes Mendes Ribeiro foram eleitos para formar uma comissão que emitisse parecer sobre a vinda das irmãs. Esses dois

¹³³ Encontramos várias menções sobre esse Regulamento, incluindo a de que tal documento foi impresso. Utilizamos aqui a transcrição feita por Zoroastro Vianna Passos retirada do seu livro *Notícia Histórica da Santa Casa de Sabará (1787-1928)*. Quando do pedido feito ao Dr. Anastácio de abrigo para os expostos e órfãos pobres, a Câmara encaminhou um exemplar do regulamento ao Presidente da Província. Alguns se referiam a esse regulamento como *Estatutos da Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses*.

mordomos apresentaram o parecer em forma de seis artigos, nos quais contemplavam o modo da organização para acolher essas irmãs. O art. 2º pedia licença ao *Superior* para que essas irmãs, ao chegarem à cidade, fossem encarregadas de *ensinar o necessario para huma educação acabada*. Previa o art. 3º a criação da Irmandade de São Vicente de Paulo. De onde vinha esse interesse? Temos levantado algumas hipóteses.

Podemos estabelecer um paralelo com o que nos diz Eliane Marta Teixeira Lopes (2003), a respeito da inserção das mulheres no trabalho caritativo. Desde o século XVII, em vários países ocidentais, movimentos como o de Vicente de Paulo juntamente com Louise de Maurillac, na criação das *Filhas da Caridade*, impulsionaram não só diversas mulheres a buscarem a vida religiosa nessa ordem jesuíta, como também as damas da aristocracia a terem uma perspectiva de novos conhecimentos e instrução, além de certa liberdade por meio da assistência aos mais pobres.

Em Minas, a divulgação desse tipo de associação vinha¹³⁴ ganhando força, com a chegada das *Filhas da Caridade* na cidade de Mariana, em 1849. O presidente da província Alexandre Joaquim de Siqueira, na abertura da sessão extraordinária da Assembléia, em março de 1850, não cessou de louvar a presença das irmãs na Província. Para esse presidente, aos poucos essas irmãs se disseminariam por toda a província, pois os benefícios seriam imensos, uma vez “(...) que estes veneráveis anjos da terra prestão á humanidade enferma, á moral publica, e a religião, julgo do meu imperioso dever mui particularmente recommendarvol-as” (SIQUEIRA, 1850, p.17-18).

Após a instalação do colégio por essas irmãs, José Ricardo de Sá Rego foi outro presidente a aplaudir os trabalhos dirigidos por elas. Em 1851, no seu relatório, repassava informações encaminhadas pelo então Bispo de Mariana, informando que o colégio atendia a mais de cinquenta alunas, as quais aprendiam de modo especial: primeiras letras, aritmética,

¹³⁴ As *Filhas da Caridade* (também eram chamadas de Servas dos Pobres ou simplesmente Vicentinas) foram chamadas para Mariana pelo Lazarista (Vicentino) Dom Viçoso, em 1848. De acordo com Lopes (2003), essas irmãs tiveram muita dificuldade para se instalarem na cidade de Mariana. Não foram, de imediato, bem aceitas, pois, mesmo as famílias mais pobres, não queriam entregar suas filhas aos seus cuidados. A fundação das *Filhas da Caridade* data de 1633. Por outro lado, o trabalho das irmãs foi ganhando, dos administradores provinciais, credibilidade crescente, não cessavam de elogiar e reconhecer a importância de suas atividades. Esse movimento de participação feminina na assistência paulatinamente foi ganhando maior publicidade. Em 1857, por exemplo, na sessão notícias diversas do jornal *Correio Oficial de Minas*, com o título *Caridade Chistã*, apresentava-se uma síntese das sociedades de caridades em Paris, como a Sociedade dos Berços que, segundo os dados, recolhia anualmente 2.500 crianças. Dava-se à publicidade ainda as seguintes instituições: a Associação São Vicente de Paulo; os Irmãos da Doutrina Cristã; a Sociedade de Caridade Maternal; as Santas Mulheres; a Propagação da Fé; a Santa Infância (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º 19 de 12/03/57).

geografia, francês, bordado e confecção de flores. As irmãs recebiam ainda algumas *desvalidas*, como também admitiam alunas externas no colégio (REGO, 1851)¹³⁵.

Com essa movimentação na Província e com as dificuldades financeiras para trazer as irmãs para Sabará, por meio da *Irmandade de Misericórdia*, acreditamos que, de certa maneira, o projeto apresentado pelo Dr. Anastácio para a criação da *casa dos expostos* possui uma relação com esse movimento. Graças ao projeto, caminhariam, lado a lado, a assistência às crianças *desvalidas*, a atuação das mulheres das elites da localidade no trabalho de proteção e fiscalização da *casa* e também a co-administração pelos membros da *Irmandade* e Câmara, de modo a conjugar a colaboração entre instâncias do âmbito público e privado. Nossa compreensão é que, nesse projeto, buscou-se congregar ideais de humanidade numa perspectiva da filantropia e beneficência, de modo que tanto a assistência, quanto a educação de crianças *infelizes da sorte* eram de responsabilidade de todos os envolvidos, por *amor humanitário*.

Para o Dr. Anastácio, ninguém melhor do que as mulheres para serem as responsáveis por esse trabalho *humanitário*. Elas eram as “mais aptas” *para vigiarem sobre o tratamento das crianças*, uma vez que essa tarefa, em decorrência das necessidades infantis, demandava atenção especial de alguém “naturalmente” habilitado para tal. Essas mulheres estariam “perfeitamente preparadas” para educar essa nova geração, “atendendo” aos anseios de seus patrícios. Assim, as senhoras sabarenses foram “chamadas” para assumirem parte da responsabilidade, com auxílios pecuniários, no acompanhamento da educação e cuidados das crianças que seriam recebidas na *casa*.

Pela documentação acessada, não foi possível acompanhar o discurso dessas mulheres, portanto, silenciadas. Mas não podemos deixar de levantar a hipótese de sua mobilização para serem responsáveis pela criação das crianças expostas, pois as proposições do Dr. Anastácio sugerem que ele vinha “acalentando” esse projeto há algum tempo, do mesmo modo, que ele pode ter se unido a um movimento das mulheres, existente na vila. Em sessão da Câmara, exaltava o Dr. Anastácio:

Meos Senhores - Com a maior satisfação communico - vos que instalou-se no dia 2 do corrente em a salla principal da Santa Caza a Sociedade Beneficencia das Senras Sabarenses creada por esta Camara, mil louvores sejam dados ao bello ouro desta Cidade e seu Municipio, apenas [uma] unicca Senhora deixou de aceitar o convite, que lhe dirigeo um dos nossos distinctos Companheiros, mas isto aconteceu para que a regra não ficasse sem a sua exessão dados a toda essa porção de coraçoens que não

¹³⁵ O Bispo de Mariana enviara também informações ao Presidente sobre o estabelecimento do colégio para meninos órfãos pobres, o qual tinha por finalidade *tiral-os da mendicidade, educal-os, em primeiras letras, e ensinar-lhes officios mecânicos* (REGO, 1851).

póde ser indiferente ao apelo, que esta Camara lhe fez para uma tão justa e meretoria obra. Espero que o Sen^f Manoel Pereira de Mello Vianna desocupe a caza, que a benemerita Administração da Mizericordia designou á Sociedade para eu mandar fazer ali os convenientes acomodaçoens para virmos as nossas distinctas patricias entrar em seo caridoso exercicio (CMS ATA 013, Folha168 - 07/07/1853).

Veiga (2004) nos fornece alguns subsídios para pensar que todo esse processo de participação feminina estava imerso em um projeto de modernidade, no qual a mulher adulta foi considerada, *adulto especial* a ser educado, especialmente no século XIX. O investimento em sua educação tinha como norte uma formação que lhes propiciasse condições para educar a criança em moldes tidos civilizados, assim como para constituir uma *família harmoniosa*. Nesse movimento de busca por um novo ser civilizado, não podemos deixar de lado a participação da mulher no âmbito público.

3.4. Preceitos para uma instituição a serviço da *humanidade*

O regulamento proposto para ordenar o trabalho de assistência, apresentado à Câmara pelo Dr. Anastácio, divide-se em três partes, num total de trinta e cinco artigos. Desses, vinte constituem o primeiro capítulo e dizem respeito à *organização e fins da Sociedade de Beneficencia das Senhoras Sabarenses*. Vale destacar aqui o primeiro artigo desse documento:

Art. 1.º — Como as senhoras são muito mais proprias para vigiarem sobre o tratamento das creanças, cujas urgentes precisoens reclamão sua natural sensibilidade, crear-se-há nesta Cidade do Sabará, uma Sociedade, que se denominará — Beneficencia das Senhoras Sabarenses — que tenha a seo cargo vigiar tudo que pertencer aos Expostos que houver neste Municipio, e participará todas as observaçoens e providencias, que julgar necessarias a Mesa Administrativa da Santa Casa, para esta resolver, quando lhe for isto possivel, ou communicar a Camara Municipal para deliberar conforme a necessidade que o caso exigir (Apud, PASSOS, 1929).

As Senhoras não teriam total autonomia nas decisões quanto ao zelo pelas crianças; o aval da Mesa Administrativa da Santa Casa e/ou da Câmara era, pois, necessário. Nesse art. 1º, percebe-se que o centro das atenções, para o qual se deveria voltar o olhar, era os expostos. Outro foco apareceria no art. 14º, no qual se ditava que “(...) na roda, e caza dos

Expostos, serão recebidos os orfaons desamparados, menores de 7 anos”¹³⁶. De acordo com o art. 6º, deveria a casa ter uma roda, de modo a manter o anonimato de quem expusesse uma criança. Esse desejo era, há muito, preiteado por administradores municipais, principalmente se lembrarmos que a prática mais comum era a de colocar as crianças em portas residenciais.

Os altos índices de mortalidade dos expostos nas diversas instituições sempre foi um fator de preocupação, conforme evidenciam Donzelot (1980), Sá (1995), Bardet e Faron (1998), Marcílio (1998), Venâncio (1999a), Gondra e Garcia (2004), Gondra (2004a). Analisando a situação da Santa Casa do Rio de Janeiro, Gondra e Garcia (2004) observam que a preocupação dos médicos, em meados do século XIX, com esse problema era grande, uma vez que os índices de mortalidade chegavam a 80% entre as crianças expostas. Os médicos sinalizavam para diversos fatores relacionados ao encurtamento da vida das crianças entregues a essa instituição:

Entre os problemas apontados, podemos destacar, na visão higienista, a inadequação do prédio que abrigava as crianças, a má circulação do ar e seu alto índice de contaminação, a temperatura e umidade elevadas, insalubridade, total falta de higiene nas acomodações e roupas das crianças, a dificuldade no controle das amas, características físicas e morais da ama ideal. Ao lado disso, discute-se também a habilitação, a fiscalização e a remuneração das amas, aspectos importantes para elevar a qualidade das mesmas. Todas essas questões eram relevantes, dada a recorrência de epidemias, responsáveis, em parte, pela morte de crianças (GONDRA; GARCIA, 2004, p.75).

Acreditamos que o Dr. Anastácio tinha conhecimento desses problemas enfrentados pela Santa Casa do Rio de Janeiro, em decorrência de suas viagens para essa cidade e por freqüentar instituições vinculadas à questão da medicina. É assim que o processo de identificação das crianças a serem recebidas na Casa dos Expostos se assemelha com outros tantos: receber na roda¹³⁷, batizar¹³⁸ e matricular. A preocupação com a preservação e proteção da criança é eminente. Os cuidados com a higiene são explicitados em alguns dos artigos. Cada criança deveria ter seu próprio berço, “as crianças doentes, particularmente as

¹³⁶ Sinalizamos para o fato de que, muitas vezes, na documentação, há uma ambigüidade no emprego de órfãos e expostos, sendo, em grande parte, empregado o termo *desvalido para ambos*. Se podemos estabelecer uma diferença básica entre expostos e órfãos, poderíamos afirmar que, dos expostos, não se conheciam seus progenitores, ao passo que, dos órfãos, ao menos um era conhecido.

¹³⁷ Para Donzelot, foi a conjugação do desejo de *unir respeito à vida* e do *respeito à honra familiar* que impulsionou a criação, na metade dos oitocentos, de um aparelho que marcaria profundamente a assistência à criança abandonada, a tão propagada *roda* (DONZELOT, 1980, p.30).

¹³⁸ O cuidado com o batismo das crianças era levado a sério, tanto por quem enjeitava, quanto por quem administrava as instituições de acolhimento, como também pela população, principalmente devido ao aspecto teológico. Se, por um acaso, houvesse dúvida de que a criança enjeitada não recebera esse sacramento, o batismo era imediatamente providenciado, pois “através do batismo as crianças adquiriam alma e purificavam-se do pecado original. O batismo era também condição essencial a um enterro em chão sagrado” (SÁ, 1995, p.47).

de molestias contagiosas, como sarna, aphtas, etc. devem ser muito cuidadosamente separadas, assim como as suas amas, de todas as outras” (Regulamento dos Expostos. *Apud* PASSOS, 1929).

A Junta Caritativa¹³⁹ deveria ter a maior e mais *escrupulosa vigilância*. Segundo seu art. 10º, ao menos uma ama de leite deveria ter a casa, e tanto ela como as demais só seriam contratadas após o médico as examinar e declarar que eram portadoras de qualidades *para serem boas amas*. Mas não bastava a declaração médica, outra medida era necessária: ser reconhecida por uma moralidade “correta”. Nesse sentido, preferência era dada às mulheres casadas.

Os estipêndios para as criadeiras não diferiam do que a Câmara pagava anteriormente. Entretanto, com o *Regulamento dos expostos*, passariam as amas por uma distinção entre amas que amamentavam e as que criavam a criança após o período de amamentação. Pelo *Regulamento*, essa distinção recairia sobre os valores pagos às amas. As amas de leite receberiam três mil réis, enquanto as amas secas, dois mil e quinhentos réis. Como forma de incentivar maior cuidado com as crianças, estipulava-se o pagamento de prêmio para as amas após os doze meses previstos para a lactação das crianças, *conforme o tiverem merecido* e a avaliação da Junta Caritativa. Essa instituição não deveria, no entanto, permitir que os valores fossem inferiores a dois mil réis nem superiores a quatro mil¹⁴⁰. Passado o período da lactação, as amas continuariam com as crianças até que completassem cinco anos.

Ainda em relação aos cuidados e tratamentos das crianças recebidas na Casa, um médico rotineiramente precisaria visitar a instituição, e a Junta Caritativa¹⁴¹ também se incumbiria dessa tarefa. Em caso de doenças, o médico da Santa Casa emitiria as receitas para que essa instituição ordenasse o pagamento, “(...) assim como para outras indispensáveis aos Expostos, e desamparados menores de 7 annos” (*Apud* PASSOS, 1929). Para cobrir essas

¹³⁹ De acordo com o regulamento, no seu artigo 3º, a Junta Caritativa seria composta por cinco associadas, eleitas pelas demais, sendo que a mais votada seria a presidente. Depois de constituída a *Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses*, a presidência recaiu sobre a Baronesa de Curvello.

¹⁴⁰ Em vários trabalhos, tem-se demonstrado que os valores pagos às famílias que criavam os expostos eram extremamente baixos. Logo, poderíamos dizer que esta atividade de criar crianças enjeitadas não consistiria numa “profissão”. Renato Pinto Venâncio (1999) chama a atenção para o caso dos pagamentos feitos no Rio de Janeiro pela Santa Casa. Segundo o autor, “(...) o pagamento mensal pela criação dos expostos permitia a compra diária de um litro de farinha de mandioca e de algumas fatias de carne-seca, alimentos básicos de consumo dos escravos e pobres do meio urbano” (VENÂNCIO, 1999a, p.61). Em Sabará, isso não deveria divergir muito, pois as reclamações do elevado custo de vida, na cidade, eram rotina. Em 1857, a Câmara avaliava que, para se alimentar, um trabalhador precisaria de pelo menos 200 réis diários, do que de longe ficavam os valores pagos aos que criavam uma criança exposta.

¹⁴¹ Conforme o *Regulamento*, a Santa Casa deveria também nomear um dos seus mordomos para auxiliar no acompanhamento dos trabalhos da casa.

despesas, a cada três meses, a *Sociedade das Senhoras Sabarenses* e a Câmara enviariam a *quantia* necessária.

As crianças que fossem atendidas na Casa deveriam carregar alguns elementos distintivos ou *signal característico* que as fizessem facilmente identificáveis, como, o uniforme e o “*sello de chumbo*”. Esse selo deveria ficar preso ao pescoço por *uma liga preta*, de modo que as crianças não pudessem retirá-lo. “No selo estará gravada de um lado — Municipalidade de Sabará — e mais abaixo 1853 — e do outro lado — Beneficencia das Senhoras Sabarenses” (Apud PASSOS, 1929).

É possível que, diante desse mecanismo, esteja embutida não só a ampliação da vigilância sobre as crianças, como a necessidade de evidenciar os responsáveis por essa assistência. Enquanto as crianças estivessem na Casa, deveriam vestir-se com um uniforme, *economico e asseiado*. Assim, toda a população poderia, ao mesmo tempo, vigiar as crianças e (re)conhecer o trabalho da administração e das *Senhoras Sabarenses*.

Uma sociedade que se quer *illustrada* precisava investir na instrução de seus indivíduos, ainda que essa instrução se diferenciasse da instrução recebida pelos grupos socialmente distintos. Era fundamental educar os *infelizes* para que no futuro se tornassem menos perigosos. É desse modo que as crianças da Casa sabarense, ao completarem cinco anos, iniciariam seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Os meninos freqüentariam aulas públicas até os 10 anos, quando deveriam sair da escola, para serem encaminhados ao aprendizado de algum trabalho em casas de lavradores ou de mestres de ofício. Antes de serem encaminhados aos mestres ou lavradores, levar-se-ia em conta as aptidões de cada um, para melhor aprendizado. De acordo com o *Regulamento*, os meninos nessas condições mereceriam um salário, do qual a Junta Caritativa, como *desvelada* mãe, poderia reverter uma parte para a Casa, quando achasse mais conveniente, com o argumento de ter o estabelecimento conservado a vida das crianças.

Com o intuito de planejar alternativa de trabalho para os meninos, por que não pensar, como possível devotamento de gratidão por parte dos expostos, estava previsto no art. 29º que “(...) os Expostos do sexo masculino terão preferencia em os empregos publicos Municipaes, sejam quaes forem os lugares, com tanto que elles possuão desempenhar seus deveres com aquellas vantagens, que sejam todas a beneficio do mesmo publico” (Apud PASSOS, 1929).

Se os meninos iriam para as escolas públicas, as meninas, por sua vez, deveriam ser educadas na Casa, onde aprenderiam a ler, escrever, costurar, além do aprendizado de trabalhos que lhes oferecessem condições futuras para desempenharem o papel de boas donas de casa ou criadas de servir. Para elas, a saída ficava condicionada pela idade; enquanto não

completassem 15 anos, as meninas eram proibidas de sair da Casa devendo nessa fase ficarem sob os olhos atentos da instituição. Até essa idade, as educandas mais velhas auxiliariam na manutenção da instituição, o que possibilitaria economia no pagamento de serventes, embora essas meninas pudessem receber algum salário. Da Casa saíam ou para se casarem, ou para exercerem trabalhos domésticos em *casas honestas*, devendo, para isso, a Sociedade de Beneficência averiguar pormenorizadamente a probidade da família que receberia a jovem.

Tratava-se de cuidados, para evitar aquilo que era o grande temor da sociedade: a prostituição das expostas, temor ainda mais acentuado pelo desejo de se formar moças honradas, com *virtudes religiosas*. Para essa formação virtuosa, a Junta Caritativa trabalharia a fim de incentivar o casamento de suas protegidas, fornecendo-lhes dote. Como assinala Donzelot (1980), o dote foi, durante muito tempo, fundamental para a *posição social* da mulher e, no caso das expostas, funcionaria como um elemento incentivador para o casamento.

Para coordenar todo o processo de formação moral, de educação e instrução, o *Regulamento*, no artigo 23, projeta, em uma figura feminina, o ideal de uma “mãe”, identificada como *Regente*. Essa mulher atuaria como professora da Casa, administrando-a no dia-a-dia, cuidando de todos os detalhes.

Colocar em funcionamento a Casa que receberia os expostos e órfãos pobres não foi tarefa fácil. Após solenidade de instalação da Sociedade de Beneficência¹⁴², veio a tarefa de executar o projeto. Um dos primeiros passos seria o de adaptar o espaço cedido pela *Irmandade de Misericórdia* para a nova atividade, tarefa da qual se incumbira o Dr. Anastácio. Mas, ao adentrar pelo recinto, espantava-se esse médico, relatando aos colegas: “(...) não podia julgar do estado ruínozo dessa casa, por que ainda não a tinha examinado; foi depois que recebi as suas chaves que, examinando-a, vi, que era necessario senão repara-la inteiramente, ao menos o era na sua maior parte, e para esta obra precisava-se de barrotes, baldrames, portões, linhas, taboado, forros...” (CMS ATA 013 F 196 v - 7/10/1853).

Diante dos fatos, comunicava aos demais vereadores que encomendara todos os materiais necessários para a reforma e ainda que as despesas correriam por conta da Câmara, pois

¹⁴² A solenidade ocorreu em 02 de julho de 1853. Em 02 de julho também ocorriam as eleições da Mesa Administrativa da *Irmandade de Misericórdia* por ser também a data dedicada a festa de Santa Isabel, período atribuído como o da visitação de Maria de Nazaré a sua prima Isabel.

(...) a Sociedade agora é que se vai constituir, não tem ainda os precisos recursos para acudir as suas mais urgentes precisões; conto pois que vós me atorisareis para as despesas desta obra, em quanto o novo budget desta caza não se contempla uma quantia destinada aos socorros de um estabellecimento que vai atestar nossos sentimentos humanitarios e nossa civilização, e o que mais é de conformidade com as disposições de nossa ley fundamental (CMS ATA 013, Folhas 196 V, 197, 7/10/1853).

A posição do Dr. Anastácio reforçava todo o seu processo de intervenção em diversas instâncias da cidade. As condições inadequadas da casa eram vistas pelo médico como possível foco de disseminação de doenças. Era preciso, pois, prevenir os males decorrentes de “tanta” insalubridade. Mais uma vez, o médico faz-se presente, e para analisar sua conduta, a afirmação de Machado (1978) nos fornece subsídios para refletir sobre o trabalho do Dr. Anastácio:

A inserção do individuo no social, a necessidade de conhecer o meio e agir sobre ele para proteger o indivíduo, não significa que a medicina sai do seu campo próprio de ação ou reivindica essa participação através de tarefas laterais que venham se justapor à essência do pensamento e da prática médica. O encargo do social diz respeito ao médico enquanto médico e porque é médico, atinge o essencial de sua profissão e de sua formação. A medicina social é basicamente uma medicina preventiva. No momento em que, pela primeira vez, se pensa em prevenção e se organiza um dispositivo para realizá-la, a medicina situa as causas naquilo que o cerca, em sua circunvizinhança, no meio ambiente (MACHADO *et al.*, 1978, p.254).

As condições higiênicas e a falta de verba foram, em um primeiro momento, os dois maiores entraves para dar seqüência ao projeto da Casa dos expostos. Diante dos valores elevados com a reforma, propõe-se o Dr. Anastácio a compra de uma propriedade que oferecesse melhores condições para o atendimento das crianças. A Câmara pede então autorização ao presidente da província, Francisco Diogo Pereira Vasconcelos¹⁴³, para que comprasse uma casa. Receberiam, em fins de 1853, louvores pelo *zelo* em promover esse tipo de estabelecimento, mas deveria a Câmara incluir, em seu orçamento, os valores para compra da casa. Assim, Foi escolhida uma propriedade, avaliada em 1:000\$000 réis, que, no diagnóstico do Dr. Anastácio, oferecia condições mais *vantajosas*, além de oferecer alguns cômodos, “(...) como por que tem bastante terreno, um bom logar, agua dentro para horta, e mais tarde poderá ter agua sempre potável, condusida da fonte que dá para o Chafariz da Praça do Presidente, sendo convenientemente canalizada” (CMS ATA 013, Folha 226V, 07/01/1854).

Um ano depois de apresentar a proposta à Mesa Administrativa da Santa Casa, a respeito do pedido do *cômodo* para abrigar os *desvalidos da sorte*, encontrava-se o Dr.

¹⁴³ Dr. Anastácio tratava o Presidente como *distincto e ilustrado Mineiro* do qual se esperava uma *intelligente e activa Administração*.

Anastácio a lastimar que a Sociedade de Beneficência não houvesse ainda entrado nos seus *serviços humanitários*,

por falta de uma casa com os indispensáveis acomodações para recebimento de Expósitos, e Orphãos desvalidos. A parte da casa do Hospital cedida a esta Camara por a Mesa Administrativa do mesmo, para o estabelecimento da roda e criação de orphãos desvalidos do Municipio, foi entre a referida Administração por que os concertos de que carecia equivalião a uma casa inteiramente nova, acontecendo que as despezas para taes concertos não compensarão por meio das accomodações as mais precisas, que a Sociedade carece (CMS ATA 013 Folhas 225V, 226, 07/01/1854).

Diante da negativa de apoio financeiro, por parte da administração provincial, Dr. Anastácio procurou outros meios para financiar o empreendimento. Solicitou à Câmara o dinheiro para aquisição da referida casa, em percurso que só começou a concretizar-se em 1854, com a destinação de verba, pelo município, para tal finalidade¹⁴⁴. Para o orçamento das despesas de outubro de 1854 a setembro 1855, foram orçados 300 mil réis para os cuidados com os expostos e dois contos e quinhentos mil para a compra da Casa.

Toda essa mobilização para adquirir a casa teve outro ponto de vista dos adversários desse médico. Em correspondência enviada ao jornal *Correio Official de Minas*, José Lopes da Silva Vianna¹⁴⁵ afirmava que o Dr. Anastácio, ao escolher a casa pela qual se “enamorado”, teria dado início a um grande disparate. A casa, contígua à Santa Casa, estava, na ocasião, alugada. Do aluguel, retirava a Santa Casa, anualmente, mais de cem mil réis. No entanto, o Dr. Anastácio havia “reprovado” as instalações da casa. De acordo com José Lopes da Silva Vianna,

O sr. Symphronio obrigando o inquilino a despejar a casa, tomou conta della, e mandou desmanchal-a, supponho que para construil-a de novo, porque comprou madeiras, que as fez depositar na praça do Presidente, porem de repente mudou de resolução e abandonou tudo! O terreno, onde estava a casa do hospital desmanchada pelo sr. Symphronio passou a servir de curral ou chiqueiro, onde erão recolhidos os porcos, que erão apreendidos nas ruas, as madeiras alhi ficarão estendidas na praça até que sobrevindo em uma ds noites de mez de dezembro uma grande e copiosa chuva, o córrego do Hospício as suspendeo, e as trouxe de encontro a minha casa, danificando-a e perdendo-se uma boa porção dessas madeiras, que o córrego levou para o rio Sabará! (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º128, p.5 - suplemento - 14/04/1858).

¹⁴⁴ Para manter essa casa, o regulamento previa três fontes de recursos: das sócias da *Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses*, da câmara municipal, das ordens 3.^{as} e irmandades quando solicitadas.

¹⁴⁵ Foi vice-presidente da província de Minas Gerais em 1852, membro da Irmandade de Misericórdia, vereador de Sabará, advogado, juiz.

Ainda conforme esse denunciante, no lugar da referida casa, a Santa Casa construiu no local, em menos de dois anos, o prédio do novo hospital, para onde, em julho de 1857, já havia transferido os enfermos. Afirmava José Lopes que a casa alugada para abrigar os expostos, na qual se colocou a Regente, também não cumpria seus propósitos de cuidar dos expostos e órfãos pobres. Fazemos uma pequena intervenção sobre o percurso da construção da Casa e nos detemos na escolha da *Regente* que ficaria responsável pela coordenação da instituição. Afirmava o Dr. Anastácio que, ao procurar a *Regente*, tentou observar “(...) as qualidades que deve reunir a pessoa destinada a caza de uma próle, que lhe dará o doce nome de may”. Nessa procura, encontrou Maria Vicencia do Bom Sucesso, mulher “(...) doptada de todas as qualidades desejaveis na actualidade” (CMS ATA 013, Folha 197, 07/10/1853).

Como já sinalizamos em outro trabalho (SANTOS; FARIA FILHO, 2003), Maria Vicencia do Bom Sucesso havia atuado como professora de filhos de ingleses no Gongo Socco, região de mineração. Chegou à cidade de Sabará, em setembro de 1853. Para essa professora providenciou o Dr. Anastácio uma casa a fim de que aguardasse o dia de exercer suas novas atividades. Por sua *boa conduta*, viram algumas famílias, nessa professora, as condições ideais para dar aulas a meninas de famílias mais abastadas do lugar.

Para o Dr. Anastácio, essa “parceria” era uma ótima oportunidade para a Sociedade de Beneficência ter uma renda extra. Pedia então o presidente da Câmara, para que autorizasse essa atividade, enquanto a Casa dos expostos não ficasse pronta, e o número de meninas assistidas na casa fosse pequeno. Autorização concedida, dar-se-ia início à efetivação de uma escola particular do sexo feminino na cidade. Maria Vicencia do Bom Sucesso passaria a ensinar a ler, escrever, contar, cozer, atendendo a alunas *internas*, *meias pensionistas* e *externas*.

Esse meio de conseguir “renda extra” pode ter levado à denominação variada com a qual a Casa dos expostos conviveria ao ser mencionada. Até o ano financeiro de 1.º de Outubro de 1856 a 30 de Setembro de 1857, a rubrica nos orçamentos municipais para essa Casa trazia a denominação de *expostos*, mas, nos três anos financeiros seguintes, a referência seguiu as seguintes atribuições: *Casa de beneficencia e expostos*, *Casa de beneficencia*, *Collegio de Beneficencia*. Mudança que podemos considerar não ser de simples troca de nomenclatura, mas de afirmação da instituição na cidade, e do direcionamento que orientaria sua atividade vinculada à instrução do sexo feminino.

Se por um lado a Casa tinha no Dr. Anastácio e demais vereadores todo apoio, por outro, ela foi vista como desnecessária por muitos, pois os gastos estavam acima dos praticados com os cuidados com os expostos. Dr. Anastácio não aceitava o fato desse projeto

de assistência não ter merecido do presidente da província, Herculano Ferreira Penna, no seu relatório de 1856, nenhuma palavra. Essa ausência da Casa no relatório do Presidente, levaria o vereador e deputado provincial, em 1857, a discutir, nas sessões da Assembléia Legislativa, a existência da Casa, ao mesmo tempo em que seria questionado por colegas quanto aos gastos e condições morais da Casa. Esse evento, nós o apontamos como um dos fatores que pode ter influenciado no declínio da instituição que mal acabava de “nascer”.

Mencionamos, na introdução desta dissertação, que o Dr. Anastácio, na 11^a legislatura, mobilizou muitos dos debates na Assembléia Legislativa Provincial. Nessa legislatura, a Casa dos expostos ganhou visibilidade expressiva. Na Assembléia, Dr. Anastácio tratou logo de apresentar projetos que favorecesse a Sociedade de Beneficência. O primeiro foi o projeto em que pedia autorização para o governo provincial conceder à Sociedade loterias até que atingisse três contos e duzentos mil réis. Esse projeto foi aprovado e se transformou na Lei n.º 756 de 30/04/1856. Outro projeto, em benefício da Sociedade, pedia dois contos de réis para auxiliar na compra da Casa dos expostos¹⁴⁶, valor que constaria no orçamento aprovado para a Câmara de Sabará.

No segundo ano da legislatura, 1857, as discussões em torno da Casa de Beneficência ficaram acirradas. Alguns deputados questionaram as oscilações no orçamento da Câmara e pediram ao seu presidente e deputado, Dr. Anastácio, que explicasse os motivos dessa diferença. Alegava o deputado que a alteração era em decorrência do desmembramento da vila de Santa Luzia do termo de Sabará. Seus opositores, entretanto, haviam sugerido a existência do emprego inadequado dos recursos municipais com obras, sem os devidos orçamentos. Dentre essas obras, apontavam para os gastos elevados com a Casa de Beneficência. A verba, para o Dr. Anastácio, estava muito bem empregada, uma vez que se tratava de um recurso destinado à criação dos expostos e órfãos pobres (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º52, p.1, 1857).

Seguindo pistas nos discursos proferidos na Assembléia, percebemos que, no ano de 1856, a Sociedade de Beneficência viu-se envolvida em escândalo o qual colaboraria para muitas das suas dificuldades. Tal situação encontrava-se atrelada às disputas políticas da cidade; ela seria, desse modo, motivo para muitas contendas. Para alguns deputados provinciais, essa instituição, diante de denúncias que denegriam sua imagem, *não merecia proteção* dos cofres públicos.

¹⁴⁶ Ver em anexo. Anexo 3.

Para o Dr. Anastácio, o presidente Herculanno Ferreira Penna não mencionou nada em seu relatório dirigido à Assembléia sobre a Casa dos expostos e Sociedade de Beneficência por ter recebido *informações contra esse estabelecimento*. Informações essas que o Dr. Anastácio atribuía a dois de seus maiores adversários políticos – Quintiliano José da Silva e José Lopes da Silva Vianna.

Declarava o Dr. Anastácio que, como médico de uma *infeliz família* moradora da cidade de Sabará, a qual sempre viveu *honestamente*, ao morrer a chefe da família, viu-se reduzido a total orfandade dois meninos, quatro meninas menores, sendo uma de 14 e outra de 16 anos. Como não possuíam nenhum recurso, fez-lhes o Dr. Anastácio a proposta de se dirigirem à Casa da Sociedade de Beneficência para ali se abrigarem. Os jovens foram, então, recebidos, provisoriamente, em casa de uma *conhecida* e deveriam aguardar pela mudança. A situação provisória, contudo, durou mais de dois meses, o que, segundo o Dr. Anastácio, ocorreu devido ao fato de ter ele adoecido. Estando de *cama* todo esse período, o médico pôde apenas enviar aos órfãos recursos para a alimentação.

Mas o temor do vereador referia-se ao estado órfã mais velha. Para o Dr. Anastácio, era necessário “(...) evitar as consequências de toda a sorte de males que podem sobrevir a um sexo tão fragil, e não tendo na terra nem uma só pessoa que por ella se interessasse, visto como já é opha de mãe, e em quanto tenha pai, não sabe por onde anda”, acabou por engravidar. A gravidez da moça para muitos tinha como responsável o irmão da Regente da Casa, o qual também era professor da instituição, atribuição contestada enfaticamente pelo Dr. Anastácio.

João Baptista da Silva seria o *moço* acusado de *offender* a jovem e contra quem se instaurou um processo. Garantia o Dr. Anastácio que nem o acusado, nem outro adentrara a Casa, e que tanto a Regente, como seu irmão eram merecedores de confiança, pois “(...) são pessoas honradas, cuja conducta só os que embirrarrão com aquelle philantropico estabelecimento, são os que censurarão a estas duas pessoas”. Seriam, assim, infundadas as acusações e desconfianças, e o Dr. Anastácio assegurava ainda: “(...) sei que essa infeliz moça já foi offendida, quando entrou para a casa lançou uma criança de 2 a 3 mezes, quando ella apenas estava na casa a uns 20 dias. Eis as razões por onde sei. O homem que conhece de medicina, conhece da idade do feto pelo seu tamanho pelo estado de desenvolvimento do mesmo” (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º56, p.5-6, 1857).

Para reforçar as críticas à Casa dos Expostos, José Lopes da Silva Vianna, em correspondência que enviara para o Correio Oficial de Minas, dizia que de exposto na casa só existia o nome. Afirmava que não se recebia nela os enjeitados e que lá nem existia uma ama

de leite, muito menos roda, “(...) existem lá umas meninas maiores de sete annos, e algumas já moças, que consta, que são mantidas e sustentadas à custa do cofre municipal sem lei, que autorise tal despeza; essa caza – de expostos – só tem o nome, e é um dos sorvedouros das rendas municipaes!” (CORREIO OFFICIAL DE MINAS, n.º128, p. 5- suplemento - 14/04/1858).

Diante desse embate, a Câmara foi chamada a dar sua versão. Em officio dirigido ao presidente da província, os vereadores afirmavam que o *estabelecimento de caridade* recebia tanto expostos como órfãos, mas que não “(...) pôde [até aquele momento] prestar-se do grande numero de infeliz que delle precisa por faltar a esta Camara os recursos pecuniários para montar um estabelecimento em ponto de remediar o maior numero”. Afirmavam também que a Casa, desde a criação, sustentara dezenove órfãos os quais recebiam educação e instrução. Marcavam como aspecto importante a administração da Casa pela Sociedade de Beneficência e a existência, na instituição, de aulas particulares, que atendiam vinte e nove externos, o que possibilitava renda para a manutenção da instituição.

Mesmo sem muitos dados do período de 1855 a início de 1858, sabemos que a Câmara deu autorização para recolher as crianças expostas sob sua responsabilidade à Casa de Beneficência, em 1858. Podemos verificar que essa medida foi efetivada a partir do relato do Fiscal da cidade, em que ele afirma que, ao se incumbir da tarefa de recolher os expostos, encontrou recusa por parte de duas criadoras, Anna Joaquina da Paixão, moradora em Curral d'El Rei, e Dona Maria Barbara, moradora da cidade de Sabará. Além de se recusarem a entregar as crianças, dispensaram essas criadeiras as mensalidades pagas pela Câmara (CMS ATA 015, Folha 30, 08/07/1858). O *Zello philantropico* foi elogiado pelos membros da comissão de legislação e posturas. Mas Anna Joaquina da Paixão não deixou de pedir os vencimentos de sua exposta¹⁴⁷ referentes ao período que ia até outubro daquele ano.

Desde meados de 1858, o procurador da Câmara vinha sinalizando para o fim da cota da Casa de Beneficência. Com o afastamento gradativo do Dr. Anastácio da Câmara, percebemos um enfraquecimento do movimento relacionado à questão dos expostos. Esse enfraquecimento, político e econômico, resultariam no pedido do vereador Candido Jose dos Santos Broxado, em abril de 1859, de cancelamento da cota anual destinada à Casa de Beneficência. Para não fechá-la de imediato, a Câmara solicitou ao governo provincial recursos para manter a Casa nos últimos seis meses daquele ano¹⁴⁸. Rogava esse vereador para

¹⁴⁷ Leopoldina estava com Anna Joaquina da Paixão desde 1852.

¹⁴⁸ A resposta viria em junho daquele ano. O governo provincial argumentaria que não dispunha de nenhuma cota no orçamento provincial para esse fim.

que o mordomo da Capela da Santa Casa repassasse, para a Sociedade de Beneficência, dinheiro a que tinha direito, de modo a minorar a situação (CMS ATA 015, Folha 71, 77V, 12/04/1859). Para o ano financeiro de 01 de outubro de 1859 a 30 de setembro de 1860, ainda foi a instituição contemplada com 1:400\$000.

Se a Casa passava por dificuldades para se manter, a princípio parece que não foi atingido o serviço para o qual se prestara, pois, no relatório da Comissão de Visitas de julho de 1859, os *cidadãos* Eduardo José de Moura, José Pedro Alves Horta, Antonio Maria da Silva e Candido José Martins Alvarenga rendiam-se em elogios tanto à Santa Casa, quanto à Casa de Beneficência. Mas o requerimento de um vereador¹⁴⁹ colocaria a Câmara em situação de alerta. Dizia o requerente que ficara sabendo de acontecimentos ocorridos na Casa de Beneficência, os quais demonstravam “(...) que ali não [existia] a precisa regularidade e moralidade necessária em tal estabelecimento” (CMS ATA 015, 1859).

As desconfianças tinham por base a retirada de algumas alunas¹⁵⁰ do colégio. O primeiro caso envolvia três enteadas de um Capitão, no qual estaria envolvido também um dos irmãos da Regente da Casa. O segundo era com a filha de um tenente que também a retirou; novamente envolvia a figura de um dos irmãos da Regente. Teria um deles trocado uma moeda de ouro para a menina, além de essa levar algumas quantias *pequenas* em notas, as quais foram *subtraídas* do pai. Ainda pesavam sobre a Casa dúvidas a respeito da saída ou fuga de uma órfã, que também teria, com um dos irmãos da Regente, envolvimento com possíveis *seduções*. Para encerrar, queria o vereador saber se era verídico que os irmãos da Regente – Paulo e João – moravam na Casa. A Câmara mais que depressa mandou o fiscal averiguar.

Em novo relatório da Comissão de Visitas em outubro de 1859, Antonio Maria Alfredo, Ildefonso Augusto e Silva e Eduardo José de Moura afirmavam existir quatorze órfãos na Casa de Beneficência, classificando-a de *grande utilidade*. Mas, diante de tantas queixas, denúncias e dúvidas, não restaram muitas opções para a Regente da Casa, que viu os nomes de seus irmãos envolvidos nos casos. Entregou o pedido de demissão em 23 de outubro de 1859, dando início ao processo de fechamento da Casa. Assim sairia sua ajudante, Maria Thomazia Jacinta do Carmo, João Guilherme Gomes da Cruz, o irmão, professor e secretário da Casa. Com eles, as portas foram cerradas, decidindo a Câmara “(...) arbitrar novamente a quantia de 4\$000 réis mensaes para a criação dos Expostos, que já se achão matriculados, a

¹⁴⁹ Barão de Curvello assumiu a função por ausência de outros vereadores.

¹⁵⁰ Alunas as quais as famílias pagavam as aulas.

contar desta data em diante, e bem assim dos que forem sendo daqui por diante” (CMS ATA 015, Folha 153V, 20/04/1860).

Ao final desse processo, o Dr. Anastácio não atuava mais como vereador, talvez decepcionado com a política. Seus discursos também não aparecem mais nas atas da Câmara. Certeza mesmo é a de que, em fins de 1858, foi-lhe exposta uma menina (Luiza) a quem batizaria em 1859. Além disso, registramos que, nas eleições de 1860, esse médico recebeu um número de votos inexpressivos (23) diante dos que recebera nas duas eleições anteriores e que o levaram a presidência da Câmara.

Fim de uma utopia? Verídicas todas as acusações contra a instituição que acabava de “nascer”? Intrigas políticas? Muito dinheiro público para um grupo que, em sua grande maioria, era assistido por particulares? Essas são perguntas que não nos foi possível responder, mas um ponto não se pode furtar, de 1853 a 1860, a questão da assistência esteve no centro das discussões da Câmara.

3.5. Indícios para algumas trajetórias de expostos

Para Vanda Praxedes (2003), nas Minas Gerais,

(...) o viver colonial caracterizou-se pela fluidez, mobilidade espacial, porém, quanto mais avançava o século, mais as diferenças sociais se acentuavam. A sociedade que aqui se constituiu caracterizou-se também por uma hierarquia baseada no nascimento, no privilégio, na religião e em cabedais. O nascimento e privilégio definiam, posicionavam e distinguiam os indivíduos (p.78).

Esse *viver colonial* adentraria o século XIX também, marcando, de modo significativo, a vida de milhares de crianças com a condição de *exposta*. Raros são os registros da vida de expostos quando atingiam a vida adulta. Mesmo na infância e juventude, suas marcas pessoais são por nós praticamente desconhecidas. Diante de certo apagamento da história dos expostos, é na documentação, na maior parte, de origem administrativa que tentamos apreender parte da vida daqueles(as) que foram abandonados(as) em tenra idade, ou perderam laços familiares em idade mais elevada por motivos como morte, pobreza e abandono de seus progenitores.

Trata-se de um grupo que foi englobado no bojo dos expostos para poderem receber principalmente auxílio público¹⁵¹ (MARCÍLIO, 1998; SOUZA, 1996; VENÂNCIO, 1999).

Para acompanhar de “perto” a situação de alguns expostos, preferimos um caso já mencionado, filhas e filhos do Padre Mariano de Souza Silvino¹⁵². Conforme o próprio padre, estando doente e com receio de morrer a qualquer momento, decidiu fazer seu testamento, em 1841¹⁵³. Na ocasião, nomeou três testamenteiros, o primeiro, seu filho mais velho, Joam Nepomuceno Silvino, a segunda testamenteira, Marianna Carolina de Oliveira, e, em terceiro, Bruzida Candida de Sam Camillo, mulheres que provavelmente pertenciam ao círculo de amizade do sacerdote. Participaram da suas declarações testamentárias, além do tabelião Antonio Avelino da Silva Diniz, cinco testemunhas: Jose Siverianno Coutinho Rangel, Tenente Francisco Xavier Barboza, Felicíssimo dos Santos Ferreira, Antonio Jose de Sam Paio, Joam da Matta Xavier. Esse grupo de testemunhas era formado por políticos e cidadãos economicamente ativos da cidade, dentre os quais, encontravam-se ex-membros da *Sociedade Pacificadora*, da *Irmandade de Misericórdia* e alguns com atuação na administração municipal (CSO – I (112)07, 1841).

No testamento, declarou o Padre que teve dez filhos, dos quais se lembrava dos nomes de: Joam Nepomuceno Silvino, Camillo, Luiz, Joaquim, Maria, Emilia, Maria Madalena. Não recordava na época o nome de três filhas. Uma morava em Sabará, e o padre tinha conhecimento de onde morava e de quem a criava. Outra foi exposta na porta da casa de um padre em Curral de El Rei, e esse padre poderia informar onde a encontrar. A outra vivia em um arraial próximo, também em casa de pessoa do seu conhecimento. Ficava aos testamenteiros a tarefa de revelarem seus nomes após sua morte. Talvez essa medida fosse para evitar maiores constrangimentos.

Analisando o inventário¹⁵⁴, identificamos que, dos filhos menores, quatro passaram pela exposição, Maria Clara, Florianna, Similianna e Joaquim. Não identificamos se os

¹⁵¹ Segundo Venâncio (1999), para atendimento hospitalar, no conjunto da legislação, pode-se “(...) afirmar que, durante os séculos, XVIII e XIX, as leis e os regulamentos não diferenciavam os serviços de socorro destinados à infância carente, classificando toda criança enviada ao auxílio hospitalar na categoria dos enjeitados, sujeitos à proteção pública em virtude da falta de responsabilidade de pais e mães” (VENÂNCIO, 1999, p.36-37).

¹⁵² Inicialmente nos aproximamos do padre Mariano pelas referências sobre o professorado de Sabará. Com uma lista de nomes levantados na pesquisa, passamos a trabalhar com a possibilidade de encontrar testamentos e inventários de alguns desses professores. Na Casa Borba Gato/IPHAN-Museu do Ouro, localizamos alguns, dentre os quais os do padre. Chamou atenção na época o volume do inventário, no qual estava a cópia do testamento. Na leitura do testamento foi que encontramos as referências sobre sua prole exposta.

¹⁵³ Declarou ser filho natural de Anna Joaquina, com batismo em Sabará, e ser presbítero secular do hábito de São Pedro.

¹⁵⁴ Esse inventário ainda precisará de maior esforço para pesquisa. É documento extenso o qual demanda tempo de quem pesquisa, pois, em muitas partes, a leitura torna-se demasiadamente lenta em decorrência da necessidade, em boa parte, de “decifrar” a grafia. Mesmo com essa deficiência, consideramos que os dados

demais também foram enjeitados, sabemos que dois dos filhos mencionados, Camillo e Luiz, aparecem num mapa de alunos de 1832 sem a menção do nome do pai ou da mãe. Percebemos que o Padre tinha um relacionamento mais próximo com seu filho João e a ele entregou a tutoria de todos os filhos menores, assim como a tarefa de tomar todas as providências para o funeral.

Lembramos que, pelas Ordenações Filipinas, sacrilégios¹⁵⁵ seriam os filhos ilegítimos de eclesiásticos e religiosas, fossem com leigos(as) ou entre si (ORDENAÇÕES LIVRO IV; LOPES, 1998; PRAXEDES, 2003). É com esse estigma que a prole do padre Marianno teria de conviver. No seu testamento, não deixou maiores informações sobre a origem dos seus descendentes. É no inventário que podemos conhecer aspectos da vida de seus filhos e filhas. A exemplo disso, nota-se que o Padre deixou, para seus herdeiros, dentre outros bens, casas, cordões de ouro, objetos de casa, como colheres e garfos de prata, seis escravos, além de vários livros, principalmente de filosofia e religião.

Escolhemos, para o trabalho com o inventário, discorrer sobre a situação dos expostos, seguindo a ordem da data de nascimento, pois a organização do inventário dá-se na medida em que surgem as demandas dos peticionários. Nesse sentido, o primeiro caso declarado é o de Maria Clara do Nascimento. De acordo com o testamento, seu pai não se lembrava do seu nome, mas tinha plena consciência de onde ela se encontrava. Maria Clara fora batizada na freguesia de Santo Antonio do Rio Acima, na Capela de Santa Rita do município de Sabará, em 1828¹⁵⁶. Foi colocada à porta da família de Jozé Mendes da Cunha¹⁵⁷. Quando da morte de Padre Mariano, Maria Clara estava com 16 anos. Seu criador, Jozé Mendes da Cunha, já havia falecido, e ela vivia com sua esposa. Moradora do arraial de Santa Rita, Maria Clara entrou com o pedido de emancipação¹⁵⁸ no juizado municipal e de órfãos ao completar seus 21 anos, em 1849, requerendo os bens e seus rendimentos para administrá-los. Inicialmente deferido o pedido, no desenrolar do processo, colocou-se em dúvida a legitimidade da petição. Seu

levantados nesse documento sinaliza vários aspectos envolvidos nos processos de heranças para os expostos. Boa parte da leitura desse documento foi possível graças ao auxílio de Carla Starling, sensível e competente “decifradora” da Casa Borba Gato/IPHAN - Museu do Ouro/ Sabará.

¹⁵⁵ Em Bluteau (1712), Sacrilégio refere-se a *injúria, feita à pessoa ou coisa, ou lugar sagrado*. Corresponde também a “(...) uma das sete espécies de luxúria, e ajuntamento carnal com pessoa, que tem feito de castidade” (BLUTEAU, Tomo VII, p.425).

¹⁵⁶ Consta, na declaração de batismo, a informação de *peçoas fidedignas* que Maria Clara fora exposta em dezembro de 1827 (CSO – I (112)07, F.174, 1849).

¹⁵⁷ Apesar de não haver nenhuma menção no inventário de que Maria Clara tenha sido assistida pela conta dos expostos da Câmara, identificamos indícios de que a família de Jozé Mendes da Cunha recebeu da instituição a cota de criação pelos sete primeiros anos de vida da menina.

¹⁵⁸ Com o artigo primeiro da Resolução de 31 de outubro de 1831, a menoridade dava-se por fim ao se atingir os 21 anos completos. Estava, desse modo, o indivíduo apto para os atos da vida civil. Anteriormente, atingia-se a maioridade aos 25 anos.

advogado, José Lopes da Silva Vianna, questionou arduamente o juiz sobre essa atitude. O problema começou quando o juiz titular, declarando-se por *suspeito* no julgamento de uma petição feita por seu irmão, arrematante das casas deixadas por herança pelo padre, entre as quais Maria Clara tinha direito a uma parte, teve de passar o referido requerimento ao juiz substituto.

O escrivão passou os autos ao juiz substituto, e ele acabou indeferindo o processo, mandando que Maria Clara justificasse se realmente tinha *capacidade suficiente* para guiar-se. Revidava o advogado ao juiz titular, afirmando que o despacho era contraditório aos procedimentos que o juizado adotava com a herdeira, pois o juizado *nunca nomeou-he tutor*, de tal modo que indicava que estava capacitada para dirigir-se. Para o advogado tal conduta servia para submeter a suplicante a um estado *vexatório*, e *injusto*, não tendo a recusa respaldo legal. O advogado, baseado em notas de José Pereira de Cavarlho (1880)¹⁵⁹, chamava a atenção do juiz o fato de estarem previstos em lei os critérios da emancipação. Assim sendo, dispensavam-se provas. Maria Clara apresentou registro de batismo, e, em novo julgamento, foi deferido o pedido.

No arraial de Curral de El Rei, estava outra exposta, Similianna, criada pelo Capitão Damazo da Costa Pacheco. Dela, temos informações dadas pelo seu criador que, ao tomar conhecimento de ser Similianna, herdeira do padre Marianno, recorreu ao juizado para *deffender seus direitos*. Alegava que nunca soubera da identidade dos progenitores da menina, era casado e desejava ser, desse modo, o tutor da referida menina, pois a criou *como filha e lhe tinha amor*, não sendo conveniente que outro fosse o tutor. Com esses argumentos, conseguiu a tutoria. Similianna¹⁶⁰, com isso, conseguiu um tutor fervoroso: foi um dos que mais “fiscalizou” os bens, exigindo sempre as partes de sua tutelada na herança que lhe cabia. Exemplo disso é a solicitação de uma das escravas constantes na herança, para que ficasse a servi-la, porque Similianna estava em *termos de se cazar*.

Outro filho, Joaquim, teve o nome mencionado pelo pai, mas não aparece no testamento que fora enjeitado. Esse exposto teve um destino que pode ter sido o de alguns na

¹⁵⁹ Para José Pereira de Carvalho (1880), como lembrava o advogado ao juiz, a atitude de pedir provas para provar a capacidade de gerir-se, servia para “(...) engrossar as bolsas dos escrivães e juizes, com escândalo dos amigos da ordem, e com incrível prejuizo dos desgraçados orphãos, a quem muitas vezes não chega aquillo que lhes entregão para satisfazerem a importancia de uma enorme papelada, que lhes fazem levar á força. Juizes dos orphãos, evitai semelhantes abusos, que vos desacreditão, mostrando que sacrificais o vosso dever a um vil interesse. Provedores das comarcas, fazei executar a lei, deixando provimentos a este respeito, e castigando exemplarmente os escrivães que se afastarem delles. Advogados, usai daquella nobre audácia, inseparável da vossa honrosa profissão, e não consitais que se fação violencias aos que vos procurão para as evitarem” (CARVALHO, 1880, p.94 do *Formulário*, nota 78).

¹⁶⁰ Localizamos uma Similianna nos anos de 1831 e 1832, criada por Anna Francisca, a qual recebera pagamentos da Câmara pela criação da menina, mas não conseguimos averiguar se se tratava da mesma pessoa.

sua condição e simboliza aquilo que era o desejo de muitos dos administradores públicos: chegara à fase adulta com um ofício, o de sapateiro. Joaquim foi batizado em setembro de 1829, em Sabará, *parvulo* exposto à viúva Josefa Rodrigues da Cruz. Foram seus tutores seus dois irmãos mais velhos, Joam, que após se mudar de Sabará, deixou a tutela para Luiz Silvino.

Dentre os quatro expostos, declarados no inventário, foi Florianna a que menos pôde usufruir da herança. É com certeza a que apresentava o maior grau de pobreza. Como o irmão Joaquim, também foi batizada na freguesia de Sabará, em outubro de 1832, sendo, logo em seguida, entregue a administração municipal e dada a criar à Anna Maria Queiroz, moradora da dita freguesia. Por sete anos, a Câmara assistiu a criação da menina. Quando da declaração da herança de Florianna, ela já estava com doze anos.

Ter uma herança não correspondeu de imediato a uma melhora na qualidade de vida da exposta. A pedido de sua criadeira, foi redigida uma petição, a qual denunciava, ao juiz municipal e dos órfãos, as dificuldades pelas quais a menina passava. Florianna aos quinze anos, embora tivesse herança, não usufruía de seus benefícios, pois “(...) nomeando-se tutor im litem e um Curador no Inventario do fallecido Pai da m.^{ma} elles não cuidão em suas obrigaçoens padecendo a m.^{ma} Menina as maiores necessidades tanto de alimento como de vestuário” (CSO – I (112)07, 1845, Folha142).

A conjuntura em que vivia a *miseravel órfã* Florianna indica a situação a que muitos expostos eram submetidos, o estado de pobreza. Anna Maria de Queiroz teve a iniciativa de pedir uma quantia de dinheiro que propiciasse a compra de vestuário para a menina. Alegando a peticionária a vontade de *continuar no ato de caridade*, apresentava a relação do itens de vestuário necessários para vestir Florianna. Na relação constava: um capote, um chapéu, um lenço de seda, um xale, quatro lenços, quatro vestidos de variedades, uma peça de pano, dois pares de sapato, dois pares de meias, uma coberta e umas *Miçangas para o Pescoço* [que] *se chamam corais*. Perante o pedido, o juiz nomeou-lhe novo tutor e curador. O tutor, após juramento e tomar parte da petição citada, aprovou o pedido da compra de vestuário, pois a *órfã* se achava em *estado de nudez*, mas, com a ressalva de que não estava autorizada a comprar dois assessórios – o chapéu e as miçangas – e lembrava ainda que era preciso adquirir somente o necessário. Logo, esses objetos de adorno não estavam entre as prioridades (CSO – I (112)07, 1845, Folhas145-146).

Dois anos depois, sucumbia Florianna a uma febre que a levaria à morte em 14 de julho de 1847. Após sua morte, uma vez que boa parte de sua herança ainda estava nas mãos do arrematante das casas do finado padre, a Câmara sabarense e sua criadeira entraram com

petições, requerendo as quantias gastas com sua criação. A Câmara alegava, por meio de seu procurador, que havia gasto 100\$800 réis, pagos à criadeira Anna Maria Queiroz, devendo ter preferência no pagamento garantido por lei.

A Câmara, com receio de não receber os dinheiro gasto, solicitava que o juiz mandasse o arrematante das casas que não pagasse nada à Anna Maria de Queiroz, que, dias depois da morte de Florianna, entrou com uma petição na qual pedia as despesas tidas no espaço dos últimos oito anos em que a criou. A criadeira dizia “(...) que teve sua exposta, que foi tratada até a idade de 7 annos pela Camara Municipal; e depois pela Supp^e. que com todo disvello a tratou com sustento, vestuario, e curativo nas enfermidades sem haver quem concorresse com o menor adjuntorio”¹⁶¹. Com esses argumentos, ouvido o curador, considerou-se justo o pedido. Porém, além das certidões de nascimento e óbito, deveria a requerente apresentar um cálculo das despesas feitas principalmente com o vestuário. Sem condições de apresentar esses cálculos, pois não os registrava, dava ao juiz o arbítrio de decidir a quantia que julgasse conveniente. Assim, o juiz decidiu pagar-lhe 421 mil réis, valor do qual recebeu 241\$174 réis em agosto de 1847, o que pode ter causado descontentamento na Câmara já que a instituição havia encaminhado sua petição dias antes da criadeira.

Percebemos que, nos autos desse inventário, aspectos relevantes se relacionam ao tratamento jurídico dos bens dos herdeiros, expostos, filhos de um homem importante da localidade. Com exceção de Florianna, todos os demais, e aí incluímos todos os filhos e filhas, tiveram mais oportunidades de viver melhor. Fatores relacionados às percepções de juizes, tutores, curadores e advogados mostram que os envolvidos, juiz, escrivão, advogado, tinham conhecimentos legais para a execução de suas atividades. Por outro lado, também ficou perceptível que, a princípio, o tratamento, as atenções voltadas para as expostas Florianna e Maria Clara processaram-se de modo mais difícil, o que é bem provável, visto que essas meninas não tiveram tutores “importantes”.

O caso dos filhos expostos de Marianno de Souza Silvino é bem particular, mas indica e reforça uma das vias de criação de crianças enjeitadas, a criação por famílias. Conforme Marcílio (1998), essas crianças, ao serem criadas nesse espaço, tinham chances maiores de sobreviverem do que aquelas criadas em instituições, como as Santas Casas. “Além disso, a criação no lar, sob a proteção de uma família, podia significar maiores oportunidades de, na idade adulta, se estabelecerem e encontrarem casamento” (MARCÍLIO, 1998, p.138).

¹⁶¹ Anna Maria de Queiroz passou, possivelmente, sérias dificuldades, pois, nos primeiros anos de criação de Florianna, os membros da própria Câmara falavam sobre os problemas para se encontrar alguém que aceitasse a criação de uma criança, diante do baixo valor destinado aos que cuidavam de crianças expostas.

Evidentemente, conforme a autora, não se pode generalizar, afirmando que, ao ser criado numa família, o exposto teria melhor tratamento do que numa instituição, já que não podemos descartar que essas famílias faziam parte de uma sociedade imersa na escravidão. Não poucas às vezes, os expostos eram utilizados como mão-de-obra pelas famílias.

Como já mencionamos, não sabemos se os demais filhos do padre Marianno foram expostos, mas o *Mappa*¹⁶² *dos Alumnos*¹⁶³, enviado a presidência da Província pelo professor de primeiras letras, Joaquim Theodoro de Miranda¹⁶⁴, no ano de 1834, fornece-nos alguns indícios para pensar não só sobre esses expostos, como também a respeito de outro caso relacionado a um jovem na condição de enjeitado. Além de filhos das elites, identificamos a presença, nessa “escola”, de crianças mais pobres e crianças expostas (SP- PP142 Cx. 02 P.14 doc 3).

Esse mapa chamou nossa atenção porque, ao identificarmos o nome dos responsáveis pela criação das crianças, encontramos a menção *Educado P.* Há algum tempo, vínhamos levantando a hipótese de que alunos identificados com essa expressão poderiam corresponder a crianças e jovens expostos e/ou órfãos pobres. No decorrer da pesquisa e com ampliação do quadro das fontes, identificamos duas situações que trouxeram maiores evidências para essa suposição.

Conseguimos saber que um aluno, identificado como *Fran.^{co} d’Assis Gomes* – educado por *Antonio Gomes Bap.^{ta}*, tinha muitas chances de pertencer ao número dos enjeitados. Francisco entrou na aula de primeiras letras, em dezessete de outubro de 1831, permanecendo, como aluno freqüente, até o ano do exame (1834), ao qual se refere o mapa. Até aí, não teríamos como afirmar que Francisco estaria na categoria de enjeitado ou órfão pobre. No entanto, três ofícios encaminhados ao presidente da província, Antonio da Costa Pinto, no ano de 1837, pelo juiz dos órfãos, Francisco de Paula Pereira, trouxeram maior lucidez para o caso¹⁶⁵.

Desse modo, podemos dizer que Francisco foi exposto ao Capitão Antonio Gomes Baptista em 1827. No entanto, o Capitão não entrou de imediato com pedido de matrícula na Câmara, criando-o sem os auxílios financeiros dessa casa. Porém, perto da época de Francisco

¹⁶² Ver em anexo. Anexo 4.

¹⁶³ “Mappa dos Alumnos, que comparecerão, e forão examinados no dia 18 de Dezbro do corr.te anno na conformidade do Art. 14º da Resolução do Ex.^{mo} Conselho do Governo de 14 de Abril de 1828. 89 só comparecerão os referidos, faltando 33 huns p. doentes, outros p. falta de vestuario, e outros p. desobedientes. Sabará 23 de Dezembro de 1834. O Professor Joaq. Theodoro de Miranda” (SP- PP142 CX 02 Pac.14 doc 3). Esse mapa, assim como outros mapas escolares, no caso das nossas pesquisas sobre o processo de escolarização na cidade, já indicam para a possibilidade do cruzamento de dados sobre a população local.

¹⁶⁴ Membro da Sociedade Pacificadora e da Irmandade de Misericórdia.

¹⁶⁵ Nesse mesmo ano, foram realizados alguns levantamentos sobre os órfãos e expostos do município.

completar seus sete anos, em 1834, entrou Antonio Gomes Baptista com requerimento na Câmara, a fim de que a casa pagasse a ele pelos cuidados que tivera durante todo o período da criação de Francisco.

O juiz dos órfãos, Francisco de Paula Pereira, no primeiro ofício, informava que havia recebido uma portaria daquele ano para que se identificasse quais meninos estavam em condições de serem enviados ao Arsenal de Guerra¹⁶⁶. Segundo ele, após receber as instruções, passou a procurar por meninos que estivessem em condições de serem encaminhados ao Arsenal e tratou de fazer diligências. Entretanto, o juiz queixava ao Presidente que tal medida não havia surtido muito efeito, pois encontrou poucos meninos que preenchessem os requisitos. Afirmava que, mesmo trabalhando para que fossem encaminhados voluntariamente, encontrou apenas “(...) hum branco engeitado de nome Francisco de Assis Gomes Baptista, de idade de quatorse a quinse annos, creado em casa de Antonio Gomes Baptista: já andou na escola de primeiras letras com pouco, ou nenhum proveito por falta de assiduidade, e [ferir a aplicação]” (PP 1/18 CX. 297, 1837, Pac.13).

Pouco tempo depois, após ter recebido outra portaria sobre o assunto, afirmava o juiz que buscou, cuidadosamente, investigar acerca dos *costumes, e da índole* de Francisco. Dessa pesquisa, concluiu que o menino, *a exceção dos distrahimentos propios da idade*, não possuía vícios, nem imoralidade alguma que fossem do conhecimento de alguém. Francisco foi avaliado pelo juiz como garoto sem desenvoltura, mas que, por outro lado, possuía algo bem valorizado: a obediência. O juiz afiançava ainda que, embora o menino não tivesse ultrapassado o nível das primeiras letras, não era ele *discurioso*, ao ponto de, *dado á entretenimentos pueris*, ter apresentado um *arranjo grosseiro d’um relógio*, indicando,

¹⁶⁶ O recrutamento de crianças para atuarem em conflitos bélicos e na expansão marítima foi utilizado como recurso importante no desenrolar de diversas guerras (VENÂNCIO, 1999b, p.193). O pensamento de que meninos expostos pudessem no futuro se tornarem devotados defensores da pátria, considerando-a como uma família, por ter essa instituição os “criado”, fez parte de projetos de vários Estados europeus, assim como, em alguma medida, de projetos no Brasil. As instituições que criavam crianças expostas, as Santas Casas, por exemplo, enviaram vários dos seus enjeitados para essas atividades. Esses projetos, na medida em que foram mostrando-se falíveis, sofreram modificações, como a estipulação de faixa etária para admitirem-se crianças, e a necessidade de que fossem minimamente preparadas para exercerem as funções de marinheiros. Para fins do século XVIII, o enfoque passa ser este: recrutar, mas com alguma preparação (VENÂNCIO, 1999b, p.195-196). De acordo com Venâncio, no Brasil, com a independência, os legisladores buscaram inspiração principalmente no modelo francês, agregando novas regras para o recrutamento dos aprendizes de marinheiros, e criaram a Companhia de Aprendizes Marinheiros em 1840. Nessa Companhia, não só expostos eram recebidos, mas também meninos oriundos de famílias mais pobres e *delinquentes*. Esses meninos deveriam ter entre 10 e 17 anos, mas era possível aceitar menores de 10 anos que tivessem condições físicas para realizar as atividades a serem desenvolvidas (VENÂNCIO, 1999b, 196-199). Em 1842, buscou-se, com o Regulamento n.º 113 de 03 de janeiro, reorganizar essas companhias. De acordo com esse Regulamento, não se poderia admitir crianças menores de oito anos, nem maiores de doze. Com esse novo regulamento poderiam ser admitidos, *os expostos*, os órfãos *indigentes*, *os menores*, que vivessem abandonados sem um responsável por sua educação, e crianças de famílias que não tivessem *meios de* alimentá-las e educar (Regulamento, n.113, 03/01/1842).

conforme o juiz, *tendência para artista*. Do período escolar, Francisco tinha aprendido também alguns fundamentos de aritmética, *sommar, diminuir, e multiplicar, e até repartir* números de divisores simples (PP 1/18 CX. 297, 1837, Pac. 14).

Após ter sido avaliado, inquirido, indagado, foi o enjeitado Francisco “selecionado” para ser enviado ao Arsenal. Tudo acordado entre o juiz e o *patrono* do menino, Antonio Gomes Baptista. Mas, preparada a partida viu-se o juiz diante de uma situação que o deixaria atordoado. No momento da partida, a esposa do *patrono* recusou-se a entrega Francisco, atitude que causaria grande assombro. Sem saber o que fazer, pedia ajuda ao Presidente, pois *perplexo e por esta inesperada recusa*, precisava de orientação para tomar decisões, se deveria enviar Francisco ou procurar outro menino (PP 1/18 CX. 297, 1837, Pac. 52).

Infelizmente, não localizamos outra referência do enjeitado Francisco, mesmo assim, esses três ofícios possibilitaram-nos circunscrever a tensão existente entre os envolvidos nesse caso. O juiz não estava numa posição muito confortável. Se, por um lado, tinha que cumprir a determinação do Presidente, via-se, por outro, numa situação delicada; afinal, Antonio Gomes Baptista¹⁶⁷ era homem influente na região.

Pesquisar sobre determinados temas, leva-nos, muitas vezes, a partilhar determinados sofrimentos, ainda que tenhamos de manter um distanciamento para que a análise documental seja realizada. É difícil, todavia, não sentir certas angústias. Falar de expostos e órfãos é entrar em contato com o sofrimento. O enjeitado Francisco, aqui tratado, pode ter tido oportunidades que muitos outros não tiveram. Uma dessas oportunidades talvez tenha sido o estabelecimento de laços afetivos com a família que o criou. O que Francisco sentiu ao ser resguardado por sua criadora da partida para o arsenal? O que teria levado essa mulher a ir contra a atitude do marido que o havia apresentado para tal destino? Essas são questões que não podemos responder, mas que inserem o problema da exposição numa rede de relações bem mais complexa.

Desvalidos da sorte, mapear, rastrear, cuidar, educar, escolarizar, instruir. Deixamos de fora muitas outras referências aos expostos. Seus criadores, por exemplo. Identificamos que a maioria das crianças expostas em Sabará, no período da nossa pesquisa, foi deixada em portas de casas de famílias influentes da localidade. Famílias que, pelos indícios, responsabilizaram-se pelo apadrinhamento e criação dessas crianças. Algumas, depois de

¹⁶⁷ Antonio Gomes Baptista foi prior da Ordem 3ª do Carmo e da Irmandade de Misericórdia. Também foi juiz de paz de Sabará, tendo saído do cargo em 1834. Na década de vinte, foi vereador juntamente com Pedro Gomes Nogueira, Antonio Martins da Fonseca, Camillo de Lelis Martins da Costa, Francisco Joze dos Santos Brochado, Francisco de Paula Lopes.

alguns anos, pediam à Câmara algum estipêndio pela criação, outras, em contrapartida, jamais recorreram aos auxílios públicos. Chegamos a levantar que algumas mulheres e homens criaram mais de uma criança sob a responsabilidade dos encargos municipais. Assim, algumas famílias mais abastadas receberam e cuidaram de *enjeitados* por mais de uma vez, como Antonio Gomes Baptista, que criou o exposto Francisco. Poderíamos também ter envolvido mais os juízes dos órfãos e o aparato jurídico envolto nos casos de expostos. Mas, como nosso projeto de trabalho, tem a perspectiva de continuidade, esperamos envolver mais esses indivíduos num período não muito distante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os levantamentos realizados pela Demografia Histórica sobre a vida familiar e novos embasamentos de análise histórica, particularmente a partir de meados do século XX e com a Nova História, os estudos sobre a criança e a história da infância ganharam investimentos consideráveis por parte dos pesquisadores.

Referendado como um marco, Philippe Ariès, desde a década de 60 do século XX, instigou uma série de debates entre pesquisadores¹⁶⁸. Alguns desses pesquisadores concordavam com suas proposições, outros, chamavam a atenção para os limites de suas teses acerca da constituição, no ocidente, de um *estatuto da infância*, ocorrido por volta de fins do século XVI. Nesse período teria emergido *sentimentos* com relação à criança que, pouco a pouco, passou a ser distinguida do mundo adulto, ganhando cada vez mais papel de destaque nas famílias. (LOPES & GALVÃO, 2002, p. 62 - 63). Para Ariès (1981, p.156) falar de “(...) sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto mesmo jovem”.

Nosso objetivo, nesse trabalho, ao lançar um olhar sobre crianças expostas em Sabará/MG (1832-1860), foi o de identificar e compreender qual o pensamento de assistência sobre essas crianças a partir do entrelaçamento entre múltiplos aspectos relativos ao governo da cidade onde identidades foram tecidas de modo a significar e atribuir funções a cada indivíduo na estrutura social cidadina.

Fizemos o esforço de mapear o que foi problema na administração dessa cidade oitocentista, inserida no processo de urbanização do século XIX, nas Minas Gerais. Tivemos ainda a preocupação de localizar aspectos ligados à ordenação e à normatização da estrutura urbana e de redes de sociabilidade que, direta ou indiretamente, estiveram ligadas à formação de um pensamento voltado para a intervenção na assistência à criança exposta.

Que lhe [Casa de Misericórdia] seja permittido a prerogativa de collocar ali huma roda para receber expostos com a necessária ama secca, que os tracte em quanto a Camara convenientemente, e como está determinado cuidar de sua educação física entregando-os á amas, que os aleitem visto que o Edifício não tem capacidade para nelle se crearem. (SP PP 1/33 Cx. 228, 13/05/1829, Pac. 10).

¹⁶⁸ Seu livro foi publicado na França com o título *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*. No Brasil foi publicado uma versão mais simplificada em 1978 com o título *História social da criança e da família*. (LOPES & GALVÃO, 2002, p. 62).

Indico que se pessa a Administração da Santa Caza para permittir, que em huma das sallas debaixo do Hospital se faça commodo para ahi serem recebidas as creanças recém nascidas pobres, e mesmo aquellas menores de sete anos, que vagarem pelas ruas da Cidade (CMS ATA 013 – 10/01/1853, F. 89V).

Resolveo-se arbitrar novamente a quantia de 4\$000 réis mensaes para a criação dos Expostos, que já se achão matriculados, a contar desta data em diante, e bem assim dos que forem sendo daqui por diante. (CMS. ATA. 015 - 20/04/1860, F. 153V).

Retomamos as citações acima, já abordadas ao longo desse trabalho, porque nelas encontram-se refletidas três recortes temporais que ajudam a pensar sobre a questão da assistência aos expostos em Sabará durante o período histórico recortado para essa pesquisa, 1832 a 1860. Procuramos evidenciar a questão da exposição de crianças como um assunto que mobilizou a administração municipal num lugar onde inexistia uma instituição com “sistema de roda” para receber crianças enjeitadas, as quais colocavam em alerta administradores do município e da província mineira. O medo de que essas crianças engrossarem o número dos ditos *desclassificados, vadios, sem ocupação, prostitutas*, levou esses administradores a construir projetos de intervenção na assistência aos expostos, tais como a criação de instituições de abrigo.

Segundo Roger Chartier (1991), na construção de identidades e na definição dos papéis sociais dos indivíduos, há uma força de representações, na qual se relacionam identidade e mundo material. Lançando um olhar sobre a criança exposta em Sabará, percebemos múltiplos aspectos no governo da cidade a partir dos quais *identidades* foram tecidas, de modo a significar e a atribuir funções a cada indivíduo na estrutura social local.

Governo da cidade, expostos, higiene, medicina, política, instrução. Um exemplo de identidade construída e reconstruída, que envolvia esses aspectos, foi a do médico Anastácio Symphronio de Abreu. Brasileiro, formado em universidade européia, fincou raízes em Sabará e lá projetou, a partir de 1853, a construção de uma casa para abrigo de expostos e órfãos pobres. Esse médico, vereador e deputado provincial pretendia identificar os “verdadeiros” pobres do município, e colocar Sabará no caminho do “progresso”. Tal progresso, na sua avaliação, não era perseguido por muitos homens de *cabedais* das elites locais, visto que nele entrariam a reformulação de espaços problemáticos, como cadeias e matadouros; a prioridade para a agricultura; a incorporação da mão de obra imigrante em substituição ao trabalho escravo e o desenvolvimento da instrução. Marcado por seu *otimismo* nas leis, via, enquanto deputado, que o município sabarense tinha “condições”, caso fosse necessário, de lutar contra tudo e todos para preservar e defender seus interesses.

A postura desse médico remete-nos a considerar uma tendência à filantropia e à assistência, em voga no século XIX, semelhante ao que defendia o filósofo Baron Joseph-Marie de Gerando (1772-1842), principalmente seu trabalho intitulado *O visitante do pobre* (*Le visiteur du pauvre*), livro publicado no ano de 1820, na França. Na tendência desse espírito filantrópico, conforme Hilsdorf

Diversamente do que ocorria nos séculos XVI e XVII, essa assistência aos necessitados se apresenta, no universo mental iluminista do século XVIII, como um movimento racionalista em direção às massas com duas características específicas: aparece como uma responsabilidade pública, em lugar de ser apenas uma atribuição das igrejas; e deixa de ser repressiva e preventiva para ser ativa, no sentido de ir ao encontro dos pobres e infelizes para assisti-los e educá-los. (HILSDORF, 2004, p. 213)

Ou seja, a existência desse processo de assistência não se restringia somente ao ato *caritativo*, para esse período dos oitocentos, uma atitude filantrópica, alicerçada no humanismo pragmático, como também procurava ter um diferencial no atendimento aos *infelizes*, como salienta Marco Morel (2005).

A filantropia, tocada pelo espírito das *Luzes*, era o movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos (passivos). A filantropia, também identificada como beneficência, era uma forma de expansão da civilização ocidental e ao mesmo tempo um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela. (MOREL, 2005, p. 221-222).

O projeto da *Casa dos Expostos* ou da *Casa de Beneficência das Senhoras Sabarenses* teve pouco tempo de duração, encerrando suas atividades em 1860, antes mesmo de se consolidar no atendimento ao qual havia se proposto. Por outro lado, as crianças expostas do município de Sabará, apesar de não encontrarem uma instituição de caridade que lhes criassem, continuaram amparadas por famílias da região.

Maria Lúcia S. Hilsdorf nos ajudar a pensar o posicionamento do Dr. Anastácio, quando analisa a figura de Lucas Monteiro de Barros, primeiro presidente da província de São Paulo. Ela nos fala que esse presidente se tratava de um homem “(...) político ilustrado, prático, organizador e administrador, racionalista e religioso” (HILSDORF, 2004, p. 215), que buscou implantar projetos ligados à área da *assistência, guarda e ensino* na província de São Paulo. Conforme esta autora:

“(...) além dos Seminários de órfãos, organizou a Biblioteca Pública, fundou o Jardim Botânico e a Casa de Correção e Trabalhos, reformou o Lazareto e o

Hospital, com sua roda de expostos e tentou a instalação da universidade prevista pela Assembléia Constituinte de 1823.” (HILSDORF, 2004, p. 215)

Dr. Anastácio afirmava que seus esforços justificavam-se pelo *desejo que teimosamente* tinha em ver a *prosperidade* do município. Para ele, assistir as crianças desvalidas era uma forma de atestar a *humanidade* do povo. (CMS ATA 13, Folha 269 V, 12/07/1854). Ele também não deixava de propagar a idéia de que não media esforços para desenvolver o município, seja promovendo o conserto de uma ponte ou rua, seja instituindo um novo colégio, como fez com o Colégio Emulação Sabarense. Afirmava que não possuía a intenção de se *glorificar*, como evidenciou em relatório apresentado aos seus colegas vereadores, no qual dizia: “não faço os sacrifícios que tenho feito, por amor de certa glória, por que estarão comigo convencidas de que por oras não ha entre nós esta retribuição aos que se dedicação a causa de todos”. (CMS ATA 13, Folha 269 V, 12/07/1854).

Dr. Anastácio não perdia a oportunidade de dar uma dimensão política aos eventos ligados a Casa dos Expostos, que foram meticulosamente planejados, a ponto de ter escolhidas datas “verdadeiramente brasileiras” para a instalação da Sociedade de Beneficência - a primeira data, 7 de setembro, dia da independência do Brasil; e a segunda data, 2 de dezembro, dia do nascimento de D. Pedro II: dia “(...) que todo o Brasil o deve festejar cheio de alegria, por que esse dia trouxe-nos aquelle que nos garant[iu] as leis liberais que temos com todas as suas consequencias”. (CMS ATA 013, Folhas 196 V, 197, 7/10/1853).

Depreende-se, então, que não bastava só instituir uma demarcação física do espaço, mas que também era preciso marcar *simbolicamente* os acontecimentos, de modo a legitimar e dar visibilidade a uma ação onde se pretendia atestar a “civilidade ordeira”.

Nessa pesquisa percebemos que em Sabará, o desejo de assistir aos expostos esteve ligado a princípios filantrópicos mas também ao desejo de (re)formar a conduta de um povo para que, orientados numa conduta ordeira, pudesse demonstrar o quão harmoniosa, *llustroza* e civilizada era essa sociedade.

Para uma sociedade nesses moldes, era preciso investir na urbanização da cidade, melhorando suas vias de acesso e valorizando os hábitos higiênicos e de urbanidade. Tal urbanidade deveria estar expressa a partir da sociabilidade com o outro, através dos sentimentos de compaixão e de filantropia. A instrução pública também estava inclusa nos interesses dos administradores municipais e era apontada como uma garantidora de bases sólidas na construção da *Nação*.

É preciso considerar, também, que os indivíduos que se propuseram à assistência almejavam certos privilégios cedidos pela atitude de beneficência, visto que as preocupações

desse grupo não se restringiam somente ao zelo com os *desafortunados da sorte*. Esse movimento à beneficência fez parte de uma atuação política onde redes sociais foram firmadas numa relação de interdependência e de interesses múltiplos.

FONTES

Fontes Manuscritas:

- ✓ Arquivo Público Mineiro – APM

Sociedades musicais, políticas, literárias, filantrópicas e partidos políticos - PP ¹/₇ cx.01 e 02

Mapa de população - PP ¹/₁₀ – MF Rolo 13 e 14;

Magistratura e administração da justiça

PP ¹/₁₈- Cx.173 a 184;

Juiz Municipal de órfãos: PP ¹/₁₈ – Cx.271 a 274; Cx 297

Juiz de Direito – Comarca Rio das Velhas (Sabará): PP ¹/₁₈ – Cx.53 a 59

Juiz de Fora (Sabará): PP ¹/₁₈ – Cx.313

Promotor Público: PP ¹/₁₈ – Cx.323;

Polícia (chefia, delegacia e subdelegacia) Sabará: PP ¹/₂₄ - Cx. 121; 170; 171;172

Vínculo do Jaguará: PP ¹/₂₅ – Cx. 01e 02

Saúde e assistência: PP ¹/₂₆ – Cx.01

Câmaras Municipais – Sabará: PP ¹/₃₃ – Cx.227 a 252

Compromissos de irmandades, confrarias e seminários: PP ¹/₃₅- Cx.01 e 02

Estabelecimentos Pios e de Beneficência (Santa Casa e hospital)

Bonfim, Campanha, Diamantina, Itabira, Mariana, Passos, Pitangui, Sabará, São João del Rei e Serro: PP ¹/₃₈- Cx.02;

Correspondência Expedida: Instrução – Saúde: PP 2/4- Cx.01.

Câmaras Municipais: PP 2/5- Cx.01; (1825-1889)

Documentação Interna; 11: Secretaria do Governo ou da Presidência: Mapas e tabelas: PP 3/11 – Cx.13 e 14

Documentação Interna; Subsérie 11: Décima Primeira Legislatura: AL ³/₁₁ - Cx.01; 04; 06; 07; 02; 03; 05;

SP 630; SP 497

Fundo: Câmara Municipal de Sabará –

CMS: Receitas e Despesas;

CMS – 101 Rol. 13 – Gav. F - 5; 1827 – 1839

CMS – 074 Rol. 09 – Gav. F - 5; 1837 – 1841

CMS – 064 Rol. 08 – Gav. F - 5; 1845 – 1848

CMS – 057 Rol. 07 – Gav. F - 5; 1848 – 1850

CMS – 048 Rol. 06 – Gav. F - 5; 1854 – 1855

CMS – 046 Rol. 06 – Gav. F - 5; 1855 – 1856

CMS – 014 Rol. 02 – Gav. F - 5; 1849 – 1851

CMS – 013 Rol. 02 – Gav. F - 5; 1853

CMS – 12 Rol. 02 – Gav. F - 5; 1856 – 1857

CMS – 009 Rol. 02 – Gav. F - 5; 1857 – 1859

CMS – 007 Rol. 2 – Gav. F - 5; 1859 – 1864

Livros de Atas das Sessões da Câmara

CMS. ATA. 04; CMS. ATA. 05; CMS. ATA. 06; CMS. ATA. 07; CMS. ATA 09; CMS. ATA. 010– 1845-1848; CMS. ATA. 010; CMS. ATA 013; CMS. ATA 015; CMS. ATA 016.

Correspondência – COR

CMS. COR. 03; CMS. COR. 04; CMS. COR. 05; CMS. COR. 06

Livro de Matrícula dos Expostos de Sabará: SP CMS – 058; 1845 - 1875

Câmara Municipal de Sabará; SP CMS – Cx. 02; 05 e 09

Mapas de População: Nossa Senhora da Conceição, Sabará; MP – Cx. 11 Doc 22 PR Rol. – 06 – F – 01; 1838

MP – Cx. 11 Doc 15 PR Rol. – 06 – F – 01; 1838

Lançamento das posturas formadas em virtude da lei de 1.º de outubro de 1828; CMS – 021 Rol. 03 Gav. F – 5; 1829/07/22

Mapas

Mappa da Comarca do Sabara (1778). Autor: Jose Joaquim da Rocha. (APM – SC-005).

Mappa Topografico da Fazenda do Jaguará e suas anexas vinculadas em beneficio de Cauza Pia Publica por decreto Regio de 4 de junho de 1787. (APM – SC-009).

✓ Casa Borba Gato – IPHAN/Museu do Ouro

CPO – I (112) 07 - Inventário Mariano de Souza Silvino - Casa Borba Gato- Sabará/MG

MO, CPO – I (112) 07 - Inventário Mariano de Souza Silvino - Casa Borba Gato- Sabará/MG

Museu do Ouro, Livro de Registro de Prédios, 1828.

✓ CEDIC – BH - Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte

Livro de Registro de Batismos, Sabará, 1823-1867

Livro de Registro de Casamentos, Sabará 1800 – 1846

Livro de Registro de Casamentos, Sabará 1829 – 1917

Livro de Registro de Casamentos, Raposos (Nossa Senhora da Conceição) 1803 - 1900

Fontes Impressas

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Código philippino ou ordenações do Reino de Portugal*. Nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. 5 livros em 3v. Série de cultura portuguesa. Fac-simile de edição feita por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1822-1889.

BRASIL. (Império). Lei de 20 de outubro de 1823.

_____. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Edição 1886.

_____. Lei imperial de 1º de outubro de 1828.

_____. Lei 16, de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional).

BURMEITER, Hermann. *Viagem ao Brasil: através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

CARVALHO, José Pereira de. *Primeiras linhas sobre o processo orphanológico*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1880.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

CORREIO OFFICIAL DE MINAS. 1856 a 1858. Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand.

MINAS GERAIS. *Coleção de Leis da Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais*. (APM).

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. Von. *A provincial brasileira de Minas Geraes*. Tradução de Myrian Ávila. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

_____; WAGNER, F. Mapa da Província de Minas Gerais (1855). In.: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. Von. *A provincial brasileira de Minas Geraes*. Tradução de Myrian Ávila. Ensaio crítico, notas e revisão da tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GÉRANDO, Joseph-Marie de. *Le visiteur du pauvre*. [Document électronique]. : Num. BNF de l'éd. de, Paris : J.-M. Place, 1990. 23 cm. Les cahiers de Gradhiva. Fac-sim. de l'éd. de, Paris : J. Renouard, 1826.[Citado 10 de fevereiro de 2006]. Disponível em: <<http://visualiseur.bnf.fr>>

MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

MATOS, Raimundo da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, 2v.

MINAS GERAIS. ALMEIDA, José Manoel de (Marechal). Relatório do presidente encaminhado ao CGP. OR PERI 0012 Século XIX (1830).

MINAS GERAIS. SOUZA, Manoel de Mello. Relatório do presidente encaminhado ao CGP. OR PERI 0012 Século XIX (1832).

MINAS GERAIS (Província)¹⁶⁹. PINTO, Antonio da Costa (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837.

_____. VEIGA, Bernardo Jacintho (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1840.

_____. PENNA, Herculano Ferreira (Vice-presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1842.

_____. ANDRÉA, José de Souza de (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1843.

_____. ANDRÉA, José de Souza de (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typografia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844.

_____. SILVA, Quintiliano José da (Vice-presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1845.

_____. SILVA, Quintiliano José da (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1846.

_____. SILVA, Quintiliano José da (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1847.

_____. QUEIROGA, Bernardo José de (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typographia Social, 1848

_____. RAMOS, José Idelfonso de Sousa (Presidente da Província). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia. Imp. de B.X.P. de Souza, 1849.

_____. SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de (Presidente da Província). *Relatorio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Social, 1850.

_____. REGO, José Ricardo de (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes*. Ouro-Preto: Typografia Social, 1851.

_____. BARBOZA, Luiz Antonio (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Bom Senso, 1852.

¹⁶⁹ Falas e relatórios disponíveis em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>

_____. BARBOZA, Luiz Antonio (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Bom Senso, 1853.

_____. VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira de (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Bom Senso, 1854.

_____. VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira de (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Bom Senso, 1855.

_____. PENNA, Herculano Ferreira (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Bom Senso, 1856.

_____. PENNA, Herculano Ferreira (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1857.

_____. CAMPOS, Carlos Carneiro de (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1858.

_____. LUZ, Joaquim Delfino da (Vice-presidente). *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1859.

_____. MOTTA, Vicente Pires da (Presidente da Província). *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Bem Publico, 1860.

PASSOS, Zoroastro Vianna. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará (1787 a 1928)*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1929.

PASSOS, Zoroastro Vianna. *Em torno da historia do Sabará*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional, 1940, v.1.

PASSOS, Zoroastro Vianna. *Em torno da historia do Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1942, v.2.

PINTO, Luiz Maria de S. *Cidades, villas e povoações da provincia de Minas- Geraes, com declaração do numero de fogos de cada uma (1830)*. *Revista do Archivo Publico Mineiro*.

ROCHA, José Joaquim da. *Memoria historica da Província de Minas Geraes*. *Revista do Archivo Público de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1937, Anno II, Fascículo 3º - julho a setembro de 1897, p. 425-516. (Reedição)

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Comarca do Sabara (1778)*. (APM – SC-005).

SAINT- HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SAINT- HILAIRE, Auguste de 1822. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia /Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

VIGILANTE (O). Sabará (133-1835). Microfilme Biblioteca Nacional.

Dicionários

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1995. (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro, n.º 5).

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, e latino....*: Coimbra: Collegio das artes da companhia de Jesus, 1712, 8V.

BOTELHO, ÂNGELA Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. 5ª.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993. Tradução, Henrique de Araujo Mesquita. (Série Diversos).

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna (Orgs.) *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.309-312. 2ª. edição revista.

COSTA, Antônio Gilberto; FURTADO, Júnia F.; RENGGER, Friedrich E; SANTOS, Márcia Maria D. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Ed. Commemorativa Lisboa: Na Impressão Regia, 1831. 2V.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974, 2 vols.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luiz F. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2. p.12-93.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: Mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Brasília, D.F.: UnB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lúcia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, RJ, n.26 2º semestre de 1998, p. 3-37.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ETC, 1981.

ÀVILA, Affonso. Igrejas e Capelas. *Revista Barroco*. Universidade Federal de Minas Gerais nº8, julho, 1976.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

BARDET, Jean-Pierre; FARON, Olivier. Des enfants sans enfance: sur les abandonnés de l'époque moderne. In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (Orgs.). *Histoire de l'enfance en occident du XVIIIe siècle à nos jours*. Paris: Seuil, 1998, Tome 2, p. 112-146. (Collection L'Univers Historique).

BASTOS, Aureliano Candido Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Introdução, Antônio José Barbosa. Edição Fac-símile. – Brasília: Senado Federal, 1996. (Coleção Memória Brasileira, n.2). Fac-símile de: Rio de Janeiro: Garnier, 1870.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> - Acesso em: 13 Abr. 2007. Pré-publicação.

BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, Ângela Viana. A província. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da Conquista do território das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1998.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 1996.

BOXER, Charles Ralph. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: _____. *O império marítimo português (1415-1825)*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.286-308.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. Parte I: Saberes sobre a Cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 16-35.

_____. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: AMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 9-42.

_____. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei (1730-1850). In: *IX Seminário sobre a Economia Mineira*. 2000, p. 37-64.

BURKE, Peter. *História e Teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes – 1810/1844*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) FAFICH, UFMG. Belo Horizonte, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial*. 2.ª ed.rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORAZZA, Sandra Mara. A roda do infantil. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 23 n. 1 p. 87-141, jan. /jun. 1998.

COSTA, Alessandra David Moreira da. *Uma análise de processos-crime envolvendo menores: contribuições para o estudo do discurso jurídico e do discurso educacional no Brasil (1930-1960)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Araraquara, 2004.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, 11(5), 1991, p.173-191.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Usos e costumes: as câmaras Municipais nas Minas Gerais e a legislação mercantil. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro, 164 (421), out/dez. 2003, p.105-121.

CHAVES, Lenir Ferreira. *História da educação em Sabará (1837 – 1973)*. Belo Horizonte: EMIL, 1973.

DAVID, Alessandra. *Tutores e tutelados: a infância desvalida em Franca (1850-1888)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP/ FRANCA. Franca, SP, 1997.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.57-72.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, jun./agos. 2003 p. 116-133.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FALCON, Francisco José Calazans. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. *O Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *A infância e sua educação. Materiais, práticas e representações* [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a.

_____; GONÇALVES, Irlen Antônio. Processo de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *A infância e sua educação. Materiais, práticas e representações* [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b, p. 159-187.

_____. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 77-97.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 19-34, mai/jun/jul/ago 2000a.

_____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b, p. 135-150.

_____. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA; Maria Cecília Cortez Christiano (org.). *A Memória e a sombra – a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 117-136.

_____. A legislação como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação dos oitocentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

_____. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias – Vida familiar em Minas colonial*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 141-188.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *A Vila de Sabará no século XVIII*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, FMG. 2002. (digitado).

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996, p. 79-98. 6ª edição. (Coleção Biblioteca de filosofia e história das Ciências, v. n. 7).

_____. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996, p. 277-293. 6ª edição. (Coleção Biblioteca de filosofia e história das Ciências, v. n. 7).

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP/ Salvador, BA: Hucitec/EDUFBA, 1996. (Coleção Estudos Históricos).

FREITAS, Marcos Cezar de; KULMANN JÚNIOR, Moysés. Apresentação. In: _____ (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p.7-9.

_____. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Orgs.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v.3, p.311-329.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força: historia da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.

_____. Marginalidade. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, vol. 38, p. 185-212.

_____. Pobreza. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, vol. 38, p. 185-212.

GERKEN, Carlos H. S. e Gouvêa, Maria Cristina S. Imagens do outro – a criança e o primitivo nas ciências humanas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, Nº Especial, Set.2000, p. 13 – 36.

GHIRALDELLI JR, Paulo. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. *Educação e Realidade*, n.º 25 jan./jun. 2000, 45-58.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004a.

_____. Filhos da sombra: os ‘engeitados’ como problema da ‘Hygiene’ no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b, p. 125-142.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane M. T. L., FARIA FILHO, L. M. de. & VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.

_____; GARCIA, Inára. A arte de endurecer ‘miolos moles e cérebros brandos’: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. In: *Revista Brasileira de Educação – ANPED*. Campinas: Autores Associados, 2004, p.69-182.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.189-211.

_____. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 189-225.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América portuguesa – o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 13 Abr. 2007. Pré-publicação.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Bernardo. *Rozaura, a enjeitada*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1900, 2 v.

GUIMARAES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARAES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 103-126.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HILSDORF, Maria Lúcia S. Os seminários de educandos de São Paulo. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p.213-263.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira II: o Brasil monárquico: dispersão e unidade*. 4^a ed. São Paulo: Difel, 1978, p. 364-412. 2^o vol.

_____. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1958.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *et al. Escola, política e cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2006. (Coleção Educação & [história]).

_____. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2003.

JINZENJI, Mônica Yumi. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2002.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980. (Coleção ensaio e memória 25).

KUHLMANN JR. Moisés & FERNANDES, Rogério. Sobre a História da Infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-34.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEITE, Mírian L. M e. O óbvio e o contraditório da roda. In: DEL PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996, p 98-111.

LEITE, Mirian L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p.17-47.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In.: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.

LEWKOWICZ, Ida. Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX). In: DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – ICHS/UFOP. *Termo de Mariana*. História e documentação. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998, p. 87-97.

LIBBY, Douglas Colly. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Da sagrada missão pedagógica*. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2003.

_____; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (O que você precisa saber sobre...)

LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí: FAPESP, 2003, p.195-218. (Coleção Estudos Históricos, 50).

MACEDO, Joaquim Manoel de. A luneta mágica. Virtual Books Online M&M Editores Ltda, 2000. Disponível em:< virtualbooks.com.br> Acessado em 15/02/2007.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogério e MURICY, Katia. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p.51-76.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: novas evidências. In.: Seminário sobre a Economia Mineira, 10, 2002. Diamantina. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. In.: Seminário sobre a Economia Mineira, 5, 1990. Diamantina. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1990, p. 13-30.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil : séculos XVIII-XIX*. Berlin: WVb 2002.

MATOS, Maria Izilda de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: ACCESSS, 1994, 3.^a ed.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais 1828-1842*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

_____; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Passado Presente).

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2007. Projeto de mestrado. Faculdade de Educação, UFMG, 2007. (Digitado).

PAIVA, Clotilde. et al. *População de Minas Gerais; Novos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, [1985?], v.1, 53 p. Relatório.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 8).

PECHAMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella. (Org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero; ANPUH/São Paulo; FAPESP, 1993, 9-34.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINHO, Ruy Rebello. *O livro V das Ordenações Filipinas à luz da teoria tridimensional do direito*. São Paulo, S. G. da Secretaria da Segurança Pública. 1957. Separata da Revista Interamericana do Ministério Público. Ano II – Novembro de 1957 – N.º 3.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A teia e a trama da fragilidade humana: os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 1770-1840*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2003.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Liana Maria. *Município, poder e controle social: o confronto entre ordem pública e ordem privada nas Minas Gerais do século XIX. Anais do Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 1994, p. 175-184.

RESENDE, Diana Campos de. *Roda dos expostos: um caminho para a infância abandonada*. In.: *Revista de Ciências Sociais e História*, n.º 01, jun/nov., 1999, p. 147-173.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. In.: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38. Tradução Dora Rocha.

REVEL, Jacques. *Os usos da civilidade*. In: CHARTIER, Roger (org.). *Historia da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 3 v. p.169-209.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial*. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. 1999. Dissertação (Economia) – Faculdades de Ciências Econômicas, UFMG. Belo Horizonte, 1999.

RODRIGUES, Neidson. *Professor/educador: da construção da identidade*. Caderno do Professor. CRP/SEE-MG. N° 10 outubro de 2002.

RUSSEL-WOOD, A.J. *Fidalgos e filantropos*. Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775. Brasília: EdUNB, 1981.

SÁ, Carolina Mafra de. *A função dos espetáculos teatrais no Rio de Janeiro e na Província Mineira de Minas Gerais*. (Fins do século XVIII aos meados do século XIX). Monografia (Pedagogia) Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2005.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal*. In.: *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente: Actas do III Congresso da ADEH – Associação Ibérica de Demografia Histórica*, vol. 3, p. 37-58.

SALDANHA, Flávio Henrique dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/UNESP. Franca, 2004.

- SALES, Zeli Efigênia Santos de. *O Conselho Geral da Província e a Política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2005.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. Tudo é História).
- SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1989, p. 25-36.
- SANDRIN, Jean. *Enfants trouvés enfants ouvriers: XVII^e - XIX^e siècle*. Paris: Aubier, 1982.
- SANTOS, Marileide Lopes dos. *Assistência às crianças expostas em Sabará/MG (1832-1854)*. 2004. Monografia (Pedagogia) Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte: 2004. (Monografia).
- SANTOS, Marileide Lopes; FARIA FILHO, Luciano M. Processo de escolarização e redes de socialização em Sabará. *Cadernos de História da Educação*. N^o. 02, jan./dez. 2003. Uberlândia/MG: EDUFU, 2004, pg. 149-158.
- SCHIMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In.: LE GOFF, Jacques. *A história Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 261-290. (Coleção O homem e história)
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In.: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p 39-62. (Coleção Biblioteca Básica).
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988.
- SILVA, Wlamir José da. *'Liberais e Povo': a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. 2002 (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo, SP: Marco Zero, 1993.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira do século XVIII*. 4^a ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- _____. *Opulência e miséria nas Minas Gerais*. 7^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Col. Tudo é História).
- _____. Senado da Câmara e as crianças expostas. In: DEL PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. 4^a ed. São Paulo: Contexto, 1996, p. 28-43.
- THOMPSON, Edward Palmer. Costume e Cultura. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. Costume, lei e direito comum. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores & caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura escrita e educação: representações de criança e imaginário de infância, Brasil, século XIX. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 43-78.

_____. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 35-82.

_____. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-47.

_____. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____; GOUVÊA, Maria Cristina Soares; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Grupo de Estudos e Pesquisa em história da Educação-GEPHE. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, no 34, p.207-218, dezembro de 2001.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides Mineiras* (1664-1897). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998, 4 v.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Os predicados da ordem: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780 – 1840. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.25, n.º 50, p. 157-200, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004 p. 189-222.

_____. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Editora UFPR, ano 19, n. 36, jan./ jun. 2002, p. 129-159

_____. *Famílias abandonadas*. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séc. XVIII e XIX, Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999a.

_____. Os aprendizes de guerra. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999b, p. 192-209.

_____. Estruturas do senado da câmara. In: Departamento de História – ICHS/UFOP. *Termo de Mariana: história e documentação*. Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 139-141.

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1983, 2ª Ed.

VIANA, Fabiana da Silva. *Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1820-1840)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2006.

VIGARELLO, Georges. O trabalho dos corpos e do espaço. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. Tradução Yara Aun Khoury. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, n.º13, jun. 1996, p. 7-20.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas* (1831-1832). São Paulo: Cultrix, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Anexo 1

Mapa da Comarca do Sabara (1778). Autor: Jose Joaquim da Rocha. (APM – SC-005).



Anexo 2
Carta "denunciante" enviado ao Juiz de Paz de Sabará

Sr. Juiz de Paz

Um Cidadão Livre interessado na felicidade de sua Patria he
 hoje vai communicar ao Sr. Juiz de Paz um attentado da maior
 transcendencia, e que, nao havendo energicas providencias para atalharlo,
 pode ser de terrivel e funesto resultados; a fim de que empregando
 todo o seu zelo, e Patriotismo em um objecto de tanta ponderacao, facera
 portar o plano de 4, ou 5 homens a soldo do Jurujubay, Exaltados &c. &c.
 Existe aqui hum club, que, a meu ver, he de Republicanos: o lu-
 gar onde este se reúne para traçar seus planos não me tem sido possível
 descobrir; porém o certo he que o ha, e trata (segundo me conta)
 de proclamar os Esc. que elles são livres, e anim nacerão; que nem hum
 homem pode alienar, ou vender sua Liberdade, e que todos somos iguaes,
 e por tanto usim do direito da força, reunindo todos armados, e gritando
 = somos Livres! &c.; e assim conseguira sua Liberdade; e se houver
 opposicao da parte dos Snr, facão como o do Frade. Esta
 aterradora no Sr. Juiz de Paz, proferida por pessoa, em qm acredito,
 stigmatizou meu coracao a fuzer de não ser am de reis, imperadores,
 aristocratas et reliqua, por ser gente que não pode existir neste gran-
 de parte da America, que ainda não he Livre, porém

porém hade vir a ser quando os Brasileiros abrirem os olhos, e não de-
 rem m. mil contos a hum homem, que, se diz, inviolavel, e que não o pode
 ser para governar seus Milhoens de homens Livres!!!! Je lançando os olhos
 no escolho, em que estamos, não pude deixar de comunicar ao Sr. Juiz de P. o refe-
 rido caso, pois não deo que a Democracia, Era Diva Celeste, se
 instale no Brazil por hum meio tam vergonhoso, como o da imurreicao.

Cumpre, Sr. Serio da Patria, que V. S. de ay providen-
 necessarias para obviar este mal, porque deo dizer Me, que m. dos meus
 Camaradas J. Municipais pertencem a este club.

Parat. eu desconheço
 esta coisa que chama Patriotismo em V. S.

Sou em dispenzo

Seu Patrio mal affecto.

L. V. B. G.

h. p.

(APM SP PP 1/18 Cx.173 Doc.16, 25/01/1832). Obs.: Carta entregue em 04/10/1831.

Anexo 3

Projeto de Lei apresentado pelo Dr. Anastácio Symphronio de Abreu em benefício da Sociedade de Beneficencia das Senhoras Sabarenses.

= Projeto N.º 4 =

A Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais

Lobos a Mena aos
29 de Março de 1856

Artigo 1.º Fica concedida a Sociedade de Beneficencia das Senhoras Sabarenses, a quantia de \$2.000,00 para sustentar a compra d'uma casa, que ficará sendo propriedade da Municipalidade de Sabarê.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Delle de 29 de Março de 1856

A Copiar-se

A. S. de Abreu
Ticuro de Gouveia

Distribuido a 3 de Abril de 1856

Approvedo em 1.º de Junho de 56 e 1.º de Maio de 56 em 2.ª e 1.ª Sessão Provincial.

Projetado

6

Anexo 4
Mappa dos Alunos

N ^{os}	ENTRADA			NOMES	FILIAÇOENS	NATURALID ^{ES}	FOLHA S DE 21 DE MAIO
	Dia	Mez	Anno				
1	28	Abril	1829	Ignácio da C. ^{ta} Roiz	Fran. ^{co} da Costa Miz	Sabará	24
2	19	Out. ^{bro}	1829	João da Crus Candido	Bento José Candido	Sabará	30
3	3	Fevr. ^o	1830	Manoel Fran. ^{co} Pimentel	Alex. ^e Fran. ^{co} Pimentel	Ar. ^{al} Velho	19
4	7	Junho	1830	José Escolastico de Souza	Dimiciano de Souza	Sabará	17
5	5	Julho	1830	Fran. ^{co} da Costa Pacheco	Educado P. D. Fran. ^{ca} Marciana	Sabará	25
6	28	Fevr. ^o	1831	Antonio Guilherme	Ant. ^o Guilherme	Sabará	20
7	22	Março	1831	Levir Fran. ^{co} Alves	Thereza Francisca	Ar. ^{al} Velho	31
8	22	Março	1831	Isidoro da Purificação	Anna Barbosa	Ar. ^{al} Velho	30
9	11	Abril	1831	Ant. ^o Jozé de Moraes	Educado P. Alf. ^{es} Bernardo Joze de M ^s	Sabará	20
10	11	Abril	1831	Felicíssimo Jozé Mor. ^a	Educado P. D. Anna Morreira	Sabará	15
11	18	Abril	1831	Herculano das Mercês	Educado P. D. Florinda Maria	Sabará	16
12	1	Junho	1831	Apolinário Mor. ^a Maia	Educado P. o Alf. ^{es} Vicente Mor. ^a Naya	Lapa	8
13	17	Out. ^{bro}	1831	Fran. ^{co} de Assis de Azevedo	Maria Ivangelista	Sabará	18
14	17	Out. ^{bro}	1831	Fran.^{co} d' Assis Gomes	Educado P. Antonio Gomes Bap. ^{da}	Sabará	15
15	9	Janr. ^o	1832	José Venancio Roiz	Zaclarias Roiz de Faria	Sabará	12
16	7	Maio	1832	João Evang. ^a da Costa	João da Costa Barrozo	Sabará	40
17	18	Junho	1832	Jozé Gabriel de Azevedo	Cap. ^m Fran. ^{co} de Paula Lopes	Sabará	9
18	18	Junho	1832	João An. ^{to} de Azevedo	Idem	Sabará	8
19	18	Junho	1832	Joaq. ^m Mn. ^{no} de Azevedo	Theodozio da Silva	Sabará	10
20	23	Julho	1832	Bento da Silva	Alf. ^{es} Joaq. ^m da Silva	Sabará	21

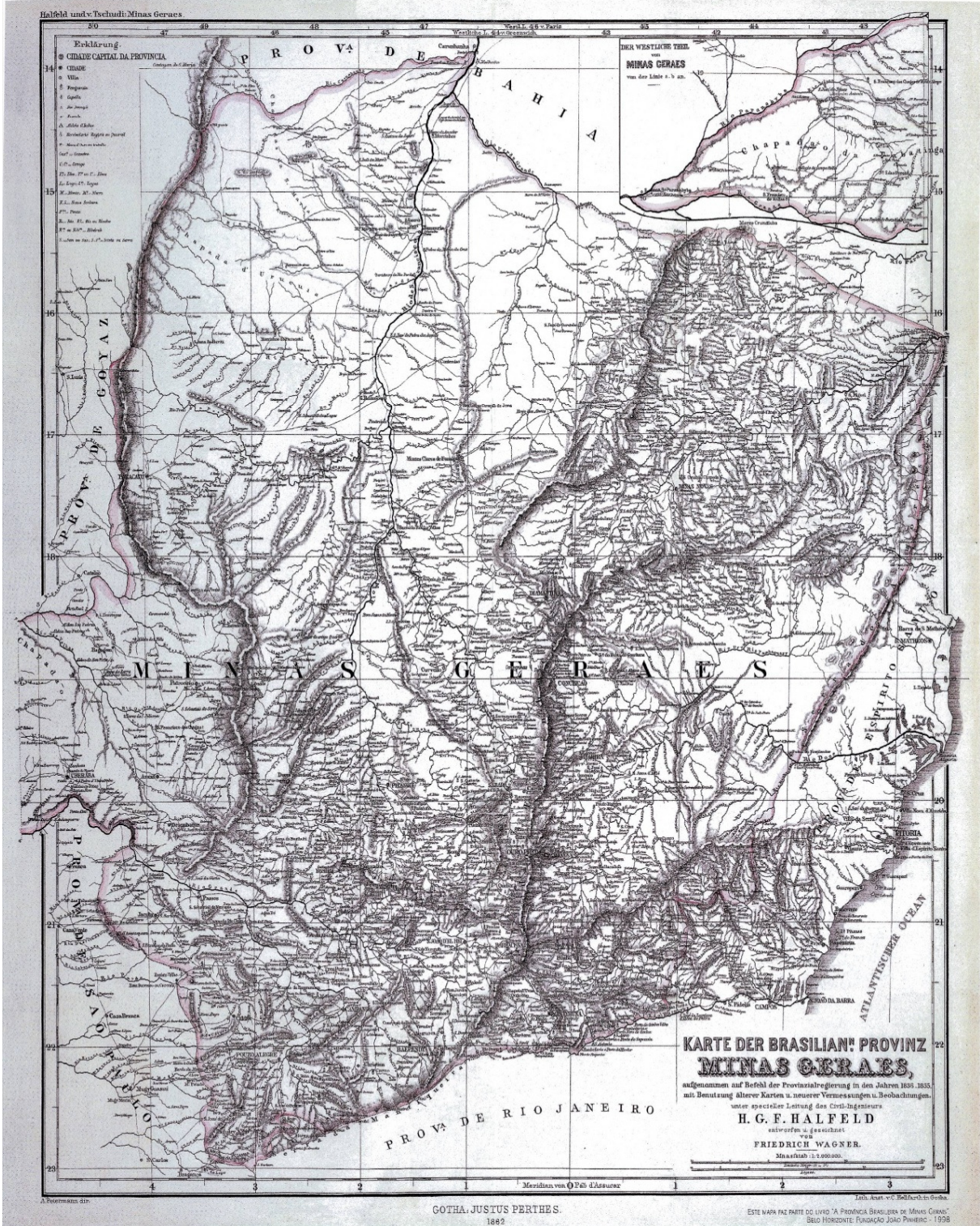
21	21	Ag. ^{to}	1832	Fran. ^{co} Luis da Silva	Idem	Sabará	30
22	13	Ag. ^{to}	1832	Jozé Bonifacio da S. ^a	Zacharias	Sabará	28
23	1	8br. ^o	1832	Candido Justino	Educado P. o Re. ^{do} Marianno de Sz. ^a Silvino	Sabará	12
24	1	8br. ^o	1832	Camillo de Lelis		Sabará	8
25	8	8br. ^o	1832	Bernardo Jozé Vieira	Jozé Vieira Rijo	Sabará	11
26	23	8br. ^o	1832	Francisco de S. ^{ta} Barbara	Victor Gbz. De Lima	Sabará	10
27	8	Janr. ^o	1833	M.el Jozé de S. Boaventura	Quitiria Maria	Sabará	25
28	15	Janr. ^o	1833	Antonio Felix	Felix de Souza	Sabará	6
29	15	Janr. ^o	1833	Justino da Silva	Idem	Sabará	9
30	15	Janr. ^o	1833	Camillo Valerio	Anna Malaquia	Sabará	10
31	4	Março	1833	Antonio d' Assis Miz	Educado P. D. Anna Martins	Sabará	9
32	4	Março	1833	Jozé Rafael Miz	Maria Cândida	Sabará	9
33	20	Março	1833	Jozé Mor. ^a Barbosa	Isabel Mor. ^a Barb. ^a	Sabará	10
34	15	Abril	1833	Felippe Néri	Educado P. Antonio Saturnino	Sabará	18
35	10	Junho	1833	Manoel Joaquim	Manoel da Costa	Sabará	20
36	1	Julho	1833	Luis Ribeiro da S. ^a	Thereza Ribeiro	Sabará	27
37	29	Julho	1833	Luis Jozé Roiz	Educado P. Alf. ^{es} Luis Ant. ^o di Gouveia	Sabará	7
38	30	Julho	1833	Francisco Candido da C. ^{ta}	Bernadino de Sene da Costa	Sabará	8
39	30	Julho	1833	Antonio Clementino	Educado P. D. Francisca Serrana	Sabará	7
40	13	Ag. ^{to}	1833	João M. ^{cl} Carneiro	Joaq. ^m Ferreira Barros	Morro Verm. ^o	16
41	13	Ag. ^{to}	1833	Antonio Demetrio	Idem	Morro Verm. ^o	15
42	7	8br. ^o	1833	Fran. ^{co} de Paula Lobato	Fran. ^{co} de Paula	Contagem	11
43	25	Fevr. ^o	1834	Luis de Souza Silvino	Educado P. o R.^{do} Mariano de Souza Silvino	Sabará	8
44	25	Fevr. ^o	1834	Candido Jozé Cout. ^o	Caetano Jozé Cout. ^o	Sabará	6

45	26	Fevr.º	1834	Américo Cout.º da Fon.ª	Idem	Sabará	5
46	2	Abril	1834	Jetuliano Valerio	Educado P.Jozé Arcilio de Araújo	Sabará	4
47	2	Abril	1834	Fran.º Antonio Rib.º	Educado P. Joaquim Barboza Manco	Sabará	4
48	26	Maio	1834	Venancio da Rocha	Joaquim da Rocha	Sabará	7
49	26	Maio	1834	Antonio da Costa	Fran.º da Costa Miz	Sabará	6
50	14	Julho	1834	Ezechiel Na.º do Sacram.º	Joanna da Rocha	Sabará	21
51	25	Ag.º	1834	Antonio dos Santos	Mariano Monteiro	Sabará	10
52	2	8br.º	1834	Fran.co de Paula Montr.º	Idem	Sabará	4
53	7	8br.º	1834	Hípólito Felizardo da C.ª	Ignes Barbosa Vilar	Viracopos	4
54	7	8br.º	1834	Manoel Valentim	Dimiciano de Sz.ª	Sabará	2
55	14	8br.º	1834	João Damaceno de Castro	Ignacio Florêncio	Sabará	7
56	14	8br.º	1834	Marciano da S.ª e Castro	Idem	Sabará	9
<i>Sendo os Alunos matriculados, existentes em frequencia da Aula 89</i>							

(SP- PP 142 CX 02 P.14 doc 3). Sabará 23 de Dezembro de 1834 [Grifos nossos]

Anexo 5

HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Mapa da Província de Minas Gerais (1855).



Anexo 6

Mappa Topografico da Fazenda do Jaguará e suas anexas vinculadas em beneficio de Cauza Pia Publica por decreto Regio de 4 de junho de 1787. (APM – SC-009).

